



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Michelangelo Marques Torres

CIDADANIA DO CAPITAL?

A intervenção social das corporações empresariais no Brasil

Ricardo Luiz Coltro Antunes (orientador)

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Torres, Michelangelo Marques, 1982-
T636c Cidadania do Capital?: a intervenção social das
 corporações empresariais no Brasil / Michelangelo
 Marques Torres. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Responsabilidade Social. 2. Empresários
3. Capitalismo. 4. Reengenharia (Administração) – Brasil.
5. Neoliberalismo. I. Antunes, Ricardo 1953-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Informação para a Biblioteca Digital

Título em Inglês: Citizenship Capital?: social intervention of business
corporations in Brazil

Palavras-chave em Inglês:

Social responsibility

Entrepreneur

Capitalism

Reengineering (Management) – Brazil

Neoliberalism

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca Examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Henrique Tahan Novaes

Data da defesa: 23-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Michelangelo Marques Torres

“Cidadania do Capital?: a intervenção social das corporações empresariais no Brasil”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar
corresponde à redação
final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
___/___/___.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (orientador)

Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez (titular interno)

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes (titular externo à Unicamp)

SUPLENTE:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti (titular interno)

Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso (suplente externo à Unicamp)

Fevereiro / 2012

DEDICATÓRIA

Para Antonio Duarte Torres, que me revelou na prática, desde cedo, a determinação material da vida e a importância para a luta pelo controle do trabalho. Para Elsa Marques Torres, por me inspirar permanentemente que o curso vital pode ser mediado pela sensibilidade e pela poesia das sutilezas da vida. Às pequenas Maria Eduarda e Laura que estão nas primeiras lições da vida e já são capazes de me ensinar tanta coisa (além de dividirem, solidariamente, seu quarto de brincadeiras com meu gabinete de estudos).

AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa tem uma história. Ao organizar minha dissertação de mestrado, contei com a colaboração de inúmeras pessoas, ainda que em boa parte dos momentos da pesquisa e preparo da redação final, momento decisivo, tenha enfrentado a empreitada solitária da exposição dos argumentos, quer dizer, eu, minha posição de classe e o incontável material de pesquisa que sistematizei ao longo do tratamento dos dados e levantamento bibliográfico.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e reconhecer minha dívida com os inúmeros trabalhadores, estudantes, educadores, programas de extensão universitária e organizações populares com os quais tive a oportunidade de realizar cursos de formação e atividades políticas em meus trabalhos de Educação Popular pelos diferentes cantos do país e bairros periféricos da grande SP - além da solidariedade com que sempre me acolheram, contribuíram para a maturidade de minhas convicções. Agradeço aos colegas do *Grupo de Pesquisa do Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses*, da Unicamp, orientado pelo professor Dr. Ricardo Antunes. É preciso também saldar minha dívida com o *Grupo de Estudos de Marx e Engels* em São Paulo, cujos companheiros vêm travando um longo debate acerca das obras desses autores cruciais e de outras questões políticas relevantes.

Em segundo lugar, sou grato ao auxílio que recebi dos professores Henrique T. Novaes e Álvaro Bianchi, pela leitura crítica e contribuições pertinentes oferecidas no exame de qualificação. Ao prof. Ricardo Antunes, em quem sempre encontro inspiração teórica, não esquecendo a gentileza, seriedade e liberdade com que orientou este trabalho. Não poderia deixar de mencionar o prof. Wagner Pralon Mancuso e sua contribuição nos primeiros debates e momentos de iniciação à pesquisa acerca do empresariado ainda na época nos primeiros anos da graduação na USP.

Gostaria de lembrar, ainda, dos alunos do curso de serviço social e da pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Faculdade de Mauá com quem debati uma parte das questões aqui cogitadas, além dos alunos, funcionários e professores da *Escola Técnica Estadual*

de São Paulo, em particular o Fernando Sicilano e a Glória Noronha, com quem venho desempenhando o árduo ofício docente. Aos camaradas dos *CRAVOS da Madrugada* e a todos os amigos que souberam, pacientemente, lidar com minhas ausências nos momentos de dedicação para este estudo.

Deixo registrado meu agradecimento, ainda, ao auxílio generoso de colegas que me hospedaram em algumas idas à Campinas, aos funcionários do IFCH e das bibliotecas da UNICAMP, USP e FESPSP – onde dediquei inúmeras horas da minha pesquisa -, bem como às pessoas que serviram de canal de ligação com o meio empresarial e que me facilitaram o acesso a maiores informações das corporações empresariais.

Sou imensamente grato aos meus pais, Antônio e Elsa, e minha família, Milande, Milena, Melissa, Duda, Laura, Carlos e Rodrigo. Aos camaradas Junior Pacheco, pela contribuição no momento mais difícil de toda ciência, o começo; Lucas Henriques, pela leitura e incentivo ao trabalho em sua reta final; João Bosco, pelos comentários e leitura atenta da última versão; e Sara Freitas, interlocutora constante que sempre acreditou na relevância do tema da pesquisa. À Carol que, enfim, com seu carinho, me fez entender a assertiva do “Mouro”, segundo a qual “o curso do amor verdadeiro nunca é suave”.

Finalmente ao CNPq, que me proporcionou os recursos financeiros para a pesquisa. Esclareço que as conclusões a que chegamos bem como as idéias aqui expressas são de minha responsabilidade, naturalmente.

*“Uns com tanto, outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum
Esta história de falar em só fazer o bem
Não convence quando o efeito não vem
Porque somente as palavras não dão solução
Aos problemas de quem vive em tamanha aflição (...)
Eis um conselho pra quem vive por aí a esbanjar:
Dividir para todo mundo melhorar”*

Elton Medeiros e Mauro Duarte, A maioria sem nenhum

“Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresenta-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade!” Friedrich Engels, 1845.

“Precisamos traçar com rigor a linha que divide os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas, e esta é uma tarefa tanto mais difícil quando não se trata de uma demarcação regular e estável, mas, pelo contrário, de uma linha sinuosa e oscilante, reconstruída em cada momento. Os apelos ao coração e à ética só confundem onde seria necessário esclarecer. A administração de uma empresa pode, evidentemente, patrocinar a arte e as boas causas, aplicar os princípios da nutrição racional no refeitório dos trabalhadores, por exemplo, e dirigir recursos humanistas aos seus assalariados, assim como pode não praticar a corrupção e não recorrer a fraudes. Mas este uso dos sentimentos e este procedimento ético em nada alteram os mecanismos fundamentais da exploração”. João Bernardo (intelectual-militante português), 2000.

RESUMO

A pesquisa em questão tem como objetivo apreciar criticamente a intervenção social do empresariado no Brasil a partir do fenômeno denominado por Responsabilidade Social das organizações empresariais, enquanto dinâmica de dominação de classes no atual mundo do trabalho e suas transformações recentes. Mais especificamente, considerando as manifestações de classes como fundamentais, compreende-se que, por meio de suas fundações sociais e investimentos em ações “solidárias”, as empresas buscam uma nova modalidade estratégica de construção de hegemonia, embasando-se em um novo *ethos* que as incentiva. O foco recai sobre as organizações corporativas da burguesia, as quais, organizadas por gestores do capital, congregam as grandes empresas que se associam no campo do investimento social corporativo. As corporações empresariais constituem tanto agentes econômicos como atores políticos vitais no âmbito da sociedade civil. Trata-se de investir em uma nova modalidade de intervenção na “questão social” diante do contexto de crise do capital, reforma do Estado, reestruturação das forças produtivas e de novas formas de gestão e reengenharia empresarial.

Palavras-chave: responsabilidade social; empresas e empresariado; burguesia; reengenharia empresarial; neoliberalismo; sociologia do trabalho.

ABSTRACT

This study aims to critically assess the intervention's social entrepreneurs in Brazil from a phenomenon called social responsibility of business organizations, while the dynamics of class domination in the current world of work and its recent changes. More specifically, considering the manifestations of classes as fundamental, it is understood that, through its social foundations and investments in shares "solidarity", companies seek a new way of building strategic hegemony, basing themselves in a new ethos that encourages them. The focus is on corporate organizations of the bourgeoisie, which, organized by managers of capital, bring the big companies that are associated in the field of corporate social investment. Business corporations are both economic agents and political actors in civil society. It is investing in a new form of intervention in the "social issue" before the crisis context of the capital, state reform, restructuring of the productive forces and new forms of management and business reengineering.

Keywords: social responsibility, companies and entrepreneurs, bourgeoisie, business reengineering, neoliberalism, sociology of work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O novo retrato da responsabilidade social empresarial no Brasil	13
I) Objeto de Pesquisa e Objetivos	18
II) Hipóteses	21
III) Aspectos Metodológicos	25
a) Elementos teóricos para o enfoque relacional da burguesia e suas frações.....	27

I

CORPORAÇÕES ORGÂNICAS DO CAPITAL E A BURGUESIA BRASILEIRA

1.1 – Corporações Orgânicas do Capital: institutos, fundações, organizações empresariais e aparelhos privados de hegemonia no campo da RSE	35
1.2 – Desenvolvimento da burguesia brasileira: o contexto do capitalismo dependente em Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.....	56
1.3 - Deslocamento da filantropia para a RSE no capitalismo contemporâneo.....	60
1.4: O protagonismo empresarial no Brasil	66

II

O MUNDO DAS EMPRESAS: O DISCURSO DE *MANAGEMENT*

2.1 – Metamorfose dos conceitos no novo dicionário do capital: da Sociedade Civil ao “Terceiro Setor”	75
2.2 – O estado da arte da RSE no discurso empresarial: características dominantes do debate.....	88
2.3 – Do governo FHC (1995-2002) ao governo Lula (2003-2010): a agenda social do empresariado	93
2.4 – Balanço da agenda social do empresariado: dados e pesquisas	111
2.5 – A percepção do empresariado	125

III

O MUNDO DO TRABALHO: A REALIDADE NAS CORPORAÇÕES
EMPRESARIAIS

3.1 – Contradições da RSE e exploração do trabalho	129
3.2 – O mito da terceirização enquanto “modernização empresarial”	147
3.3 – O poder global das corporações transnacionais sob o fenômeno da governança corporativa	150
3.4 – Nota introdutória sobre um dos novos traços morfológicos da burguesia brasileira: os gestores empresariais do capital e a controversa tese de uma burguesia mundial unificada e homogênea	157
3.5 – Orientações ideológicas da RSE: o mito da Solidariedade, da Participação e do Voluntariado	163
3.6 – Construção de hegemonia e a “Cidadania do Capital” em questão	172
3.7 – Da miséria ideológica à cidadania do capital.....	181

IV

CONCLUSÃO	191
-----------------	-----

V

BIBLIOGRAFIA	197
--------------------	-----

ANEXOS	214
--------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

ABRAPP: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ACDE: Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa

ADEC: Asociación de Empresarios Cristianos

AED: Asociación Empresarial para el Desarrollo

ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BISC: Benchmarking do Investimento Social Corporativo

BOVESPA: Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CECP: Committee Encouraging Corporate Philantropy

CEMEFI: Centro Mexicano para la Filantropía

CEMPRE: Cadastro Central de Empresas

Cives: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CNS: Confederação Nacional de Serviços

CentraRSE: El Ciento para La Accón de La Responsabilidad Social

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CISE: Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FASFIL: Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos

FIESP: Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIRJAN: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FMI: Fundo Monetário Internacional

FUNDAHRSE: Fundación Hondureña de Responsabilidad Social Empresarial

FUNDEMAS: Fundación Empresarial para La Acción Social

GIFE: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GRI: Global Reporting Initiative

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBCO: Instituto Brasileiro de Consultores de Organização
IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE: Instituto de Cidadania Empresarial
IDIS: Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
INCAE: Instituto Centroamericano de Administración de Empresas
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE: Investimento Social Empresarial
ISS: Índice de Sustentabilidade Social
ISO: International Organization for Standardization
ISP: Investimento Social Privado
LIDE: Grupo de Líderes Empresariais
OCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONG: Organização Não-Governamental
PNBE: Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPPs: parcerias público-privadas
PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura
RSE: Responsabilidade Social Empresarial
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC: Serviço Social do Comércio
SESI: Serviço Social da Indústria
UBE: União Brasileira dos Empresários
UNCTAD: United Nations Conference on Trade and Development
WBCSD: World Business Council for Sustainable Development

INTRODUÇÃO

O novo retrato da responsabilidade social empresarial no Brasil

A presente introdução pretende apresentar, de modo sintético, o panorama de nosso trabalho de pesquisa, evidenciando a delimitação teórica e o recorte empírico do tema proposto, seus aspectos metodológicos, o período de abrangência, bem como a relevância de seu tema para o estudo da sociologia do trabalho. Assim, pretende-se expor a síntese dos resultados e a condução teórico-metodológica da presente dissertação de mestrado

A pesquisa em questão visa a investigar determinadas dimensões da ação política comum às frações de classe que configuram a burguesia, ou precisando melhor, a intervenção social do empresariado no Brasil a partir do fenômeno denominado Responsabilidade Social Empresarial (Corporativa). Conforme demonstraremos, o tema é de grande relevância; os ventos da Responsabilidade Social Empresarial sopram mais forte do que imaginamos.

Desde logo, gostaríamos de demarcar, como nota introdutória, uma inquietação que moveu a presente investigação. Na literatura marxista são correntes as investigações acerca da opressão vivida pelos trabalhadores, seus organismos de representação, estratégias de resistência, formas de ação coletiva e consciência, a configuração do proletariado, as “classes médias” e demais implicações do mundo do trabalho. Contudo, nota-se uma imensa lacuna sobre a compreensão das classes dominantes, sobretudo no bojo das transformações recentes da acumulação flexível do capital. “Tanto na opinião comum como para o pensamento erudito, a noção de burguesia permanece incerta” (DAUMARD 1992). É nesse sentido que Daumard, em busca de uma melhor compreensão da classe dominante francesa, destaca a necessidade de um estudo do espírito empresarial e de uma análise da gestão dos patrimônios privados, uma vez que ela cria bens, serviços e ideias por meio da gestão e da influência intelectual e moral: os burgueses também acumulam saber. Precisando melhor, a burguesia carece da mesma atenção teórica.

Como nos lembra Bianchi (2001), a história não é portadora de um único protagonista, o proletariado. Basta lembrarmos da caracterização de Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, da classe que desempenhara e necessita desempenhar “papel revolucionário”¹ na sociedade,

¹ “A burguesia desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. (...) A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo

transformando constantemente as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas. Tal como destaca Umberto Eco, em seu romance *O Nome da Rosa*, “somente os poderosos sabem sempre com muita clareza quem são seus verdadeiros inimigos”. Sendo assim, como não levar em consideração a ação política e a intervenção social do empresariado? Ou, como destacam Renato Dagnino e Maurício Faria, “entender como pensa e atua esse novo segmento da classe social capitalista, que tem sido denominado de gestores, burocratas, tecnocratas, intelligentsia, ‘ornitorrincos’ etc, é crucial para avaliar a situação atual e as perspectivas da luta dos trabalhadores” (DAGNINO e FARIA in: Novaes, 2007:18).

Posto isso, faz-se preciso uma pequena nota na qual compartilhamos com a ideia de Walter Benjamim, inspirado em Marx, de que “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente. Em Marx, ela se apresenta como a última classe escravizada, a classe vingadora que, em nome de gerações de derrotados, leva a termo a obra de libertação” (BENJAMIM apud Löwy, 2005:108). Em outras palavras, entendemos que o conhecimento sociológico deve se orientar, enquanto força “orgânica”, à classe combatente e oprimida. Assim segue a perspectiva marxista, segundo a qual o ponto de vista da sociologia é o ponto de vista do conflito (BRAGA 2005).

Feitas essas considerações preliminares, procuraremos expor, num caráter introdutório, a definição do tema proposto e algumas questões decisivas que o norteiam. Uma vez definidos o objeto de pesquisa e os seus objetivos, procuraremos apresentar algumas hipóteses de pesquisa que procuramos investigar e, quando possível, uma breve exposição da maneira como as sustentamos. Em seguida, o presente texto procurará destacar os aspectos teórico-metodológicos e as estratégias de como desenvolvemos a investigação proposta. Por fim, destacaremos alguns elementos importantes relativos ao tratamento do objeto.

Com o advento da mundialização financeira e da construção de redes de comunicação em escala global, as estratégias dos negócios capitalistas se “modernizaram”. Se passarmos os olhos pela volumosa bibliografia empresarial, verificaremos que, na linguagem do mundo dos negócios, predominam termos como iniciativa, empreendedorismo, flexibilidade e visão estratégica. Pode-se acrescentar a esse ideário, em termos mais recentes, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Contudo, a ideologia apregoada pelo discurso de

terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX e ENGELS, 2010: 42-43).

management não equivale a sua realidade material. Dito de outro modo, as palavras não são as coisas. No contexto de expansão das empresas prestadoras de serviços, a RSE² acaba sendo sustentada por um discurso segundo o qual a rigidez do modelo de regulação taylorista-fordista tem sido superada por modelos organizativos mais “flexíveis”, apresentando o trabalho de modo mais humanizado, inclusive sem alienação. Como advoga o mundo empresarial, “a globalização e a revolução tecnológica apressam a queda desse paradigma, jogando por terra o modelo tradicional das empresas” (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010:13).

O envolvimento crescente de empresas, de pequeno a grande porte, em ações voluntárias de intervenção social tem adquirido destaque na sociedade, inclusive com ações corporativas. O discurso empresarial sustenta que elas passaram a incorporar em suas agendas a “responsabilidade social” enquanto meio ético de gerenciar seus negócios e investir no setor social, por meio de um conjunto de ações “solidárias” e sem finalidade mercantil, a fim de combater os problemas sociais. Conforme pesquisa realizada, “os dados levantados são considerados reveladores de uma grande injeção de recursos na área social de origem privada, porém ‘com fins públicos. (...) Anualmente, milhares de empresas aplicam milhões, quando não bilhões de reais na realização de atividades sociais para além de seus muros” (IPEA, 2000).

Cada vez mais as empresas se atentam e se especializam tecnicamente em suas transações com o mercado, com os “parceiros”, acionistas e investidores institucionais – com destaque para os fundos de pensão e grupos de seguros (SAUVIAT, 2005; BERNARDO e PEREIRA, 2008) –, fornecedores, produtores, distribuidores e consumidores numa rede de interdependência, configurando uma “governança corporativa”. Emergem nesse cenário as denominadas “empresas-rede”, interligadas pelas tecnologias de informação e telecomunicações. Trata-se de um redesenho corporativo-industrial-financeiro transnacional, sob a lógica da globalização e da terceirização no bojo do processo neoliberal. Beneficiado com a retirada do Estado nos serviços sociais, no recente contexto neoliberal, o setor privado parece investir cada vez mais em práticas “voluntárias” e de caráter não mercantil, denominadas RSE.

A ideia de RSE está reconhecidamente incorporada na estratégia e no marketing social das empresas (KAMEYAMA, 2000; CESAR, 2008; MACHADO FILHO e ZYLBERTSTAJAN

² A partir daqui, adotaremos apenas a sigla RSE: Responsabilidade Social Empresarial – por ser a nomenclatura dominante na literatura de *management*. É preciso notar que compreendemos esse conceito enquanto uma expressão ideológica (no sentido de falsa consciência do real, nos termos da concepção expressa por Marx e Engels em *A ideologia alemã*), numa perspectiva crítica, portanto.

e, 2004; LESSA, 2002), o que ajuda a justificar o crescimento de entidades de regulamentação de projetos sociais. Existem, do mesmo modo, reconhecimentos e visibilidade institucional por meio de prêmios e certificações empresariais (como selos sociais, ecológicos e de qualidade) agregados às marcas das “empresas cidadãs”. Apenas para dimensionarmos ao leitor não especializado, destacamos a AS8000 (norma internacional de responsabilidade social criada em 1997), a ISO 26000 (norma internacional criada em 2010, e lançada na FIESP, condensando as diretrizes sobre RSE), a ISO 14000 (certificação ambiental), bem como o “selo de responsabilidade social” e o “selo empresa amiga da criança” (empresas que não utilizam trabalho infantil e contribuem socialmente com crianças e adolescentes), estes dois últimos criados pela Fundação Abrinq. Como destaca um portal empresarial da internet, referência nesse tema:

No intuito de estimular a responsabilidade social empresarial, uma série de instrumentos de certificação foram criadas [sic] nos últimos anos. O apelo relacionado a esses selos ou certificados é de fácil compreensão. Num mundo cada vez mais competitivo, empresas veem vantagens comparativas em adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial. A pressão por produtos e serviços socialmente corretos faz com que empresas adotem processos de reformulação interna para se adequarem às normas impostas pelas entidades certificadoras. (Portal Responsabilidadesocial.com)

A busca por um “capital reputacional” (MACHADO FILHO e ZYLBERSZTAJAN, 2004) acarreta importante retorno financeiro para as empresas, inclusive no que se refere à confiança dos consumidores e investidores. O *Guia Exame de Sustentabilidade* aponta periodicamente a empresa supostamente mais sustentável do país, com base em seus próprios critérios. Da mesma forma, o investimento em ações nas bolsas de valores também é orientado e direcionado a aplicações “socialmente responsáveis”. Nesse sentido existem os “fundos éticos”³ nos quais se investem em função de critérios não especificamente financeiros, mas ambientais e sociais⁴. No caso brasileiro, há o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores do Estado de SP (BOVESPA) e o Índice de Governança Corporativa que mensuram a transparência da empresa e o respeito aos acionistas minoritários. Dentre as empresas que

³ Já em 2003 havia “oito fundos de investimento social no Brasil, com recursos administrados de quase R\$ 40 milhões. O Banco Real ABN Amro possui dois desses fundos: o Ethical, com aplicação mínima de R\$ 100, e o Ethical II, para investimentos a partir de R\$ 100 mil” (COSTA, 2005).

⁴ “Em 2007, o total de ativos sobre os quais os investidores têm aplicado um ou mais critérios de investimento socialmente responsável soma U\$2,71 trilhões. Para o mesmo ano, o European Sustainable Investment Fórum anunciou uma soma de €2,665 trilhões em investimentos em ativos com critério de Investimento Socialmente Responsável. Segundo relatório publicado pela *International Finance Corporation*, o mercado de Investimentos Sustentáveis em mercados emergentes resulta em um valor estimado em U\$300 bilhões”. (SARTORI e PURINI 2009).

possuem ações na Bolsa de Valores, as “socialmente responsáveis” são aquelas que obtêm melhor desempenho, segundo reportagem da *Carta Capital* (04/06/2003).

Diante dos novos modelos de gestão e de processos produtivos estruturados em escala global, noções como “competitividade, inovação, customização, internacionalização, governança corporativa, *responsabilidade social* etc. passaram a fazer parte não apenas do jargão do mundo dos negócios, mas também do dia a dia efetivo de grande parte das empresas brasileiras” (IGLESIAS, 2010).

Em primeiro lugar é importante dizer que não existe, na literatura, um amplo consenso quanto à definição do conceito de RSE: “A amplitude do tema é, possivelmente, um dos fatores da dificuldade em precisar as definições e o âmbito Responsabilidade Social Empresarial” (ALIANÇA CAPOAVA, 2010). Trata-se de um termo polissêmico. Uma variedade de modalidades de ações empresariais, inclusive obrigações jurídicas, acaba sendo incorporada nessa definição devido a sua imprecisão conceitual. Boa parte das empresas confunde responsabilidade social com investimento social, e este com aplicações sociais obrigatórias.

A concepção mais divulgada é a que contempla um conjunto de ações “voluntárias” do setor privado voltado à sociedade, com base em valores éticos que transcenderiam a expectativa econômica, visando o bem estar social. Nesse sentido, as ações oriundas do meio empresarial, no que se refere ao ativismo social, se dirigem a distintas áreas e com interesses variados, englobando desde ações sociais destinadas aos funcionários, acionistas e cotistas, clientes, fornecedores e comunidade em que atuam, da geração de emprego e cidadania até a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável⁵.

Diante desse cenário de ajuste à ordem neoliberal, tanto de uma parcela significativa da sociedade civil como por parte do próprio Estado, sobretudo via reforma administrativa realizada a partir dos anos 1990 no Brasil, há uma nova configuração de relações sociais entre Estado-sociedade-mercado⁶, interpretada por distintas perspectivas na literatura especializada. Como

⁵ Mais adiante diferenciaremos, em termos conceituais, RSE de ISP (Investimento Social Privado).

⁶ O entendimento conceitual de Estado ampliado, nos termos de Gramsci (1991), orientou nossa investigação, a fim de que não caíssemos nas limitadíssimas teses que desacoplam os interesses de classe entre sociedade civil e Estado, bem como aquelas sugeridas pelo debilitado entendimento do “terceiro setor” (dentre eles, cf: FERNANDES, 1994; BRESSER PEREIRA, 1998; RIFKIN, 1995; ROSANVALLON, 1995; CARDOSO, 1997; IOSCHPE, 1997), de inspiração habermasiana. Vale sublinhar que o termo “terceiro setor” foi introduzido no Brasil pelo GIFE (Grupo de Institutos e Fundações Empresariais) e amplamente disseminado por Ruth Cardoso (1997; 2004; 2006), a partir do programa Comunidade Solidária, de FHC. Também nos apoiamos no tratamento do conceito de Estado ampliado de

emerge o denominado “terceiro setor” e qual sua diferença em relação ao entendimento de sociedade civil? O que fundamenta o ativismo social das empresas no atual estágio neoliberal no Brasil? De que modo as empresas atuam corporativamente em torno da RSE?

Contudo, o reconhecimento das estratégias empresariais e o apelo ao mercado consumidor ou à dedução fiscal, apesar de apoiadas na realidade, não apreendem de forma orgânica a RSE como novo padrão de intervenção social (GRACIOLI, 2006) e negligenciam o contexto em que se processam tais ações em sua totalidade, como trataremos adiante. Também se faz importante a diferenciação dessa nova modalidade de intervenção social das tradicionais práticas de filantropia oferecidas pelas instituições burguesas ou religiosas.

Conforme nosso entendimento, impulsiona-se uma divisão da burguesia no plano dos interesses corporativos. Apesar da ação corporativa comum da RSE, e da hegemonia do capital financeiro no atual estágio de acumulação do capital (CHESNAIS, 1996), particularmente no Brasil (BOITO JR., 2006; SAES, 2001), a despeito das frações de classe que compõem o “bloco do poder” entrarem em conflito com alguns desses elementos, parece haver alguns organismos empresariais que procuram unidade e consenso em torno de uma agenda social, conforme indicaremos. É nesse contexto que o presente projeto identifica o “boom” de ativismo social das empresas nos últimos anos. Daí a importância de melhor compreender o movimento da RSE, sua dinâmica e suas contradições.

I) Objeto de pesquisa e objetivos

Nesse subitem, procuraremos indicar os objetivos da pesquisa, explicitados frente ao debate teórico e ao conhecimento sociológico que envolve o tema proposto. Historicamente, no Brasil, sempre coube ao Estado o papel de provedor fundamental dos direitos de cidadania, inclusive os direitos sociais (CARVALHO, 2001)⁷. Não obstante, a literatura e os dados disponíveis sugerem que o envolvimento crescente de empresas, de pequeno a grande porte, em ações voluntárias e corporativas de intervenção social tem adquirido destaque na sociedade. Assim, o presente estudo tem como objetivo abordar a intervenção social das corporações empresariais no Brasil na última década. Nossa pesquisa visa a investigar a ação política dos

que faz João Bernardo (2000; 2009) ao compreender as empresas modernas sob a lógica da transnacionalização do capital.

⁷ O conceito de cidadania, cunhado por Carvalho (2001), sugere o Estado enquanto histórico órgão provedor dos direitos de cidadania no país, sustentando, inclusive, que os direitos sociais foram concedidos em períodos autoritários no Brasil (ditaduras civil e militar).

gestores da burguesia, ou precisando melhor, a intervenção social do empresariado no Brasil a partir do fenômeno denominado RSE. Em que medida a RSE representa de fato uma nova mudança de comportamento empresarial em relação à filantropia e as tradicionais ações de caridade?

O intuito geral da investigação pretende se conduzir pela categoria de análise classe social, com base no materialismo histórico-dialético⁸, para compreensão da dinâmica de dominação de classe no atual estágio do capitalismo contemporâneo. É preciso notar que o enfoque ora proposto não se dirige à análise da ação política das classes dominantes no que se refere a sua lógica associativa, partidária ou de *lobby* nas esferas de decisão política do Estado. Desse modo, a presente investigação focaliza a organização institucionalizada (corporativa) de determinadas personificações da classe dominante, por meio de suas fundações sociais corporativas e seus investimentos em ações sociais, bem como a necessidade de reproduzir suas relações de produção e dominação. O foco investigativo recairá no que denominamos *corporações orgânicas do capital*, organizações que se destacam no campo da RSE.

Inicialmente nossa proposta era compreender a configuração de determinadas frações da burguesia no Brasil que se destacavam na RSE, no movimento do capitalismo contemporâneo, a partir do enfoque na ação social empreendida pelos empresários e gestores do capital, por meio das corporações empresariais. Contudo, ao longo da pesquisa o recorte metodológico foi-se redefinindo, por verificarmos que a RSE não é específica a um determinado setor empresarial, ou seja, nossa pesquisa não permite afirmar que exista um ramo ou segmento de atuação (fração do capital) que se destaca quanto à RSE⁹. Trata-se de uma prática comum ao meio empresarial. Cumpre notar que as empresas agregadas pelas corporações empresariais aqui investigadas são majoritariamente de grande porte e transnacionais. Por isso, focalizamos as instituições que, em rede, encampam a RSE, especializando-se em consultoria, promoção de debates e articulação do empresariado, as quais agregam um conjunto de empresas em torno da temática, de tal modo que o incurso analítico privilegiará a intervenção social desses organizadores do capital, enquanto

⁸ Por categoria, assim como Marx (1974), entendemos as formações conceituais que exprimem as formas de ser do real e suas determinações de existência. As categorias expressam aspectos fundamentais das relações sociais. Assim, classe social é uma categoria de análise proveniente da expressão teórica da prática social, e não uma abstração sociológica ideal. Por isso as categorias são históricas e transitórias.

⁹ Tanto a indústria de transformação, quanto o setor terciário (que abrange as atividades de comércio, serviços e financeira) ou o segmento empresarial caracterizado pela exploração dos recursos da natureza, estão imersos no engajamento da RSE. É preciso indicar que há indícios revelados em algumas pesquisas de que o segmento de comércio seja o que menos invista no campo da RSE, embora não esteja isento dele.

componente de classe, heterogêneo, complexo e diversificado. A RSE é promovida por tais organizações que, quando não dirigentes, são catalisadoras do investimento social privado e da expansão do capital associado, definidoras de um consenso quanto à estratégia de tratamento das empresas com a “questão social” no período em curso.

Somado a isso, procuramos problematizar o denominado “terceiro setor”, por meio da análise crítica ao constructo teórico que o fundamenta, de inspiração habermasiana, bem como os principais mitos de seu discurso ideológico. Pretendemos oferecer um contraponto a boa parte da literatura que identifica a sociedade civil como produtora de desenvolvimento social e sem vínculos de interesses de classe ou de frações de classe. Assim, precisamos indagar: “os homens de negócios mudaram suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente dentro da relação capitalista, sem, contudo, alterar a natureza desta relação?” (FRIGOTO, 1995:55). Procurando responder a tais questões, o presente trabalho teórico diverge das reduzidas e limitadíssimas teses dominantes sobre a RSE, tanto as que a interpretam como filantropia, quanto, sobretudo, as visões patronais, as perspectivas de democratização das empresas e aquelas que procuram postulá-las como agente de transformação e modernização empresarial, que constituem objeto de nossa análise. Será apenas pelo fato de conseguir redução de impostos ou agregar valor institucional a suas marcas que a RSE é vital hoje em dia para qualquer grande empresa? Desse modo, procuraremos acompanhar o movimento do real em que se determina nosso objeto, mergulhando em profundidade nas suas contradições.

Para tanto, o ponto de partida de nossa pesquisa foi a seguinte pergunta: ao procurarmos investigar o próprio discurso empresarial, no intuito de se identificar o que nele há de comum, em que medida pode-se dizer que as instituições corporativas do empresariado e de consultoria às empresas conseguem orientar as empresas e o próprio conjunto da sociedade, articulando uma determinada visão de mundo e um projeto de classe – no sentido de organização de um consenso hegemônico quanto ao enfrentamento da “questão social”, orientado pela ideologia neoliberal?

O estudo se concentra nos últimos dez anos de investimento em ações de RSE (década de 2000), apesar de se atentar para a nova dinâmica que essa intervenção social das empresas assume já na década de 1990, sobretudo com as reformas orientadas para o mercado e a conjuntura de transformações sociais em que está inserido o empresariado no país. Destaca-se, ainda, que os anos 1980 também são reveladores da expansão, impulsionada na década seguinte,

de ações sociais do denominado “terceiro setor”, sobretudo com o advento das ONGs, fundações e institutos. Contudo, a ênfase foi colocada nas grandes corporações empresariais que atuam no país, sejam nacionais ou transnacionais, na última década, articuladas por *corporações orgânicas do capital*, portadoras de determinado projeto societário em disputa. Assim, procuraremos refletir mais sobre a política em termos de “grande política” do que a predominante e reduzida “pequena política”, nos termos de Gramsci (2011) e retomados por Coutinho (2010).

Destina-se, outrossim, uma preocupação especial em examinar as mudanças de investimento social das empresas entre os governos FHC1, FHC2, Lula1 e Lula2, bem como diante do contexto de crise internacional. Como esse contexto mundial interfere na ação social das empresas no país? Qual é o cenário da RSE no país e qual a sua tendência? Existe uma agenda social comum ao empresariado? Como ela é formulada? Trata-se de algo já institucionalizado ou em processo nas organizações empresariais, que atuam em rede, apesar da diversidade de unidades de acumulação competitiva de que consistem?

II) Hipóteses

A questão sociológica investigada perpassará pela hipótese segundo a qual a intervenção social das empresas pode estar em consonância com a estratégia de reprodução do capital, ao estruturar as práticas sociais e desorientar a organização política autônoma do conjunto da classe trabalhadora (despolitizando a “questão social” e procurando o consentimento ativo por meio de um movimento cooptado do trabalhador na adesão de ações de RSE), corroborando, dessa forma, com o velamento do conflito estrutural de classes decorrente das relações sociais entre capital e trabalho, legitimado pelo Estado. A investigação focalizará o contexto em que se processa a lógica de intervenção social do empresariado e de sua organização corporativa. Nessa perspectiva, pretende-se, no decurso do trabalho teórico, somar à análise o modo como se dinamiza a luta de classes no cotidiano, enfatizando menos a resistência do que a reprodução social e a dominação.

Uma das hipóteses sugeridas permite pensar a RSE enquanto estratégia de construção de hegemonia burguesa. Compreendemos que a RSE se processa num contexto específico da relação Estado-sociedade-mercado no país, enquanto resposta das instituições corporativas da burguesia, a partir da reestruturação das forças produtivas e de novas formas de gestão e reengenharia empresarial, no bojo de uma conjuntura de crise estrutural do capital e reforma do Estado. Apesar

das divergências e da disputa das frações do capital, parece haver uma unidade de classe burguesa no que se refere à intervenção social por meio dos programas, ações e discurso em torno da RSE – ainda que as empresas disputem entre si a visibilidade, o consumidor, a captação de investimentos, a isenção fiscal e o “capital reputacional” que a “empresa cidadã” pode empreender ao agregar valor a sua empresa junto aos consumidores e investidores, por meio da RSE.

Os valores são tradicionalmente reconhecidos pelas características originais dos produtos ou serviços, os benefícios que concedem aos consumidores (seus desejos e exigências e o que as marcas fazem por eles), além das associações percebidas (o maior status, conforto, beleza, segurança etc.). A soma positiva dos valores vincula os consumidores a determinadas marcas, levando-os a repetirem o ato de consumo. O “valor” de uma marca é a sua contribuição de riqueza a quem a produz, distribui ou comercializa” (BLEKHER; MARTINS, 1997).

Por isso a construção da imagem de uma marca empresarial é fundamental em qualquer grande corporação, sendo que a percepção de “empresa cidadã”, reforçada pela publicidade e propaganda, contribui para a agregação de valor e reputação. Ou seja, a imagem institucional, embora imaginária, faz parte da realidade. Esse é o lugar da marca na sociedade midiática (FONTENELLE, 2002).

Como destaca Gramsci, “O exercício normal da hegemonia (...) se caracteriza por uma combinação de força e consenso, que se equilibram de diferentes maneiras, sem que a força predomine demais sobre o consenso e buscando que a força apareça apoiada na aprovação da maioria, expressa por meio dos chamados órgãos de opinião pública”. (GRAMSCI, 2002:1638). De tal modo que a construção de hegemonia pelas classes dominantes, nesse contexto, indica não ser eminentemente imprescindível o uso constante da coerção para dominar, mas impor-se mediante consenso ativo, expresso na defesa do “fortalecimento da sociedade civil”, reduzida à esfera do “terceiro setor”, como pretenso agente de mudança social.

Nossa hipótese sugere que a empresa brasileira, e o empresariado em geral, são portadores de estratégica capacidade flexível de adaptação aos padrões contemporâneos de gestão e de valores corporativos globais, como a competitividade, produtividade, empreendedorismo, investimento social, governança corporativa, dentre outros. Contudo, nossa análise do mundo empresarial não deverá se focar no que Grün (2000) denomina contingente de pequenos empreendedores, portadores de negócio próprio – as chamadas “novas elites em ascensão” ou pequena burguesia brasileira. O enfoque, antes disso, procurará se restringir ao mundo

corporativo do meio empresarial, sobretudo às grandes corporações empresariais que se associam a organizações que denominamos *corporações orgânicas do capital*.

Delimitando a análise teórica acerca da gestão empresarial orientada pelo investimento social, é importante não perder de vista que as condições econômicas e o modo de vida de uma classe se opõem aos interesses e à cultura de outras classes. Tais interesses não se devem exclusivamente à propriedade dos meios de produção e ao controle do capital (embora sejam centrais), mas a outras estratégias e mecanismos, como a subordinação ideológica, as relações de poder estabelecidas conjuntamente, assim como o controle e mediação do Estado, fazendo da *burguesia* a classe dominante. Enfim, a concepção de ação política das classes dominantes, conforme Marx, contempla tanto a dimensão econômica e social, como o poder político, a organização institucionalizada (corporativa) das frações de classe, bem como a necessidade de se reproduzir suas relações de produção e dominação (por meio de hegemonia). Assim, parece haver algumas *corporações orgânicas do capital* que organizam o empresariado e coordenam a cultura do mundo dos negócios socialmente orientada para um padrão de investimento e intervenção social associado a diretrizes táticas do patronato, exercendo um poder social de grande impacto em relação à sociedade civil. Contudo, a ação do empresariado no campo social não parece substituir o Estado, como sugerem algumas das leituras críticas ao neoliberalismo. Ao contrário, a parceria com o Estado é fundamental, sobretudo na conjuntura dos últimos dez anos. A agenda social orquestrada por corporações que congregam as grandes empresas investidoras em RSE também exerce poderosa influência na dinâmica do Estado, ainda que de maneira não homogênea quando analisamos a correlação de forças do empresariado nos governos FHC e Lula.

Procuraremos investigar a singularidade que o empresariado e sua agenda social assumem desde os anos 1990, atentando-nos para as especificidades conjunturais (continuidades e novidades) de sua atuação nos governos FHC1, FHC2, Lula1 e Lula2. Caso nossa hipótese se verifique correta, há algumas mudanças significativas da ação da burguesia principalmente durante o governo Lula. Cabe ressaltar que nossa análise não se estende à burguesia em sua totalidade enquanto classe, mas aos gestores do capital que investem na intervenção social por meio da RSE, que ao representarem determinadas frações do capital, simultaneamente, assumem novas proporções para a reprodução do ciclo do capital e exercem forte capacidade de influenciar o poder político. Conforme nossa análise, o período correspondente desde a gestão Collor à gestão Lula constitui uma nova fase de hegemonia política do capital financeiro no país, com

destaque para os interesses dos investidores internacionais, bancos e fundos de investimentos nacionais. A passagem do período FHC² para Lula¹, segundo nossa análise, constitui o marco de uma nova fase do neoliberalismo no Brasil. Com base em Boito Junior (2003; 2006), durante o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula (período que abrange os anos de 1999 a 2006) se configurou uma maior moderação dos conflitos internos à burguesia (o que equivale a dizer que houve uma maior unidade de classe, e não homogeneidade), apesar da tensão constitutiva e competitividade interna à própria classe.

A presente pesquisa busca desvelar o contexto social e econômico que dá origem ao atual discurso empresarial – pautado pela busca da inovação e da flexibilidade, tanto no âmbito da produção como em suas relações sociais – e às contradições envolvendo a RSE. Como contraponto, há a ideia difundida e que domina a literatura de *management* de que a empresa moderna possibilita minimizar ou resolver os problemas sociais. A estratégia de RSE propagada pelo empresariado e incorporada como uma ação social de nova roupagem, na verdade, corresponde a um dentre outros elementos da dinâmica da reorganização do capitalismo perante a nova conjuntura política do país, na busca de legitimação e construção hegemônica de uma ação de classe, sobretudo após as (contra)reformas de Estado¹⁰ orientadas para o mercado. As empresas e o empresariado não apenas incorporam a flexibilização das relações de trabalho, mas também toda ideologia a ela associada.

O empresariado, enquanto importante representante e organizador de classe da sociedade civil, parece se valer da ideologia do “terceiro setor”, por meio expansivo de suas fundações sociais, de uma nova modalidade de intervenção (investimento) social sob a rubrica da RSE corporativa, num contexto de enxugamento do Estado na questão social. Apregoa-se nesse contexto, a ênfase numa concepção restrita de “cidadania empresarial”. No bojo desse processo é preciso compreender tais ações somadas ao apelo à ideologia do “terceiro setor” e às práticas neoliberais (legitimadas pelo Estado), inseridas no contexto de reestruturação produtiva do capital (a partir de sua crise estrutural), as quais configuram uma verdadeira reengenharia empresarial. A seguir, procuraremos indicar as estratégias de como desenvolvemos nossa investigação, bem como nossa técnica de pesquisa.

¹⁰ Para o entendimento das reformas oriundas dos anos 1990/2000 enquanto hipótese de contrarreforma e contrarrevolução preventiva, a qual supõe o redesenho das classes e da gestão da política, além da passagem de “integração passiva à ordem” para uma “integração ativa”, ver as sugestivas indicações: Dias (2006); Braga e Bianchi (2005); Coutinho (2010).

III) Aspectos metodológicos

Procedemos por meio de análise bibliográfica e documental. Uma ampla literatura foi mobilizada (das áreas de administração e gestão de empresas, economia, ciência política, direito, serviço social e sociologia), abrangendo desde os marcos teóricos de nossa análise até a produção bibliográfica recente a respeito da RSE (livros, artigos, dissertações, teses, matérias) – tanto do meio acadêmico quanto da própria literatura de negócios empresariais (*management*). Somado à análise desse tipo de literatura, lançamos mão de inúmeras pesquisas sobre ação social das empresas no Brasil e na América Latina.

Além da revisão bibliográfica na literatura especializada, o presente trabalho se valeu do material produzido pelas próprias empresas, fundações e institutos empresariais como fonte documental, por meio do exame de relatórios, periódicos e balanço social de organizações, fundações e institutos. Analisamos uma diversidade de dados relativos a termos que circundam nosso objeto: gestão empresarial, governança corporativa, investimento social, balanço social, agenda social, filantropia, marketing, trabalho voluntário, motivação de investimentos, *accountability*, planejamento e gestão, cidadania corporativa, ética nos negócios, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, finanças sustentáveis, ação social, solidariedade, programas de inclusão, *stakeholder* e *stockholder*, terceiro setor, empresa cidadã.

A seguir, indicaremos como lidamos no trato da RSE e sua articulação com a teoria. Em nosso entendimento, o primado do objeto sobre a teoria não implica mera descrição do fenômeno, ainda que seja necessária sua inteligibilidade, mas sim a produção de abstrações teóricas articuladas com seu próprio movimento dinâmico e suas múltiplas determinações. A teoria deve ser extraída da realidade, não o seu inverso.

De tal modo que o percurso dialético, em termos metodológicos, assume uma perspectiva ontológica, nos termos de Marx (2011) e Lukács (1979). Para se apropriar do objeto, a maneira de proceder do pensamento deve se elevar do abstrato ao concreto (síntese de múltiplas determinações). Assim, o ponto de partida da investigação de análise, isto é, o percurso analítico epistêmico, é o concreto que se torna pensado em suas íntimas conexões e condicionamentos. Contudo, o elemento empírico (descritivo) não é ainda o concreto, consiste em sua primeira forma fenomênica de se apresentar como expressão do real, é sua parte perceptível, portanto. As abstrações conduzem ao concreto por meio do pensamento. É dessa forma que procuramos

investigar as empresas e o empresariado para, a partir do próprio movimento interno do objeto, uma vez captadas as conexões íntimas da matéria, compreender suas determinações e as formas distintas de sua manifestação, bem como a totalidade dinâmica que o cerca. Na dimensão ontológica do método dialético é o objeto que rege a teoria, não o inverso; ou seja, o objeto a ser investigado é impulsionado pela sua dimensão ontológica¹¹, cujas abstrações necessitam da epistemologia, por intermédio das categorias teóricas e da processualidade histórica capazes de lhe explicar. É assim que propomos o conhecimento do objeto, de sua estrutura e dinâmica. Portanto, reconstituir os fundamentos da RSE no Brasil contemporâneo implica compreender as empresas e o empresariado no próprio movimento dinâmico do sistema do capital na contemporaneidade.

Como lembra Mancuso, “Ao iniciar o seu trabalho, um pesquisador decidido a estudar a ação política do empresariado no Brasil enfrenta, simultaneamente, dois desafios: em primeiro lugar, conhecer o que foi feito até então pelos colegas que o antecederam; em segundo lugar definir o perfil de sua própria pesquisa, de modo a situá-la diante do que já foi produzido”. (MANCUSO, 2007:144). Dessa forma nos esforçamos em pesquisar um conjunto de institutos empresariais especializados em consultoria em responsabilidade social no Brasil e que congregam o investimento social privado. Dentre os mais destacados estão: Instituto ETHOS, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Fundação Abrinq, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Comunitas (organização que atua no investimento social corporativo), Alshoka Brasil (Organização Internacional de apoio ao empreendedorismo social) e Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO).

É preciso enfatizar que a pesquisa se concentrou especialmente no GIFE e no Comunitas, recorrendo às demais instituições quando necessário, pelo fato de ambas não apenas canalizarem os dados de investimento social privado no país, como serem representativas da RSE. O GIFE foi a primeira associação na América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações de origem privada que atuam em investimento social privado (sua rede investe cerca de R\$ 2 bilhões por ano em projetos sociais), além de ter sido uma das instituições precursoras na

¹¹ Ontológico aqui, enquanto distinto de metafísico, mas eminentemente histórico, real e determinado. Como afirma Lenin (1989), trata-se de “uma análise concreta de uma situação concreta”.

difusão do termo “terceiro setor”. Já a Comunitas, cuja rede investe R\$ 1,6 bilhão em RSE, é uma importante instituição que, conforme veremos, organiza o investimento social corporativo de acordo com as mais modernas práticas de RSE, promovendo anualmente o BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo). Além disso, a Comunitas é interligada ao Centro Ruth Cardoso, sendo oriunda de um projeto pioneiro da agenda social das empresas no formato de “rede de solidariedade social”, do Programa Comunidade Solidária, criado conjuntamente às reformas do Estado gerencial de cariz neoliberal no Brasil.

Pretende-se oferecer ao leitor, nos capítulos que seguem, uma unidade teórico-conceitual plenamente articulada. No cuidado de anunciar as mediações referentes aos resultados a que chegamos, procuramos diferenciar formalmente o método de exposição do método de pesquisa¹². Houve um esforço para que os capítulos não fossem expostos de um modo positivista (não apenas no conteúdo, mas na forma), em que o objeto anunciado aparece apenas no último capítulo, numa espécie de enfeixamento de uma construção teórica prévia. Em contraposição a essa opção, optou-se por expor o objeto a partir das suas determinações dinâmicas, fundamentadas numa análise histórico-social, ainda que essa decisão tenha apresentado dificuldades incontornáveis ao autor¹³.

a) Elementos teóricos para o enfoque relacional da burguesia e suas frações

O estudo teórico das classes sociais que subsidia a presente investigação embasa-se no referencial da teoria social de Marx, sobretudo das classes dominantes, o qual se fez imprescindível para refinar nossa abordagem sobre o objeto em foco. Devido ao cuidado metodológico e expositivo que tivemos, optou-se por não destinar um capítulo específico às

¹² Encontra-se, inclusive, em Marx (1988) uma riquíssima e inspiradora distinção formal entre método de investigação e de exposição de análise, enquanto elementos distintos de uma pesquisa. Conforme o fundamento materialista de seu método, sintetizado no posfácio da 2ª edição alemã (1873) de *O Capital*, “É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de permitir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori”. Um desdobramento dessa perspectiva encontra-se exposto nos *Grundrisse* (MARX 2011).

¹³ Contudo, lembrando a recomendação de José Paulo Netto, na apresentação à obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels (2008), acerca de um comentário que o historiador Hobsbawm fizera sobre o jovem Engels, “no domínio das pesquisas sociais, ninguém poderia produzir uma obra científica sem se ter desembaraçado previamente das ilusões da sociedade burguesa”. É pré-condição de qualquer estudo sério, independente da orientação teórica do autor, lembrar que não se deve avaliar um objeto como o de nosso porte pelo que diz de si próprio, isto é, tomar o discurso empresarial como verdadeiro, mas pelo que se faz numa dada situação concreta, conforme observa Arcary (2011).

classes dominantes em Marx. Contudo, é preciso indicar – distintamente do que apregoam as críticas reducionistas à Marx¹⁴, as quais postulam no autor uma visualização estreita e homogênea da burguesia e do proletariado em termos duais – a especificidade do tratamento do conceito.

Todavia também é preciso compreender o conceito de classe social no conjunto de sua obra, no movimento de suas análises, uma vez que o pensamento dialético marxiano não opera por definições estanques mecanicistas. Não se trata de “registrar” um fenômeno como forma definida, mas apanhar o seu desenvolvimento, “a transição de uma ordem de relações sociais para outra. (...) o que lhe pode servir de ponto de partida não é a ideia, mas apenas o fenômeno externo”¹⁵.

Para tanto o método de pesquisa recorreu aos próprios textos de Marx, com atenção maior ao tratamento conferido a tal conceito nas obras *18 Brumário* (MARX 2002) e *As Lutas de Classes na França de 1848-1850* (MARX 2008). Optou-se em incorporar esse referencial em meio aos subsídios de análise dos gestores do capital como pano de fundo teórico, em vez de dedicar, na exposição deste trabalho, um capítulo especificamente a este respeito – o que deslocaria, em certa medida, nosso objeto de estudo do empresariado e da RSE.

É preciso notar que as análises de classe ganham sustentação na medida em que as categorias e conceitos de análise estrutural não são suficientes, uma vez que as classes se manifestam por meio de personificações, frações de classe, partidos, formas de governo, legislação, instituições, imprensa e tantos outros fatores. É bastante conhecida a passagem de Marx segundo a qual os homens não fazem sua própria história em total conformidade com sua consciência e vontade: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2002:21). Trata-se de um conjunto

¹⁴ A lista aqui seria interminável para destacar as projeções “objetivistas” a Marx, o qual ignoraria as outras relações sociais que não a econômica. Apenas para fins de indicação, cabe a citação de um influente cientista social: “As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objetivamente provadas resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo econômico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas relações de produção econômica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos (...) da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irredutíveis à oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção econômica (...) organizado simplesmente em torno de dois blocos” (BOURDIEU, 2005:152).

¹⁵ Comentário de um resenhista de *O Capital* citado por Marx no posfácio da segunda edição da mesma obra (MARX, 1988:25).

complexo de ações e reações recíprocas, que desembocam num resultado histórico não previsto ou planejado pelos atores em disputa¹⁶.

Nos termos aqui assumidos, assim como a classe não é dado estatístico, também não é mera abstração sociológica, mas uma realidade conjuntural; constitui investigação teórica com base nas relações sociais de uma formação social historicamente determinada (a qual pressupõe múltiplas determinações concretas). Dito de outro modo, classe social é uma categoria de análise proveniente da expressão teórica da prática social. Longe de idealismo ou especulação teórica, trata-se de um conceito correspondente a níveis concretos de abstração. Requer a compreensão das classes sociais em suas interações dinâmicas, em seus movimentos conflitivos.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) afirmam que “os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe”. A respeito do antagonismo intercapitalista, isto é, entre os capitais particulares, Marx, em *Miséria da Filosofia*, destaca: “se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa” (MARX, 1982, p.117). Fica evidente, da mesma forma, o cuidado destinado por Marx quanto ao conflito de interesses das frações de classe dominantes, sobretudo quando analisados os referidos *O 18 Brumário* e *As Lutas de Classes na França de 1848-1850*.

Cumpramos destacar que, conforme nosso entendimento, o empresariado não é um bloco homogêneo, há fracionamentos empresariais quanto a formas de associação, interesses corporativos, especificidades das próprias frações de classe que representam, diversificadas formas de relação com o Estado (incluindo, aqui, maneiras distintas de se beneficiar das políticas governamentais). Assim, adotamos a perspectiva de Bianchi, segundo o qual o enfoque relacional¹⁷ deve ser mobilizado para o estudo do empresariado, uma vez que, nesse enfoque “as

¹⁶ A não-correspondência entre as simples intenções iniciais dos agentes e o complexo resultado final dos processos históricos pode ser explicitada na carta de Engels a Bloch, de 21 de setembro de 1890 (ENGELS 1982: 547-9).

¹⁷ Tal enfoque relacional permite afirmarmos a dinamicidade das classes, apoiados em Marx, distintamente das interpretações essencialistas, que projetam interesses e formas de organização atemporais e que postulam essências predefinidas nas ações coletivas, negligenciando situações determinadas concretamente e atualizadas nos conflitos sociais. Como afirma Bianchi, “É justamente o processo de conformação desses interesses concretos e históricos o que escapa às teorias essencialistas. Teorias essencialistas são a-históricas. Elas remetem a essências abstratas, estáticas e predefinidas. Nelas, as relações entre essas essências são relações de exterioridade, nas quais a interação não provoca alteração dos conteúdos” (BIANCHI, 2010:34).

formas associativas do capital (e dos capitalistas) são o resultado de relações de forças sociais que motivam a agregação de interesses antes dispersos e, até mesmo, conflitantes, bem como da capacidade de liderança de certos intelectuais” (BIANCHI, 2010 p.19). Convergindo nesse sentido, “muito mais que a situação de classe, que é estática, importa a posição de classe, que está em movimento (...). Não são as condições de existência das classes, mas a sua disposição para lutar por seus interesses o que decide as relações de forças” (ARCARY, 2004 p. 51).

É preciso, ainda, destacar que se considerou no presente estudo o entendimento de que empresário não é sinônimo de proprietário de capital (BIANCHI, 2001). Executivos e *managers* (administradores de empresas), apesar de serem empresários, não são necessariamente proprietários (capitalistas). Aqueles que apesar de possuírem títulos jurídicos de propriedade, mas que não participam do processo de organização da reprodução ampliada do capital também não são empresários. Assim:

a ideia fundamental que é preciso reter é que os empresários são os organizadores do capital. Ou seja, eles ocupam um papel determinado no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vinculam de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Seu pertencimento à classe dos capitalistas não é, portanto, definido por uma relação jurídica de propriedade e sim pelo lugar ocupado no conjunto das relações de produção. (BIANCHI, 2001 p.31)

Também nem todo homem de negócios é um dirigente empresarial, conforme veremos ao longo da pesquisa. Capital não é só trabalho acumulado em forma de mercadorias. Capital não é somente “dinheiro que se incrementa, dinheiro que produz mais dinheiro”, ou precisando melhor, também não é apenas o valor que se valoriza (CARCANHOLO, 2011); é, fundamentalmente, uma relação social que envolve controle exercido sobre os meios de produção e a gestão dos processos econômicos. Como destaca Marx (2011: 54), “capital, p.ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc”. “Capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital” (MARX, 2010b:49). Capital é uma grandeza social que envolve a relação burguesa de produção e controle (poder social). Consiste num poder estranho ao trabalhador que lhe é hostil, um poder de controle do trabalho, uma vez que “o trabalho assalariado produz a riqueza estranha que o domina”. Como destacado em *Trabalho Assalariado e Capital*,

O capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. (...) O capital não consiste apenas de meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias

primas, não consiste apenas de produtos materiais; compõe-se igualmente de valores de troca. (...) O capital (...) é também uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais. A matéria do capital pode se transformar continuamente sem que o capital sofra a menor alteração (MARX, 2010b:46-7).

Ao investigarmos a composição interna das classes dominantes, identificaremos dois segmentos sociais importantes que as conformam: a) a parte que é proprietária particular do capital; b) e aqueles que gerem o processo econômico e que se apropriam globalmente de capital. Por outras palavras, os proprietários e os gestores do capital, que não mais configuram uma única pessoa no capitalismo contemporâneo. Na análise de João Bernardo (1987; 2008; 2009), a classe exploradora se define pela propriedade e pela gestão do capital, desdobrando-se em duas classes sociais distintas, apesar da tendência contemporânea da classe dos gestores substituírem progressivamente os proprietários na apropriação do capital (Bernardo 1987; 2008; 2009). Contudo, constituiriam de fato duas novas classes sociais? Ou, ao contrário, trata-se de dois segmentos sociais de classe que constituem a burguesia?

Em nossa hipótese, a nova morfologia da classe burguesa se caracteriza por dois segmentos que constituem a mesma classe: os gestores do capital e os proprietários. Ambas se apropriam do capital global, ambas encontram-se estruturalmente em antagonismo com as classes trabalhadoras. Desse modo, não convergimos, sob esse aspecto, com as caracterizações de uma nova classe, como Bottomore (1968), Burnham (1941), Oliveira (2003), Bernardo (1987; 2008; 2009) – embora os dois últimos sejam autores centrais para nossa fundamentação teórica. Ainda no que diz respeito à reflexão sobre os gestores do capital, nos apoiaremos também em Tragtenberg (2005).

Outro referencial teórico, incorporado criticamente, para nossa fundamentação sobre o empresariado enquanto segmento de classe social, encontra-se em Poulantzas, em sua primeira abordagem teórica (POULANTZAS, 1978). Apesar da unidade da classe dominante com o objetivo de frustrar a revolução e garantir a dominação do capital, as frações de classe, heterogêneas, disputam a repartição da mais-valia total e os benefícios da política econômica estatal. Ou seja, há conflito entre os interesses das próprias frações, as quais desempenham diferentes funções no processo econômico e variam em dimensões de seu capital. Ao refletir sobre as dimensões internas às classes sociais, o autor sugere importantes questões relativas à disputa no interior do “bloco no poder” (POULANTZAS, 1978; SAES, 2001; BOITO Jr., 2003) e pela construção de hegemonia entre as frações das classes dominantes. Assim, as frações de

classe são “formas de existência” do capital (Marx), encontram-se relacionadas com o lugar ocupado por essas frações no processo de produção, diferenciando-se pelas condições materiais de existência e pela correlação de forças (posicionamento e ação de classe). Em síntese, o campo da luta de classes é definido pela coexistência de várias classes e frações de classe em disputa. Segundo Poulantzas:

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 1977:69)

Diante do exposto acima, as frações que compõem a classe dominante não têm apenas a esfera econômica como condição de existência, uma vez que esta também se desenvolve no plano político e ideológico. A análise em torno do bloco no poder (POULANTZAS, 1971; 1978; PERISSINOTTO, 1994; SAES, 2001; BOITO Jr., 2006) permite destacar, conforme problematizamos, o conflito e a dependência, a subordinação e a oposição das frações de classe dominante no exercício do poder político influente no Estado, enquanto interesses de classe. Assim, de acordo com o enfoque teórico metodológico de nosso estudo, nos propomos a ir além da perspectiva de Poulantzas, compreendendo o Estado em sentido ampliado, sobretudo os interesses empresariais (concebendo as empresas enquanto “aparelhos privados de hegemonia” e algumas de suas organizações corporativas como *corporações orgânicas do capital*) em disputa com outros projetos políticos, inclusive no interior da própria burguesia, no esforço de construção hegemônica na luta de classes e na dinâmica conflitiva de correlação de forças.

Partimos do diagnóstico de Antunes (2000; 2005; 2008) sobre o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. Distintamente das formulações que postulam o fim das classes sociais ou da classe trabalhadora (e no limite do próprio trabalho), é preciso compreender a forma de ser da classe trabalhadora atual enquanto um desdobramento das profundas transformações no mundo do trabalho advindas das últimas décadas. Nesses termos, a classe trabalhadora inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, incorpora a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo assalariado. Encontram-se nessa condição social homens e mulheres que vendem sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção. Em outros termos, é a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000). Essa noção ampliada de classe trabalhadora implica uma nova forma de ser dessa classe: mais complexa, heterogênea,

diversificada e fragmentada. Inclui o proletariado industrial, trabalhadores produtivos (inclusive os assalariados do setor de serviços), trabalhadores improdutivos, proletariado rural, trabalhadores desempregados, precarizados, subcontratados, trabalhadores de trabalho parcial, informais etc. Ou seja, contempla as novas categorias de trabalhadores no contexto de precarização estrutural do trabalho em escala global, inseridos num contexto de flexibilização, desregulamentação e privatização – tendências reforçadas com o avanço neoliberal, tanto nos países centrais como nos países periféricos do capitalismo.

Ao compreender as mutações no mundo do trabalho e a nova morfologia da classe trabalhadora (numa perspectiva ampliada), Antunes (2000; 2005) destaca que não fazem parte da classe trabalhadora: a) gestores do capital e seus altos funcionários (exercem papel central no controle, mando, hierarquia e gestão do processo de valorização e reprodução do capital) – partes constitutivas das classes proprietárias; b) pequenos empresários; c) pequena burguesia urbana e rural (proprietária dos meios de produção); d) portadores de algum capital acumulado e que vivem de juros / especulação. Dessa forma, é importante entendermos a forma de ser das classes dominantes reveladas pela sua intervenção social.

Contudo, o mundo do trabalho condiciona e é condicionado, numa perspectiva estruturalmente relacional, pelo sistema do capital. Ambos estruturam a totalidade das relações sociais. As pesquisas têm avançado significativamente para melhor compreensão do proletariado e o mundo do trabalho, no entanto, não se pode dizer o mesmo quanto ao avanço sobre a compreensão das classes dominantes, isto é, da burguesia – ainda mais no contexto brasileiro contemporâneo. O aprofundamento da compreensão sobre a burguesia, em sua morfologia e formas de associação e intervenção social, consiste numa lacuna nas ciências sociais. É relevante indicarmos que, na presente pesquisa, nos focaremos nos gestores empresariais, enquanto personificações assumidas pelo capital e que mobilizam o investimento social privado no país.

CAPÍTULO 1 – Corporações Orgânicas do Capital e a burguesia brasileira

1.1: Corporações Orgânicas do Capital: institutos, fundações, organizações empresariais e aparelhos privados de hegemonia no campo da RSE

O que nos interessa nessa primeira parte do trabalho é, feitas as considerações de apresentação metodológica da pesquisa, examinar as corporações empresariais capitalistas em sua lógica de associação, e não de representação, no que se refere às formas de intervenção e investimento social, doravante denominadas RSE.

Conforme apresentamos, o interesse pelo tema da RSE é recente e tem sido crescente tanto entre o empresariado como entre os analistas e as políticas governamentais. Com isso, emergem as empresas consultoras que oferecem serviços e divulgam balanços sociais das empresas “parceiras”. Para se ter um exemplo, a partir dos anos 2000, a RSE passa a ser parte do tema global da “governança corporativa”, sendo amplamente incorporada pelo setor financeiro (DONADONE E GRÜN 2001). O estudo *Investimento Social Privado dos Estados Unidos no Brasil*, realizado pelo GIFE (Grupo de Institutos e Fundações Empresariais) em parceria com a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional, divulga que em 2006 apenas o investimento em RSE de empresas americanas no Brasil (ISP) foi na ordem de R\$ 204 milhões.

De acordo com nossa pesquisa, pode-se dizer que o perfil da empresa que realiza esse tipo de investimento é em geral de grande porte, corporativa e está presente nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que atuem em outras localidades. Esse é o primeiro traço da empresa “socialmente responsável”, e como toda generalização, está passível de exceções.

Procurou-se, na presente pesquisa, atentar para um conjunto de sistemas de relações em que as corporações capitalistas se localizam na questão social. As corporações não atuam sozinhas e de maneira independente na área social. O que verificamos é que determinadas instituições se especializaram na busca de parcerias com empresas, organizações, fundações e institutos empresariais no que se refere às “boas práticas” de RSE.

Entendemos por *corporação orgânica do capital* a instituição que congrega diferentes corporações e unidades empresariais, de variados portes e segmentos de atuação, representativas do grande capital e que exercem um papel de direção no campo do comportamento

organizacional de suas associadas no que se refere ao investimento em RSE¹⁸. Podem ser agregados, também, corporações empresariais, institutos independentes, fundações, ONGs e consultores. Tais corporações assessoram, pesquisam e aparelham esse grupo associado por meio da RSE. Constroem a unidade de intervenção social, assumindo uma espécie de papel diretivo, a despeito da concorrência e disputa econômica da competitividade do mercado da venda de suas mercadorias e serviços (tanto entre as próprias unidades produtivas tomadas particularmente como entre as frações de classe). Trata-se da condensação das funções de direção e dominação de classe. As *corporações orgânicas do capital*, portanto, têm importante papel na organização dos conhecimentos necessários para o empreendimento da RSE por parte do empresariado, ao agregar diferentes corporações capitalistas que atuam em diferenciadas atividades, procuram superar o terreno dos interesses (corporativos) ao organizarem o terreno da cultura (universal burguesa). Orientam concepções de mundo e organizam a consciência social do empresariado adequados a hegemonia burguesa, em íntima vinculação com o Estado; exercem a função de especialização e socialização de conhecimentos na área do investimento social e da intervenção social.

As empresas brasileiras estão confrontadas ao desafio de aprimorar a gestão, qualidade e impacto de seu investimento. Acelerar este processo implica aprender a atuar em parceria, superando desconfiças e criando novos padrões de colaboração. Implica também monitorar e avaliar resultados, sistematizando e disseminando conhecimentos e *best practices* (BISCComunitas, Relatório 2008).

As corporações orgânicas do capital não apenas ocupam um lugar privilegiado e consciente de seus interesses no campo econômico, mas revelam-se capazes de orientar a gestão social das empresas e sua cultura organizacional. Trata-se de uma capacidade dirigente e técnica no meio empresarial, nos termos de Gramsci. O empresário dirigente deve dispor de uma orientação técnica para além da esfera de atividade econômica, deve ser capaz de encontrar

¹⁸ O conceito de *corporação orgânica do capital*, na verdade, se respalda no referencial conceitual gramsciano de “aparelhos privados de hegemonia”, ao mesmo tempo em que o reatualiza (incorporando-o integralmente, vale dizer) conforme as especificidades de nosso objeto. As corporações orgânicas do capital, nessa acepção, organizam suas empresas associadas (independente da fração de classe que representam), as quais constituem aparelhos privados de hegemonia; assumem, sobretudo, uma função de organicidade do empresariado e do capital (lembrando que, como destaca Gramsci em *A questão meridional*, pode haver aparelhos privados de contra-hegemonia não orientados pelo capital e sem sua organicidade). Poder-se-ia entender o termo também como aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, o que precisa sua orientação de classe. Assim, apenas estamos definindo o cariz de classe de tais “aparelhos” empresariais não apenas no campo da reprodução, mas definidores de uma agenda social a intervir na questão social e no Estado, constituindo verdadeiras corporações reorientadoras de um projeto de classe em disputa. Precisando melhor, utilizamos a expressão *corporações orgânicas do capital* no lugar de aparelhos privados de hegemonia a fim de que se diferencie o GIFE e a Comunitas das empresas tomadas individualmente, dos partidos políticos, sindicatos e organizações de representação patronal (como a Fiesp, Febrabam CNI etc), associações, mídia e demais aparelhos privados.

confiança nos investidores de sua empresa e dos compradores de suas mercadorias, como destaca Gramsci. A estrutura ideológica compreendida pela Comunitas e pelo GIFE consiste numa organização material que visa manter e defender a frente teórica e ideológica. Como ressalta Fábio Colletti Barbosa, CEO do Grupo Abril, “o objetivo é que a Comunitas nos apoie para que tenhamos um grupo de CEOs que se envolva nessas questões, que faça essas articulações, que faça *advocacy*, que olhe a questão da educação e também olhe a questão de como se medir isso, porque os CEOs estão inseridos na gestão e buscando uma forma de agregar valor”. Ou, nas palavras de José Ermírio de Moraes Neto, presidente da Vororantim Finanças e da Fundação Votorantim: “O Brasil tem atualmente quase 60% de seu PIB na área de serviços. Então, o nosso desafio como líderes é pelo menos trazer essas mil empresas para um processo de trabalho cooperativo e conjunto. Hoje ninguém faz nada sozinho”¹⁹. Assim, as *corporações orgânicas do capital* se apresentam como importante parceira nos negócios corporativos, congregando boa parte das lideranças empresariais no país.

Tal direção revela-se capaz de criar as condições necessárias à expansão de sua classe e de seus interesses na intervenção da questão social, desarticulando e subordinando qualquer forma de intervenção antagônica a sua estratégia de classe. Como destaca Buci-Gluckmann (1980:141): “Uma organização aparentemente ‘privada’ pode desempenhar um papel ideológico e político decisivo na unificação política de classe, e isso por intermédio do aparelho de Estado e dos ‘intelectuais’”.

Essas *corporações orgânicas do capital* são geridas por “intelectuais orgânicos” e desempenham um papel de organicidade do capital no que se refere à sua dominação na área social, pois além de intervir no mundo dos negócios, procuram organizar as políticas governamentais, conforme veremos, em consonância com sua agenda social, de acordo com suas diretrizes de dominação e expansão. Esses intelectuais se diferenciam do restante dos “intelectuais tradicionais” e representantes do empresariado.

O que diferencia as organizações capitalistas entre si é a forma e o papel que desempenham em determinadas condições e em determinadas relações sociais, a depender de sua posição no conjunto da sociedade. Determinados gestores, em conexão com influentes grupos sociais, a exemplo da Comunitas e do GIFE, lutam pela assimilação e conquista ideológica do

¹⁹ Ambas as citações são do 4º Encontro de Líderes promovido pela Comunitas, em 30 de setembro de 2011.

restante dos intelectuais tradicionais, desde que os grupos possuam seus próprios intelectuais orgânicos.

Conforme apontamos, o GIFE (Grupo de Institutos e Fundações Empresariais) foi a primeira associação na América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações de origem privada que atuam em investimento social privado. Com a ênfase na relativa incapacidade do Estado intervir na área social, o GIFE, sediado em São Paulo, foi fundado num contexto de expansão do “terceiro setor” e de início da RSE, momento em que, segundo a instituição, “crescia a consciência do empresariado sobre a necessidade de promover transformações sociais, muito além do assistencialismo”. Em 1995, quando foi fundado, contava com 25 organizações parceiras, saltando para 133 colaboradores em 2011. Sua rede investe cerca de R\$ 2 bilhões por ano em projetos sociais, com prioridade em programas voltados para a juventude – totalizando cerca de 20% do montante investido por todo o setor privado na área social²⁰. Curioso notar que de 1995 a 2010, o número de associados tem sido crescente. Essa *corporação orgânica do capital* articula junto a sua rede de corporações a visão 2020, um apanhado de diretrizes acerca do bom desempenho em RSE a se adotar.

Segundo consta em seu site, o objetivo do GIFE é, além de difundir conceitos e práticas:

contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário sistemático, voltado para o interesse público²¹

A rede GIFE de investimento social privado congrega boa parte das grandes empresas nos mais variados ramos de atuação, além de seus institutos e fundações. Dentre alguns de seus importantes associados estão: Banco Bradesco e Fundação Bradesco, Basf, Brf Brasil Foods, Carrefour, Fundação Abrinq, Fundação Avina, Banco do Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional, Boticário, Nestlé, Odebrecht, Fundação Orsa, Ponto Frio, Fundação Roberto Marinho, Telefônica, Vale, Gerdau, IBM, Instituto Ayrton Senna, Coca Cola, Cyrela, Embraer, Grupo Pão de Açúcar, Instituto HSBC Solidariedade, Instituto Itaú Cultural, Instituto Souza Cruz, O Boticário, Natura, Nextel, McDonalds, Instituto Unibanco, Votorantin, Wal-Mart, Intel, Smart, Microsoft, Net, Oi Futuro, Petrobras, Pinheiro Neto Advogados, Santander, Serasa Experian,

²⁰ Dados disponíveis na pesquisa CENSO GIFE 2009-2010.

²¹ www.gife.org.br

TNT, Tv Globo, dentre outros²². O GIFE conta ainda com outras parcerias, que não são associadas, como o SESI, Rede América-Brasil, Ashoka, Forum Amazônia Sustentável, Instituto Camargo Correa, Alliance, Vagas.com, programas do Governo Federal (como Lei de Incentivo a Cultura e Brasil Todos pela Educação), dentre outros.

Estão entre suas principais realizações:

- a) Aliança GIFE e Rede América: desde 2008, a rede conta com 65 organizações empresariais, apoiadas por mais de 360 empresas em 11 países, numa espécie de canal de interlocução e financiamento da rede privada em investimento social latino-americana.
- b) Congresso GIFE sobre Investimento Social Privado: Desafios e perspectivas para o desenvolvimento brasileiro (2000); Construção de uma nova ordem social (2002), A cidadania e suas múltiplas dimensões (2004); Desafios para uma sociedade sustentável (2006); Experiências Locais, Transformações Globais (2008); Visão do Investimento Social Privado para 2020 (2010).
- c) Grupos de Afinidades: reúne seus associados de acordo com sua área de investimento e atuação (Comunicação, Cultura, Juventude, Educação e Articulação).
- d) Núcleos Regionais: reuniões promovidas regionalmente (Bahia, Campinas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul).
- e) Painéis Temáticos: reuniões e eventos esporádicos com foco em temas específicos.
- f) Publicações: inúmeras publicações sobre RSE e “terceiro setor”.
- g) Workshops: eventos exclusivos a associados e convidados.

Vale uma última observação sobre o GIFE. Essa corporação orgânica do capital se esforçou em romper com a visão filantrópica do empresariado, convertendo-a em investimento social privado.

Já a Comunitas, outra *corporação orgânica do capital* aqui focalizada, realiza “parcerias para o desenvolvimento solidário”. É uma importante instituição que, conforme veremos, organiza o investimento social corporativo de acordo com as mais modernas práticas de RSE, promovendo anualmente o BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo) – uma espécie de pesquisa e balanço social de seus associados, procurando indicar pautas para os investimentos dos próximos anos.

²² Para ver a lista completa de associados do GIFE, consultar ANEXO 1.

A Comunitas, fundada em 2000, é uma das organizações da RedeSol e atualmente está sediada no Centro Ruth Cardoso, inaugurado em 2009. Enquanto primeira dama, Ruth Cardoso (1995-2002) foi articuladora do *Programa Comunidade Solidária*, tendo como um dos projetos pilares o *Alfabetização Solidária*, que estimulava a parceria em rede de ONGs, empresas, fundações, governo e demais organizações sociais do “terceiro setor” para o enfrentamento do analfabetismo (numa perspectiva de despolitização da questão social²³, bem distinta daquela assumida pelo movimento de Educação Popular no início dos anos 1960²⁴). O orçamento desse projeto era proveniente tanto do governo federal como de doações empresariais e individuais, consistindo, portanto, na mais relevante experiência de “parceria” do governo com o “terceiro setor” no trato com a questão social. Tal fato busca dar legitimidade à recente reforma gerencial de Estado implementada pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, idealizada na gestão neoliberal do governo FHC. A Comunitas procura, portanto, dar continuidade aos programas do *Comunidade Solidária* gerados entre 1995 e 2002.

Ela dispõe da parceria com grupos empresariais de diferentes modalidades de atuação, representativos de distintas frações do capital, compreendendo: bancos e corporações de investimentos financeiros e de seguros; um dos grupos líderes mundiais na produção de alumínio; setor alimentício (rede transnacional); ramo de engenharia e construção civil; metalurgia, siderurgia e transporte; petroquímica; energia e lubrificantes automotivos e industriais, mercado imobiliário; uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo, serviços de tecnologia da informação; mineradora (uma delas representa a segunda maior do mundo nesse segmento); produção de papel e celulose; e um instituto educacional sem fins lucrativos.

Segundo o discurso institucional “As ações da Comunitas combinam produção de conhecimento sobre novas dinâmicas de participação social, consultoria a empresas sobre responsabilidade social corporativa, programas que conectam voluntários entre si e redes sociais

²³ “A questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...)” (IAMMAMOTO e CARVALHO, 2009:77). Para um exame cuidadoso do termo questão social, ver Netto (2007; 2009).

²⁴ A campanha de educação popular e de alfabetização dos anos 1960 foi promovida pelo movimento de educação popular, MEB (Movimento de Educação de Base) e MCP (Movimento de Cultura Popular), de inspiração em Paulo Freire, no intuito de politizar, organizar e transformar a vida dos setores populares, cultural e materialmente, “com” e “para” o povo (FREIRE 1987; BRANDÃO 1985; SCOCUGLIA 2000).

para jovens”²⁵. Criada portanto em 2000, pela então primeira dama Ruth Cardoso, a Comunitas visa estimular o investimento social privado no país, articulando o empresariado em torno dessa questão. No plano discursivo estimula uma sociedade civil mais participativa e responsável, em conformidade com os padrões de “governança do mundo contemporâneo”.

A Comunitas tem como áreas prioritárias de atuação a RedeSol cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento social e solidário por meio da participação da sociedade civil, incentivando o diálogo de ações inovadoras, colaborações e parcerias na área social. Ela comporta uma rede de parceiros com concepções em comum para a promoção do social, promove anualmente o BiscComunitas (Benchmarking do Investimento Social Corporativo) que é inspirado no modelo americano do CECP²⁶ (Committee Encouraging Corporate Philanthropy) e reúne o levantamento de dados quantitativos e qualitativos do perfil do investimento social de empresas representativas do grande empresariado brasileiro. O Bisc consiste numa publicação realizada anualmente, buscando fortalecer parcerias no meio empresarial para o “desenvolvimento sustentável”, além de sistematizar e divulgar o investimento social corporativo no Brasil. Para a presente pesquisa, analisamos os relatórios referentes aos anos de 2008 a 2011²⁷.

A influente Comunitas afirma ter a “missão” de fortalecer a sociedade civil, a democracia e o desenvolvimento social, destacando:

Em sociedades abertas e complexas, a tendência é o aumento da influência do setor privado e da sociedade civil sobre questões de interesse público. A ação do Estado é necessária, mas são as interações entre governos, empresas e sociedade civil que ampliam os recursos e competências necessárias à experimentação e inovação social. As empresas brasileiras estão confrontadas ao desafio de aprimorar a gestão, qualidade e impacto de seu investimento social (BiscComunitas, relatório 2008).

O reconhecimento no meio empresarial pode ser identificado na fala de uma destacada liderança empresarial e política, segundo a qual “a Comunitas é uma oportunidade para todos

²⁵ www.comunitas.org.br

²⁶ O CECP, de Nova York, congrega mais de 170 empresas dentre as quais 60 das *Fortune 100* (cem maiores empresas) num expressivo fórum internacional dedicado ao investimento social corporativo. O CECP colaborou com a Comunitas na ferramenta Corporate Giving Standard ao contexto brasileiro. Vide www.corporatephilanthropy.org

²⁷ Cabe observar que nem todas as corporações empresariais estiveram presentes em todos os anos abrangidos pela pesquisa, e também, conforme notaremos, algumas delas não responderam a pesquisa, ainda que representem sempre uma minoria.

nós. Por meio dela, vamos poder realizar debates, planos de ação e troca de melhores práticas, contribuindo com novos patamares de desenvolvimento para o Brasil”²⁸.

A presidente do conselho diretor da Comunitas, Renata de Camargo Nascimento, é vice-presidente do conselho deliberativo do Instituto Camargo Corrêa (acionista do Itaú), fundado em 2000, também parceiro da Comunitas. Foi fundadora, nos anos 1990, do Instituto de Cidadania Empresarial, onde é atualmente sua vice-presidente executiva. A Comunitas conta hoje com os seguintes parceiros: AES Brasil, Alcoa, BM&F Bovespa, Bradesco, BRF Brasil Foods, Camargo Corrêa, Chevron, Vale, CPFL Energia, Cyrela, Embraer, Gerdau, Votorantim, IBM, ICE, Instituto Hedging Griffio, Itaú-Unibanco, JPMorgan, Suzano, Odebrecht, Banco Safra, Samarco, Santander e Citi. Ou seja, verificam-se tanto grupos empresariais de diferentes ramos de atuações como concorrentes entre si.

O Centro Ruth Cardoso possui como parceiros: Avaya, Safra, Camargo Corrêa, Cyrela, Gerdau, Odebrecht e Votorantim. Alguns dos parceiros dos programas AlfaSol: AES Eletropaulo, Safra, Bic, Grupo Carrefour, Carrera, Ford, GM, Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Social, Governo do Estado de São Paulo, Prefeitura de São Paulo, IBM, OIT, Mercedes-Benz, Ipiranga, Santander, Vale, dentre outros; além de parceiros de apoio da AlfaSol: Diner Club, Fiesp /Ciesp, Fundação Victor Civita, Gol, Master Card, RedeCard, Microsoft, Unesco, Tam, Visa e Maxpress.

Além do GIFE e da Comunitas, é estrategicamente importante e articuladora a atuação do Instituto ETHOS junto ao meio empresarial, um dos mais influentes no campo da RSE. Apesar de não consistir em nosso objeto de estudo, o Instituto Ethos, *corporação orgânica do capital*, é juridicamente uma OSCIP que procura mobilizar e sensibilizar as empresas a gerir seus negócios de modo socialmente responsável. O Ethos conta com 1429 empresas associadas, segundo seu último balanço de 2011, sendo a maioria definida como de grande porte²⁹, as quais parecem encampar com mais profundidade o tema da RSE (fato evidenciado em inúmeras pesquisas).

Em 1999, o Ethos e o GIFE se reuniram para não competir entre si, em termos institucionais: passam a diferenciar ISP (investimento social privado – repasse de recursos

²⁸ Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho do Grupo Gerdau, durante 3º Encontro de Líderes Empresariais de 2010, promovido pela Comunitas.

²⁹ Empresas de grande porte são definidas como acima de 500 funcionários, no caso do setor industrial, e acima de 100 funcionários, nos ramos de comércio e serviço.

privados para fins públicos, investindo em programas sociais, culturais e ambientais, sistematicamente planejados) de RSE, como observa Leite (2010). O termo RSE é uma ampliação do ISP, pois pressupõe maior abrangência da ação empresarial. Coube ao Ethos o fortalecimento e disseminação da RSE, restando ao GIFE o campo da ISP. Com uma pretensa “neutra racionalidade econômica e de promoção do desenvolvimento”, apresentavam-se como “a face moderna e civilizada do empresariado brasileiro, com novíssimo perfil democrático” (FONTES, 2010:272).

Existem ainda, conforme veremos, outras instituições no campo da RSE, como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), a Fundação Abrinq, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Alshoka Brasil (Organização Internacional de apoio ao empreendedorismo social) e o Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO). Façamos a seguir a síntese do mapeamento do movimento da RSE, no que se refere a suas instituições promotoras.

Tais grupos de associação empresarial pesquisados consistem em verdadeiras *corporações orgânicas do capital*; ao nosso ver, representam importantes forças sociais do capital, codificam o “bom comportamento” para o meio empresarial e para as corporações realizarem negócios “socialmente responsáveis”, isto é, articulam e mobilizam as lideranças empresariais em torno de um consenso discursivo organicamente articulado pelo capital. Trata-se de uma racionalização no plano do discurso da orientação da ação alinhada aos interesses que pautam a RSE.

Essas organizações dispõem de um razoável poder social de ditar concepções, ações e discursos, ditando inclusive as condições de exigência organizacional para as grandes empresas competitivas. Assumem, assim, um relativo papel disciplinador das instituições que agregam, além de gerirem a construção de uma arquitetura do enfrentamento da questão social, despolitizando os conflitos de classe e sua origem. Trata-se de verdadeiros grupos privados do capital, a despeito da autodenominação de “parceria”, “fins públicos” ou de “terceiro setor”. Tal associação do capital em rede é necessária para sustentar o desenvolvimento capitalista a longo prazo, isto é, oferecer soluções capitalistas para a crise do capital e um padrão hegemônico de enfrentamento aos problemas sociais.

Trata-se da construção ideológica, não sem atritos, de unir em uma só direção empresários, gestores públicos, instituições do “terceiro setor”, instituições de ensino, governos, comunidades e “colaboradores” (dentre eles trabalhadores) aos mecanismos ideológicos do capital.

Mas o que fazem concretamente tais organizações? Elaboram diretrizes e indicadores de RSE a serem adotados pelas empresas; realizam balanços sociais das informações oferecidas pelas corporações parceiras; elaboram pesquisas no meio empresarial; organizam encontros, formações e palestras sobre o tema junto aos seus colaboradores institucionais; captam recurso para o investimento social corporativo; certificam e oferecem selos às “empresas cidadãs” que se adequam às suas normas e aos indicadores de RSE; são responsáveis pelo alinhamento ideológico do grande empresariado que investe socialmente; congregam a elite de gestores das maiores empresas de grande porte e corporações brasileiras e transnacionais; organizam estratégias e discursos norteadores do empresariado, como a adesão a novos temas “inovadores”; realizam balanços conjunturais para captação de recursos e articulação em rede de parcerias; atraem a participação da empresa para uma unidade na agenda social do grande empresariado. Como destacou o ex-ministro da fazenda e ex-ministro-chefe da casa civil, Antônio Palocci, fazendo referência a Comunitas: “grupos como esse aqui podem ajudar a construir consensos suprapartidários mínimos”³⁰.

É por tais motivos que essas organizações ou corporações associativas serão denominadas aqui por *corporações orgânicas do capital*. Em nosso entendimento, uma parcela significativa do empresariado (a despeito de nacional ou transnacional) constitui um bloco que disputa hegemonia no interior das classes dominantes, consistindo, assim, em verdadeiras “elites orgânicas do capital” (DREIFUSS, 1986), que procuram traçar um bordado conforme seus próprios interesses de classe em meio a uma estrutura (assimétrica) em rede das corporações capitalistas.

É bastante comum a propagação nos encontros de RSE promovidos por tais corporações associativas a suposta “inevitabilidade” do comportamento organizacional moderno em se adequar aos padrões exigidos pelo mercado e pela pressão da “sociedade” ou dos “consumidores”

³⁰ 2º Encontro de Líderes Empresariais, setembro de 2009, promovido pelo Comunitas.

que teriam assumido um perfil mais crítico no consumo responsável das mercadorias³¹. Além do investimento em novas tecnologias de economia de trabalho e de novo sistema de organização do trabalho, as “inevitáveis” inovações organizacionais modernas requerem o investimento em RSE³². Como destaca um renomado gestor de um grande grupo empresarial:

O efetivo papel das elites e todos que exercem alguma liderança é, indiscutivelmente, resultado da dimensão da responsabilidade social de cada um. Os que possuem uma atuação nacional em suas atividades pessoais e empresariais devem procurar agir com uma dimensão de responsabilidade social nacional³³.

As “missões” prioritárias perseguidas pelas *corporações orgânicas do capital*, segundo o discurso produzido pelas próprias organizações especializadas no campo da RSE, visam garantir a criação de um “bom clima de negócios”, com a pretensão de inibir práticas de corrupção, ilegalidade ou disparates contra os direitos humanos, ao mesmo tempo em que apoiam a “agenda social brasileira”. Conforme veremos no capítulo 3, há a necessidade de um contraponto em relação a essas questões afirmadas categoricamente por tais organizações.

Ao gerenciar conhecimentos no campo da RSE, as *corporações orgânicas do capital* examinadas pela presente pesquisa (Comunitas e GIFE) fomentam espaços de articulação em rede, publicações, premiações, balanços sociais, seminários, capacitação e troca de experiências. Articulam o “bom desenvolvimento institucional” das organizações que congregam, visando uma atuação estratégica. As *corporações orgânicas do capital* organizam o meio empresarial e difundem conceitos e procedimentos institucionais dos recursos investidos, indicando consultores e especialistas de gestão estratégica, além de influenciarem o governo e a mídia em geral. Segundo suas missões institucionais, visam fomentar uma “ética de responsabilidade social no âmbito corporativo”, apontando tendências e construindo cenários para o investimento social

³¹ Conforme sinaliza Fábio Colletti Barbosa, atualmente presidente do Grupo Abril S/A, mas que já presidiu o Grupo Santander Brasil e a FEBRABAN, “Acho que estamos evoluindo na construção de um modelo de negócios que se sustenta em uma sociedade que cada vez cobra mais”.

³² Sabemos que, a despeito do discurso empresarial e da resignação colaboracionista de uma parcela significativa da esquerda, não há inevitabilidade na história. As formatações históricas são, na verdade, oriundas de disputas e conflitos sociais, do embate de programas e projetos políticos e de atores coletivos, isto é, de correlação do forças e relações de poder – conforme a situação e a conjuntura histórica.

³³ Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho do Grupo Gerdau, durante o 4º Encontro de Líderes da Comunitas, realizado em setembro de 2011.

privado. Trata-se de uma “parceria inovadora” com um conjunto seletivo de grandes empresas brasileiras³⁴.

Podem ocorrer, sem muita frequência, conflitos de interesses entre empresas associadas e a organização que congrega sua rede de empresas parceiras, como exemplo podemos citar o caso do Instituto Ethos e da Petrobrás. Após desentendimentos, a empresa saiu do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa e do próprio Ethos. Porém as informações são, normalmente, bastante escassas nesse sentido.

Cabe indicar desde já que, conforme aponta nossa pesquisa, o nexos empresas-responsabilidade social é um constructo ideológico das forças sociais do capital. As corporações empresariais exercem um papel estranho aos trabalhadores e totalmente antidemocrático, a despeito das novas modalidades “participativas” (NOVAES e DAGNINO, 2011). No seu interior organizacional, no limite, visam ao controle do trabalho e à exploração e intensificação da força de trabalho; no plano externo, buscam explorar oportunidades lucrativas e imprimir um dado padrão de intervenção na questão social. De tal modo que a RSE constitui, a nosso ver, um dos vários braços das práticas imperialistas contemporâneas. No entanto, a exploração é camuflada pelas inúmeras certificações de RSE concedidas pelo próprio meio empresarial, uma vez que o fortalecimento e o crivo na “ação socialmente responsável” das corporações capitalistas geram um estado de confiança na integridade e legitimidade da ação empresarial e do capital.

O próprio GIFE reconhece que “o investimento social privado depende diretamente da geração de excedente a partir da atividade econômica” (Censo GIFE 2009-2010). Não obstante, o investimento em RSE além de acarretar retorno financeiro e reputacional para a empresa contribui para uma construção hegemônica no enfrentamento da “questão social”, despolitizando-a e despidendo-a de qualquer conteúdo de classe, mistificando sua origem. Em vez do enfrentamento político da desigualdade social, apresenta-se a solução gerencial e técnica. Em substituição de qualquer perspectiva de transformação social, opta-se (desarticulando qualquer perspectiva classista) pelo investimento de recursos e o gerenciamento privado.

Conforme apresentamos, as *corporações orgânicas do capital* contribuem para o alinhamento da cultura organizacional das empresas parceiras com o ideário da RSE, uma vez que procuram formular, articular e disseminar a forma como a iniciativa privada deve lidar com a

³⁴ A análise dos dados apresentados pelas pesquisas do BISC-Comunitas (2009-2011) e do GIFE será abordada mais adiante.

questão social e com o desenvolvimento sustentável dos seus negócios. Oferecem um consenso político-pedagógico ao empresariado associado, isto é articulam uma unidade intelectual e moral para além do plano econômico-corporativo, mas num plano universal e político, conforme anunciava Gramsci ao analisar os aparelhos privados de hegemonia. Segundo Graciolli (2005), há uma associação direta entre RSE (do âmbito da sociedade civil) com aparelhos privados de hegemonia, pois articula, produz e dissemina, dentro e fora da produção de bens materiais e simbólicos, visões de mundo, valores, concepções, inserindo-se na busca de estabelecer uma direção moral, intelectual e política. Visam integrar frações da burguesia a um projeto comum e ao engajamento social com base nos valores das classes dirigentes.

Já na passagem dos anos 1980-1990, algumas instituições tentaram se configurar como representantes dos empresários em torno de uma política de desenvolvimento nacional a partir da nova lógica de articulação Estado-sociedade que se expandia. Mas é a partir do governo de Cardoso que o empresariado muda de foco e passa a atuar em torno de programas sociais estrategicamente articulados, conforme elucidaremos, com destaque para as corporações que escolhemos para focar nossa investigação, uma vez que passam a canalizar o investimento social privado e a orientar as práticas de RSE.

Essas organizações dos grupos empresariais atuam pela redefinição do papel protagonista do empresariado na questão social e sua relação com o Estado e a sociedade. Assumem, nessa lógica, o desafio de integrar e modernizar a estrutura organizacional das empresas conforme a RSE, impulsionando, assim, sua participação social e sua parceria com o Estado. Trata-se da adequação e conformação do projeto neoliberal. A seguir, veremos alguns institutos e associações empresariais, verdadeiros aparelhos privados de hegemonia, que de alguma forma assumem importância no tema da RSE no Brasil.

Em 1983, a Câmara Americana do Comércio cria o Prêmio Eco, no intuito de dar visibilidade aos programas sociais de empresas. No ano seguinte, a FEBRABAN passa a realizar seus primeiros balanços sociais. Em 1986, é criado o FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial), que procura mobilizar e promover a “humanização das empresas e sua integração com a sociedade”. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos de base empresarial.

No final dos anos 1980, o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) – em defesa de uma “democracia social” para o país – apela junto ao meio empresarial para a

importância de projetos de intervenção social para resolver os problemas sociais. Tratava-se de uma tentativa de dar nova roupagem a instituição, além de ganhar espaço no setor empresarial no contexto pós-Constituinte e entre jovens de empresas de médio e pequeno porte que criticavam a Fiesp e “seu silêncio diante dos problemas da redemocratização e da liberalização”. O PNBE, nesse sentido, ganhou visibilidade nacional apenas nos anos 1990³⁵.

Com o esvaziamento combativo das lutas sociais da década anterior, os anos 1990 marcariam um contexto de “enorme miríade de entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais sem fins lucrativos, através da responsabilidade social empresarial”, como nota Fontes (2010:266). Assim, prossegue a autora,

tratava-se de aproveitar o próprio impulso das entidades que pavoneavam como símbolo de virtude social o fato de serem não governamentais (reativando a definição clássica liberal), para dismantelar expressiva parcela de direitos sociais, convertendo-a nas executoras de políticas governamentais rebaixadas. Na década de 1990, esse seria o mote central. (idem:266-7).

Criada em 1990, no ano da promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Fundação Abrinq é pioneira na promoção social de proteção às crianças e adolescentes no Brasil, com amplo apoio patronal e das “empresas amigas da criança”, campanha lançada pela fundação, a qual confere certificação cidadã, por meio de um “selo social” às empresas que atuam nessa área em parceria.

Em 1992, organiza-se no Brasil a ECO-92 e a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência das Nações Unidas), expressando o contexto internacional de preocupação com a causa ambiental aliada ao desenvolvimento dos negócios capitalistas, com a criação da Agenda 21. No mesmo ano, surge nos EUA a Business for Social Responsibility, entidade internacional promotora da RSE³⁶. No final do ano anterior havia sido fundada a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), inicialmente com cerca de 200 organizações do país nos mais variados ramos, com o intuito de fortalecer a “sociedade civil”, apesar de se apresentar como herdeira de vínculos com a resistência ao autoritarismo e de se denominar como sendo “do campo popular e democratizante”, não manifesta nenhum discurso direto de contestação à dominação de classe, salvo denúncias genéricas a respeito de organismos multilaterais. A ABONG passa a ganhar ampla influência

³⁵ Retornaremos a agenda social em disputa no PNBE, quando abordarmos a agenda social do empresariado nos governos FHC e Lula.

³⁶ Site do Business for Social Responsibility: www.brs.org

entre as organizações, constituindo-se enquanto a mais reconhecida porta-voz das ONGs no Brasil. Trata-se da verdadeira expressão do profissionalismo das ONGs, num contexto de abandono de um projeto de transformação social oriundo da mobilização social no país das duas décadas anteriores³⁷. Ainda que reivindicasse a ampliação de direitos, contribuía para o desmonte dos direitos sociais (FONTES 2010). Tratava-se, ainda, de um entendimento filantrópico ao atendimento aos pobres e excluídos, enquanto iniciativa “cidadã”. No papel de reorientar a filantropia para a RSE foi fundado o Instituto ETHOS em 1994, e o GIFE em 1995, referência no investimento social privado.

Novas temáticas sociais ganham expressão, apesar de um abandono do discurso de classe orientado aos trabalhadores organizados. São desse período o Movimento Ética na Política (a partir da indignação popular, limitada a aspectos morais, diante dos escândalos do governo Collor) e a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, uma articulação de expressão nacional. Esta última foi liderada por Betinho³⁸, à frente do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), convocando publicamente o empresariado a adotar uma postura socialmente orientada, ainda que emergencial. A campanha teve ampla ressonância, contribuindo para a despolitização da desigualdade social – identificada e reduzida à pobreza, cuja solução viria da caridade e “solidariedade”, por meio de doações. Expandem-se, nesse momento, inúmeras campanhas sociais caritativas, como o Natal Sem Fome. O que nos importa é a articulação do IBASE com o empresariado.

Trata-se de um programa governamental de combate a fome, pobreza e demais carências sociais, no intuito de promover a integração, por meio de “parcerias”, entre governo e “sociedade civil” no que se refere às ações sociais. O Comunidade Solidária é a primeira experiência mais ampla de políticas públicas consolidada aos moldes neoliberais, conforme retomaremos de maneira mais precisa em momento oportuno.

Em 1997, o IBASE lança a campanha de balanço social do empresariado, dispoibilizando um modelo a ser perseguido pelas empresas³⁹. De 1997 a 2005, o IBASE promoveu o balanço social das suas organizações parceiras, agregando mais de mil balanços sociais de diferentes empresas, consolidando-se como influente instituição entre o meio

³⁷ Mais adiante, distinguiremos as ONGs de primeira e de segunda geração.

³⁸ Para ver a proposta de “ação social” promovida por Betinho (Herbert de Souza) ver Souza (1991).

³⁹ Apenas em 2000, o Instituto ETHOS disponibilizaria os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, o que lhe consolidaria enquanto referência na RSE (mesmo ano em que as Nações Unidas promoveram líderes empresariais de todo o mundo na Cúpula do Milênio).

empresarial. “Entre 1996 e 2002, o número de Fasfil [Fundações Privadas e Sem Fins Lucrativos] cresceu de 105 mil para quase 276 mil entidades. Essa ampliação, de 169 mil novas organizações, equivale a um crescimento de 157% no período” (FONTES, 2010:283). Vale lembrar a aproximação que as bases empresariais mantiveram com institutos de pesquisa, a exemplo do IBASE e IPEA, donde passaram a surgir quadros de especialistas na “gestão da pobreza” e do “terceiro setor”⁴⁰ – configurando a imbricação entre aparelhos de hegemonia empresariais e Estado (MENDONÇA 2000),

Atualmente, o IBASE conta com uma diversidade de parcerias, nem todas elas diretamente ligadas ao meio empresarial. Apenas para destacarmos algumas relevantes, indicamos aqui ONGs nacionais e internacionais, como a própria ABONG, organizações feministas, coletivos do movimento negro, institutos de defesa de direitos, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, entidades de fomento a políticas públicas, como o Instituto Polis, associações culturais, educacionais e voltadas para a cidadania, como o Ação Educativa e o Instituto Paulo Freire, faculdades, como a Universidade Federal Rural de Pernambuco e Escola de Comunicação da UFRJ, além da CUT, DIEESE e Via Campesina Brasil, para citar alguns. Tem como fonte de financiamento inúmeras instituições, como a Fundação Ford, CAIXA e Petrobras, além de instituições internacionais.

O Instituto de Cidadania Empresarial, criado em 1999, é uma organização integrada a rede do GIFE e do BISCComunitas, que visa a sensibilização de grupo de empresários para a importância da participação da iniciativa privada na busca de soluções para a questão social, por meio de investimento de programas e ações em comunidades em situação de vulnerabilidade ⁴¹. O instituto incentiva o investimento social privado com base na compreensão do que denomina por “cidadania empresarial”. Vale lembrar que a atual vice-presidente do instituto é a presidente do conselho diretor da Comunitas.

Em 2000, a FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) também fundou o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social, o qual procura orientar as empresas acerca do tema da RSE em oito regiões do estado do RJ. Busca-se desenvolver parcerias com os programas governamentais já existentes.

⁴⁰ A criação de indicadores sociais para auferir a pobreza e os problemas a serem enfrentados pela rede associativa da “sociedade civil” (reduzida ao impreciso campo do “terceiro setor”, conforme veremos) foi o que impulsionou a prática da divulgação de balanço social das empresas, na qual o IBASE teve uma influência decisiva.

⁴¹ Conferir Relatório de atividades 2010 ICE, jun.2011.

O FidesSocial, fundado em 2004, funciona como consultoria de iniciativas sociais para empresas privadas, organizações sem fins lucrativos do “terceiro setor” e instituições públicas. Atua no campo da educação, “de indivíduos e instituições, visando à sustentabilidade e ao desenvolvimento social”⁴², amparada na visão da RSE. Seus “parceiros” (clientes?) são institutos e fundações empresariais, ONGs, associações do “terceiro setor”, além do SESC, SEBRAE e Correios, que contratam seus serviços.

Na década de 2000, também, ganha ressonância a Aliança Capoava, iniciativa conjunta da Ashoka Brasil, Fundação Avina, GIFE, e Instituto ETHOS em torno do movimento de RSE, resultando em uma série de encontros, pesquisa, mapeamento e publicações na área de intervenção social do empresariado.

Concomitantemente ao movimento da RSE, expandem-se os inúmeros institutos empresariais pelo país, muitos dos quais constituem verdadeiros *think tanks*, instituições de pesquisa e produção de ideias a serem divulgadas, no intuito de influenciar diversos atores sociais, bem como as próprias políticas públicas. Ou seja, consistem em verdadeiros centros de pensamento do capital, ideologicamente direcionados. Nos EUA, apenas em 2007, estimava-se a existência de mais de 1.500 *think tanks* que influenciavam políticas públicas (TEIXEIRA, 2007). No Brasil, embora este campo não seja tão abrangente, o Instituto Millenium, por exemplo, é uma OSCIP em que estão associados consultores, pesquisadores, verdadeiros intelectuais orgânicos do capital e empresários de ponta. “Formada por intelectuais, empresários e acadêmicos, busca difundir conceitos como liberdade individual, propriedade privada, meritocracia, estado de direito, economia de mercado, democracia representativa, responsabilidade individual, eficiência e transparência”⁴³.

Para que o leitor tenha uma razoável ideia, vejamos algumas das instituições parceiras do Millenium: Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberal, Movimento Endireita Brasil, Abril, Gerdau, Estadão, Vale, Suzano, Localiza e Grupo RBS (mais antiga empresa de comunicação multimídia afiliada da Rede Globo) – além de renomados empresários doadores ou articulistas, como Carlos Sardenberg, Reinaldo Azevedo (Veja), Miguel Nagib (procurador do Estado), Demétrio Magnoli, Ali Kamel (diretor da Central Globo de Jornalismo), João Roberto Marinho, Jorge Gerdau, Roberto Civita, Armínio Fraga, Rubens Barbosa, Pedro Malan, Paulo

⁴² Site do FIDES: www.fidessocial.com

⁴³ Site do Instituto Millenium: www.imil.org.br

Feldimann, Washington Olivetto e Antônio Carlos Vidigal; e intelectuais e acadêmicos, como Roberto Damatta (Universidade de Notre Dame/USP), Marco Antonio Villa (UFSCar), Ubiratan Iorio (UERJ/FGV), Leôncio Martins Rodriguez Neto (Unicamp), Helio Zylberstajan (FEA-Usp), Bolivar Lamounier, dentre outros.

Sem a pretensão de esgotarmos todas as organizações que atuam corporativamente na RSE ou que de alguma forma dialogam com o tema, o fato é que tais organizações congregam os gestores do investimento social e da RSE no Brasil. No caso particularmente de interesse da presente pesquisa, o GIFE e a Comunitas são representativos das grandes corporações empresariais que atuam nesse campo.

É também bastante conhecida, conforme abordaremos adiante, a atuação do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Instituto Liberal nesse sentido. Contudo estes consistem em três exemplos de instituições de representação empresarial (aparelhos privados de hegemonia), não de corporações que congregam o investimento social privado e que por isso são concebidas como gerência estratégica da questão social, para além da filantropia – a qual marcou a ação privada nas décadas anteriores a consolidação da RSE (vide subitem 1.3 do presente capítulo).

Assim, “neste momento as empresas se aproximam mais de seus institutos e fundações, alinhando estratégias e fortalecendo o diálogo. A fundação passa a ser o interlocutor da empresa com o mundo social” (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA). O marco legal que regulamenta as instituições do denominado “terceiro setor” também se viu alterado nos últimos anos, como por exemplo, o reconhecimento das OCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), instituídas pela Lei 9.970, em 1999. De tal modo que se observa a construção de uma rede de agências formativas da gestão da RSE.

Os grupos empresariais estabelecem alianças e parcerias a partir de diversos recortes: a) territorialmente – em torno de objetivos localizados; b) tematicamente – educação, atividades culturais, geração de renda, inclusão social, meio ambiente, minimização da pobreza etc; c) cadeia produtiva, isto é, por setor de atuação; d) fórum e debates para criação de agendas ou influenciar políticas públicas (como o Movimento Nossa São Paulo); e) eventos de divulgação do balanço social, criação de índices e indicadores, além de prêmios e certificações de RSE entre o próprio setor privado.

Qual é a noção de cidadania presente nas teorizações dessas organizações analisadas acima? Possuem alguma autonomia relativa diante das empresas associadas? Qual a relação entre essas associações umas com as outras? Qual é o critério para aceitar uma empresa? Há contribuições? Qual o impacto dos programas sociais do governo Lula sobre a RSE?

Aonde se insere a RSE no fluxograma institucional das empresas? Levantamos as áreas institucionais responsáveis pela RSE em dezenas de grandes empresas no país, sobretudo as associadas do GIFE e Comunitas. Assim, as áreas reveladas são: Departamento de Comunicação; Assessoria de Comunicação; Departamento de Recursos Humanos; Departamento de Responsabilidade Social; Programa de Sustentabilidade Corporativa; Departamento de Comunicação e Responsabilidade Social; Departamento de Relações Institucionais; Departamento de Comunicação Institucional; Departamento de Assuntos Corporativos; Comunicação e Marketing Comunicativo; Gerência de Projetos Sociais; Gerência de Voluntariado; Relações Públicas; Departamento de Desenvolvimento Organizacional; Departamento de Cidadania Corporativa; Departamento de Administração e Assuntos Públicos; Consultoria de Investimentos Sociais; Departamento de Coordenadoria de Ação Social; Departamento de Relações Externas; Departamento de Relações Governamentais; Diretoria Executiva. Tais são as áreas e departamentos responsáveis pela RSE dentro do organograma institucional das empresas, institutos e fundações.

Quanto à área provedora dos recursos investidos, se levarmos em consideração apenas a pesquisa BISC-Comunitas de 2011, a maioria desses recursos advém da comunicação, do marketing e de operações das empresas, superando as áreas diretamente voltadas para o social.

Levando em conta a pesquisa do Censo GIFE 2009-2010, a decisão sobre o investimento social se dá, majoritariamente, por meio do próprio meio executivo ou alta gerência dos acionistas, ainda que existam em alguns casos o gerenciamento por áreas específicas, como o marketing e recursos humanos. Precisando melhor, a área das empresas que coordena o investimento social está ligada diretamente a visão de negócios, com destaque para a própria presidência (32%); diretoria / departamento de recursos humanos (24%); diretoria corporativa / alta gerência (16%); Departamento de Marketing / Comunicação (8%); Comitê de Responsabilidade Social / equivalente (8%).

Procuraremos demonstrar que, atualmente, pode-se dizer que o campo da RSE está inserido no próprio fluxo do capital. As propostas de intervenção social por parte do capital são

uma prática recorrente no país. Um balanço do pensamento e ação da FIESP, da FEBRABAN, do PNBE, do Instituto Liberal, além das propostas dos próprios organismos internacionais, seriam pertinentes para tal sustentação. Contudo, distintamente de uma análise de trajetória de instituições privadas personificadoras e de representação de determinadas frações do capital – empreendimento bem realizado por Mota (2008), Bianchi (2001; 2010), Segnini (1989), dentre outros pesquisadores –, o presente estudo se propõe a oferecer uma pequena e modesta contribuição no esclarecimento da RSE, em contraste com a literatura dominante sobre o tema. Para se compreender a totalidade do novo movimento integrado em torno da RSE das últimas duas décadas no Brasil, nos esforçamos em restringir nossa análise no que denominamos *corporações orgânicas do capital*, que se articulam às empresas em rede, organizando um consentimento no plano de agenda social orientada por tais organismos.

O esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista do Estado, que vigorou de 1930 a 1970, pode ser identificado com o processo de abertura comercial, transferência de serviços públicos para empresas privadas (via concessões), desregulamentação e financeirização econômica, desmonte do Estado em benefício de certos interesses organizados da sociedade civil (como o capital estrangeiro), privatizações, o aumento dos fluxos de investimento externo direto no país, as transformações oriundas da reestruturação produtiva e tecnológica, associadas à reorganização empresarial sob novos modelos de gestão. A combinação desses fatores impactaram profundamente o capitalismo brasileiro, inserido num processo de mundialização do capital. Tal processo, em seu conjunto, sobretudo pós anos 1990, corresponde a um novo padrão organizacional do capital, a um novo comportamento e a novas formas de atuação introduzidas no mundo empresarial e a uma crescente integração da economia nacional a processos estruturados em escala global. Cumpre observar que crescimento, modernização e diversificação dos investimentos do capital no país, articulados a redes transnacionais do capital financeiro, não vieram sem alterações constitucionais.

A literatura especializada tem se debruçado, recentemente, sobre importantes mudanças atribuídas ao papel do Estado e da sociedade civil como agentes de desenvolvimento. As reformas neoliberais dos anos 1990, orientadas para o mercado, demarcam um contexto de novo associativismo empresarial brasileiro, o qual parece assumir novos contornos nas últimas duas

décadas. A partir da crise orgânica⁴⁴ dos anos 1980 e início de 1990, a mobilização empresarial nacional se reunificou em torno de um projeto de reformas liberalizantes e de demanda por estabilidade econômica.

A presente pesquisa sugere que se processa o novo desenvolvimento de uma cultura empresarial gestada a partir dos anos 1990, diante das respostas do capital (reengenharia empresarial) e do Estado (via reforma), à reestruturação produtiva global e sua ressonância no contexto nacional, assumindo novos contornos nos anos 2000. Combinam-se elementos de continuidade e inovação. O que parece ocorrer é um novo movimento do empresariado a fim de fortalecer sua organização, investindo em questões além do âmbito econômico-corporativo, como a denominada Responsabilidade Social, ao divulgar a empresa privada como o agente capaz de conduzir a modernização (promoção social e ética) e desenvolvimento do país, ao enfrentar a questão social, por meio do combate a pobreza, inclusão, proteção ambiental, programas educacionais, investimento cultural e solidariedade das “empresas cidadãs” – trata-se da defesa genérica de uma “cidadania do capital”, como cunhamos na presente dissertação.

Em nossa perspectiva, trata-se de uma estratégia de construção hegemônica da burguesia, oriunda da própria dinâmica do mercado mundial, cujo discurso e prática revelam-se extremamente funcionais ao sistema do capital, no âmbito da própria racionalidade do sistema produtivo. Dito de outro modo, as empresas e corporações empresariais têm se preocupado em investir para além da produção de mercadorias e prestação de serviços mercantis.

As formas de enfrentamento da questão social e a formação histórica que produziu tais *corporações orgânicas do capital* são extremamente relevantes para o entendimento de nossa proposta de pesquisa. Assim sendo, uma vez delimitado nosso objeto de pesquisa, bem como uma parte do entendimento a que chegamos a respeito de seus aspectos sociológicos, faz-se importante abordarmos, ainda que sinteticamente, a formação e desenvolvimento da burguesia brasileira a partir de importantes referenciais teóricos do campo do marxismo.

⁴⁴ Por crise orgânica entendemos a vigência simultânea de uma crise política e uma crise econômica, ou seja, de uma crise de acumulação do capital e o conflito entre as classes e frações de classe, bem como suas consequências para o conjunto das relações sociais. Ver Bianchi (2002).

1.2: Desenvolvimento da burguesia brasileira: o contexto do capitalismo dependente em Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes

Se analisarmos o contexto brasileiro, a trajetória do capitalismo no Brasil imprimiu uma marca histórica peculiar à dominação de classe. Ora recorrendo ao Estado, ora controlando as classes populares (IANNI, 1994). Por meio de uma análise calcada no caráter antirreformista da burguesia brasileira (FERNANDES, 1976; IANNI, 1994; SODRÉ, 1997), é possível sustentar que a dominação desta classe foi consolidada sem que a mesma tenha exercido sua função dirigente junto às outras classes ou aos componentes de classe que a constitui. Essa é a singularidade do caso brasileiro.

Sob essa perspectiva, cabe a seguinte interrogação: como tem se dado a dinâmica da relação de classes na atual conjuntura brasileira? O que a ação do empresariado pode nos revelar nesse sentido? Para enfrentar tais perguntas, procuraremos proceder por intermédio de um breve resgate histórico da formação e constituição da burguesia brasileira e suas estratégias de construção hegemônica ao longo do século passado.

Para entendermos a constituição da burguesia e a formação do capitalismo no Brasil, é preciso partir de uma interpretação “não-clássica” da transição capitalista realizada conforme o decurso histórico europeu, cujos paradigmas são representados pelas revoluções liberais (burguesas) do séc. XVII e XVIII. Distintamente de tal modelo, a burguesia brasileira, a fim de constituir seu domínio de classe, estabeleceu arranjos de dependência com as economias centrais do capital para impor seu domínio sobre as classes exploradas, via contrarrevolução. Assim, nossas classes dominantes se formaram numa rearticulação interna, enquanto força social, para a reprodução do capital. Vejamos dois importantes teóricos do campo do marxismo.

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes certamente figuram entre os maiores expoentes do pensamento crítico brasileiro. O primeiro realizou um empreendimento teórico-interpretativo do Estado brasileiro extremamente original. O segundo, conforme veremos na sequência, esforçou-se em demonstrar os dilemas e engendragens da dominação burguesa gestada no capitalismo periférico e dependente. Trata-se de duas contribuições seminais que serviram de paradigma na compreensão do caso brasileiro, dois pensamentos insubmissos (ANTUNES, 2009).

Dentre a densa obra de Caio Prado, destacam-se *A Revolução Brasileira e Formação do Brasil contemporâneo*. Em conflito com a tendência interpretativa do marxismo de sua época e

que se desenvolveu no país, sobretudo a partir das diretrizes stalinistas que permeavam o PCB, as quais transpunham (equivocadamente e de modo distorcido) a teoria de Marx, subsumida a Lennin, e este, por sua vez, subsumido a Stálin, Caio Prado Júnior ofereceu um contraponto a tais interpretações acerca da realidade periférica brasileira, as quais, segundo o historiador, procuravam formular “conceitos a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim (...) encaixar nesses conceitos à realidade concreta” (PRADO Jr., 1968:31). Ao desvelar o sentido da colonização, Caio Prado Junior procura traçar as especificidades da formação do nosso capitalismo atrelado à lógica da dependência, sem vigência de ruptura, portanto, com o passado histórico colonial. Sem entrarmos em especificidades de sua grande obra, registremos apenas que o autor demonstra que a organização sociopolítica aqui instalada serviu para atender aos interesses e necessidades estranhas, oriundas do comércio europeu. “E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país” (PRADO Jr., 2000:20). Nessa perspectiva, as relações que o Brasil veio a desenvolver com o imperialismo devem ser entendidas pelo caráter originário de nossa economia atrelada às necessidades externas, segundo o historiador marxista. Assim, “o imperialismo deparou-se no Brasil com uma economia que pela sua própria origem e natureza de sua formação, já se achava ajustada no sistema mercantil europeu de que resultaria, em seu último desdobramento, o sistema internacional imperialista de nossos dias” (PRADO Jr., 1968:135).

O desenvolvimento da industrialização brasileira, marcado pelo regime de substituição de importações, esteve estruturalmente articulado ao predomínio dos interesses das transnacionais (“grandes trustes internacionais”) controladoras de novos mercados internacionais dependentes. Assim, a exportação de produtos primários era condição necessária para o desenvolvimento das forças produtivas em nosso país. Segundo Caio Prado Jr. (1968:129), “Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais”. Daí o atrelamento de nossa burguesia ao “conjunto das finanças externas”.

Ao investigar os dilemas da revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes é outro autor central para se interpretar o padrão de dominação de classe no país, sob a ótica da

subordinação, da dependência e do subdesenvolvimento. Dotado de um profundo conhecimento erudito, denso e corajosamente crítico, o autor possui ao menos duas obras magistrais sobre o tema: *A Revolução Burguesa no Brasil* e *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*.

Sociólogo e militante marxista, Florestan Fernandes oferece importante contribuição para o entendimento das especificidades e dilemas da revolução burguesa no Brasil. Distintamente dos moldes clássicos da revolução burguesa europeia, no Brasil não houve rupturas estruturais, sobretudo no que se refere ao dinamismo da dominação externa exercida pelo imperialismo. Desse modo, os traços do subdesenvolvimento e da subordinação das classes dominantes no país constitui uma marca peculiar na formação social do país.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil é marcado por distintas fases históricas, vindo a se constituir apenas no quadro de um mercado capitalista moderno (economia de mercado com base na extração de mais-valor), expansão do capitalismo competitivo (economia urbano-industrial) e, sobretudo, emergência do capitalismo monopolista. Assim, seu ciclo se inicia com a Abertura dos Portos, perpassando o séc. XIX, as primeiras décadas do séc. XX, e se acentuando na década de 1950, mas que se consolida apenas com a modernização capitalista contrarrevolucionária (preventiva) instaurada após 1964. Tais fases, na análise de Fernandes, obedeceram uma dupla articulação, no que se refere às raízes estruturais da formação social do capitalismo brasileiro e seu padrão de acumulação: lógica da dependência e do subdesenvolvimento.

Segundo Florestan Fernandes, o capitalismo monopolista periférico não decorre de uma força interna autônoma de nosso desenvolvimento. “Vindo de fora, ele se superpõe, com o supermoderno ou o atual, ao que vinha de antes, ou seja, o ‘moderno’, o ‘antigo’ e o ‘arcaico’, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar” (FERNANDES, 2006:314). Assim, verificou-se que o desenvolvimento interno de nossa economia urbano-industrial se forjou submisso ao sistema de transferência de excedentes para o mercado exterior, num quadro de extrema exploração do trabalho. Nos termos de Fernandes, a característica estrutural (revelada dentro de um quadro de relações de força, isto é, das forças sociais presentes na conjuntura) da burguesia brasileira é revelada por sua impotência nas estreitas relações estabelecidas com o capital internacional, ao mesmo tempo em que se revela onipotente nas

relações que estabelece com as classes subalternas, no campo político. Esse seria o comportamento concreto assumido pelas classes possuidoras e sua lógica de dominação.

Assim, a Revolução Burguesa brasileira combinou transformação capitalista com dominação burguesa, num contexto de autocracia bastante distinto do modelo clássico democrático-burguês. Essa é a particularidade do capitalismo brasileiro, cujos setores dominantes internos da economia se demonstraram acomodados e dependentes às economias centrais do capitalismo. A burguesia configura-se, portanto, numa relação concreta de impotência “para enfrentar as exigências da situação de dependência”, ou seja, apesar das transformações capitalistas internas em relação à formação colonial, a burguesia brasileira

não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena burguesia ‘fazem história’. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente”, sempre submissa aos impulsos que “virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 2006:293).

Trata-se da forma de “integração para fora”, num contexto de dependência e subdesenvolvimento. Herdeiras de um passado colonial e senhorial, com elementos da aristocracia rural e de imigrantes comerciantes e industriais, a burguesia brasileira se formou numa trajetória retardatária de modernização burguesa.

Tal incompletude de classe se revela na incapacidade histórica (inexistência de condições suficientes) de forjar um projeto nacional autônomo e não subordinado às burguesias hegemônicas do capital internacional. Precisando melhor, em toda a América Latina, a classe social burguesa demonstrou uma subordinação estrutural ao imperialismo. Ao investigar o mundo do trabalho no continente, Antunes (2011) observa que nossas burguesias são artífices do capitalismo dependente.

Com base nas indicações de Fernandes, “a revolução na América Latina, prende-se a condições estruturais e a ritmos históricos que fazem dela o pivô da associação dependente e das sucessivas transições que rearticularam a organização e funcionamento das economias nacionais latino-americanas às evoluções externas do capitalismo” (FERNANDES, 2009:64). Ou seja, ora a partir da década de 1930, ora com o desfecho do golpe de 1964, a revolução burguesa consistiu num movimento contrarrevolucionário das classes dominantes, as quais, cientes de seus próprios interesses, se viram incapazes de ampliar suas bases de consenso diante das classes exploradas

para consolidar a modernização (conservadora) capitalista, num regime de autocracia burguesa e forte aparato repressivo do Estado. A passagem de uma economia atrelada ao histórico colonial, de perfil agroexportador, para uma economia de desenvolvimento industrial esteve integrada ao processo do capitalismo mundial em curso. É nesse processo de articulação interna das estruturas de poder e arranjo das classes que emerge o empresariado e seu peso na política econômica nacional. A formação social brasileira e sua dinâmica capitalista tardia no Brasil, torna-o heteronômico e excludente (CHASIN 1978).

O contido burguês nascente “nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, como força socialmente organizada, consciente e autônoma” (FERNANDES, 1987:19), posto o peso da conjugação entre escravismo, grande lavoura exportadora e estatuto colonial. Posto as análises clássicas de Florestan e Caio Prado, passemos para análise das metamorfoses do modo como a burguesia passa a lidar com a “questão social” em nosso país, cujo movimento de RSE representa um deslocamento da forma filantrópica para a gestão social contemporânea.

1.3: Deslocamento da filantropia para a RSE no capitalismo contemporâneo

A intervenção social das classes dominantes se modificou ao longo do processo histórico, obedecendo à dinâmica do conflito de classes no desenvolvimento da sociedade brasileira. Objetivamente, a ação social das empresas sempre apresentou uma dinâmica determinada pelas necessidades históricas de acumulação capitalista, o que no limite serve para a ação protagonista das classes sociais como um todo.

No Brasil, a emergência do proletariado a partir dos anos 1920 conformou a “questão social” enquanto produto histórico do desenvolvimento social capitalista em curso. O surto industrial do início do século deu feição à formação de nossa classe operária, sobretudo no ramo têxtil, alimentício e metalúrgico. Nesse contexto, coube ao Estado e às classes dominantes responderem à emergência do proletariado e dos interesses das classes subalternas, seja com repressão ou, posteriormente, com incorporação de parte da reivindicação popular, ou seja, integração via “transformismo” das classes populares, conforme tratou Gramsci⁴⁵.

⁴⁵ Conforme Gramsci, o transformismo se articula via “elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos grupos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos (GRAMSCI, 2002:63).

O desenvolvimento do capitalismo no país, dependente e associado, acelerou a industrialização (inicialmente sob surtos industriais e, posteriormente, com o processo de industrialização propriamente dito) e gerou transformações socioeconômicas profundas, universalizando o trabalho-livre em consonância com a lógica de acumulação de capitais. Com base em Octávio Ianni é possível afirmar:

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo de trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagiam negativamente às reivindicações populares. (IANNI, 1984:13)

Associado a esse processo, definiu-se, inicialmente, uma forma de liberalismo clássico coligado à exclusão das classes populares. Trata-se da expressão do poder político personificado nas elites dominantes. No bojo dessa conjuntura, o tratamento da questão social, enquanto contradição capital x trabalho, explode nas relações entre as classes e o Estado. Nessa acepção, o posicionamento da burguesia industrial brasileira apresenta três fases distintas no que se refere ao tratamento da questão social, das quais abordaremos o percurso do início do séc.XX ao primeiro período democrático da república (1945-1964), quando novas transformações passam a ser decisivas⁴⁶.

A primeira fase corresponde à conjuntura da Primeira República (1889-1930), na qual predomina a lógica do liberalismo contrário a regulamentação da exploração da força de trabalho e à intervenção estatal, num contexto de ausência de assistência social do Estado e de cidadania⁴⁷, uma vez que não havia sistema de proteção social amplo. A questão social era tratada como caso de polícia (repressão) pelo Estado, em favor dos proprietários e da elite oligárquica. Retratando esse quadro, Nelson Werneck Sodré aponta:

Tratava-se de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas

⁴⁶ Retomaremos o protagonismo da burguesia no Brasil pós-1964 mais adiante, de modo mais adequado, a fim de que não nos desloquemos de nosso recorte expositivo.

⁴⁷ Mesmo se desconsiderarmos o conjunto de direitos associados à cidadania (políticos, civis, sociais, econômicos, culturais etc) e levarmos exclusivamente em consideração a participação eleitoral, até 1930 uma parcela ínfima da população exercia o direito ao voto. A maior porcentagem de votantes, em relação ao total da população, se deu em 1930 (5,65%), seguido de 1902 (3,44%) e 1922 (2,9%). Em 1906 e 1918 apenas 1,44% e 1,48% da população votou, respectivamente. Tudo isso sem levar em consideração, ainda, a conjuntura em que as eleições ocorriam, como o “voto de cabresto” e os “currais eleitorais”, condicionados pelo controle e abuso de autoridades locais. As fontes são de dados oficiais e Guerreiro Ramos (1961:32).

solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência. (SODRÉ, 1962:38)

O período do Governo Provisório até o Estado Novo (1930-1937), segunda fase, representa igualmente o predomínio da negação de qualquer legislação social, fase em que a pressão empresarial sobre a burocracia estatal é marcante, no que diz respeito ao afrouxamento das leis sociais em função dos interesses privados, legitimando, como era de se esperar, o aparato repressivo do Estado contra a mobilização operária crescente – trata-se do início de negociação entre Estado e entidades corporativas patronais⁴⁸.

A terceira fase se inicia com o Estado Novo (1937-1945), apresentando uma significativa remodelação do conflito capital x trabalho, momento de adesão empresarial à intervenção estatal tendo em vista o movimento combativo do proletariado que se expande. Vale lembrar que essa adesão se dá desde que otimize as condições de acumulação capitalista. Ocorrerá uma formalização jurídico-política das relações de produção em consonância com a formatação do capitalismo industrial. Trata-se de um Estado forte e centralizado, sobretudo o executivo.

O papel de funcionalização do Estado como promotor e condutor da industrialização da ordem capitalista brasileira, organizando o processo de acumulação burguesa, pode ser identificado na passagem que segue:

O Estado que emerge no Brasil a partir da Revolução de 30, e se consolida no curso do processo de industrialização, é um Estado que não se limita a garantir a ordem capitalista (quer dizer: manter as condições sociais externas à produção capitalista), mas que passa a atuar internamente ao sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e autor da industrialização. (...) O Estado não apenas passa a desempenhar papel decisivo na organização (por via administrativa) da acumulação, como tem também que gerir o relacionamento com o “centro capitalista”, mediar a ação dos grupos estrangeiros inseridos na produção local (MARTINS 1985:25-33).

É deste período o início da concessão (por meio de luta social) dos direitos sociais, ainda que sob a “cidadania regulada” (SANTOS, 1979) e um sistema de corporativismo sindical subordinado ao Estado (IANNI, 1994), além do registro da formação de um projeto burguês nacionalista. É nesse período de investimento industrial que se desenvolveu o que alguns autores compreendem por populismo, enquanto governo de “compromisso” e conciliação do Estado com

⁴⁸ Para o estudo das nascentes organizações patronais e sua relação com o movimento operário, entre os anos 1917 e 1937, ver a pioneira contribuição de Ângela de Castro Gomes (GOMES, 1979).

as classes, sempre com controle sobre os trabalhadores. No bojo dessa conjuntura instaurou-se a legislação trabalhista no país (CLT – 1943), como forma de o Estado incorporar (desarticulando) uma parcela da reivindicação do operariado. Cumpre observar que o governo de “equilíbrio” de Vargas não abriu mão da repressão, principalmente após a emergência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935.

Nota-se, nesse período, uma maior articulação entre entidades patronais corporativas com o governo no que se refere à legislação trabalhista. Na década de 1940, por exemplo, a elite industrial e do comércio se articularam com o Estado na criação de serviços de atendimento a saúde e educação técnica dos trabalhadores no início do processo de industrialização, numa tradição filantropo-caritativa e controladora (SILVEIRA, 2010), com a fundação do Sesi, Sesc, Senac e Senai, Carta da Paz Social, CNI etc.

A estratégia do patronato industrial (fração então hegemônica), do comércio e de serviços passa a se orientar para a formação e reprodução do trabalhador no contexto de expansão industrial, formatando seu nexos psicofísico à produtividade do trabalho. Ou seja, de uma posição conservadora do desenvolvimento industrial, representada pelo *ethos* liberal patronal, o empresariado passa a adotar mecanismos de cunho assistenciais sem descartar o apoio a práticas repressivas ao movimento sindical e operário. Conclui-se que, mais nitidamente a partir do Estado Novo, o Estado é responsável pela expansão do capital – a questão social é subordinada ao Estado. A partir de 1945, a ação empresarial intensifica sua intervenção social, ou como sugere a literatura dominante, aumenta seu “ativismo e preocupação social”.

Isso significa que o conjunto de entidades sociais, composto desde o século XVI sob a inspiração da caridade religiosa e, posteriormente, reordenado pelo modelo higienista do final do século XIX, não será suficiente e adequado às novas exigências. A intervenção necessária na “questão social” transcenderá o sentido de uma ação humanitária ou voluntarista e assumirá o objetivo de organizar um sistema de instituições sociais que permita a harmonização dos interesses de patrões e operários (CESAR, 2008: 211).

A investigação sobre a dinâmica de classes sugere que o aumento do combate ao movimento operário e o crescimento das organizações patronais contribuíram para o surgimento de instituições assistenciais criadas pelos empresários, configurando uma ação de controle político-ideológico dos trabalhadores. A ação social da burguesia passa a assumir uma nova feição, a saber, intervir na questão social de acordo com os interesses da expansão capitalista. Nesse contexto, o empresariado “divide” com o Estado as atribuições assistenciais. A criação do

SESI e SENAI nada mais foi do que instrumentalização política de integração social, isto é, uma intervenção do empresariado no que se refere ao comportamento dos trabalhadores, formatando sua formação técnico-profissional a partir das bases ideológicas do capital.

Tratando do caráter filantrópico interessado burguês, no contexto da revolução industrial inglesa, Engels (2008) já analisara a “preocupação social” filantrópica da burguesia a partir das *workhouses*, abrigos para idosos e, sobretudo, o *cottage system* e o *truck system*. O primeiro era um sistema de habitação (casernas) destinado aos operários que pagavam aluguéis ao próprio patrão, o qual retinha para si parte do assalariamento e deixava o operário sob sua extrema dependência (numa greve, por exemplo, o trabalhador ficaria coagido a não paralisação dada à probabilidade de desalojamento pela decisão patronal). O segundo sistema, o *truck system*, contemplava um complexo no qual o empregador pagava ao operário parte de seu salário em gêneros alimentícios, de baixa qualidade e a preços altos. Caso similar ocorreu no Brasil, com a formação das vilas operárias, que serviam de controle patronal sobre a vida comunitária e privada do trabalhador urbano. “Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres” (VILLAÇA, 1986:17).

Retratando a experiência da Revolução Industrial inglesa, Engels identifica:

Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresenta-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! (ENGELS, 2008:309)

Sintetizando o caso brasileiro, a ação social patronal ofereceu, historicamente, uma rede de serviços sociais aos seus trabalhadores a partir da própria racionalidade capitalista, a fim de discipliná-los. A burguesia industrial desempenhou papel de vanguarda nesse sentido. Aliada à filantropia patronal e ao assistencialismo do Estado, é preciso lembrar também a Igreja Católica, a qual cumpriu o papel de importante articulador no trato da questão social na história brasileira, ainda que com um perfil mais caritativo e solidário, ao mesmo tempo em que contribuía com a manutenção e estabilidade do regime. Assumindo programas e ações voltados para a caridade, conforme os princípios cristãos, a ação social da Igreja, angariada por doações empresariais, se pauta, segundo Mestriner (2001), na encíclica social *Quadragesimo Anno*, de 1931, confirmando

os princípios da encíclica papal *Rerum Novarum*, datada de 1891, todas contrárias a qualquer projeto revolucionário.

A filantropia, assim, está associada a valores religiosos e caritativos, visando assistência aos mais necessitados (CESAR, 2008). Simultaneamente, observamos que a intervenção do empresariado passa a se intensificar num contexto em que o movimento operário se acirra. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1998), trata-se do próprio aprofundamento das relações capitalistas no país, com o advento do getulismo e do desenvolvimentismo, cujos interesses patronais objetivam o controle e a dominação, em conformidade com a busca do consenso, e não mais a simples coerção. Conforme os dizeres de Octávio Ianni, “sob vários aspectos, o que revela essa história é o desenrolar de uma série de contrarrevolução burguesa permanente” (IANNI,1984:20).

Entretanto, a ação social conduzida pelas classes dominantes, historicamente de cariz caritativo e filantrópico, se modificou nas últimas décadas, sobretudo na transição do regime autoritário (ditadura civil-burguesa de 1964-1985) ao segundo período democrático da República, ou Nova República. O tratamento conferido à questão social assumiu uma nova racionalidade com o advento moderno da gestão empresarial. A partir das reformas liberalizantes do Estado nos anos 1990, a concepção de política social tem se modificado significativamente, com destaque para o ativismo do setor privado. O discurso moderno da RSE indica que a prática filantrópica deva ser superada no meio empresarial. A competência técnica empresarial e o investimento social privado, sem esquecer a lucratividade, passam a pautar as ações sociais das empresas. Apregoa-se que a RSE atrai investidores e qualifica a reputação da empresa, dentre tantos atrativos mercadológicos.

Nessa novidade do tratamento da questão social, todas as frações da burguesia são compelidas a investirem em RSE, conforme revelam os indícios de nossa pesquisa, a partir das evidências de dados de representativas corporações empresariais em atuação no país. O ideário do capital passa a assumir o discurso de que a função social das empresas, numa sociedade democrática, requer o ativismo empresarial na realização do “bem comum” e no enfrentamento dos problemas sociais. Termos como “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “investimento social” “ética nos negócios”, “gestão participativa” e “colaboração” assumem a tônica dos debates de *management*. Contudo, o que revelam os dados da RSE no Brasil? Em que contexto e movimento dinâmico essas práticas se inserem?

Procuramos demonstrar, destarte, que a RSE se diferencia significativamente da filantropia tradicional do patronato ou da Igreja. Também não se limita à função social da propriedade, conforme veremos no item 3.7. Adiante, atentemos para as especificidades do protagonismo empresarial no Brasil, numa perspectiva histórica.

1.4: O protagonismo empresarial no Brasil

Antes de oferecermos um olhar a respeito da atuação empresarial na conjuntura neoliberal, sintetizaremos os períodos que condensam mudanças nas formas de organização dos gestores patronais. É preciso destacar que não pretendemos esgotar o balanço bibliográfico sobre o empresariado no país. A síntese expositiva que segue será guiada por um recorte metodológico estabelecido previamente, a saber, como a literatura especializada tratou da configuração e atuação política do empresariado.

Em termos didáticos, pode-se diferenciar os seguintes momentos: a) 1930-45: fase marcada pelo processo de urbanização e industrialização e pela dependência do setor agrário exportador; 1945-64: maior articulação entre Estado e capital industrial, crescente participação das empresas na política nacional, industrialização acelerada, nítido fortalecimento das entidades empresariais; 1964 – anos 1970: novo sistema de representação empresarial e sua participação corporativa no Estado; 1974 – fim do “milagre” econômico: crítica ao modelo desenvolvimentista do Estado, campanha anti-estatista (apesar do apoio ao regime militar), papel moderado do empresariado e reação ao novo sindicalismo; anos 1980 e início de 1990: crise econômica e política, novo associativismo empresarial, com alternativas capitalistas à crise do capitalismo brasileiro. O período de 1990 a 2000 e o correspondente à primeira década do milênio será contemplado quando analisarmos a agenda social do empresariado nos governos FHC e Lula. Mas como tem se desenhado a literatura sociológica mais influente acerca do empresariado?

Entre os anos 1950 e 1960, autores vinculados ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), como Gomes de Matos (MATOS, 1958) e Nelson Werneck Sodré (SODRE, 1958) defendiam a tese segundo a qual o empresariado industrial brasileiro era capaz de estabelecer uma aliança nacional revolucionária com os trabalhadores contra o latifúndio e o imperialismo. Uma ampla literatura crítica veio em sequência, demonstrando o caráter não-dirigente da

burguesia nacional (CARDOSO, 1968; 1992; FURTADO, 1965; PRADO JUNIOR, 1968; BRESSER PEREIRA, 1974; FERNANDES, 1976).

Segundo Mancuso (2007), desde a década de 1950 até hoje, o balanço da literatura sobre o empresariado como ator político no país “estrutura-se em torno de um debate fundamental: o empresariado que opera no Brasil é um ator político forte ou fraco?” (*ibidem*, 131). Já nas décadas de 1960 e 1970, Fernando Henrique Cardoso se debruçara sobre a possibilidade ou não de uma hegemonia burguesa, destacando que o empresariado nacional, num contexto de subdesenvolvimento, não era o protagonista do desenvolvimento no país visto a presença de capitais estrangeiros e o caráter de Estado interventor. Segundo Coutinho (2003), a forte intervenção do Estado ditatorial foi responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas da indústria brasileira, modificando profundamente a estrutura agrária. Tratava-se de uma “modernização conservadora”.

De acordo com o estudo pioneiro de Cardoso (1992) o setor privado viu-se limitado no contexto do subdesenvolvimento brasileiro, comprometendo qualquer constituição de hegemonia política: ou apoiava a estatização de importantes setores da economia (como sugeria a pressão popular) ou estabelecia aliança com o capital estrangeiro em favor do desenvolvimento. Assim, a dominação requereu a adesão do empresariado nacional aos interesses do capital internacional. Divergindo das teses de Bresser Pereira (1978), segundo o qual haveria no empresariado nacional uma formulação de ruptura de aliança política com o Estado tecnoburocrático (ditatorial), portanto um novo projeto de hegemonia burguesa, Fernando Henrique Cardoso, em outro texto clássico (CARDOSO, 1983), também refletiu sobre a possibilidade do empresariado oferecer uma resposta capitalista viável ao Estado e sua construção hegemônica, diante da crise econômica e política que se instaurara durante a transição do regime autoritário para a redemocratização (sobretudo entre os governos Geisel e Figueiredo). O autor atenta para a incapacidade de uma burguesia dirigente e para a falta de uma corrente democrática hegemônica no interior do empresariado que fosse capaz de romper com o autoritarismo político nesse período.

Com a luta pela democratização, especialmente a partir dos anos 1970, verifica-se no Brasil o fenômeno que Gramsci denominou “socialização da política”. É nesse momento, inclusive, que se observa no país o início da difusão de um debate mais consistente acerca da expansão da sociedade civil na reflexão social brasileira. Cumpre-se observar que se trata do

estágio expansivo do capitalismo em todo o globo, ainda que tenha se desenvolvido de modo desigual e, no caso brasileiro, conforme vimos, sob condição de dependência, mesclando concentração de capitais com novas modalidades de expropriação e de lutas entre as classes e intraclasses dominante (entre as frações de classe). O momento instaurado pela ditadura civil-militar a partir de 1964 corresponde à consolidação de um processo de autocracia burguesa (FERNANDES, 1976) que irá delimitar as décadas de 1980 e 1990.

O caráter contrarrevolucionário do capitalismo dependente e associado, erguido no pós-1964, bem como o caráter funcional do Estado ditatorial para o padrão de acumulação do capital monopolista, marcado pela modernização conservadora, pode ser evidenciado na lúcida análise que segue:

Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que se modificava acentuadamente no curso da transição dos anos cinquenta aos sessenta. Readequado, aquele esquema é definido em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas. O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (...) (NETTO, 2009:27-8).

Também caracterizando o período ditatorial, Furtado (1981:42) enfatiza que “poucas vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antissocial”, dada sua pauperização e desigualdades regionais. Contudo, conforme vimos nas interpretações de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, a dominação burguesa não se deu de modo homogêneo, linear e harmônico. Além do conflito com os setores populares e subalternos (no plano do Estado, na cultura, na concepção educacional, na política, na economia, no mundo do trabalho, na repressão policial, no trato com a questão social), a disputa e tensão conflitiva entre os setores dominantes, intraburguesia, pautou o arranjo dessa classe no país.

A começar pela diversidade associativa interburguesa (FONTES, 2010). A burguesia brasileira nunca foi homogênea, mas conflitiva. Desde o final do século XIX e início do século XX, apesar do predomínio da classe dominante paulista, representativa da economia monocultora, latifundiária e voltada para exportação de produtos primários, já havia surtos

industriais (embora o processo de industrialização tenha se consolidado no pós-1930, especialmente em 1970 – modelo de industrialização por substituição de importações). Portanto o conflito dos interesses dominantes sempre esteve presente no capitalismo brasileiro⁴⁹.

Antes mesmo de 1964, havia uma extensa rede de organizações empresariais, inclusive, muitas delas, financiadas pelo capital estadunidense, em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), bastante articulados ao militarismo, por intermédio da Escola Superior de Guerra. O estudo pioneiro de Dreifuss (1987) destaca que tais organizações empresariais prepararam ideologicamente a conquista do Estado via ditadura, em nome do “livre mercado”, principalmente a partir da efervescência social do início dos anos 1960. De tal modo que não apenas apoiaram o golpe de 1964 como ocuparam postos centrais do Estado autoritário (DREIFUSS, 1987).

Assim, a despeito do que boa parte da literatura aponta, a sociedade civil brasileira do período era “majoritariamente composta por setores das classes dominantes e não hesitava na utilização aberta da coerção de classe” (FONTES, 2010: 226). Ao mesmo tempo, as lutas populares intensificadas no início de 1960 permaneceram e se complexificaram⁵⁰, apesar da direção e da construção de hegemonia assumida pelo meio empresarial em articulação com as forças governamentais e com o capital internacional. Com base em levantamentos de Décio Saes, “Entre 1950 e 1980, a classe operária fabril cresce em 400%, e os seus efetivos chegam a dobrar no curto período que vai de 1970 a 1976. Neste último ano, já há 4.900.000 operários fabris no país” (SAES, 2001:62). Embora fuja dos objetivos da presente pesquisa, a repressão militar-civil

⁴⁹ Mendonça (1998), por exemplo, indica já uma “precoce organização de aparelhos privados de hegemonia de diferentes setores da classe dominante agrária, polarizados entre grandes proprietários voltados para o mercado interno, da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e cafeicultores paulistas orientados para a exportação, da Sociedade Rural Brasileira (SRB)”. Também Perissinotto (1994) analisa, de modo bastante original, a disputa de frações das classes dominantes no contexto da República Velha, como o grande capital cafeeiro e a lavoura como frações autônomas de classe, a burguesia bancária, a burguesia industrial, o comércio importador e o capital estrangeiro.

⁵⁰ Cabe destacar nas décadas de 1960 e 1970, conjuntamente com os setores burgueses dominantes (de base empresarial), a importância de organizações de base sindicais e populares, inclusive, algumas, radicalizando para a luta armada. Além do movimento estudantil, a exemplo da UNE, emergem nesse contexto a Pastoral Operária, a comissão Pastoral da Terra, a Oposição Sindical Metalúrgica, além da rebeldia de outras inúmeras agremiações de esquerda anti-militar, como o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), a atuação do ALN (Ação de Libertação Nacional), AP (Ação Popular), POLOP (ou ORM-PO: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), PCdoB, MR-21 (Movimento Revolucionário 21 de Abril), MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de Março), MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), COLINA (Comando de Libertação Nacional), VAR (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares) e POC (Partido Operário Comunista). Para um balanço dessas organizações de esquerda, ver Ridenti (2010).

aos movimentos populares teve financiamento civil (nacional e internacional) por uma parcela do empresariado, como por exemplo, a Operação Bandeirante⁵¹. A colaboração de grupos empresariais com as Forças Armadas era evidente, a exemplo da reunião entre diretores da FIESP e oficiais militares, em 1981, do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), criado em 1964, em que Vidigal Filho destaca publicamente o alinhamento do empresariado industrial com o regime:

Hoje, o Grupo tem como objetivo providenciar, em estreita colaboração com as Forças Armadas, a implantação do maior número de indústrias capazes de produzir artigos que necessita o País, na hipótese de uma mobilização geral. Toda mobilização militar tem que ser fundamentada na indústria civil, que suprirá as necessidades das Forças Armadas”. (VIDIGAL FILHO apud BIANCHI, 2010).

Acerca da ampla e diferenciada coalizão que sustentou o golpe civil-militar, Velascos e Cruz e Martins destacam que estiveram associadas “praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário) juntamente com ponderáveis parcelas da pequena burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada”, ainda que a “a coalização vitoriosa não era apenas heterogênea: era também fortemente contraditória e, mais importante do que isso, essencialmente incapaz de unificar setores dominantes e dominados num projeto policlassista”. (VELASCO e CRUZ; MARTINS, in: SORJ e TAVARES DE ALMEIDA, 1984:16-7).

Diniz (2000) observa, ainda, a expansão de Conselhos Técnicos com representação empresarial pós-1964, prevalecendo o modelo bipartite de negociação (DINIZ 1994), a saber, Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Interministerial de Preços (CIP), Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), dentre outros.

Ao mesmo tempo, as forças empresariais também não se mostraram homogêneas durante o regime autoritário. Começa-se, de tal modo, a se revelar o descontentamento de uma parcela do empresariado em função da crise que se instaura, principalmente em 1973 e 1979, e da própria perda de legitimidade do regime.

Importantes estudiosos do empresariado nas últimas décadas, Eli Diniz e Renato Boschi afirmam que, apesar da contestação do regime militar (refutando o mito de um empresariado passivo durante a ditadura), não havia unidade suficiente capaz de impor seu projeto ao conjunto

⁵¹ Ver o filme *Cidadão Boilesen. Documentário. Brasil. Direção: Cham Litewski. 92min. 2009.*

da sociedade, tampouco incorporar as demandas do operariado sindical dos anos 1980. Conforme Diniz e Boschi (1978) e Diniz (1985), a disputa era em torno de interesses imediatos do empresariado. Assim, o corporativismo (defesa de benefícios particulares) prevaleceu sobre qualquer projeto político em disputa na transição no país. Acirram-se as disputas empresariais nesse sentido, uma vez que demandam maior atuação privada na economia, em detrimento da intervenção estatal, principalmente no que se refere aos serviços públicos.

É nos anos 1980 que começam a ter mais relevância entidades corporativas do capital, reivindicando um suposto anti-estatismo, apesar de dependerem, numa relação interdependente, do Estado. Surgem nesse contexto a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), o Instituto Liberal (IL), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a União Brasileira dos Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR), a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD) e o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), dentre outras. Observa-se assim diversas entidades empresariais associadas, heterogêneas, e que, inclusive disputam espaço entre si (DREIFUSS, 1989). Cabe observar, inclusive, a penetração dos interesses patronais nas entidades sindicais do trabalho, a exemplo do sindicalismo de resultados de Luiz Antônio de Medeiros (na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, em 1987) e da Força Sindical (MOTA, 2008), criada em oposição à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Conforme assinala Bianchi (2010), no âmbito da crise dos anos 1980 e 1990, “o desafio para o empresariado era formular um programa de ação adequado aos novos tempos. Tempos de incerteza. Tratava-se de construir um programa que desse conta das profundas transformações políticas, econômicas e sociais” (BIANCHI, 2010:140), que expressavam a necessidade de novas relações entre capital e trabalho, bem como a insatisfação com o quadro nacional e a forte intervenção do Estado na economia. Desse modo, “a percepção da crise exigiria um papel mais ativo por parte do empresariado” (ibidem). Assim, “embora timidamente, nascia exatamente do empresariado a proposta de democratização, na verdade a única forma pela qual se poderia participar do poder político, que até então lhe fora negado” (VIDIGAL FILHO, 1986:72). Foi bastante expressiva a participação do empresariado no que se refere à elaboração de uma plataforma de ação acordada durante a Assembleia Constituinte (DINIZ e BOSCHI 1987), a exemplo da União Brasileira dos Empresários (UBE) e da articulação parlamentar conhecida como “centrão”.

Os anos 1990 foram marcados pelo tema do neoliberalismo. Apesar de um relativo consenso do empresariado quanto à liberalização do mercado e ênfase no capital privado desse projeto, havia divergências setoriais, de cunho corporativista (DINIZ, 1992). Contudo, é importante notar, conforme observa Bianchi (2010), a imprecisão conceitual desses autores, ao abordarem termos como “elites empresariais”, “empresariado industrial”, “burguesia”, “burguesia nacional”, sem especificá-los. Acrescentamos ainda, a demasiada ênfase no setor industrial paulista.

O emaranhado conceitual produz uma homogeneização artificial do objeto de estudo. O empresariado, quando não a própria burguesia, é reduzido a sua forma arquetípica previamente homogeneizada: os industriais paulistas. Ao proceder desse modo, tomando como ponto de partida o empresariado industrial paulista, setores importantes da burguesia são deixados de lado. (...) Daí a importância, na análise política, de se distinguir as diferentes frações de classe. (BIANCHI, 2010:264-5).

Mais recentemente, pesquisadores têm procurado demonstrar uma suposta deficiência da ação coletiva do empresariado em torno de propostas unificantes, no que se refere a influenciar o poder público (são representativos dessa tese: SCHNEIDER, WEYLAND, KINGSTONE, DOCTOR e POWER apud MANCUSO, 2007:134). Divergindo dessa hipótese, uma outra literatura dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2003; MANCUSO, 2004, 2010; KIRSCHNER e GOMES, 2008; IGLECIAS, 2010; BIANCHI, 2001; 2010) tem argumentado justamente o contrário, destacando a capacidade de influência do empresariado por meio de *lobbys*, coalizões empresariais, alta capacidade de organização e mudança de atuação empresarial pós anos 1990, devido a inflexão liberal (leia-se neoliberal) e negociações internacionais do período, inclusive destacando que o corporativismo não é um fator que inibe a mobilização empresarial. De maneira bastante original, Álvaro Bianchi procura investigar, a partir da FIESP na crise dos anos 1980 e 1990 (BIANCHI, 2010), bem como na crise de representação empresarial e a proposta de desenvolvimento estatal (BIANCHI, 2001), a conformação do projeto hegemônico burguês, desvelando o empresariado enquanto espaço de conflito e portador de diferentes projetos, em vez de representar interesses homogêneos, inclusive no interior da dirigência de importantes instituições patronais, como o PNBE e a FIESP.

Os anos 1990 representam uma nova composição de forças de direção do empresariado nacional, além da própria reconfiguração da sociedade civil. O estreitamento dos interesses no interior da burguesia (da correlação de forças de suas frações) unificou-a, a despeito de seus

conflitos, em um projeto liberalizante do mercado, em âmbito governamental. Tudo isso não se deu de modo consensual nem sem conflitos.

A emergência da RSE no país, sobretudo a partir da década de 1990, encontrou terreno acolhedor nas propostas da política neoliberal e do então fortalecimento do denominado “terceiro setor”, enquanto modo do empresariado nacional responder aos desafios da questão social postos naquela conjuntura. Contudo, como veremos, o próprio rumo tomado pela condução neoliberal dos anos 1990 cria cisões no interior dos interesses empresariais, inclusive apresentando consequências à agenda social do empresariado.

É importante notar a forma como vão se formatando os projetos políticos do empresariado, especialmente o projeto liberalizante empresarial, que conforme lembra Velasco e Cruz (CRUZ, 1995), sua articulação antecedeu os sinais evidentes da crise econômica. Uma vez definida essa caracterização histórica, é preciso se atentar ao fato de que as classes dominantes se definem conjuntural e historicamente. Resta-nos mergulhar no universo empresarial, no mundo das empresas e no discurso de *management*. A seguir, daremos voz ao nosso objeto.

CAPÍTULO 2 – O mundo das empresas: o discurso de *management*

2.1: Metamorfose dos conceitos no novo dicionário do capital: da Sociedade Civil ao “Terceiro Setor”⁵²

Na primeira parte deste trabalho, vimos que as corporações orgânicas do capital constituem aparelhos privados de hegemonia, organizando o empresariado e seus grupos empresariais em torno de concepções, práticas, valores e procedimentos comuns no campo da RSE, unificando a agenda social do empresariado enquanto modalidade de intervenção na questão social. Percorremos, ainda, a trajetória do protagonismo empresarial e as formas históricas assumidas pela intervenção patronal junto à sociedade e aos trabalhadores, a qual conforma novas relações com o Estado, além de destacarmos o caráter dependente e subordinado do capitalismo periférico brasileiro ao imperialismo. Sobretudo, pudemos demonstrar o esgotamento de um padrão de intervenção social burguesa e a emergência de nova configuração nessa questão.

Nesta segunda parte, examinaremos os universos categoriais e ideológicos que circundam o mundo empresarial, atentando para o próprio discurso empresarial, sua agenda social e as especificidades de correlação de forças que assume no decurso que compreende os governos FHC e Lula (1995-2010). Indicaremos, ainda, o que revelam as principais pesquisas sobre o tema, bem como o balanço social do investimento social corporativo no país, especialmente no que diz respeito à Comunitas e ao GIFE.

Conforme procuraremos expor no presente item, o incurso analítico procurará mostrar de que forma a metamorfose do conceito de sociedade civil para o termo “terceiro setor” é expressão de respostas das instituições corporativas do capital diante do movimento em curso de crise orgânica do “capitalismo tardio” e emergência de sua agenda neoliberal, estruturação indissociável do apelo ideológico de despolitização da questão social.

Identificamos que a formulação orientada pela noção de “terceiro setor” encontra-se em contraste com uma análise da sociedade civil compreendida enquanto palco material do conflito de classes. Entendemos que esse debate circunda nosso objeto em questão, um no plano

⁵² Enquanto síntese desse debate mobilizado em nossa pesquisa de mestrado, porém explorando mais o referencial do dirigente comunista Antônio Gramsci, expusemos o trabalho “As metamorfoses dos conceitos no novo dicionário do capital: da sociedade civil ao terceiro setor – a contribuição crítica de Gramsci”, durante o *IV Seminário Científico Internacional Teoria Política do Socialismo: Antônio Gramsci na periferia*, de 15 a 18 de agosto de 2011.

ideológico (“terceiro setor”), outro no plano das determinações do real (sociedade civil), uma vez que nosso objeto concreto compreende a síntese de múltiplas determinações.

São atribuídos ao conceito de sociedade civil múltiplos significados, o que revela seu uso bastante ambíguo e quase sempre indiscriminado. A conversão do conceito de sociedade civil em “terceiro setor” parece despolitizá-lo em algumas dimensões importantes. As utilizações recentes do termo provem da articulação em evidência de diferentes setores da sociedade – nos referimos, aqui, em contraposição ao Estado, desde ações voluntárias até analistas, entidades filantrópicas e assistenciais, grupos de manifestação cultural, associações, sindicatos, instituições educacionais, imprensa, comunidade religiosa, movimentos sociais, organizações não-governamentais, agências internacionais multilaterais, fundações empresariais etc. Distintamente do que apregoa os ideólogos do “terceiro setor”, compreendemos por sociedade civil também o espaço onde as forças sociais do trabalho resistem e enfrentam as forças sociais do capital. Para tanto nos embasaremos no entendimento conceitual de Estado ampliado que se utiliza Gramsci (1991), Buci-Glucksmann (1980) e Bernardo (2000; 2009), por se revelar mais profícuo ao entendimento do emaranhado conceitual e da dança dos conceitos operados pelo “terceiro setor” (DURIGUETO, 2005).

Como procuramos desvelar, a metamorfose do conceito de sociedade civil não diz respeito meramente a deslizes semânticos realizado no plano das ideias, são provenientes dos interesses materiais expressos por diferentes forças sociais em disputa, as quais ressignificam - ou substituem e desarticulam usos opostos aos seus - sentidos conceituais estratégicos à “governança neoliberal mundial”. Trata-se, portanto, de um uso ideológico e funcional aos interesses de determinado projeto político. Ao procurar se diferenciar, no plano discursivo, do Estado e do mercado, a ideologia do “terceiro setor” parece ocultar conflitos de classe e os interesses privados imbricados nesse “setor”, revelando um caráter mistificador e fetichista das relações sociais. Isso implica a problematização sobre as concepções que se esforçam em identificar a sociedade civil (ou sua restrita compreensão enquanto “terceiro setor”) com a esfera do associativismo voluntário e das iniciativas privadas com fins públicos, negligenciando o processo de disputa em torno da hegemonia (ALMEIDA, 2004).

A ênfase no debilitado conceito de “terceiro setor” constitui um constructo ideal, pois não encontra respaldo empírico na materialidade. Segundo Landim (1999), o conceito foi utilizado pela primeira vez em 1978, nos EUA, por John Rockefeller. A ideia de “público porém

privado” (FERNANDES 1994; CARDOSO 1997), ou “público não-estatal” (BRESEER PEREIRA 1998), abrange as atividades públicas desenvolvidas pelo setor privado, ou seja, além de abarcar inúmeras organizações sociais sem fins lucrativos, estabelece a relação de cooperação entre empresa-sociedade. Assim, a noção de “terceiro setor” postula uma divisão na realidade social em três esferas autônomas: Estado, mercado e a “sociedade civil”. No Brasil, o termo “terceiro setor” foi introduzido com vigor no Brasil em 1996, pelo GIFE, no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, no RJ. Conforme Ruth Cardoso: “A composição do Conselho [do Comunidade Solidária] inclui ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, com atuação reconhecida em organizações não-governamentais, igrejas, universidades, mundo da cultura, empresas públicas e privadas”. Contudo, Montañó (2010:182) observa na afirmação de Cardoso a não inclusão de representantes de trabalhadores no respectivo Conselho, revelando um ajuste com os interesses patronais.

A redução do conceito de sociedade civil para o de “terceiro setor”, compreendido como campo autônomo e desvinculado dos interesses de classe, contribui para a despolitização da questão social. A partir do entendimento da sociedade civil como palco material do conflito de classes, o presente trabalho procura resgatar o pensamento crítico de Gramsci, em contraste com o modelo habermasiano que domina boa parte das reflexões sobre o tema, para demonstrar que tal processo contempla um empreendimento realizado a partir da reorganização macro-estrutural do capital no contexto neoliberal. Enquanto desdobramento desse processo, analisaremos o envolvimento crescente das empresas na chamada responsabilidade social encabeçada pelas organizações empresariais.

De todas as reuniões empresariais que participamos durante o período de nossa pesquisa, além da leitura de relatórios e demais materiais bibliográficos de *management*, em nenhum momento identificamos a palavra classe social, e poucas vezes houve referência aos trabalhadores (estes são usualmente denominados por “colaboradores”). O termo sociedade civil aparece sempre enquanto sinônimo de organizações do “terceiro setor”, ou seja, enquanto contraponto ao Estado.

A expressão “novo dicionário do capital” é utilizada por Antunes para denominar as novas expressões que servem para caracterizar o contexto da empresa flexível e suas ressonâncias no mundo do trabalho. “Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital,

teve conseqüências enormes no mundo do trabalho” (Antunes, 2000:182). O termo parece-me igualmente sugestivo para fazer menção à incorporação (com evidente subordinação ideológica) de determinadas expressões “reapropriadas” pela lógica e interesses do capital. É nesse contexto que afirmamos aqui uma metamorfose dos conceitos no novo dicionário do capital.

A partir da década de 1970, observa-se a expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção (FONTES 2010; BOSCHI 1979). Nesse sentido, apenas em 2000, existiam cerca de 50 mil ONGs no chamado “terceiro mundo, que recebem cerca de 10 bilhões de dólares de instituições financeiras internacionais, de agências governamentais (...) e de governos locais” (PETRAS e VELTMEYER 2000).

Assim, a literatura especializada distingue ONGs de primeira e de segunda geração. O que caracteriza cada geração de ONG diz respeito ao momento de seu surgimento, a partilha de valores e ideários de determinadas circunstâncias históricas e sociais comuns. O surto das ONGs no Brasil é bastante diversificado e heterogêneo. Canalizou, num primeiro momento da década de 1980, uma parcela de demandas específicas e da militância (também heterogênea) de movimentos sociais de base popular, associado à demanda dos “novos movimentos sociais” em ascensão (DURHAM 1984; EVERS 1984;)⁵³. Boa parte das organizações populares se institucionalizou e se profissionalizou na atuação das ONGs (DAGNINO e TATAGIBA s/d), inclusive com financiamento internacional. Inicia-se o campo do voluntariado filantrópico para o combate de problemas sociais. Muitas dessas ONGs surgiram de entidades ligadas à Igreja cristãs e a benemerência internacional. Outra parte se profissionalizou no campo da consultoria e assessoria de instituições, inclusive de reivindicações populares. Por fim, podem-se destacar aquelas oriundas de setores diretamente empresariais, geridas por gestores do investimento social, ligadas ao financiamento internacional inclusive.

⁵³ A literatura que compreende a abordagem dos “novos movimentos sociais” enquanto expressão da “sociedade pós-industrial”, interpreta-os como típicos das últimas décadas do século XX e início do XXI, por supostamente possuírem uma identidade não mais centrada na demanda socioeconômica ou no caráter de classe, por atuarem, sobretudo, em redes, no campo plural da cultura e com demanda por reconhecimento, contexto em que o alvo de reivindicações não se restringiria mais ao Estado, mas aos valores da sociedade civil, ou seja predomina a afirmação sobre a contestação (movimentos culturais, ambientalista / ecológico, feminista, direitos humanos, diversidade sexual etc.) – o que não elimina, naturalmente, a existência dos movimentos sociais tradicionais e classistas. O fato é que os movimentos classistas ou por demanda socioeconômica / material não foram substituídos por tais movimentos, como se sugere essa literatura (TOURAINE 1998; MELUCCI 1989; OFFE 1988; GOHN 1997). Ao mesmo tempo, no nosso entender, a definição de “sociedade pós-industrial” é bastante questionável.

O atendimento às questões imediatas, enquanto expressões da desigualdade social e da pobreza, tem sido o foco de atuação das organizações que surgem como ONGs. Surgem, portanto, num contexto de lutas sociais de âmbito nacional, numa conjuntura de redemocratização. Diferente de outros momentos históricos precedentes, boa parte da filantropia religiosa e das organizações populares passam a se adequar ao formato institucionalizado das ONGs. “O terreno comum para a atuação com as novas ONGs seria o da luta antiditatorial e pela democracia. (...) alguns, dentre eles, porém, nasceram como forma de atuação profissional e, em alguns casos, com fortes financiamentos internacionais” (FONTES, 2010:235). Tais organizações passam a se alinhar a métodos de captação de recursos, ocorrendo uma espécie de transferência de militância para as áreas de assessoria e “serviços”, enfrentando de maneira bastante difusa a desigualdade social, como destaca Fontes. O tema genérico da cidadania passa a ganhar, assim, cada vez mais relevância, representando o denominado “ativismo social do terceiro setor”.

O que se observa, por parte da teoria social e em boa parte das organizações sociais, é um profundo abandono da reflexão social a partir de uma base classista, tanto para se pensar o Estado como a sociedade civil (em termos distintos), inclusive no que se refere à compreensão teórica dos “novos movimentos sociais”. É nesse contexto de “decadência ideológica” (LUKÁCS 1968) que procuraremos traçar a emergência do que se denominou chamar de “terceiro setor”, campo privilegiado das ONGs e organizações empresariais. Não se deve esquecer que o “empresariamento” que demarca o investimento social privado brasileiro se inicia no interior das ONGs, a partir dos anos 1980 no país.

Convencionou-se denominar por setor público não-estatal o “novo espaço público” emergente desse processo do que Gramsci denomina por socialização da política. As visões apologéticas do “terceiro setor” reconhecem o caráter cada vez mais complexo da sociedade, procurando destacar que os interesses legítimos e conflitantes decorrem do surgimento dessa nova esfera pública (FRANCO 1998; GENRO 1999, 1996; GENRO & GENOINO 1995).

Em síntese, em evidência a partir das décadas de 1980 e 90, já no processo de redemocratização no país e, com progressiva participação da sociedade civil na vida pública, o “terceiro setor” é reivindicado como novo ator capaz de atender as novas demandas e desafios da sociedade atual, projetando uma insuficiência no papel do Estado no que se refere ao trato da “questão social”. Tratar-se-ia da proposta de uma terceira via, articulada pelas instituições patronais, pelos gestores e intelectuais orgânicos do capital. Cabe notar que uma parte mais

crítica da literatura aponta para a convergência do “Terceiro Setor” ao projeto neoliberal. Conforme observa Barbosa (2006),

observa-se a emergência de dois vieses analíticos, porém de caráter antagônico: 1. o primeiro baseia-se na premissa de que o Terceiro Setor segue como uma alternativa viável à ineficiência estatal no trato da questão social; 2. A segunda análise considera que o Terceiro Setor emerge do projeto político neoliberal que prima pelo esvaziamento da dimensão pública do Estado.

Em parceria com o Estado, o empresariado parece, nas últimas décadas, se organizar de inovada forma e a partir de uma nova roupagem no que se refere às fundações empresariais e a Responsabilidade Social Empresarial ou Corporativa. Ocorre que tais relações parecem revelar uma nova configuração de estratégia de hegemonia por de frações da classe dominante⁵⁴, diante do contexto de crise estrutural do capital numa escala global. Recorramos, brevemente, a esse contexto social.

É consenso entre os analistas que a segunda metade do século XX é caracterizada por um conjunto de transformações sociais. A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, especificamente, o capitalismo é marcado pelos sinais de esgotamento do ciclo expansivo de suas economias centrais (oriundas do pós-guerra), expressos, segundo as análises de Antunes (2000), pela queda da taxa de lucro, crise do Welfare State e seu sistema de proteção social, corte nos gastos sociais e sua transferência para os mercados privados, crise do binômio taylorista/fordista de produção, retração do consumo, desemprego estrutural, hipertrofia da esfera financeira do capital (a partir de sua relativa autonomia diante dos capitais produtivos), além do “incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico” (ANTUNES, 2000:30-1). Há ampla literatura sobre a crise estrutural do capital (CHESNAIS 1996; MÉSZÁROS 2009; ANTUNES 2000; HARVEY 2011).

Acompanhando essa dinâmica, pode-se acrescentar a crise do movimento operário, desmoronamento do Leste europeu, crise dos partidos e sindicatos, bem como a crise da social-

⁵⁴ “A conservação da hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as demais não implica que a fração hegemônica imponha sempre os seus objetivos táticos àquelas; ela pode sofrer derrotas que não sejam suficientes para a redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder, ou nem sequer para submetê-la aos objetivos táticos de um dos seus adversários. Finalmente, deve-se sempre levar em conta a possibilidade de as classes ou frações redefinirem os seus objetivos táticos, no curso de um processo social, em função da dificuldade imposta pelo adversário à realização das ‘intenções’ iniciais” (SAES, 2001:46).

democracia. Do ponto de vista do trabalho, se por um lado ocorreu uma relativa retração do setor fabril (OFFE 1989), houve também uma monumental expansão e proletarização global do setor de serviços no mundo do trabalho (ANTUNES 2000, 2005; HARVEY 1992). Ou seja, com a fragmentação e complexificação da classe trabalhadora em escala mundial, observou-se uma retração da força de trabalho industrial nos países centrais (OFFE e BERGER 1991) – nova configuração advinda dos processos de desconcentração e desespacialização, a partir da transferência para o “terceiro mundo” e da expansão da sua forma precarizada (instável) do proletariado em todo o mundo. Antunes (2008) observa que além do aumento exponencial do setor de serviços e de sua proletarização crescente na segunda metade do século XX (ANTUNES 2008), intensificou-se a precarização nos ramos produtivos dos países periféricos do capital. O crescimento explosivo do setor de serviços, portanto, tem sido acompanhado pela redução do proletariado fabril do tipo fordista, bem como por um quadro recessivo em função da automação, da robótica e da microeletrônica.

Como consequência histórica desse processo, produziu-se, enquanto mecanismo de regulação dessa nova fase do capitalismo, encabeçados pelas instituições corporativas do capital, a expansão da reestruturação das forças produtivas, bem como a ampliação do fenômeno da financeirização e da mundialização do capital. Por mundialização do capital⁵⁵, Chesnais (1996) compreende uma nova configuração do capitalismo e de sua fase de internacionalização e valorização do capital, marcado pela sua hegemonia e pensamento único, crescente financeirização, credibilidade do sistema financeiro mundial, centralização do capital a partir de oligopólios, imposição de ajustes estruturais em favor de investidores financeiros internacionais e reconcentração de renda mundial. Tais traços evidenciam o caráter excludente e destrutivo do capital.

Enquanto resposta a tal configuração internacional, em decorrência do alargamento dos déficits públicos e da crise de acumulação, a reorganização do capital desencadeou uma longa onda de privatização do Estado, desmontagem do setor produtivo estatal, flexibilização e desregulamentação do trabalho, com tendência à precarização estrutural⁵⁶ e novas modalidades

55 Para uma discussão mais aprofundada ver *A Mundialização do Capital* (Chesnais, 1996).

56 Para não nos restringirmos aos países periféricos do capitalismo, como é o caso brasileiro, a tendência à precarização do trabalho e à desigualdade corresponde a um traço estrutural constitutivo inclusive da maior economia mundial: a norte-americana. Ver recente pesquisa *Os sentidos das precariedades em dois mercados nacionais de trabalho: Brasil e Estados Unidos, uma comparação*, disponível em:

de intensificação do trabalho (toyotismo) – marcas da governança neoliberal. Os ajustes estruturais do mercado e do Estado (via reforma política) à governança global neoliberal (identificado por muitos autores como servidão financeira) são traços específicos do novo padrão de acumulação no emergente estágio do capitalismo, a partir do Consenso de Washington. Em âmbito global, uma série de reformas neoliberais são paulatinamente implementadas, com intenso corte nos gastos sociais e flexibilização da proteção universal de direitos sociais.

Assim, a “descentralização” e a “transferência” das políticas sociais do Estado para o setor privado parecem se ampliar em escala global, práticas expressas pelo novo padrão de “administração pública gerencial” (BRESSER PEREIRA 1998). Vale a observação de que, no caso brasileiro, em que a seguridade social é composta constitucionalmente pela Previdência, Saúde e Assistência Social, a transferência da “gestão” dos dois primeiros termos se realizou gradativamente para o setor privado (devido sua demanda lucrativa), ao passo que cumpre ao denominado “terceiro setor” lidar com a assistência social, principalmente dirigida aos pobres. Assim, “apropriar-se de setores controlados pelo Estado significa ampliar os lucros e o campo de ação do capital privado”, afirma Faleiros (2008:196).

O tema da desigualdade social é tratado de forma deslocada de sua real configuração. A criação de redes de proteção social e solidariedade social ao cidadão-consumidor (Mota 2008) afasta o tratamento universal e público da seguridade social, em sua forma estabelecida na Constituição de 1988, a qual consagra a proteção do Estado no que se refere aos direitos sociais. A referência a cidadania, pobreza e degradação ambiental constituem a pauta do discurso empresarial, apresentando a classe exploradora como portadora de objetivos solidários e ações socialmente responsáveis. Antes disso, na verdade, a intervenção social das corporações capitalistas no Brasil pretendem, em última análise, reconstruir novas modalidades de expansão do capital. Estamos seguros que gestão empresarial e mecanismos de regulação sócio-institucional, além de outras “exigências” da reestruturação produtiva, configuram novas formas de domínio do capital.

No entanto, para dismantelar a seguridade social, os empresários necessitam do consentimento dos trabalhadores e, para isso, reconstroem alguns conceitos como, por exemplo, o de cidadania, limitando o seu exercício aos que possuem a condição particular de consumidores, de trabalhadores do grande capital ou de pobres (MOTA, 2008:226). Apesar do discurso

dominante (crítico ou apologético ao neoliberalismo) muitas vezes sugerir que o empresariado se apresenta em substituição ao Estado na agenda social, a proposta de uma análise conjuntural capaz de auferir as correlações de força (e guerra de posições) entre 1995 e 2010 revelou sua interdependência com as políticas governamentais, não apenas econômicas (de desregulamentação do mercado)⁵⁷. Assim, tal qual os organismos internacionais, as organizações sociais do “terceiro setor”, implementam “a mesma estratégia do grande capital, isto é, a apropriação da questão social de acordo com os seus objetivos, embora o façam com uma outra retórica” (MOTA, 2008:227). Por meio da RSE, o capital reforça seu projeto social mediante a indiferenciação entre interesses dos trabalhadores e dos capitalistas. Para isso, defende a parceria em rede de solidariedade social e a constituição de uma agenda social que, apesar de consistir sua própria demanda de classe, passa a se qualificar como demanda de toda a sociedade, sob a forma caricata de RSE.

É preciso atentar para o fato de que o fenômeno da globalização encontra-se em profunda conexão com a mercantilização das esferas da vida social, transformadas em mercadorias passíveis de circularem em um mercado global para o capital, sem nenhum tipo de limite ou regulação pública, de tal modo que, “o projeto de globalização neoliberal em curso quer nos fazer crer que o modo de produção capitalista e sua forma política, a democracia liberal minimalista, constituem uma fase superior e, portanto, insuperável da história” (ALMEIDA, 2004:97). Em relação à submissão ao projeto neoliberal, João Bernardo (2000) compreende que a transnacionalização do capital corresponde a um processo concomitante de fragmentação dos trabalhadores e suas lutas sociais, inclusive o movimento sindical. De tal modo que os principais aspectos sociais da fragmentação de classe parecem ser “o desenvolvimento, por um lado, de uma subproletarização tardia, e, por outro, do desemprego estrutural. É uma das principais características do novo perfil do mundo do trabalho sob a mundialização do capital, que apresenta provocações para o trabalho assalariado organizado” (ALVES, 2010:74-5).

Tudo isso indica que tais transformações não têm apenas reflexos no mundo produtivo, mas na totalidade das relações sociais. A tentativa de legitimação da “governança global”⁵⁸

⁵⁷ Remetemos o leitor ao item 2.5 do presente trabalho (“Do governo FHC (1995-2002) ao governo Lula (2003-2010): a agenda social do empresariado), onde tratamos essa questão mais a fundo, ainda que não esgotemos todas as possibilidades de análise.

⁵⁸ O que se convencionou denominar por “governança global” é insistentemente utilizado pelo vocábulo das relações internacionais para se referir à “perda de importância dos Estados nacionais e da possibilidade de criação de uma nova ordem política e econômica mundial, estabilizada e gerida com base em ‘regimes supranacionais’

impõe progressivamente, a partir do quadro acima traçado, necessidade de corte público nos gastos sociais e a transferência de sua gestão para o setor privado (a partir de parcerias e terceirização de serviços). Apesar de assumir uma perspectiva politicamente limitada, a nosso ver, Dowbor (1999) assertivamente reconhece que enquanto as áreas produtivas dispõem de um sólido acúmulo teórico sobre a sua gestão, a área social não dispõe dos paradigmas de gestão correspondentes, e oscila entre estatismo ou antiestatismo privatizador. De acordo com Dowbor, a questão da gestão social tornou-se central. Precisando melhor, o que se torna central, em nossa avaliação, é entender o social como uma dimensão da realidade em disputa, não como um setor autônomo e segmentado da sociedade e desprovido de interesses de classe. Nesse sentido, indicamos desde já a funcionalidade do “terceiro setor”, enquanto denominação ideológica, para o projeto neoliberal, bem como sua imprecisão conceitual, como demonstra Montañó (2007; 2010).

O esgotamento do padrão de acumulação do capital e dos modos de intervenção estatal imprime modificações decisivas nas relações entre Estado, mercado e sociedade - transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no contexto internacional. Os ajustes econômicos e as reformas institucionais - agenda presente nas reformas neoliberais do Estado, o que no caso brasileiro se processa a partir de meados da década de 1990 -, vêm contribuindo, muitas vezes, para o desmantelamento dos direitos sociais (na experiência brasileira, consagrados pela Constituição de 1988, dita cidadã), no que se refere à proteção aos direitos sociais universais enquanto política pública do Estado, conforme analisamos pormenorizadamente em nossa pesquisa. Ocorre no país, a partir desse contexto, o predomínio de um projeto (ultra)conservador - a despeito do discurso pseudo-progressista - de frações da burguesia no Brasil, no que se refere ao consenso neoliberal e ao predomínio das agências financiadoras internacionais.

Desregulamentação social e econômica do Estado, perda de direitos de proteção social (assegurados pelo Estado burguês do tipo Welfare – ou na Constituição Federal, no caso brasileiro) são características internacionais desse projeto, cujas conseqüências se desdobram no campo social, econômico e político. Conforme sustenta Barbosa (2006:178), “a implementação do projeto neoliberal, sobretudo nos países latino-americanos, vem seguida de uma distorção do significado político do Estado, da sociedade civil e do mercado. Em outras palavras, há a

legítimos, capazes de funcionar com eficácia mesmo na ausência de potências hegemônicas (...) Nesse cenário internacional, a ideia ou projeto de uma ‘governança mundial’ mantém a beleza ética kantiana e segue sendo uma bandeira ou utopia política válida, mas não é uma realidade provável” (FIORI 2005).

separação entre os aspectos político, econômico e social que compõem o Estado e a sociedade civil”. Em conformidade com a reflexão de Montañó (1999), ocorre a “des-politização” das relações políticas e a “des-politização” e “des-historização” do real. O “pensamento único” passa a tomar força social a partir dos anos 1970 – embora alguns de seus traços já estejam presentes também desde os anos 1970, sob o regime militar de autocracia burguesa, como denomina Florestan Fernandes, no Brasil, esse processo é mais evidente a partir da década de 1990.

A administração pública gerencial do Estado brasileiro consolida-se em 1995, articulada pelo então ministro Bresser Pereira (governo Cardoso), legitimada pela “crise da forma burocrática de administrar o Estado (...) em função do retrocesso burocrático representado pela Constituição de 1988” (Bresser Pereira 1998) e a crise fiscal do Estado e da dívida externa, que impediria o estado de financiar políticas públicas, na compreensão do ministro e da cúpula governista articulada por frações do capital (fundamentalmente a financeira) no chamado “bloco no poder”. A eficiência do mercado privado seria uma meta a se atingir pela reforma gerencial de “minimização do Estado”. Vale frisar que este foi o marco de um longo processo de privatização no país, articulada com liberalização comercial e desregulação do trabalho, o que demonstra a orientação para o mercado, lógica que também adotaram as posteriores (contra)reformas do Estado (nos referimos aqui ao segundo mandato de Cardoso e ao governo Lula).

Assim, a gestão administrativa do Estado brasileiro, ajustado a ordem neoliberal e ao capital financeiro internacional, sob o pressuposto de ampliar a democracia e a participação da esfera pública à sociedade civil, abre espaço para as parcerias com o setor privado, por intermédio das denominadas organizações sociais e instituições privadas sem fins públicos – Lei nº9.790, de março de 1999. Eis a legitimação jurídica da ampliação estratégica da transferência das responsabilidades e execução dos serviços sociais públicos para o “terceiro setor”, cujas realizações, vale dizer, são marcadas pela precarização, focalização, imediatismo e localização, em detrimento da universalidade das políticas sociais.

Diante desse cenário de ajuste à ordem neoliberal, tanto de uma parcela significativa da sociedade civil como por parte do próprio Estado, sobretudo via reforma administrativa citada, há uma nova configuração de relações sociais entre Estado-sociedade-mercado, interpretada por distintas perspectivas na literatura especializada.

Como emerge o denominado “terceiro setor” e qual sua diferença em relação ao entendimento de sociedade civil? O que fundamenta o ativismo social das empresas (a RSE) no

atual estágio neoliberal no Brasil? Entendemos a construção da hegemonia decorrente do fato de que, nessa conjuntura, são incorporados (com deslizes semânticos) valores, crenças e conceitos fundamentais, de origem classista, para a legitimação da governança global, conceito em que se apoia a lógica do “terceiro setor”. O apelo à solidariedade, sempre numa perspectiva individualizada, é o conteúdo ideológico mobilizador das iniciativas desse “setor”, auto-identificado como distinto e autônomo em relação ao Estado e ao mercado.

Para Dagnino (2004), o “terceiro setor” representa uma ambiguidade constitutiva no que se refere aos interesses mercantis, exemplo das fundações empresariais e a RSE, conforme procuraremos demonstrar. Segundo a autora, os programas sociais do “terceiro setor” consistem na ausência de qualquer referência a direitos universais e de debate político sobre a pobreza e a desigualdade, as quais são retiradas da arena política. Trata-se, ainda segundo Dagnino, da gestão técnica e filantrópica da pobreza. Apesar do importante diagnóstico traçado, a autora parece compartilhar com as propostas “democratizantes” e “participativas” que não questionam a lógica do capital e não compartilham efetivamente o poder, o que revela um limite de análise para uma proposta efetiva de transformação social.

Valério Arcary aponta para a quimera do “terceiro setor”, destacando que sua assistência social terceirizada corresponde funcionalmente ao programa do FMI. Numa perspectiva crítica, Arcary (2009) destaca que “mesmo admitindo-se que alguns programas sociais tenham alcançado seus fins – quase sempre como uma terceirização das políticas públicas – a questão de fundo permanece insolúvel. (...) A assistência social das ONG’s que terceirizam funções do Estado não é uma estratégia alternativa” às desigualdades sociais do capitalismo. Mas é preciso reconhecer que, no limite, tais práticas até procuram incorporar a cidadania, em sua acepção liberal, às pessoas economicamente dependentes, inserindo-as no sistema ou minimizando seus problemas imediatos. Mas não consistem práticas transformadoras da realidade social (Paoli 2002; Cesar 2008; Gracioli 2006; Montaña 2010; Piloni 2010). Por vezes, essas práticas rotuladas de concepção cidadã chegam a ver “as terríveis divisões e a desigualdade social reinante como resultado de uma ordem perversa, fruto de uma opção política (no caso, neoliberal), mas não ressalta a existência da dominação de classe que a sustenta” (WELMOVICI, 2008).

A substituição da categoria sociedade civil pelo termo terceiro setor “retira a cidadania do terreno da política” (DAGNINO 2004). Não é incomum encontrarmos o termo “cidadania empresarial participativa” (RICO 1998) para expressar, acriticamente, esse processo. No Brasil,

existe inclusive o Instituto de Cidadania Empresarial. Assim, o projeto neoliberal opera não apenas com a concepção de “Estado mínimo”, mas também, segundo Dagnino, com a concepção minimalista tanto da política como da democracia, ao restringir tanto o espaço, quanto a arena da política, seus participantes e seu campo de ação. Tais ações correspondem ao “encolhimento” do Estado, da política e da democracia, limitados ao “mínimo indispensável”, e vale acrescentar, sob o âmbito caritativo e pontual⁵⁹.

A configuração do espaço público oriundo da nova relação entre Estado e sociedade civil, principalmente com a explosão do “terceiro setor” e o discurso ideológico a ele associado, requer um procedimento analítico respaldado numa abordagem crítica e problematizadora. Dessa forma, procuramos demonstrar que o denominado “terceiro setor” não constitui propriamente um setor autônomo da sociedade, desvinculado do mercado ou do Estado. Tampouco constitui um conceito que expresse a realidade. Trata-se de um termo impreciso que tende a ocultar os interesses materiais e ideológicos das empresas, por meio de suas fundações, as quais constituem seu principal articulador, como logo veremos a partir do recente fenômeno da Responsabilidade Social Corporativa (empresarial). O que há de concreto é a sociedade civil (em articulação com o Estado) e suas ações e interesses materiais em disputa, na dinâmica das classes. Esse é o Estado amplo de que tratam Gramsci e Bernardo. Compreendemos, assim, que as ONGs não são a sociedade civil, mas uma de suas expressões, que também constitui “arenas de lutas e disputas de projetos societários” (MACHADO 2010:69).

Nesses termos, um influente crítico do padrão emergente de intervenção social do “terceiro setor” afirma:

Entendo que o termo “Terceiro Setor” representa uma construção intelectual, sem materialização no real. Por isso, caracterizo o termo como uma “denominação ideológica”. O que verdadeiramente existe são as ONGs, as associações, as instituições, fundações, entidades, relações sociais que integram e participam da sociedade civil. O que efetivamente existe são ações de solidariedade individual ou local, de filantropia etc. desenvolvidas por estes atores. Porém, não num determinado “setor” diferente e autônomo, e sim numa esfera da realidade social que é a sociedade civil. (MONTAÑO 2007)

Assim como devemos desmistificar o caráter onipotente do conceito de sociedade civil (recurso de virtuosismo bastante utilizado em algumas análises dos movimentos sociais), o termo

59 Petras (apud Montaña, 2010:58 nota 10), investigando o caso boliviano (com base em estudos da ONU e FAO) demonstra que “para cada 100 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social realizado por ONGs, somente cerca de 15 a 20 dólares chegam até os seus beneficiários finais”.

“terceiro setor” não constitui uma ferramenta analítica eficaz, na medida em que, além de funcional ao capital e seu projeto neoliberal, desresponsabiliza o Estado quanto à questão social, minimiza a concepção de cidadania (restrita ao atendimento a clientes), desconstrói direitos sociais, desarticula uma visão mais realista da sociedade civil e contribui para hegemonia burguesa na reestruturação do capital, em oposição a qualquer perspectiva de transformação social. Em relação ao Estado, a responsabilidade filantrópica privada aparece como “seu oposto, como a corporificação da modernidade civil agora colocada como ênfase no campo do mercado, a qual, operando através da racionalidade instrumental própria da gestão mercantil, captura uma participação ativista e voluntária que realiza o milagre da cidadania da doação” (PAOLI 2002:408).

A partir da metamorfose (desvirtuada) do conceito de sociedade civil para o campo de denominação “terceiro setor”, o recente movimento de RSE oculta suas contradições enquanto pretensão agente de transformação social. Para tanto, foi preciso recorrer a um importante referencial teórico que insere a dinâmica da sociedade civil no plano conflitivo, ou melhor, no palco material da luta de classes. É central resgatar, com rigorosidade conceitual, a contribuição de Gramsci para o entendimento do conceito de Sociedade Civil.

O que a intervenção social das empresas pode nos revelar sobre as relações entre as classes no atual estágio do capitalismo no Brasil? É possível vislumbrarmos frações de classe dominante autônomas? Como se constitui a hegemonia da classe dominante, e mais especificamente das frações de classe, no que se refere às formas de intervenção social do setor privado? Qual é o papel representado pelas corporações empresariais na disputa hegemônica? Nesse sentido, quem representa a nova morfologia da burguesia no Brasil e quais especificidades sua intervenção social assume nos anos 2000, sob o governo Lula? Procuramos encarar esse conjunto de questões na presente pesquisa.

2.2: O estado da arte da RSE no discurso empresarial: características dominantes do debate

Esse item pretende caracterizar o estado da arte sobre a produção intelectual brasileira acerca do tema da RSE no Brasil, cuja influência exercida no discurso de *management*⁶⁰ adquire

60 Numa perspectiva contrária ao discurso empresarial, importantes estudos para se iniciar a exploração do tema encontram-se em Paoli (2002); Graciolli (2005; 2006); Simionatto e Pfeifer (2006); Cunha (2007); Cesar (2008);

maior relevância. De fato, o que mais existe é proveniente das publicações empresariais e de organizações ligadas ao empresariado, numa espécie de balanço e divulgação de ações. Não pretendemos esgotar a produção bibliográfica sobre o tema, que é ampla e diversificada, mas buscaremos indicar algumas reflexões pertinentes conforme o recorte da presente pesquisa. Pode-se dizer que existe sobre o tema, resumidamente, o seguinte recorte de estudos: a) estudos teóricos e mais gerais (em geral apologéticos); b) estudos descritivos, como análise de casos; c) balanços sociais e pesquisa de dados.

De acordo com Graciolli (2006), há três auto-representações da RSE na forma como é apresentada por seus agentes e intelectuais: a) visão clássica: a função da empresa é gerar lucro; b) visão instrumental-pragmática: a RSE é fator de competitividade que pode promover o crescimento do lucro; c) visão instrumental-emancipatória: a RSE contribui para o bem-estar da coletividade (“capitalismo socialmente orientado”). Ainda segundo o autor, as áreas de concentração destacadas pela RSE são: valores, empregados (“colaboradores” ou “associados”), fornecedores e clientes, acionistas, concorrentes, comunidade, Estado e meio ambiente.

Moretti e Campanário (2009) fazem um balanço bibliográfico na literatura brasileira sobre o tema, destacando “uma zona de conforto intelectual”, constatação que indica “pouca maturidade científica na RSE”, pois se trata de um campo ainda em formação no país. O estudo citado fez um levantamento do tema nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, entre 1997 e 2007. Segundo apontam, em geral, os autores lançam mão de referências gerais e de diversificados campos do conhecimento para tratar do tema, sobretudo recorrendo a autores estrangeiros e dois textos específicos que parecem pautar o debate (citados em todos os trabalhos verificados): Ashley (2003) e Melo e Froes (2001). São textos na área da administração e pouco críticos, vale indicar.

Moretti e Figueiredo (2007), chamando atenção ainda para o campo da Administração, apontam evidências de um discurso monológico, com recorrência aos mesmos autores, definições e abordagens. Parece haver, assim, uma espécie de consenso, apesar dos autores incorporarem conceitos de modo variados.

Para Margolis e Walsh (2003) a ação ética deve ser independente dos negócios. Os liberais Friedman (1970) e Jensen (2002), por exemplo, destacam a aferição do lucro por parte

Toitio (2010; 2011); Piloni (2010) e Montañó (2010). De fato, são as análises que oferecem maior contribuição ao tema da RSE.

dos gestores enquanto algo preponderante. Nessa acepção, Milton Friedman, um dos principais defensores liberais da doutrina do *stockholders*, ressalta que o incremento do lucro, por parte dos administradores, aumenta o valor da empresa, promovendo por si mesmo o bem estar social, uma vez que os direitos de propriedade dos acionistas são respeitados. Ou seja, defende uma ação exclusiva no enriquecimento dos negócios (oposição ao envolvimento social das empresas). “De acordo com essa visão, os recursos destinados a ações de responsabilidade social seriam mais sabiamente gastos, sob uma perspectiva social, no incremento da eficiência da firma” (MACHADO FILHO & ZYLBERSZTAJAN 2004a), pois as atividades de responsabilidade social seriam incompatíveis com o objetivo de maximização do lucro da empresa, uma vez que proporcionaria conflito de interesses (entre o principal – acionistas - e o agente - gestor). O comportamento ético empresarial, posto nesses termos, deve-se limitar a incrementação de lucro aos acionistas. Nesse sentido, o que fazer com o lucro das empresas diz respeito somente aos mesmos, pois segundo a visão liberal, a ética está relacionada ao indivíduo, não à empresa. Ainda de acordo com esta visão, dizer que negócios têm responsabilidades não faz o menor sentido, somente pessoas as têm⁶¹. E isto caberia à opção individual, pessoal.

Já representando a doutrina da teoria dos *stakeholders*, Freeman (2003) chama atenção para vários grupos de interesses internos e externos à empresa. Ou seja, deve-se levar em conta não somente os acionistas, mas todos os *stakeholders* envolvidos pela ação da empresa (tanto acionistas e credores, como comunidade, funcionários, consumidores etc). No mesmo sentido Fombrun⁶², tendo em vista as conseqüências das ações da empresa, atenta para a necessidade de ampliação do que constitui o conjunto dos *stakeholders*. Esta visão parte do raciocínio segundo o qual o comportamento empresarial cria certas expectativas na sociedade, as quais devem ser contempladas, ou pelo menos os impactos negativos devem ser minimizados. Trata-se do argumento de reconhecimento da responsabilidade da empresa com o público envolvido (Freeman 2003). Existe disponível, inclusive, o sugestivo título “Riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro”, de Prahalad (2005).

Há ainda argumentos estratégicos sobre a RSE que indicam oportunidades nos negócios (CARROL 1999; DRUCKER apud Berger 2001; VENTURA 2003; WOOD 1991;

⁶¹ Milton Friedman, “The social responsibility of business is increase its profits”. New York Times Magazine, New York, 13 Sep. 1970 *apud* Machado Filho e Zylbersztajan (2004).

⁶² Fombrun, Charles. et al. “Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputation risk” in: Business and Society Review, Malden, MA, Blackwell Publishers, v. 105, n.1, p. 85-106, 2000 *apud* Machado Filho e Zylbersztajan (2004).

OSTERGARD 1999, dentre outros). Nesse sentido, a RSE é vista como uma imposição global a que as empresas devem se adaptar (GOMES e MORETTI 2007) e alinhar seus objetivos estratégicos, compatibilizando investimento social e *bussines* (OSTERGARD 1999). A mudança de comportamento exigida pelas empresas imprime uma espécie de “obrigatoriedade” em investimento de RSE e uma postura corporativa que acompanharia tais exigências globais do mercado (SANTOS 2006; SERPA e FOURNEAU 2007), constituindo-se, inclusive, enquanto prática institucionalizada nas organizações empresariais (NOVAES e DONADONE 2010). A teoria institucional recentemente tem se preocupado com o tema (NOGUEIRA 2004), a partir da dinamicidade das organizações no contexto global. Conforme aborda a linguagem dos negócios, trata-se de uma nova tendência. Identificando a disposição do empresariado em substituir termos como “filantropia empresarial” por ação social, investimento social e RSE, Rohden (1996) já atentava para essa tendência em meados dos anos 1990.

Menezes (2010) traça um balanço bibliográfico acerca da reflexão sobre RSE na Revista Serviço Social e Sociedade, abrangendo as edições de 1997 a 2007. Segundo a autora, três artigos são representativos. Rico (1998), na edição n.58 avalia positivamente tais ações dos empresários como gerentes de programas sociais, supervalorizando a intervenção do “terceiro setor”. Góis (2004), na edição n.78, discute a capacidade de organização dos empresários a partir dos anos 1990, que cresceu em contraste com a dos trabalhadores. Gropo (2007), em edição n.91, destaca os padrões de intervenção empresarial desde 1970 até o governo Lula, demonstrando que o discurso ideológico das empresas se contradiz com a irresponsabilidade do capital diante das demissões, subcontratação e automação crescentes, sendo a RSE uma prática convertida em mercadoria e deslegitimadora das políticas públicas sociais.

A tese de que a “empresa cidadã” possui potencial transformador na sociedade, promovendo a assim chamada “cidadania empresarial” é amplamente divulgada, podendo ser representativa na obra de Martinelli (1999). Nessa visão, as empresas socialmente orientadas são fruto de uma maior democratização da sociedade civil, resultado das parcerias e colaborações de diferentes organizações (CARSOSO 1997; 2004; 2006).

Mas é o conceito de “terceiro setor” o mais influente na bibliografia a respeito da RSE⁶³. O emaranhado de expressões que cobrem o debilitado conceito de “terceiro setor” (aparecendo

⁶³ A debilidade do conceito de “terceiro setor”, que não encontra respaldo empírico na materialidade, representando, portanto, um constructo ideal, foi discutida no item anterior, juntamente com seus autores dominantes e seus

correntemente como Terceiro Setor) abarca desde organizações não-lucrativas e não-governamentais (como ONGs) até instituições de caridade, atividades filantrópicas, ações solidárias, ações voluntárias, atividades sociais e atividades informais.

A ideia de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade (SEN 1999; MELO NETO e FROES 2001; IOSCHPE 1997; ALMEIDA 2002; YOUNG 2008), recentemente incorporada, provém da proposta de articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social mais amplo, o que envolve a preocupação social e ambiental articulada aos interesses econômicos das empresas, ou como é comum na literatura a respeito, uma aliança entre comunidade e empresas – como se esta, e seus interesses de classe, não fosse constitutiva da própria sociedade civil. “Nesse contexto, no final da década de 2000, a relação entre RSE e desenvolvimento sustentável começou a fundir-se sobre o conceito de sustentabilidade” (AVINA 2008).

A recente expansão do termo desenvolvimento sustentável procura associar as questões sociais às questões econômicas e ambientais, apoiando-se no influente conceito de *triple bottom line* (ELKINGTON 1999), o qual abrange os três pilares no planejamento estratégico das empresas. Trata-se da difusão do termo “cidadania empresarial” (MARTINELLI 1997).

Outro tema em voga, para os autores que apostam nas ações comunitárias, é o fomento ao desenvolvimento local e empreendedorismo social⁶⁴ (MELO NETO e FROES 2002; ROUERE e PADUA 2001; FISCHER 2011; REFICCO 2011). Reficco (2011:161) adverte, nesse sentido, que “os pobres precisam menos de piedade e mais de oportunidades de negócios. A experiência recente sugere que a melhor maneira de fazer com que isto aconteça é fomentar o empreendedorismo social”. Outros temas bastante recorrentes identificados nas produções sobre RSE são: capital social, empreendedorismo social e governança corporativa. Há, ainda, uma parcela da literatura que chama atenção ao empresariado para a necessidade e importância de se apropriar consensualmente de determinados conceitos envolvendo o tema da RSE (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000), a fim de que criem uma agenda em comum.

Cumprir notar que, no âmbito do discurso empresarial, o argumento mais em voga é aquele que ou destaca a ineficiência do Estado diante das questões sociais ou a importância de parcerias com o setor privado e o “terceiro setor” devido à necessidade de fortalecimento da

principais críticos.

⁶⁴ Duas instituições referência no tema empreendedorismo social, do início dos anos 2000, são a Fundação Avina e a Ashoka, com ampla ressonância na América Latina.

sociedade civil, cujos argumentos centrais ampliam a difusão dos conceitos de “terceiro setor”, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, para além do assistencialismo, num contexto democrático, participativo e de colaboracionismo – simultaneamente com as “tendências globais” de ampliação do mercado e de participação de diferentes iniciativas de organizações da sociedade civil.

2.3: Do governo FHC (1995-2002) ao governo Lula (2003-2010): a agenda social do empresariado

Esse item pretende-se uma análise crítica a respeito do significado da agenda social do empresariado no período compreendido pela pesquisa, em especial o período correspondente ao governo Lula. Em síntese, procuramos perpassar, na medida em que nosso objeto nos permite, por questões decisivas para o entendimento acerca da agenda social do empresariado na última década. A pergunta que cabe é: como tem se organizado, mobilizado e configurado as diferentes frações de classe burguesas nas últimas duas décadas no que se refere às políticas sociais? Quais as especificidades de correlações de forças do empresariado na conjuntura dos governos FHC e Lula? A fim de que delimitemos nosso recorte metodológico de investigação, entendemos dois períodos distintos dessa fase: a) segunda metade dos anos 1990 até primeira metade da década de 2000 b) da segunda metade da década de 2000 até 2010.

Em que medida é possível se dizer que existem alterações no quadro político das chamadas reformas neoliberais dos anos 1990 e o papel do Estado nos anos 2000, enquanto agente de desenvolvimento? Trata-se da continuidade do neoliberalismo? Trata-se de um novo conceito de Estado desenvolvimentista, conforme apontam Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985) ou “neodesenvolvimentismo no período pós-neoliberal”, como sugerem Boschi e Gaitán (2010)? Ou, antes disso, trata-se de uma outra particularidade?

Para tanto, o recorte deve partir do projeto político conduzido na gestão FHC e que favoreceu o grande empresariado na configuração de uma “rede de solidariedade” em parceria com o Estado. Não contempla nosso objetivo traçar uma análise de conjuntura⁶⁵ pormenorizada dos oito primeiros anos da gestão de Cardoso, tampouco de sua política social, assim como não se ambiciona avaliar conjunturalmente o governo Lula. Portanto, pretende-se oferecer uma visão articulada, cujo enfoque se orienta, é preciso admitir, a partir dos traços de alinhamento e tensões

⁶⁵ Em certa medida, deixaremos de lado, portanto, as lutas sociais do trabalho e dos movimentos sociais, bem como outras determinações conjunturais que não sejam as do capital.

da agenda social do grande empresariado com os rumos assumidos pelos dois governos no período em questão, ou seja, a dinâmica de situação concreta vivenciada no Brasil na passagem dos anos 1990 para a década de 2000.

Cumprir notar que o programa do governo FHC e de seu partido (que reunira uma parcela significativa do empresariado⁶⁶) já estava, desde o início, alinhado e comprometido com o patronato, a exemplo das recomendações do livro da FIESP *Livre para Crescer* (FIESP 1990), o qual sugeria pedagogicamente o predomínio do capital sobre a administração pública, convertendo-a em mera atividade gerencial “de administração de conflitos”⁶⁷.

Uma ampla coalizão centro-direita⁶⁸, com destaque para o empresariado, conseguiu eleger o primeiro mandato de FHC. O país havia acabado de passar por um processo político conturbado (Collor, que não terminou seu mandato, e Itamar Franco). A partir de 1994, sobretudo com as eleições de Cardoso, o país atingiu a estabilização monetária com o Plano Real – em contraposição à instabilidade inflacionária dos primeiros governos da Nova República. O *condottiere* da estabilidade monetária afastou, temporariamente, os rumores de uma forte crise econômica. Tal equilíbrio macroeconômico apresentou-se como crescimento sustentável, dando legitimidade para as bases das reformas estruturais propostas pelo governo⁶⁹.

Logo em seu primeiro mandato (1995-1998), FHC valeu-se de um pacote de reformas orientadas para o mercado, dando solidez ao desmonte social neoliberal (LESBAUPIN 1999). “Cardoso priorizou quatro eixos no seu primeiro mandato: aprovação de sua reeleição, ajuste fiscal, privatização e redução dos direitos sociais, com o monitoramento do Fundo Monetário Internacional” (FALEIROS, 2008:206).

Conforme indicamos anteriormente, a administração pública gerencial do Estado brasileiro, articulada pelo então ministro Bresser Pereira (governo Cardoso) e consolidada em 1995, sugere que a eficiência do mercado privado seria uma meta a se atingir pela reforma

⁶⁶ Para ver o vínculo do partido de FHC com as entidades patronais mais organizadas do país, conferir o sugestivo título de Guiot (2006): *Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*.

⁶⁷ Os interesses de tal administração “gerencial de conflitos” podem ser identificados na repressão aos movimentos sociais, como o MST, ao longo de seus dois mandatos (1995-2002), a exemplo dos dois principais massacres de trabalhadores rurais no país, em Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996).

⁶⁸ Cumprir notar que ao encontro de uma corrente política neoliberal, dirigida por diversos segmentos das classes dominantes (mas com apoio de múltiplos setores sociais), a orientação dessa coalizão seguiu o objetivo principal de derrotar eleitoralmente a esquerda (SAES 2001).

⁶⁹ A desertificação neoliberal no Brasil (ANTUNES 2004) corresponde ao processo iniciado durante o governo Collor, mas intensificado apenas a partir da gestão de FHC. Compreende um período em que a política do governo esteve plenamente sintonizada com os ditames do Consenso de Washington, consolidando-se a subordinação do país aos interesses financeiros internacionais.

gerencial de “minimização do Estado”. O projeto de governo favoreceu imensamente a grande burguesia e seus associados, podendo ser confundido com o projeto político do grande capital. As novas elites dirigentes se viram beneficiadas nesse processo, sobretudo a fração de classe do capital financeiro⁷⁰, mediada pelo Estado. Apesar de não se beneficiarem, segmentos da “classe média” e das classes trabalhadores também se viram atraídos⁷¹ (ilusão ideológica) pelo projeto neoliberal “modernizador” (SAES 2001; BOITO Jr 2003;2006).

Abertura econômica, programa de privatizações, reforma do Estado e da previdência estavam em seu projeto⁷². Num contexto internacional de reestruturação do capitalismo, operou-se uma reforma de Estado orientada para o mercado, promovendo a integração vigorosa (servidão financeira) ao sistema econômico mundializado, à custa de um modelo de desenvolvimento pautado pelos ditames do mercado internacional – integração subalterna e conforme as exigências do capital. Tal “ajuste estrutural” de cariz neoliberal orientou-se pela abertura do mercado ao capital internacional, no bojo da desregulamentação, privatização e redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais (NETTO 1999).

O sucateamento dos serviços públicos operados pelo Estado, sob o receituário neoliberal (o qual procurou dismantelar as conquistas sociais asseguradas na Constituição de 1988),

⁷⁰ Apesar de não ser o maior beneficiário do programa neoliberal, o empresariado industrial (a exemplo das representativas Fiesp e CNI) mostrou-se integrado ao apoio governista nesse período, sobretudo no que se refere às desregulamentações das relações trabalhistas, como demonstra Saes (2001). As tensões que viriam serão analisadas adiante, quando abordarmos o segundo mandato FHC e a campanha eleitoral de Lula. Vale observar, ainda, que a burguesia bancária nacional, a exemplo da FEBRABAN, apesar de favorável ao programa de privatizações, resistiu à abertura incondicional do sistema financeiro ao capital estrangeiro.

⁷¹ Boito Jr (2006) interpreta que o apoio ideológico de setores pauperizados e desorganizados converteu-os em “classe apoio” do bloco do poder neoliberal. Vale observar que “classe apoio” é realizada no nível ideológico e sem “sacrifícios mútuos reais”, uma vez que se seus membros se deixam representar por outras (dada a incapacidade de organização política autônoma das classes-apoio). Assim, “classe apoio” não é o mesmo que “aliança”, conforme Poulantzas (1971).

⁷² A proposta de reforma na seguridade social, de cariz privatista, tendo por base a ênfase na desregulamentação e supressão das contribuições patronais, já era uma pauta desde o início dos anos 1990, captada no seguinte pronunciamento de Mário Amato, ex-presidente da FIESP: “A privatização da previdência é uma necessidade evidente. (...) as contribuições previdenciárias são as responsáveis pelo crescimento do setor informal e defende que é necessário acabar a aposentadoria por tempo de serviço porque ela é injusta e só atende uma minoria” (Discurso de Mário Amato, no Simpósio sobre previdência do Instituto Roberto Simonsen, em fevereiro de 1992). Também a FEBRABAN, entidade representativa dos grandes banqueiros, esforça-se na defesa de um regime de previdência complementar privado e aberto, em conformidade com os interesses dos bancos (contas de capitalização), conjuntamente com a previdência básica (assistencial-distributiva). Também o Instituto Liberal defende o regime de capitalização: “no regime de capitalização, os recursos são transferidos das fontes para um fundo financeiro, no qual são acumulados. Os recursos do fundo são aplicados nos mercados financeiros e de bens reais, sendo o resultado das aplicações utilizado para financiar o pagamento de benefícios aos inativos” (Projeto do Instituto Liberal intitulado *Previdência social no Brasil: uma proposta de reformas*, 1991, apresentado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, em 1992. Conferir Mota (2008).

legitimou a entrada do mercado privado na área social, a exemplo dos institutos e fundações empresariais e demais organismos do “terceiro setor”. De tal forma que:

O tratamento negativo das políticas sociais, tal como se compreendiam no arcabouço constitucional de 1988, funcionou duplamente: de um lado, forneceu elementos para justificar a impossibilidade de assegurar aqueles direitos; de outro, instaurou condições para institucionalizar políticas sociais convenientes e adequadas ao projeto político de que FHC se fez condutor (NETO,1999:81).

A administração pública nos moldes de uma administração de empresa privada sugere o aumento da produtividade a partir de racionamento de recursos com redução de gastos sociais. Daí a transferência dos serviços sociais para a iniciativa privada (com ampla isenção fiscal). Embasada na defesa de um Estado “mínimo” para o social, no que se refere ao investimento de recursos públicos, e máximo para o capital, no que se refere à liberalização e desregulamentação, a nova concepção gerencial do Estado dissemina um discurso sedutor que reivindica a descentralização e o “participacionismo” dos agentes privados nas políticas públicas, minimizando sua responsabilidade social. “A diminuição do tamanho do Estado passa a ser, na ótica neoliberal, o foco central das estratégias do FMI para reduzir o papel do setor público no mercado, com o propósito de estimular a acumulação de capital” (FALEIROS, 2008:197).

Assim, conduzida por determinado projeto político, a chamada agenda social do empresariado fez-se forte, segundo os interesses privados, impulsionando o protagonismo da “sociedade civil”, com grande visibilidade para o campo de atuação das ONGs e das associações empresariais voltadas para a questão social. A assistência social (YAZBEK 1997), por exemplo, foi transferida e privatizada no intuito de construção de “redes de proteção social” ou “instituições de solidariedade social”, as quais se apresentam como “parceiras” do Estado, numa espécie de refilantropização em substituição à ação política de direito social, num contexto de redução das responsabilidades do Estado na condução das políticas sociais.

Como identifica assertivamente José Paulo Netto:

Cabe observar que este processo de privatização da assistência já avança significativamente no Brasil – não por acaso, no primeiro ano de governo de FHC constituiu-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), reunindo grossos capitalistas (Banco Itaú, Unibanco, IBM, Iochpe Maxion, entre outros) que, atuando hoje em dez estados da Federação, propõe-se desenvolver atividades comunitário-assistenciais a partir do que chamam cidadania empresarial – para quem conhece o que os grandes capitalistas pensam, e praticam, acerca da “responsabilidade social da empresa”, não serão inesperados os resultados dessa empreitada dos nossos (?) burgueses (NETTO, 1999:88).

Segundo Fontes (2010), em todas as organizações afiliadas à ABONG, “os recursos provindos de órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) cresceram de 3,2% em 1993 para 18,46% do total de recursos em 2001, traduzindo a substituição de políticas públicas pela atuação desses aparelhos privados de hegemonia”, (idem:286) tendo aumento de 26% apenas entre 1999 e 2001 (período contemplado pelo segundo mandato de FHC)⁷³. Conforme vimos, a expansão das associações do capital que investem no campo da RSE, como o GIFE e o Comunitas, se intensifica na gestão de FHC⁷⁴. Nesse contexto, o ideário neoliberal das políticas sociais, enquanto estratégia econômica do capital, combinou privatização, focalização e descentralização (DRAIBE 1995).

O desmonte social das políticas neoliberais desencadeado nos anos 1990 foi degradante para os serviços públicos de saúde, previdência, assistência social, educação e emprego, sobretudo impulsionando a concentração de renda e a precarização do trabalho. Desregulamentação do mercado, privatização e terceirização são as palavras de ordem. As privatizações de importantes setores da economia e de empresas estatais (como a Vale do Rio Doce, as Telecomunicações e alguns setores da Petrobrás), vieram com a justificativa para diminuir os gastos do Estado e os déficits públicos. Contudo, para se ter uma ideia, a partir da gestão de FHC, com a abertura para o capital financeiro internacional, a dívida externa passou de 149 bilhões de dólares em 1994 para 229 bilhões em 1998, a juros altíssimos. O Brasil se tornou inteiramente submisso aos ditames do mercado financeiro externo e do imperialismo do FMI (Fundo Monetário Internacional), controlado pelos EUA, em rigorosa obediência às recomendações do Consenso de Washington. De 1986 para 1999 o país saltou de 13º colocado para terceiro lugar em volume de desemprego aberto de todo desemprego mundial (POCHMANN 2001). A reforma da previdência social aprovada em 1998 instituiu a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição, extinção da aposentadoria proporcional e aumentou o limite de idade para aposentadoria (MARQUES e MENDES 2004).

O segundo mandato de FHC também se demonstrou desastroso para a classe trabalhadora, ao despolitizar a questão social. Todavia, também se revelou tenso com uma parcela significativa do empresariado, conforme demonstraremos.

⁷³ Para sermos mais precisos ao período de gestão do PSDB, “As associações patronais e profissionais aumentaram em três vezes e meia, passando de 13 mil entidades, em 1996, para 45 mil, em 2002” (BRASIL, 2003:43).

⁷⁴ Conferir os dados apresentados na nota 34.

A percepção do fracasso das políticas neoliberais pode ser revelada já na perda de popularidade de FHC no início de seu segundo mandato. A emergência de uma nova agenda política passou a ser reivindicada, capaz de sustentar crescimento econômico com estabilidade e resolução dos problemas sociais que se agravavam, como o desemprego, associados à nova estratégia de inserção internacional. Como interpreta Diniz (2006):

No decorrer do processo de reestruturação produtiva que se verificou, uma parte expressiva do empresariado nacional foi duramente atingida, o que se manifestou pelo grande número de falências e concordatas, levando inclusive ao desaparecimento de empresas emblemáticas do período desenvolvimentista. Por outro lado, o segmento que se expandiu viu fortalecer-se (sic) sua posição aprofundando seus vínculos com o setor transnacional. Para este segmento, o futuro estaria naturalmente atrelado ao êxito da estratégia dominante. Entretanto, a incapacidade do governo de romper com as amarras da estagnação e da vulnerabilidade externa da economia terminaria por abalar a confiabilidade daquela estratégia até mesmo junto a alguns dos novos grupos empresariais, aumentando a margem de descontentamento.

O período entre 1999 e 2002 (segundo mandato FHC) pode ser considerado decisivo pela tensão no pacto governo-empresários. Bianchi lembra que “uma parcela importante dos industriais sucumbiu à abertura do mercado” (BIANCHI:2001:163), sobretudo aquela que havia se beneficiado do surto expansionista da década de 1970. Uma fração do empresariado, liderada pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e pelo IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), passam a assumir uma postura crítica com relação ao governo FHC e à condução de suas políticas macroeconômicas, devido a crise no meio empresarial, reivindicando a proteção à indústria nacional. O empresário Sérgio Mindlin, então dirigente da Metal Leve, advertira a política industrial do governo Cardoso: “no governo Fernando Henrique houve um processo de abertura econômica que não favorece a indústria nacional nem um pouquinho, pelo contrário, coloca a indústria nacional num fogo cerrado (...) deve levar a uma desnacionalização gradual da indústria”⁷⁵.

Contribuiu com essa tensão, a crise internacional de 1997 e o colapso da bolsa asiática. O que se desenfreou foi o acirramento de disputa entre frações do capital, que já existia no primeiro mandato de FHC, mas que se intensificaram em sua segunda gestão. Portanto, ao vencer o candidato da situação (José Serra do PSDB) nas eleições de 2002, Lula não representou, como sugere Diniz (2006) uma ruptura com tradições de coalizão centro-direita na história do país.

⁷⁵ Entrevista realizada em 26/06/1996 (BIANCHI, 2001:100).

Na “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002, a coalização do PT já expressara o compromisso com uma transição moderada para o novo governo, garantindo os compromissos internacionais assumidos e o crescimento com estabilidade, com a promessa de proteção ao *superávit* primário⁷⁶. Ou seja, o governo Lula e a direção do PT assumiram de antemão o total compromisso com os interesses do empresariado no país, inclusive com as empresas transnacionais e os organismos multilaterais (a exemplo do acordo com o FMI). De tal modo que o PT havia vivenciado um processo de institucionalização burguesa e de moderação⁷⁷. Como indica Iasi (2006:359), “a experiência do PT é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar”. O transformismo já havia convertido o PT em um partido da ordem, adaptado aos imperativos dominantes (ANTUNES 2011; ARCARY 2011).

O que pretendemos revelar é que não foram apenas as principais correntes da esquerda brasileira (num contexto em que estavam fragilizadas) que apoiaram a eleição do candidato petista⁷⁸. Com o apoio dos trabalhadores na base, a cúpula partidária do PT “fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia”, afirma Boito Jr. (2003). Com um discurso aparentemente “antineoliberal” e orientado para o “crescimento interno e inclusão social”, a campanha petista se aproxima do empresariado não satisfeito com determinados aspectos conduzidos pela política neoliberal de FHC. Em 2001, a campanha de Lula afirma o compromisso de que “crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo” e aos “proprietários produtivos de qualquer porte”⁷⁹.

Ao perceber o abandono da radicalidade⁸⁰, boa parcela do empresariado apoiou a eleição de Lula (cabe lembrar a ampla aliança policlassista com o centro e a direita, como a aliança do PT com o então Partido Liberal, apresentando como candidato à vice-presidência o mineiro José

⁷⁶ Esse documento ficou conhecido ironicamente por “Carta aos banqueiros”.

⁷⁷ Basta uma análise nos documentos das Convenções Nacionais e das resoluções de Congressos do PT é possível identificar propostas opostas aos enredamentos tomados pelo partido, bem como suas transformações e perda de radicalidade, via reformismo.

⁷⁸ Apesar do apoio popular, cabe lembrar a oposição de setores de base e da militância histórica do partido, os quais apresentavam tendências contrárias aos setores dominantes do PT e da “Articulação”. Já em 1994, em dissidência ao PT, foi fundado o PSTU; em 2004 fundar-se-ia o PSOL, também em oposição ao PT. Também lembremos quadros que, apesar de não deixarem o partido, passaram a fazer a crítica interna ou foram expulsos pela direção do partido.

⁷⁹ Resoluções do 12º Encontro Nacional (2001). Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 2001, p.38.

⁸⁰ Cabe lembrar que o Partido dos Trabalhadores já apresentava o início de uma inflexão moderada desde seu 7º Encontro Nacional, em 1990, como resgata Iasi (2006).

de Alencar⁸¹ na campanha de 2002), fato contrariamente verificado nas eleições anteriores. O empresariado engajado socialmente, a exemplo da Fundação Abrinq (pioneira nas certificações de RSE) e do Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania) assumiram publicamente o apoio à eleição de Lula. Jorge Luís Abrahã, coordenador geral do Cives passa a declarar: “FHC se tornou o grande carrasco da empresa nacional. O desemprego é a consequência” (apud Bianchi 2001:156).

Portanto, o que se verifica é uma disputa interna no empresariado, com destaque para aquela parcela que passa a reivindicar maior responsabilidade nos problemas sociais. Nesse caso é expressivo o exemplo da disputa interna no PNBE, que apesar de possuir vínculos com o PSDB, sofre com uma crise de identidade, culminando com a eleição de Ricardo Young, que passa a dar à entidade uma nova visão: “o PNBE é indutor dessa nova consciência empresarial e instrumento de mudanças no ambiente interno das empresas e da sociedade (...) agente de transformação social”⁸². O mesmo Ricardo Young, cuja família é proprietária da rede de franquias Yázigi, viria a fundar o Instituto de Responsabilidade Social Empresarial do PNBE, em 2000 seria eleito presidente do Conselho do Instituto ETHOS e, em 2005, presidente do Instituto Ethos, quando Oded Grajew tramitaria para a presidência do Conselho.

A inflexão para o entendimento de que o governo petista liberaria e contribuiria com a agenda social do empresariado fica evidente a exemplo do apoio irrestrito que Lula obteve de Grajew, que liderou o Manifesto dos Empresários à eleição petista na campanha de 2002⁸³.

Em entrevista⁸⁴, Oded Grajew afirma que o segmento empresarial é o mais poderoso da sociedade, que por dispor de recursos financeiros e tecnológicos, constitui o principal ator capaz de enfrentar os problemas sociais. Segundo essa liderança empresarial, o governo federal possuía, em 2003, mais de 40 projetos envolvendo o engajamento empresarial. Esse empresário esteve próximo ao governo Lula pelo menos até 2006, no esforço em mobilizar o empresariado ao engajamento social em articulação com o governo⁸⁵.

Lula conseguiu, assim, a confiança do empresariado – o que se ampliaria ao longo de seus dois mandatos. Conforme a própria declaração do presidente Lula à imprensa, “Na política

⁸¹ Trata-se de um renomado empresário de uma das maiores corporações do setor têxtil do país, a Coteminas.

⁸² “Lançadas novas propostas de missão e ações do PNBE” (apud BIANCHI, 2001:160).

⁸³ Ver o Manifesto dos Empresários de apoio à campanha presidencial de Lula, durante as eleições de 2002, Globo On line e Folha de SP, ambos de 30 jul. 2002.

⁸⁴ Entrevista de Oded Grajew concedida a Revista Carta Capital (04/06/2003).

⁸⁵ Recentemente, Grajew se candidatou ao Senado pelo Partido Verde.

econômica eu não mudo nada. A política econômica é essa e não tem volta. E quem quiser contestar a política econômica comigo não terá vez para discutir” (Lula *apud* DIAS 2006:199). Cabe lembrar a origem sindical do governo e seus laços históricos com os movimentos sociais, o que projetou ao PT, em especial a Lula, a confiança e esperança da maioria da esquerda, dos movimentos sociais, da intelectualidade progressista e do povo desorganizado. O slogan era que a esperança venceria o medo.

Pode-se dizer que os oito anos do governo Lula⁸⁶ apresentaram continuidades (mais evidentes em seu primeiro mandato) e novidades em relação aos oito anos da gestão de FHC. O esforço de conciliação capital-trabalho, com submissão ao primeiro, garantiu a Lula vitória nas eleições (61,3% dos votos no segundo turno), a partir de um governo de ampla coalizão, conforme indicamos. A manutenção com o governo anterior pode se verificar em inúmeros aspectos, principalmente no que se refere aos interesses do capital⁸⁷, elevando o superávit primário a 4,25% do PIB, isto é, um valor superior ao acordado com o FMI pelo governo anterior (DINIZ 2006). Entre 2000 e 2005 o governo gastou R\$ 1,2 trilhão a título de juros e serviços das dívidas, segundo dados do IPEA/2008. A aprovação das reformas previdenciária e tributária vieram sem grandes dificuldades (MARQUES e MENDES 2004).

Do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) criado pelo governo, cerca de metade dos integrantes foi composto por empresários de grande visibilidade, como os principais gestores da Trevisan Associados, FIESP, IEDI, Gradiente, Gerdau, Pão de Açúcar, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usiminas e Telemar. Também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, de caráter consultivo, foi composto por 13 ministros, 11 empresários e apenas 3 membros representantes dos trabalhadores (CUT, Força Sindical e CGTB).

Em entrevista, o diretor executivo do IEDI fez o seguinte pronunciamento:

Há uma diferença de visão deste governo com relação à economia do país e ao papel do empresário nacional. As portas que o governo abre são muitas. O diálogo é sempre muito bom. Para este governo, é importante manter uma boa relação com os empresários. O ministro José Dirceu, o Ministro Furlan, o ministro Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), o ministro Celso Amorim (relações Exteriores), o ministro Roberto Rodrigues (Agricultura), o ministro

⁸⁶ Lula foi reeleito em 2006, estendendo seu mandato até 2010.

⁸⁷ Dentre tantos exemplos, é emblemática a nomeação de nomes como Henrique Meireles (Banco Central), ex-presidente mundial do Bank Boston, além da indicação de outros dois empresários para integrar a equipe ministerial: o presidente da ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness), no Ministério da Agricultura, e o presidente do Conselho de Administração da Sadia para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica), todos têm uma visão muito mais clara da importância da empresa e do empresariado nacional. O Presidente Lula está sempre pronto ao diálogo com os empresários, muitas vezes procura os empresários (...). O diálogo do governo com os empresários, hoje, é mais institucionalizado do que no passado recente (...). O Presidente, além disso, tem a visão da importância do comércio exterior para o desenvolvimento do país (*apud* DINIZ 2006).

Se focalizarmos o empresariado industrial paulista, a exemplo da FIESP, observamos uma mudança de presidência no que se refere à chapa da situação (Claudio Vaz) para o da oposição (Paulo Skaf) em 2004. A FIESP passa a ter outra direção do que a CIESP, fato inédito desde o início do processo de industrialização no país (DINIZ e BOSCHI 2004). O candidato vencedor demonstrou demasiada ênfase na importância de pressão ao Estado na aprovação do projeto das PPPs (parceria público-privadas), o que legitimaria ainda mais a ação social das empresas na questão social – embora a defesa dessa proposta pela referida instituição tivesse por objetivo imediato a viabilização de parceria em relação a obras de infra-estrutura. Trata-se do alinhamento de uma estratégia empresarial política, especialmente no campo produtivo, em recuperar a importância dos interesses industriais frente ao capital financeiro (ênfase na produção, a despeito da impositiva financeirização). Cabe apontarmos também o progressivo alinhamento da CUT (além da própria Força Sindical) com o empresariado.

Para citarmos um exemplo nesse sentido, houve a privatização da Previdência voltada para os interesses financeiros e para o “sindicalismo de negócios”, cujos gestores de fundos de pensão públicos se converteram a serviço dos interesses privados. Ainda que formados muitas vezes por lideranças sindicalistas, não apresentam mais vínculos de classe, são representantes das corporações do capital. Ou seja, também os sindicatos passaram, com base no modelo legal, a gerir fontes de financiamento no intuito de “viabilizar seu empreendimento capitalista, sem necessitarem da participação direta e da contribuição espontânea de um único trabalhador” (BERNARDO, 2008:97).

Caso analisemos ainda a relação empresários-governo logo no início do governo Lula, identificaremos um claro esforço patronal em busca de maior protagonismo nas arenas de decisão política, com participação (e *lobby*) no Congresso Nacional e demais Conselhos e Comissões econômicas, evidenciando a forte relação Estado e empresas. Na percepção de Eli Diniz (2006:31), “Observa-se, portanto, certa mudança da lógica de ação coletiva do empresariado em

direção a uma estratégia política de independência, porém sem isolamento do ator-empresário, mas, ao contrário, estreitando os vínculos e redefinindo alianças com os centros de poder”.

O governo Lula se consolidou com a bandeira de garantia da estabilidade de mercado e crescimento com inclusão social. Sob tais condições e com a confiança do mercado internacional, o governo sustentou os interesses dos dominantes ao mesmo tempo em que dividiu a esquerda e as lideranças dos movimentos sociais e sindicais, simultaneamente contemplando os mais pobres via assistencialismo. Mantiveram-se intocáveis o tratamento neoliberal em relação à abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal, o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho (BOITO Jr 2003).

Na eleição de segundo turno que consolidou o segundo mandato petista, não houve oposição forte. A oposição da esquerda à Lula obteve cerca de 7% dos votos, computando 4% de votos nulos e 4% em branco (23% dos eleitores não compareceram às eleições). No nordeste, contrariamente, Lula ultrapassou os 70% do eleitorado em quase todos os municípios. A falta de consistência ideológica das coligações foi singular. Nesse sentido, apesar do PPS apoiar o candidato da oposição, Geraldo Alckmin, alguns de seus membros apoiaram Lula, como Blairo Maggi, governador do MT. O PT coligou-se com o expressivo PMDB, chegando a manter a segunda maior bancada da Câmara Federal, apesar de diminuir o número de deputados eleitos⁸⁸. “O ceticismo é geral quanto ao segundo mandato. Ninguém, à direita e à esquerda, espera grandes alterações nas políticas governamentais (...) Lula não tem objetivos, porque não tem inimigos de classe” (OLIVEIRA, 2010:22). A política institucional parece não passar pelo conflito de classe. Quanto ao apoio empresarial:

No mesmo movimento, Lula aventou nomes para compor o novo Ministério que estão entre os mais reacionários do meio empresarial – a começar por Jorge Gerdau Johannpeter, proprietário do maior conjunto de siderúrgicas do Brasil (e de algumas do exterior), compradas na bacia das almas das privatizações do governo FHC. (OLIVEIRA, 2010:23).

Apesar dos traços de continuidade com o governo anterior já indicados, o lulismo se esforça em apresentar uma nova visão social de Estado, sobretudo na área assistencial, ainda que limitada, por suposto. Segundo a percepção do empresariado: “Há uma coisa nova e muito relevante acontecendo na sociedade brasileira: a boa gestão está dando voto. Isso ainda não é

⁸⁸ Em 2010, lançaria o presidente do PMDB, Michel Temer, à vice-presidência da República pela chapa petista, com Dilma Rousseff presidente.

claramente percebido. É importante disseminar o que está acontecendo para que a sociedade se sensibilizem em apoiar a boa gestão”⁸⁹.

É na área social que o governo Lula se apresentou como principal diferencial em relação às gestões que o precederam. A ampliação de programas compensatórios do tipo “transferência de renda” para as parcelas mais pobres, como a realização símbolo do governo, o Bolsa Família, além de programas sociais como o Prouni (Programa Universidade para Todos), da valorização do salário mínimo e do aumento de recursos para o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) contribuíram com o apoio popular ao governo. Em oposição ao fracassado neoliberalismo, o governo se aderiu à linha do social-liberalismo.

Os recursos do programa Bolsa Família atingiram 12 milhões de famílias pobres em 2009, com destinação de, em média, U\$ 30 mensais. Apesar de maior amplitude do que a política social de FHC⁹⁰, as políticas sociais compensatórias do governo Lula não se revelaram adequadas para o combate à desigualdade social⁹¹. O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 16,2 milhões de brasileiros vivem em famílias com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.

Ao mesmo tempo em que os programas sociais assistencialistas e focalistas deram visibilidade ao governo, Antunes (2011:147) afirma ainda que “Paralelamente a essa ampliação de sua política social assistencialista e focalizada, o governo Lula garantiu para os grandes capitais financeiros (bancos e fundos de pensão), como também para os capitais produtivos (siderurgia, metais pesados, agroindústria etc.), altos lucros – em verdade, os maiores da história recente do país”. De tal modo que “Mesmo que seja mantida pelo próximo meio século, um projeto como o Bolsa Família não poderá transformar a distribuição de renda no Brasil, e não temos como esperar mais cinquenta anos” (ARCARY 2011).

O forte incentivo ao agronegócio, a liberação dos transgênicos em pressão às transnacionais e a preservação da concentrada estrutura fundiária no país fez com que

⁸⁹ 2º Encontro de Lideranças Empresariais: Empresas e Gestão Pública, realizado em setembro de 2009 pelo Comitê.

⁹⁰ O precedente do Bolsa Família foi o Programa Bolsa Escola, da gestão tucana. Inspirado nas idéias de Herbert de Souza e de sua campanha de ação social nos anos 1990, Ação da Cidadania contra a Fome, o Bolsa Escola não chegou a atingir 2 milhões de famílias.

⁹¹ “O governo paga de juros da dívida interna 20 vezes mais do que o dinheiro que gasta com o Bolsa Família. É uma coisa pífia e os estudos do Ipea mostram que não têm a menor repercussão na distribuição de renda no Brasil”. (Jornal Caros Amigos, edição Especial, ano XV, n. 54, set. 2011).

movimentos como o MST não abandonasse sua tática de ocupação de terras pelo país⁹². Também no segundo mandato do governo Lula (2006-2010) ampliou-se a base de apoio governista com a direita. Em relação à crise política do “mensalão”, que permeou a virada dos dois mandatos lulistas e repercutiu amplamente pela mídia, Antunes destaca que

houve um claro acordo entre os principais setores das classes burguesas contra o *impeachment* de Lula, visto que a política econômica de seu governo era de cabal apoio, garantia e preservação dos grandes interesses do capital, já que preservava as altas taxas de lucros para o capital financeiro, o grande capital produtivo e os setores agroexportadores (ANTUNES, 2011:146).

Também no sistema de ensino (educação) o governo Lula aprofundou a ofensiva neoliberal. No ensino superior as instituições de ensino se metamorfoseiam em verdadeiras instituições financeiras, com forte precarização do trabalho e flexibilização dos regimes de trabalho docente, devido a mercantilização do ensino. Também na rede pública de ensino existem inúmeras parcerias entre governo e grupos privados na área da Educação. Apenas no estado de São Paulo o grupo Abril vende mensalmente ao governo estadual milhares de exemplares de suas revistas ao programa “Veja na Escola”, além de material didático, juntamente com as editoras Ática e Scipione. Também a Fundação Roberto Marinho, da Globo, recebe verba pública para cursos profissionalizantes e o telecurso.

Note-se o vigoroso crescimento da transferência dos serviços [educacionais] para fundações, a exemplo da Fundação Civita, Roberto Marinho e centenas de ONGs que estão impregnando os sistemas de ensino com sua prestação de serviços. (...) Com a agudização da crise econômica o governo Lula promove cortes no orçamento da educação de 2009 da ordem de R\$1,3 bilhões, segundo

⁹² Os dados indicam que 2,6% (aproximadamente 113 mil propriedades) detêm mais de 51% das terras do país. Sendo que mais da metade são consideradas improdutivas. Assim, o conflito entre a agricultura camponesa e familiar (somando-se a esses os sem-terra) contra o latifúndio e o agronegócio é um grande entrave para a justiça social no Brasil. O Censo Agropecuário de 2006 revela aumento dos índices de concentração fundiária e redução de 7,6% no pessoal ocupado na agricultura, indicando que a concentração de terra é maior do que em 1920. O agronegócio foi uma das políticas de sustentação em que se apoiou o governo Lula. Aliás, o lobby das empresas do agronegócio dos setores sucroenergético e de silvicultura é forte. Ao mesmo tempo em que o Plano Safra destinou R\$ 10 bilhões aos pequenos produtores, investiu R\$ 50 bilhões nos grandes latifundiários. O governo Dilma, continuidade do lulismo, parece seguir a mesma linha, vide a questão da alteração do Código Florestal, cuja base do governo atende escandalosamente às bancadas ruralistas do Congresso (a serviço dos grandes latifundiários e do agronegócio). Segundo Gilmar Mauro e João Pedro Stédile, lideranças do MST, o governo Lula não fez reforma agrária, apenas fez política de assentamentos – ver entrevista de Stédile “*Reforma Agrária Regrediu no governo Lula*” à UOL notícias (15/08/2009) e “*Lula não fez reforma agrária, mas somente política de assentamentos*”, de Gilmar Mauro ao Correio da Cidadania (01/05/2010). Em contraposição à proposta do atual governo, ver o documento *Plataforma Política para a Agricultura Brasileira*, elaborado pelos movimentos sociais do campo. Para conferir o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura brasileira, recordista mundial no uso desses agentes químicos, fornecidos por empresas como BASF, Bayer, Dupont e Monsanto, ver o documentário *O veneno está na mesa* (2011).

os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo de 01/04/09. (FERNANDES NETO, 2009:47-53).

Apesar desses alinhamentos, não há um apoio uniforme por parte do empresariado, havendo inclusive uma parcela que se afirma neutra em relação à condução governamental, segundo apontam pesquisas de opinião. O governo parece ter fechado seu segundo mandato com estímulo às importações e desestímulo às exportações, cujo *déficit* tem sido temporariamente compensado pela entrada de investimentos estrangeiros. Entretanto, não é intuito do presente capítulo esgotar os pontos e momentos de tensão de parcela do empresariado com o governo, a exemplo de segmentos expressivos do setor industrial, a demanda pela redução da carga tributária e da política fiscal ou do chamado “custo Brasil”. Antes disso, o intuito é indicar a agenda social do empresariado no contexto regido pelo governo Lula, oferecendo uma visão contextual.

Após esses esclarecimentos, emerge a questão: qual é a relação do governo Lula com os programas das organizações sociais na área social?

Nunca tantas organizações da chamada sociedade civil – muitas criadas expressamente para explorar um filão dos “negócios” públicos – receberam tantos recursos públicos para a implementação de projetos de duvidosa utilidade públicas e até de escassa relevância social. Esse tipo de desvio de recursos públicos vem sendo especialmente praticado nas áreas trabalhista (ou sindical), de assistência pública e de promoção da “cidadania” em diversas frentes regionais. Vários contratos públicos, por sua vez, revelam a existência de canais paralelos nas compras governamentais, com diversas evidências de mau uso do dinheiro público (na verdade, da cidadania). (ALMEIDA 2011).

Em recente encontro de lideranças empresariais sobre o tema política social e corresponsabilidade das empresas, manifestou-se consenso a respeito da boa avaliação da gestão Lula, apesar de reconhecimento de uma parcela do empresariado da necessidade de avanços no campo da “inclusão social” – na verdade, de acordo com essa visão, a desigualdade social é convertida a uma solução técnica e gerencial. É nesse aspecto que o empresariado identifica o protagonismo empresarial na agenda social ao mesmo tempo em que apresentaria o papel de desenvolvimento econômico. Ou seja, nessa perspectiva, as finanças das empresas podem e devem acompanhar o desenvolvimento sustentável e a RSE. “A empresa moderna não pode pensar só nas finanças”, diz um renomado empresário, pois o investimento econômico deve vir acompanhado do investimento social, sustenta-se. Assim, “a construção de um Brasil sustentável só será realmente alcançado se comunidades e sociedade civil estiverem mais fortalecidas e mais preparadas”, afirma Renata de Camargo Nascimento, presidente do Conselho da Comunitas.

Conforme declaração de Lula:

Os empresários nunca ganharam tanto dinheiro como ganharam no meu governo, nunca ganharam tanto dinheiro.(...) Mas os cientistas políticos vão ter de explicar porque que é exatamente um operário metalúrgico que chega à presidência e que mantém uma relação com os empresários que nenhum outro presidente teve, mesmo quando era empresário. Eu ouço isso todos os dias dos empresários”. (Luiz Inácio Lula da Silva).

Apesar do presente enfoque se orientar para análise das classes dominantes, contudo, é importante identificar que a situação dos movimentos sociais e populares se tornou mais complexa ainda com a eleição presidencial de uma das maiores lideranças do movimento sindical no país. Uma análise conjuntural mais detida do governo Lula 1 (2003-2006) e Lula 2 (2007-2010) nos deslocaria do foco do presente texto. Contudo, é fundamental registrar a tentativa de neutralização da luta de classes no país, por meio da cooptação de lideranças sindicais pelo governo de transformismo (DIAS 2006), a perda de referencial e de identidade para uma parcela da esquerda frustrada com os enredamentos conservadores do governo, a fragmentação da esquerda em geral (partidária, sindical e dos movimentos sociais), isto é, divisão produzida no seio da classe trabalhadora, o abandono de um projeto popular e socialista pela maioria dessa mesma esquerda, misturado a demanda por mudanças “dentro da ordem” do capital mediante insuficientes políticas assistencialistas. Tal quadro, contribui para a despolitização da questão social no período em foco, sobretudo para a consolidação e expansão da agenda social empresarial que se põe hegemônica, quando articulada com o governo.

O governo PT parece constituir mais um obstáculo a politização da luta de classes no país do que qualquer precedência histórica do período democrático. Trata-se de um governo de colaboração de classes na nova etapa histórica do capitalismo periférico, pós restauração capitalista. Apesar do amplo apoio popular, das alianças e da governabilidade, a natureza de classe do governo não se demonstrou a favor dos trabalhadores. Não obstante, cumpre indicar que permanecem as demonstrações de resistência da classe trabalhadora organizada.

O próprio neoliberalismo vem sendo criticado por parcela significativa do empresariado e de intelectuais associados ao capital, num contexto de sustentação de um novo modelo de desenvolvimento para o país, no qual o Estado assumi papel central na convivência harmônica com o mercado, a exemplo do denominado “neodesenvolvimentismo” emergente no período de pós-reformas orientadas para o mercado. Aqui, é preciso mencionar que há um movimento ideológico, já incorporado no interior de parte da esquerda e do empresariado, de que o atual

governo seria de cunho “neodesenvolvimentista”. Segundo essa linha de análise, o Brasil estaria caminhando para se constituir numa nova potência que ditaria os rumos internos devido a sua inserção privilegiada na economia internacional em crise, apresentando grande crescimento interno. Contudo, as grandes obras sustentadas pela aliança Estado-corporações empresariais⁹³, a exemplo do PAC, infraestrutura para Olimpíadas e Copa do Mundo etc, não devem ser entendidas nesse sentido. A real condição dependente e subalterna do capitalismo brasileiro ao grande capital imperialista questiona tais fundamentos ideológicos. A manutenção do atual governo faz-se fundamental para a conciliação de classe promovida ao longo da última década.

Houve uma espécie de conciliação, não sem atritos, entre o programa hegemônico de dominação burguesa no campo da intervenção social (atendimento às questões sociais) com os programas sociais de destinação de recursos de combate à pobreza por parte do governo. A RSE das *corporações orgânicas do capital* não sofreu grandes transformações nos últimos oito anos petistas, mas passou a levar em consideração, e com mais seriedade, o campo de influência das políticas públicas e novas temáticas “verdes” do desenvolvimento sustentável requeridas internacionalmente, e no Brasil em específico⁹⁴. Assim, as ONGs, organizações, institutos e fundações empresariais devem apoiar os programas do governo, tendo em vista as facilidades e incentivos encontrados para fortalecer as parcerias com o poder público, programas sociais e acesso a recursos financeiros (e aqui o investimento empresarial e do “terceiro setor” na área da cultura obedeceu a uma curva ascendente⁹⁵). “Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa” (OLIVEIRA, 2010:25). A pobreza funcionalizada e a desigualdade social passam a ser administradas pelo Estado em conjunto e “colaboração” com a organização da “sociedade civil”, mas, vale dizer, apenas o “terceiro setor” e as organizações empresariais que parecem o

⁹³ Vale a menção a Lei de Inovação, que dentre outras medidas abre brechas para o Estado subsidiar o setor privado, além das empresas conseguirem abatimento no Imposto de Renda devido investimento em pesquisa e desenvolvimento.

⁹⁴ Não é à toa a realização da conferência Rio +20 estar prevista para ocorrer em 2012 no Brasil.

⁹⁵ Cabe destacar como exemplo o Programa Cultura Viva e suas influências nas políticas públicas na área cultural, como a reforma da chamada Lei Rouanet, os editais de Pontos de Cultura e o Mais Cultura, que apesar de destinar recursos a organizações sociais comunitárias, também repassa recursos públicos para os gestores privados de demais organizações do “terceiro setor”. Houve, ainda, a importante aprovação da PEC 150, emenda Constitucional que garante a vinculação de receitas para a Cultura. Tal marco legal das políticas públicas culturais deve ser desenvolvido em parceria privada, destinando 2% do Orçamento a essa área.

contemplar, sobretudo o ativismo social do grande empresariado (os movimentos sociais desaparecem dessa agenda política).

A despeito de conflitos evidentes, o empresariado encontrou no governo Lula um ponto de apoio, uma direção⁹⁶. O governo Lula manteve ao mesmo tempo em que reformou o neoliberalismo no Brasil, configurando uma nova etapa do neoliberalismo e uma reconfiguração das forças sociais em disputa. Sua política de pequenas concessões (e a herança histórica de seu partido) fez com que as lideranças dos movimentos sociais se aproximassem do governo, ampliando políticas sociais compensatórias e promovendo reforma na legislação sindical (sob concessão de poder às direções das centrais sindicais⁹⁷ – as quais se demonstraram acomodadas⁹⁸ - e fundos financeiros). Trata-se de um reformismo, pautado por medidas flexibilizantes apesar do discurso protecionista (BOITO, GALVÃO, MARCELINO 2009). “O governo Lula foi o reformismo da governabilidade do regime democrático liberal”, um reformismo quase sem reformas, afirma Arcary (2011:23). O fato é que o governo Lula sequer desafiou o domínio empresarial sobre a sociedade brasileira. As constatações a que chegamos permitem afirmar que o Estado brasileiro esteve a serviço das classes dominantes no período em foco, especialmente o capital internacional⁹⁹, o que refuta qualquer perspectiva de potencialidade emancipatória do PT. A liberação dos transgênicos, os financiamentos do BNDES e a construção de Belo Monte são bons exemplos. É imprescindível observarmos que, ao mesmo tempo, o capitalismo brasileiro absorveu concessões também à classe trabalhadora, o que implicou a reorganização da esquerda na última década. Contudo, tais desdobramentos de análise nos deslocaria do enfoque da presente pesquisa.

⁹⁶ Já no início dos anos 1990, no governo Itamar Franco (que assumiu a Presidência após a conturbada saída de Collor), o empresariado reivindicava o apoio do Estado à sua agenda social, sendo expressiva a Carta do PNBE enviada ao presidente, a qual mencionava buscar “substituir a visão empresarial corporativa retrógrada” associada a “uma efetiva cidadania dos diversos grupos sociais, em que um Estado coordenador dos anseios da sociedade – e não o seu tutor – compartilha a responsabilidade, quanto aos rumos da sociedade, com seus segmentos representativos” (PNBE. Carta ao presidente Itamar Franco apud BIANCHI 2001: 123-4).

⁹⁷ Segundo Boito Jr. (2006), ao analisar o novo corporativismo e a relação da elite sindical (dirigentes) com a administração pública do governo Lula, criou-se uma “ilusão de poder no núcleo operário do novo sindicalismo”, uma vez que com essa repercussão ideológica nos trabalhadores, “o novo sindicalismo ‘imagina’ ter chegado ao poder”.

⁹⁸ Apesar da acomodação política na cúpula, o ativismo sindical de base perdurou. Vale lembrar o crescimento e concorrência das centrais sindicais, que se ampliaram a partir de 2004. Além da Força Sindical e da CUT, ocorreu a fusão / divisão de correntes sindicais: Conlutas, Intersindical, NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), UGT (União Geral dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) – com exceção da Conlutas e Intersindical, prevalece o apoio sindical ao governo Lula.

⁹⁹ Se somarmos os gastos com os juros e amortizações da dívida pública durante os governos FHC e Lula (1995-2010) o valor ultrapassa os R\$ 6,8 trilhões.

O governo Lula se esforçou em reforçar uma imagem de gestão que buscou recuperar a capacidade de administração pública esfacelada na gestão anterior. O fato é que a agenda social do empresariado parece se integrar a uma nova agenda de desenvolvimento para o país. A despeito da abertura para o empresariado ocorrida na gestão FHC, no governo Lula a presença do Estado se faz mais preponderante na agenda social. Os subsídios do BNDES às grandes empresas e a transferência de verba pública para determinados setores em que atua a iniciativa privada são fortes evidências disso.

Em dezembro de 2011, já na gestão petista de Dilma Roussef, o Comunitas promoveu um debate em que estiveram presentes palestrantes do BNDES para discutir “A ação das empresas e a agenda social”. O Banco, colocando a disposição as linhas de financiamento aos projetos sociais voluntários, orienta que, apesar do apoio institucional às políticas corporativas, a ação social é de responsabilidade das organizações, que devem se orientar com os valores éticos da RSE. Assim, o discurso do Banco parece bastante alinhado às diretrizes apregoadas pelas *corporações orgânicas do capital* no que se refere à RSE. “Responsabilidade Social e Ambiental para o BNDES é valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades e no relacionamento com seus diversos públicos”¹⁰⁰. De 2007 a 2011, houve um crescimento, sem oscilações, no valor de operações com sub-crédito social liberadas pelo Banco às empresas (saltando de 12 para 62 bilhões de reais).

O reconhecimento do papel do Estado no desenvolvimento “sustentável” no país parece se articular com o protagonismo, não isolado, de uma coalizão empresarial no campo social, por meio do fortalecimento das “parcerias”, porém num contexto de falência da política neoliberal e do poder irrestrito das instituições financeiras a partir de uma profunda crise internacional. Se no governo FHC parece ter ocorrido uma espécie de transferência e terceirização da resolução dos problemas sociais para o setor privado, ocultado no “terceiro setor” e confundido ideologicamente com a própria sociedade civil, no governo Lula a questão social passa a ser um enfrentamento conjunto com o Estado, ressignificando as “parcerias” privadas da gestão anterior e desarticulando os movimentos sociais, ao anular qualquer enfrentamento classista no campo da desigualdade social. Tudo vira uma “gestão técnica” e com a “eficiência” do mercado.

¹⁰⁰ Apresentação do BNDES sobre Ação das empresas e a agenda social, evento realizado pelo Comunitas quando de sua divulgação da pesquisa BISC 2011 (7 de dezembro de 2011).

Contudo, uma análise séria deve levar em conta as condições reais de correlação de forças. O entendimento do Estado como condensação material, historicamente definida, das relações de forças entre as classes e frações, não equivale à compreensão de que haja intrinsecamente uma associação direta de um mesmo projeto entre Estado e burguesia. A construção de hegemonia no campo social por parte do empresariado “socialmente orientado” é um terreno movediço, onde projetos se desenham. Necessita não apenas de abertura, mas de “colaboração” e investimento do Estado. Nos esforçamos em demonstrar o social como uma dimensão da realidade em disputa. Assim, os desafios estão em compreender a maneira que se revelará a associação dos interesses do capital com o governo e como se encaminhará em relação ao conjunto dos trabalhadores.

Entendemos que houve uma alteração significativa das relações de classe na sociedade brasileira em decorrência da adesão do Estado ao modelo neoliberal. Entendemos, ainda, que o governo Lula não se resume a mais um exemplo neoliberal, como Collor e FHC, trata-se de uma especificidade de transformismo inserido no quadro da desertificação neoliberal (BRAGA e BIANCHI 2005; DIAS 2006; ANTUNES 2011), num amplo contexto de contrarreforma. Como suspeita Arcary (2004:17), “as classes dominantes, depois do suspiro de alívio em meados dos anos 1990, ainda não conseguiram afirmar um projeto para o país (porque sabem que não basta dominar, é preciso dirigir) que ofereça um sentido de futuro para os sacrifícios de ontem”. Apesar de encontrarem um determinante ponto de apoio no governo Lula.

2.4: Balanço da agenda social do empresariado: dados e pesquisas

No intuito de mergulharmos nos dados revelados pelas pesquisas e balanços sociais sobre RSE e investimento social privado no país, iniciaremos a exposição pelas informações divulgadas pelo BISC-Comunitas e pelo Censo GIFE. Em seguida, pretendemos examinar as demais pesquisas de que dispomos nessa área.

Utilizamos como material de análise os Benchmarking do Investimento Social Corporativo, BISC-Comunitas, relativos aos relatórios de 2008 a 2011 (referentes aos anos de 2007 a 2010). Caba destacar que as pesquisas variaram em sua metodologia de ano a ano, incluindo novos indicadores e modificações no perfil da amostragem. Somado a isso é preciso levar em consideração as fragilidades observadas nas informações, que não são criteriosas, são fornecidas pelo próprio patronato e de maneira nem sempre uniforme. O universo da pesquisa

abrange 23 grandes corporações e um instituto independente, envolvendo 171 empresas. Não há qualquer representatividade por porte de empresas ou setor de atuação. Trata-se das próprias corporações associadas ao Bisc-Comunitas. Contudo, se não têm representatividade estatística do empresariado no país, revela o investimento social de grandes corporações associadas a essa *corporação orgânica do capital*.

Os dados revelados apontam que de 2007 a 2010 o volume de investimentos na área social cresceu 44%, totalizando R\$ 1,6 bilhão apenas no último ano¹⁰¹. Contudo, também cresceu o universo da amostra. Considerando o desempenho das mesmas empresas que participaram dos quatro anos da pesquisa, também se registrou uma tendência ascendente nos investimentos, com uma sensível variação em 2009, não captada pela análise qualitativa do BISC. Observando as mesmas corporações que participaram apenas dos últimos dois anos da pesquisa (16 participantes) o crescimento de investimento social foi de 15%.

Em 2010, as empresas destinaram em média 0,32% e 0,92% de proporção de investimentos na receita e nos lucros, respectivamente (variando conforme o porte das empresas: as empresas maiores apresentam volume e porcentagem de investimentos maiores). Se contrastado a natureza das atividades exercidas, o setor industrial manteve os mesmos investimentos em relação a 2009, já o setor de serviços reduziu em 20%, apesar de ainda investir mais, segundo o universo da pesquisa (constituído majoritariamente por corporações que atuam nessa área).

No último ano da pesquisa foi possível diferenciar aplicações obrigatórias (previstas nos contratos e investimentos legais) de investimento social privado. As ações sociais obrigatórias das empresas, com destaque para a área ambiental e cultural, corresponderam a 51% do total investido, superando os 49% dos investimentos sociais voluntários.

As empresas investem diretamente mais (com peso para cultura e meio ambiente) do que os institutos, que controlam as ações e gerenciam mais os recursos. As empresas que criaram institutos para desenvolver suas ações sociais correspondem a 70%. Boa parte dos investimentos

¹⁰¹ Conforme revela a pesquisa “um bilhão e seiscentos milhões de reais – o equivalente a 12% dos recursos investidos pelo governo federal no Bolsa Família, o maior programa de combate à pobreza no Brasil – foi o valor investido voluntariamente pelo grupo participante do BISC, em 2010. E este valor está subestimado, uma vez que nem todos os recursos estão computados como, por exemplo, parte dos cursos operacionais e dos bens e serviços doados” (BISCComunitas 2011, p.43).

em RSE refere-se a recursos transferidos para ONGs no apoio a projetos ou contratação para execução de suas ações.

É curioso notar que a valorização das ações do Ibovespa é inferior quando comparado ao do grupo de empresas que integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial, conforme demonstra o BISC. Quanto à área provedora dos recursos investidos, a maioria advém da comunicação, do marketing e de operações das empresas, superando as áreas diretamente voltadas para o social.

Do total de distribuição dos investimentos, 39% dos valores investidos vão para Educação¹⁰², 16% para desenvolvimento comunitário, 17% para cultura e 5% para meio ambiente. No que diz respeito aos incentivos fiscais, a área da cultura é a campeã. A participação dos incentivos fiscais correspondeu a 22% do total do ano de 2010. A maior distribuição dos recursos oriundos de incentivos fiscais é destinada a: Lei Rouanet (54%), Lei do esporte (17%), outros (12%), fundo municipal da criança e do adolescente (6%) e incentivo cultural estadual (4%).

Cabe notar que, segundo as informações do BISC, 50% dos investimentos sociais privados são destinados exclusivamente para a região Sudeste, seguido do Norte (15%), Nordeste (10%), Sul (4%) e Centro-Oeste (3%). O valor de 18% se distribui em diversas regiões.

Passemos para os dados revelados pela próxima *corporação orgânica do capital* investigada, o GIFE. A pesquisa de Censo GIFE procura, desde 2001, traçar o estado do investimento social privado no país. O último relatório é correspondente aos anos 2009-2010, utilizando-se dos seguintes indicadores: origem e volume do capital investido, governança e gestão, estratégias de ação, beneficiários, avaliação e monitoramento das ações. Atualmente o GIFE conta com 134 corporações associadas, totalizando cerca de R\$ 2 bilhões em investimentos de RSE apenas no último ano avaliado. De tal modo que, conforme apresentamos anteriormente, o Gife reúne parte dos maiores investidores privados do país.

As pesquisas do GIFE trazem alguns dossiês de temas em destaque (Educação em 2005, Juventude em 2007 e Cultura em 2010). Segundo o Censo GIFE 2009-2010, a principal área de destino dos investimentos das empresas associadas ao GIFE corresponde à educação (82% dos associados se concentram nessa área), seguida das áreas de cultura, arte e formação para o

¹⁰² A pesquisa explica que a concentração dos investimentos em educação é justificada pela atuação dos institutos, cujas atividades se concentram nessa área.

trabalho (60% das empresas investem nessas áreas)¹⁰³, meio ambiente (58%, apresentando um crescimento de 26% desde 2007 nessa temática). O crescimento do investimento em meio ambiente demonstrado pelo GIFE apenas vem a fortalecer os indícios revelados nas outras pesquisas no que se refere à ampliação da visibilidade para essa área. A maioria dos investimentos tem origem corporativa (62% vem de fundações e associações empresariais, ao passo que apenas 24% vem de recurso diretos de empresas).

O contexto de crise internacional, desde 2008, curiosamente não imprimiu queda nos investimentos sociais (apenas 18% das empresas assumiram redução nesses investimentos do período, apesar de já retomado no ano de 2009 – tendo uma variação de apenas 5% do total investido).

Conforme volume de investimento, mais de 70% dos associados ao GIFE investem de R\$ 500 mil a R\$ 20 milhões individualmente, sendo que apenas três organizações investem cerca de metade do total investido pelas 134 associações participantes do Gife. Nota-se, portanto, a concentração dos recursos aplicados, apesar de que metade dos associados investem até R\$ 3,2 milhões (mediana), compondo uma média de R\$ 18,7 milhões cada. Simultaneamente tem aumentado o número de empresas que investem mais de 100 milhões por ano. Apesar das deficiências de colhimento de dados das pesquisas, é expressivo o valor relativo aos incentivos fiscais e demais incentivos (totalizando R\$ 356,1 milhões em 2009).

Dentre os principais incentivos fiscais, podemos citar Lei Rouanet (52%), Estatuto da Criança e Adolescente, Leis Estaduais (p.ex. Lei Mendonça), dedução de despesas operacionais, Lei de Utilidade Pública Federal, Leis Municipais, Lei do Audiovisual, Lei do Esporte, dentre outras. Segundo um influente consultor em gestão bastante alinhado ao discurso empresarial:

Essas referências passam, em primeiro lugar, por uma agenda de comunicação empresarial, uma agenda de publicidade, de branding, de desenvolvimento de marca, e esse foi o grande impulso que o governo passado, do FHC, conseguiu, impulsionando e convocando as empresas para patrocinar a Cultura muito a partir desse panorama, já que Cultura é um ativo de comunicação empresarial interessantíssimo, onde o Estado lhe dá algumas facilidades, inclusive abatimento do imposto de renda para se investir por ali. (GIFE 2009-2010, p.73).

¹⁰³ Apesar de ser a segunda principal área de atuação dos associados, apenas 4% priorizam a cultura em seus investimentos, isto é, a maioria das empresas investem no campo cultural, mas poucas, ou quase nada, priorizam os investimentos nessa área vista como complementar ou como foco de recursos oriundos de incentivos fiscais (os quais somam quase 80% desse investimento) – 41% dos associados à rede GIFE afirmam que o volume de investimentos na cultura diminuiria caso os incentivos fiscais não fossem revogados.

A decisão sobre o investimento social se dá, majoritariamente, por meio do próprio meio executivo ou alta gerência dos acionistas, ainda que existam em alguns casos o gerenciamento por áreas específicas, como o marketing e recursos humanos. Precisando melhor, a área das empresas que coordena o investimento social está ligada diretamente a visão de negócios, com destaque para a própria presidência (32%); diretoria / departamento de recursos humanos (24%); diretoria corporativa / alta gerência (16%); Departamento de Marketing / Comunicação (8%); Comitê de Responsabilidade Social / equivalente (8%).

Segundo a pesquisa, de todos “colaboradores” das empresas associadas ao GIFE que estão envolvidos em ações de RSE, apenas 55% são empregados de regime CLT, 40% voluntários, 2% autônomos e prestadores de serviços, e outros 2% cedidos pelas empresas mantenedoras¹⁰⁴.

Cerca de 30% dos recursos investidos são destinados a doação e financiamento de projetos de terceiros, e 60% são aplicados em projetos próprios. As doações se destinam, majoritariamente, ao financiamento de projetos em ONGs ou organizações comunitárias. Quase metade dos pesquisados (43%) não mencionam quaisquer critérios para definição dos beneficiários diretos das ações. Apenas 50% dos associados declaram realizar programas de avaliação das ações em todos os projetos sociais. Vejamos o que revelam as demais pesquisas no país.

No Fórum Empresa, realizado em 2009, constatou-se que 65% das empresas latino-americanas participantes contavam com um programa próprio de RSE, especialmente as grandes empresas (FORUM EMPRESA 2009). Há uma gama de publicações sobre a RSE no Brasil, mas a maioria com pouca profundidade¹⁰⁵. Ou são produções de divulgações de ações empresariais (o que denominam, erroneamente, por monitoramento) ou acabam reproduzindo os mesmos argumentos. Em geral, realizam balanço social de informações divulgadas pelas próprias empresas parceiras.

¹⁰⁴ Cabe lembrar que o GIFE agrega, além de empresas, fundações e institutos sem fins lucrativos, além do fato de que as informações são concedidas pelo próprio meio patronal, o que oculta o percentual de trabalhadores terceirizados ou subcontratados. Para uma reflexão mais detida sobre a funcionalidade do voluntariado para o capital, ver o item 3.5 da presente dissertação.

¹⁰⁵ Tal fato pode ser evidenciado numa consulta à ampla porém limitada, pesquisa sobre RSE na América Latina: FNPI, Fundação AVINA, Fundación Carolina e Pontificia Universidad Javeriana. *La otra cara de la libertad. La responsabilidad social empresarial en medios de comunicación de América Latina*, Bogotá, 2008 (disponível em www.avina.net).

O IBASE é o instituto referência que dispunha, até recentemente, do modelo mais divulgado de como as empresas devem demonstrar publicamente suas informações que compõem o balanço social, como incentivo à transparência nos negócios. Esse modelo compõe-se de 43 indicadores quantitativos e 8 qualitativos. Passemos a verificar o que dizem essas pesquisas.

O *Balanço Social, dez anos* é um documento que reúne os balanços anuais de 1997 a 2005 realizados pelo IBASE (2008), agregando mais de mil balanços sociais de diferentes corporações. No período abrangido pelo IBASE, o número de empresas que realizam seus balanços sociais cresceu progressivamente, com pequena queda no último ano (de 235 para 227 empresas, em 2005). Curiosamente, as receitas totais líquidas das empresas também cresceram progressivamente de ano a ano (um universo de R\$ 663 bilhões¹⁰⁶). No total, as corporações que aderem ao modelo IBASE empregam 1,7 milhão de trabalhadores diretos e 700 mil de trabalhadores terceirizados.

Quanto aos investimentos sociais internos, segundo o mesmo documento, as empresas investem mais em alimentação (25%) e saúde (20%) dos funcionários. Segundo a visão empresarial, “as empresas que publicam BS no Brasil proporcionam uma vida minimamente saudável para seu corpo funcional. Não deveria mesmo ser diferente” (IBASE, 2008:36). O investimento externo médio por empresa (valores corrigidos e excluídos obrigações legais), de 1997 a 2005, foi de R\$ 16 milhões anuais.

O indicador “meio ambiente” apenas aparece nos balanços sociais a partir de 2002, permitindo observarmos, objetivamente, que os investimentos nessa área, a despeito do que o marketing poderia afirmar, tem sutilmente decrescido ao longo do período computado – de 2003 a 2005, apenas levando em consideração o investimento em meio ambiente, nota-se uma queda de R\$ 28 milhões para R\$ 20 milhões. Se tomarmos por base o discurso “verde” e de preocupação ambiental das grandes empresas, encontraremos uma espécie de abismo entre o discurso e a prática empresarial. Assim, “esta redução demonstra um claro antagonismo entre o discurso e a prática das empresas contemporâneas aqui analisadas” (IBASE, 2008:44). Isso sem mencionarmos que tais empresas estão na vanguarda da “preocupação socioambiental”.

Analisando o mesmo documento, é possível afirmar que as empresas apresentam alguma resistência para divulgar dados de gênero/etnia/geração. No último ano verificado, em 2005, observa-se que apenas 69,6% das empresas divulgam informações sobre porcentagem de cargos

¹⁰⁶ Apenas para fins de comparação, o PIB brasileiro do mesmo ano foi de R\$ 2,3 trilhões (IBGE 2007).

de chefia ocupados por negros, sendo que 24,7% sequer mencionam o número de funcionários negros. Cerca de 20% das empresas não divulgam o número de trabalhadores terceirizados (em 2000, esse número era de quase 70%). Em 2000 somente 35% das empresas revelavam o número de trabalhadores idosos, já em 2005, esse número subiu para cerca de 90%. Uma análise descuidada poderia supor, como faz o documento, que tais dados demonstram a transparência das empresas. Entretanto, tais informações evidenciam veladas práticas discriminatórias no mundo do trabalho, uma vez que são as mais omitidas pelas empresas. Onde estão os negros e mulheres dentro das empresas?

Dos dados de que dispõe o IBASE, os negros são apenas 15% de funcionários das grandes empresas, ocupando apenas 6,7% dos cargos de chefia. Em contraste, apenas em 2000, o IBGE registrou 49,5% de população negra no país. Também em 2005, havia apenas 30,7% de mulheres nas empresas, sendo 16,7% dos cargos de chefia. Observe-se que, segundo o IBGE, as mulheres apresentam maior escolaridade do que os homens e representam 43,3% da população economicamente ativa no país. Isso quer dizer que as empresas conferem aos homens brancos a gestão de seus negócios. Cumpre notar, ainda, um dado importante nesse balanço: entre 2000 e 2005, dobrou o número de trabalhadores terceirizados nas empresas – o que revela indícios de precarização do trabalho e de regimes flexíveis de contratos trabalhistas no interior das empresas “socialmente responsáveis”.

Contudo, é necessário reconhecer que com a visibilidade do BS no meio empresarial, as empresas têm procurado levá-lo cada vez mais em consideração, inclusive quanto à autopromoção, até porque o número de selos sociais conferidos diminuiu em função desses indicadores. Em 2007 o Ibase certificou 17 empresas (o menor número desde 2001) com o “Selo Balanço Social / Betinho”, dando-as ampla visibilidade nacional sobre o tema da RSE. A partir de 2005 vêm decaindo a concessão de selos dados às “empresas cidadãs” devido o maior rigor de variáveis nos questionários de BS. Segundo o IBASE (2008) a maioria das empresas foram desclassificadas. Em 2004, o instituto retirou o selo de uma empresa da área de açúcar e álcool devido denúncias do Ministério Público acerca de “trabalho análogo à escravidão”. Segundo uma analista de mercado, “Atualmente, ninguém analisa ou indica uma empresa sem avaliar o balanço social desta companhia. E o modelo Ibase facilita bastante esta análise” (IBASE, 2008:57).

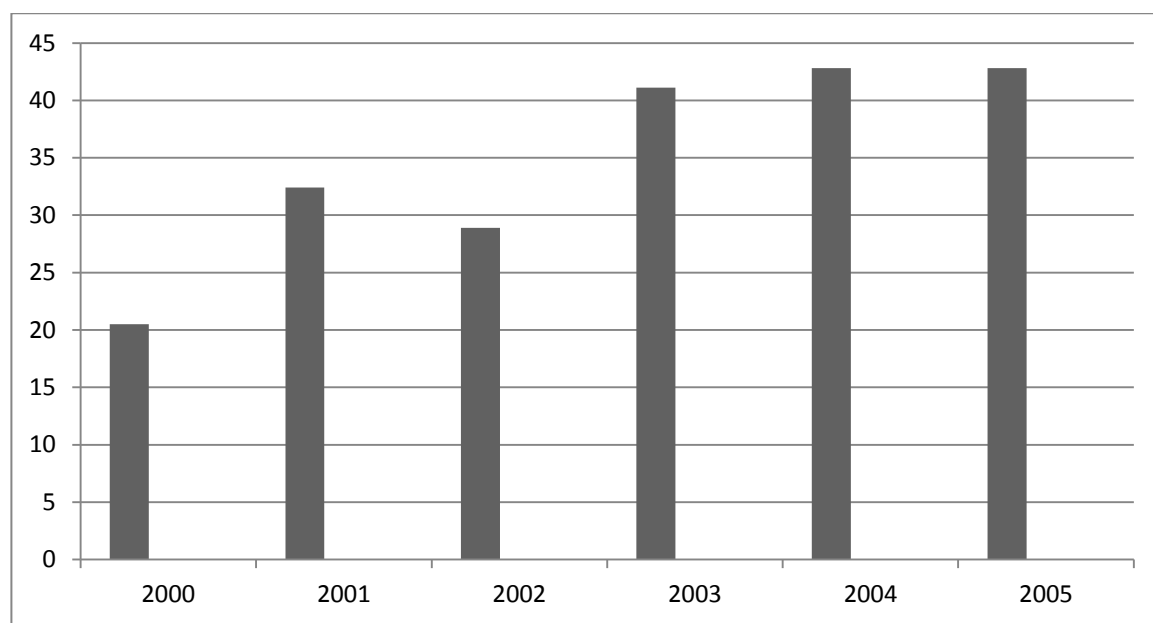
Um dado que merece destaque é o crescimento significativo na proporção do número de trabalhadores terceirizados em relação ao emprego de trabalhadores diretos e formalizados¹⁰⁷.

Percebemos uma tendência das grandes empresas na contratação de terceirizados e quarteirizados, mesmo em suas áreas fins. E isso ocorre, muitas vezes, sem o comprometimento direto da grande companhia com a garantia de direitos fundamentais e o pagamento de encargos e benefícios – que ficam a cargo de pequenas e médias prestadoras de serviço, que aparecem, desaparecem e mudam seus nomes com muita facilidade (IBASE, 2008:51-2).

Em 2005, os terceirizados representavam 42,8% do total de trabalhadores empregados nas grandes empresas que realizam o BS. De 2000 a 2005, o número de terceirizados representam uma curva ascendente, com pequena variação em 2002 e estabilidade em 2005, conforme sinaliza o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Pessoas terceirizadas sobre o total de empregados (as) por ano (em %).

Fonte: IBASE 2008.



Os dados revelam ainda que no interior das empresas são comuns as disparidades de remuneração. Se tomarmos apenas o BS do Ibase as diferenças chegam a 236% (embora podemos inferir que na realidade esse percentual é imensamente maior). De 2000 a 2005 tem

¹⁰⁷ Mais adiante, retomaremos o tema da terceirização e suas contradições enquanto elemento constitutivo do mito da “gestão empresarial moderna”, no item 3.2.

aumentado o número de acidentes de trabalho no interior das empresas participantes. E apenas 65% das empresas divulgam informações sobre a liberdade sindical e adesão às convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Passemos para a análise de outras pesquisas reveladoras.

A pesquisa *A Responsabilidade Social das Empresas no Brasil* (2000)¹⁰⁸, revelou que os empresários apenas promovem iniciativas na área social quando tais ações resultam em externalidades positivas ou em vantagens comparativas para a empresa (COSTA 2005).

O IPEA realiza uma série de estudos sobre a Ação Social das Empresas. Cabe notar que os dados são obtidos conforme declaração patronal. Segundo a pesquisa de 2004: “No Sudeste, o destaque é para o Rio de Janeiro onde a proporção de empresas que realizam ação social para fora de seus muros passou de 59%, em 1998, para 69%, em 2003, o que representa um incremento de 17%, bem maior ao verificado para a região (6%)” (IPEA 2004).

Segundo a mesma pesquisa, os estados do sudeste e nordeste concentram cerca de 70% das empresas no país, 70% do PIB nacional e 78% da população que vive em condições de pobreza (IPEA 2005). O estudo do IPEA indica que as empresas que mais investem em ação social atuam no Nordeste e no Sudeste (especialmente os grandes estados de MG, RJ, SP, no sudeste; e BA, CE e PB, no nordeste). O perfil das empresas que mais se destacam na ação social às comunidades diz respeito às grandes empresas (com mais de 500 empregados) – destas, mais de 90% investem em ações sociais. Mas é também crescente o percentual de pequenas e médias empresas que dizem investir na área social. Entre 1998 e 2003, aumentou em 15% as empresas do Sudeste com até 10 funcionários que investem nesse campo. No Nordeste, as empresas com mais de 100 empregados aumentou em 50% seus investimentos sociais no mesmo período em foco.

O primeiro estudo do IPEA (2002) sobre o campo social das empresas, denominado *A iniciativa privada e o espírito público – um retrato da ação social das empresas no Brasil*, coordenado por Ana Peliano, já havia mapeado as cinco regiões do Brasil, pesquisando cerca de 9 mil empresas de variado porte, por meio de questionário. Registrou-se, em relação ao ano de 2000, que 59% das empresas realizavam algum tipo de ação social na comunidade, com concentração na região sudeste (64%). Contudo, do que o IPEA havia registrado predominavam

¹⁰⁸ Pesquisa coordenada por Paola Cappellin, Gian Mario Giuliani, Regina Morel e Elina Peçanha, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio da Fundação Ford, 2000 (apud COSTA 2005).

as micro-empresas. Em 2001 a pesquisa resultou no relatório *Bondade ou Interesse? Como e por que as empresas atuam no social* (PELIANO 2001). O relatório indicava o predomínio da filantropia e o papel decisivo do executivo nas empresas na definição de atuação na área social, num período em que a RSE ainda não se consolidara definitivamente, como sugere a pesquisa. Tal constatação, inclusive, é devida a pouca clareza quanto à abrangência da RSE naquele momento, inclusive em relação aos coordenadores da pesquisa – apesar dos esforços ainda não consolidados do Instituto Ethos e do GIFE, já naquele momento, em procurar sistematizar o entendimento de RSE e sua diferenciação ao investimento social privado. Trata-se, portanto, de um entendimento ainda bastante incipiente acerca da RSE.

Em relação ao oferecimento de atividades sociais destinadas à comunidade, o estudo do IPEA (2005) revelou que o setor de agricultura, silvicultura e pesca é o que mais se destaca nas duas regiões pesquisadas (apenas no Sudeste, houve um crescimento de 95% de ações sociais desse setor no período considerado pelo estudo). No Nordeste o investimento social que mais crescia era oriundo do setor de construção civil (correspondendo a um crescimento de 140%). Contudo, considerada a atuação das empresas, os setores de serviços, comércio e indústria concentram a maior quantidade de empresas. Destes, o estudo apontava o setor de serviços como o que relativamente menos investia socialmente (69% em 2003, contra 75% da construção civil, 75% do comércio e 76% da indústria).

O empresariado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo destinou, em 2003, cerca de R\$ 3,1 bilhões em ações sociais para a população carente, representando 0,35% do PIB do mesmo ano. No Nordeste, o empresariado destinou R\$ 505 milhões, cerca de 0,24% do PIB da região. Apesar desse montante, o crescimento de investimento em ações sociais por parte do empresariado tem revelado uma pequena retração financeira, sobretudo com as dificuldades econômicas que o Brasil enfrentou em 2003. “Este caso, apresenta-se a hipótese de que, de uma maneira geral, os recursos disponibilizados pelo setor empresarial para o combate à pobreza acompanham os movimentos da economia: quanto mais prósperos os negócios, mais verbas serão destinadas ao social e vice-versa” (IPEA 2005). Ou seja, apesar do crescimento de empresas que investem em ação social, houve uma relativa redução do montante financeiro investido, tendo em vista a estagnação da produção nacional naquele ano, como demonstram Calandro e Campos (2004):

Ao longo de 2003, a produção industrial brasileira percorreu praticamente duas trajetórias. De janeiro até meados do ano, a queda da atividade produtiva, com conseqüências severas sobre o emprego e a renda das famílias, colocou a economia no caminho da recessão. Essa tendência aparenta ter sido revertida a partir de julho, como resultado do abrandamento da política monetária, bem como dos efeitos de uma conjuntura externa favorável devido à elevada liquidez internacional e à retomada do crescimento das principais economias industrializadas. Essa conjugação de fatores viabilizou a recuperação da trajetória de expansão da produção industrial brasileira, fato que se torna mais claro no último trimestre de 2003, como apontam os indicadores do ritmo de atividade fabril. (CALANDRO e CAMPOS, 2004:126).

Objetivamente, enquanto que em 2003, ano de crise, o volume investido diminuiu no Sudeste, se elevou modestamente no Nordeste. Diferentemente do Sudeste, o Nordeste ofereceu os benefícios e incentivos sociais para as empresas aumentaram seus investimentos sociais, de 1999 a 2003 houve um crescimento de 6%. Diferentemente do que sugere o estudo do IPEA, o envolvimento das empresas em ações sociais não ocorre em paralelo ao Estado. Quanto ao plano de ampliação de investimento em ações sociais, 71% das empresas participantes do estudo afirmaram que o investimento social ou doações na área social só tenderiam a aumentar para o futuro.

No Sudeste, observa-se ainda uma maior porcentagem de doações sociais para organizações e institutos que atuam na área social (elevação de 48% em 1998 para 66% em 2003), do que em relação a doações diretas para comunidades carentes. Também é em menor porcentagem o desenvolvimento de execução direta na área social (de 32% em 1998 para apenas 3% em 2003). Tal realidade também se identifica na região do Nordeste. Isso evidencia traços expressivos da expansão e importância das empresas, institutos e fundações especializadas em RSE, demonstrando a ação corporativa das empresas no campo social, sobretudo porque a execução direta nas ações requer maiores gastos. O crescimento em investimento em ações sociais eventuais e esporádicas (em contraste com a ação sistemática) também é um dado relevante do caráter assistencial dessas ações. O campo de maior atuação social é a assistência social e alimentação, sobretudo destinadas às crianças. Em 2003, 25% dos funcionários das empresas do Sudeste participavam das ações sociais destinadas à comunidade (redução de 30% em relação a 1999), no Nordeste esse percentual foi de 29% (aumento de 14% em relação a 1999). As empresas que realizam ação social nas proximidades em que atuam correspondem a 40% da amostra.

Os traços comuns da ação social do empresariado das duas regiões contempladas pelo IPEA, diz respeito ao fato de que mais de 70% das empresas investem nesse tipo de ação, chegando a 90% entre as grandes empresas, o que revela a ação social enquanto um padrão no comportamento do empresariado dessas regiões nos últimos anos. As ações de combate a pobreza são entendidas como informais, pontuais e filantrópicas. A maioria do empresariado assume a insuficiência do Estado no enfrentamento das questões sociais, por isso cabe a colaboração empresarial contribuir com a sociedade. O estudo revela, ainda, o crescimento da ação social das microempresas, apesar de investimentos não tão volumosos como as grandes empresas, as quais no período focalizado diminuíram seus recursos devido à estagnação econômica de 2003, último ano que a pesquisa contempla.

Contudo o estudo do IPEA (2005) não parece compreender a abrangência do campo da RSE, levando em consideração apenas o investimento social externo destinado a comunidades carentes, o que limita a abrangência da pesquisa. Por isso, a pesquisa conclui que a motivação do empresariado para a ação social é humanitária e filantrópica, dependendo do perfil do proprietário e de suas convicções, o que demonstra não apanhar a organicidade e totalidade do movimento da RSE no meio empresarial recente. Acrescemos o importante e decisivo fato de que a maior parte das empresas contempladas pela pesquisa do IPEA dizem respeito a pequenas e médias empresas, o que difere do nosso foco de investigação na presente dissertação de mestrado. Contudo os dados apresentados são, em geral, de grande relevância para o nosso estudo, a despeito de suas limitações¹⁰⁹.

O IBGE e o IPEA, em parceria com a ABONG e o GIFE, realizaram o estudo sobre as *Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*, doravante denominada FASFIL, relativo ao ano de 2005 (em caráter comparativo com sua primeira versão de 2002). A maior parte das FASFIL registradas naquele ano surgiu na década de 1990, inclusive as computadas como “associações patronais e profissionais”. As FASFIL criadas entre 1991 e 2000¹¹⁰ correspondem a 41,5%; de 2001 a 2002 somam 11,2%, atingindo 10,6% de 2003 a 2004, sendo 4,5% fundadas em 2005. Assim, cerca de um quarto delas foram criadas na década de

¹⁰⁹ O estudo do IPEA considera apenas “ação social” atividades realizadas para fora dos muros das empresas, sobretudo de caráter assistencial.

¹¹⁰ Há um interessante estudo sobre o acesso a recursos privados das ONGs no Brasil, incluindo uma análise do perfil das empresas associadas à ABONG, que aponta semelhanças para essa constatação (GOUVEA 2010).

2000, com destaque para as regiões Norte e Nordeste – concentram-se principalmente nesta última região.

Conforme esse estudo, entre 1996 e 2005, cresceu em 215,1% o número de fundações privadas e entidades sem fins lucrativos no Brasil (de 107,3 mil para 338,2 mil)¹¹¹, representando cerca de 5,6% do total de entidades públicas e privadas do país. Cabe indicarmos o relativo declínio no ritmo de crescimento entre 2002 a 2005. O tema ambiental é o que tem merecido maior destaque das entidades (com 61% de crescimento nesse período). Ou seja, tais instituições sem fins lucrativos continuam crescendo, ainda que num ritmo menos acelerado no período indicado.

É curioso notar que o percentual de trabalhadores assalariados é bastante pequeno, predominando o montante de trabalhadores informais e voluntários. Segundo a pesquisa da FASFIL, 79,5%, ou 268,9 mil entidades, não formalizam sequer um único trabalhador. “Segundo a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos – PEAS 2006, apenas 32,1% dos colaboradores são funcionários das entidades. Além dos voluntários, 7,2% são cedidos de outras instituições, 4,4% são prestadores de serviços e 2,8% estagiários”(IBGE 2008). Os números podem não ser precisos, mas certamente são representativos e reveladores.

Recentemente, também a RSE tem sido ponto de preocupação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), principal órgão de financiamento público do Brasil. O Banco aponta em seus estudos (LEAL & NEVES 2010) critérios para o financiamento de projetos em ISE (investimento social empresarial). O financiamento busca privilegiar investimentos empresariais alinhados ao campo das políticas públicas e que demonstrem princípios, éticos e socioambientais. De acordo com o próprio Banco, a linha de Investimento Social das Empresas (ISE) criada tem por objetivo “financiar investimentos destinados à implantação, consolidação e expansão de projetos sociais realizados por empresas e que sejam voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos”¹¹². Parece haver uma preocupação entre a política social do banco com a corresponsabilidade das empresas. É curioso notar o alinhamento do discurso e do entendimento do banco com aquele produzido pelas corporações orgânicas do capital que procuramos

¹¹¹ CEMPRE – Cadastro Central de Empresas, IBGE, 1996/2005.

¹¹² Investimentos Sociais de Empresas: www.bndes.gov.br (acessado em jan.2012)

pesquisar. Como destaca Luciano Coutinho, presidente do BNDES, durante 4º Encontro de Líderes do BISCComunitas:

É importante a iniciativa recente de financiar as fundações das empresas, usando o fundo social do Banco – uma frção pequena do lucro do BNDES que gera recursos não reembolsáveis para adicionalidades. (...) Os recursos não reembolsáveis são hoje dirigidos para três grandes parcerias (...). Essas três grandes parcerias incluem organizações não governamentais, estados e municípios e a terceira grande parceria, que é mais recente, mas tem mostrado resultados expressivos: com empresas que têm fundações de investimento social.

Há ainda a pesquisa realizada pelo Instituto Akatu em parceria com o Instituto Ethos, em 2010, sobre a percepção dos consumidores acerca da RSE no Brasil. A pesquisa aponta para uma parcela do que considera como consumidores conscientes estão conectados com a internet. No entanto, destaca uma relativa confusão sobre o tema no plano da representação dos consumidores, apontando para a necessidade de se ampliar o diálogo sobre o tema na sociedade. A pesquisa revela que, apesar do discurso de marketing, em longo prazo o discurso não se sustenta sem o real investimento social, na percepção dos consumidores. Assim, as empresas que investem em RSE “ganham os corações, mentes e bolsos dos consumidores” (AKATU & ETHOS 2010).

Se observarmos os dados de que dispomos, desde fins de 1990 até 2010, período considerado por nossa pesquisa, as empresas, sobretudo as de grande porte e com modernos gestores, têm investido progressivamente no campo da RSE e se alinhado, apesar de que ainda com limites, com as diretrizes das associações orgânicas do capital. Desde as corporações que atuam na área financeira, como as de serviço e de atividade industrial. Também se observa um significativo crescimento, sobretudo pós-2000 de fundações e institutos empresariais – os grandes responsáveis pela gestão direta ou financiadora da RSE. Como já ressaltamos, entre 1996 e 2005 registrou-se um crescimento de 215,1% de fundações e associações (FASFIL), atingindo a marca de 338,2 mil neste último ano.

Pudemos observar que os balanços sociais e pesquisas sobre a RSE têm ampliado e aperfeiçoado a qualidade de mensuração e análise da atuação social das empresas, apesar de ainda apresentarem limitações no âmbito metodológico. As consultorias especializadas na área têm contribuído com isso. O acesso às informações parecer maior, mas não necessariamente mais democrático. O conhecimento sobre o mundo das empresas tem se ampliado, inclusive a maioria dos relatórios e balanços sociais encontram-se disponíveis nas novas mídias eletrônicas. Conforme apontam as diferentes pesquisas, com metodologias e entendimentos diferenciados, o

campo da intervenção social das corporações empresariais no Brasil é profícuo. Contudo, as pesquisas e balanços sociais se dão por questionários ou informações fornecidas pelo próprio patronato, sem nenhum tipo de controle. Também as ações e investimentos em RSE não são decididos pelos trabalhadores, não havendo qualquer tipo de controle social. Mesmo o monitoramento e avaliação das ações são bastante escassos.

A relação da RSE com as negociações coletivas dos trabalhadores é um tema pouco explorado pela literatura, quando não meramente descritivo (OBSERVATÓRIO SOCIAL 2011), limitando-se a identificar os resultados divulgados pelas próprias empresas com relação aos padrões e voluntários acordos internacionais como o Pacto Global¹¹³ e as Diretrizes da OCDE¹¹⁴, no que se refere ao respeito aos direitos humanos, direitos trabalhistas, direitos do consumidor, transparência e preservação ambiental.

Conforme demonstra Montañó, ao refletir acerca do padrão emergente de intervenção social no “terceiro setor”:

A novidade da “responsabilidade social do empresariado” não pode ser compreendida sem fazer referência à sempre presente necessidade de aumentar a produtividade e, com ela, o movimento de “relações humanas” e diversas formas de tornar o trabalho mais ameno para conquistar o trabalhador, bem como a necessidade de conquistar o consumidor. (Montañó, 2010:62)

2.5: A percepção do empresariado

A revista *Carta Capital* lançou em uma edição especial (novembro-2011) *As empresas mais admiradas no Brasil 2011*, a partir de uma pesquisa que lista o ranking das empresas e dos empresários mais admirados por parte de seus stakeholders¹¹⁵, isto é, a imagem reputacional das organizações empresariais entre seus pares de executivos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa do mundo dos negócios entre o próprio meio empresarial, mais uma vez.

¹¹³ As ações empresariais signatárias do Pacto Global orientam-se pelos genéricos e abstratos “10 princípios universais”, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

¹¹⁴ As diretrizes da OCDE para empresas multinacionais envolvem as temáticas da transparência, emprego, meio ambiente, corrupção, consumidor e concorrência.

¹¹⁵ É importante sublinhar que a metodologia da pesquisa encomendada pela revista, sob responsabilidade do consultor Paulo Secches, restringiu o entendimento de stakeholder a apenas os executivos empresariais de setores relevantes para as respectivas empresas (num universo de 1.264 executivos), isto é, não foram levados em consideração outros grupos de stakeholder como consumidores, funcionários, acionistas, investidores, colaboradores, governo, comunidade e etc.

Dentre as 10 empresas mais admiradas no país, a pesquisa apontou: Natura (Brasil), Apple (EUA), Vale, Petrobrás (Brasil), Nestlé (Suíça), Itaú (Brasil), AmBev (Bélgica), Google (EUA), Embraer e Gerdau (Brasil); ou seja, 40% delas inteiramente de capital estrangeiro. O perfil de admiração mais destacado na pesquisa, por parte empresariado, foi o fator “inovação”¹¹⁶. Dentre as organizações percebidas como mais inovadoras, sobressaem-se: Apple, Google, Natura, 3M, Petrobras e Embraer.

O indicador inovação representa 17,5% dos fatores-chave importantes, seguidos da qualidade de gestão (13%), compromisso com RH (12,1%) e qualidade de produtos e serviços (12%). A ética vem logo em seguida, representando 11,2%. Segundo a pesquisa, “os executivos estão a nos dizer que admiram as empresas que inovam, que buscam novos caminhos, que trabalham em novos produtos e serviços para seus clientes. Esse perfil inovador que está presente (...) na avaliação”.

De acordo com a mesma pesquisa, as empresas mais bem avaliadas quanto a Responsabilidade Social são: Natura, Vale, Petrobras, Bradesco e Santander (Real). Apesar do tema RSE ter ocupado a 10ª posição (3,1%) na percepção dos executivos, a pesquisa não atentou para o fato de que se somados a Responsabilidade Social com a Ética (11,2%), com o Compromisso com o País (2,2%) e o Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável (1,5%) - indicadores considerados distintos, mas que a nosso entender implicam a RSE - a porcentagem totalizaria 18%, ou seja, a RSE seria percebida com maior relevância inclusive em relação ao elemento inovação, avaliado em primeiro lugar¹¹⁷.

Se convergirmos com a orientação do Instituto Ethos acerca do tema de abrangência da RSE, conforme a citação abaixo, podemos incorporar ainda o indicador Compromisso com o RH, o que eleva a RSE para 30,1% da importância dos fatores-chave mobilizados pelos executivos para avaliar as empresas mais admiradas no ano. Se agregarmos ainda o Respeito com o Consumidor, o percentual atinge os 39,4% das percepções.

De acordo com a definição do Instituto Ethos:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas empresariais

¹¹⁶ Apesar de a inovação corresponder ao fator principal na admiração individual dos executivos, não foi esse o indicador que determinou as empresas mais bem avaliadas no total do universo da pesquisa, conforme veremos.

¹¹⁷ Inovação, Boa Gestão e Comprometimento com RH somam juntas 42% da admiração das empresas, conforme revela a pesquisa.

compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Também o Instituto Ethos vincula a ética ao tema da RSE:

A ética é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso.

Conforme nos esforçamos em demonstrar, a RSE é vital para o desempenho e percepção reputacional de uma empresa, inclusive no meio empresarial. Em nosso entendimento, a conclusão a que chega a pesquisa *As empresas mais admiradas no Brasil 2011* é limitada acerca do tema da RSE, ao compreendê-lo como elemento secundário, apresentando problemas metodológicos e conceituais.

Contudo é emblemático o reconhecimento qualitativo da RSE na pesquisa, sobretudo quando analisa a empresa Natura (líder absoluta em todos indicadores que avaliamos como integrantes do tema da RSE):

Enquanto as empresas pensavam apenas nas suas atividades, nos resultados financeiros dos seus negócios, a Natura, à frente de todas, não apenas começou um novo discurso sobre Responsabilidade Social, Comprometimento com Ética, com seus Recursos Humanos e com o Desenvolvimento Sustentável, como assegurou esse discurso com práticas verdadeiras, que davam credibilidade à teoria.

CAPÍTULO 3 – O mundo do trabalho: a realidade nas corporações empresariais

3.1: Contradições da RSE e exploração do trabalho

Do exposto até o momento, procuramos mergulhar no mundo empresarial e no discurso de *management*, orientado amplamente pelas teorias do “terceiro setor”, as quais se esforçam em despolitizar a questão social, mediante a “setorialização” de esferas da sociedade e redução do entendimento da sociedade civil, bem como sua funcionalidade com o projeto de construção hegemônica burguesa. Procuramos esboçar a agenda social do empresariado e suas nuances conjunturais durante os governos FHC e Lula (1995 a 2010). Para tanto, perpassamos pelas características dominantes no debate da RSE e a percepção dos gestores empresariais sobre o tema, bem como pelas principais pesquisas disponíveis e balanços sociais das *corporações orgânicas do capital* aqui focalizadas.

Nesta terceira parte do trabalho, procuraremos adentrar no mundo do trabalho e suas múltiplas determinações quanto ao tema da RSE, desvelando os mitos apregoados pela “modernização empresarial” e os apelos ideológicos da reestruturação produtiva. O intuito é desvelar a contradição da RSE e refutar suas teses dominantes. Por outro lado, abordaremos o poder global das corporações capitalistas transnacionais no contexto de governança corporativa, esboçando alguns traços morfológicos da burguesia brasileira. Por fim, demonstraremos a forma como entendemos a dinâmica da intervenção social do empresariado no contexto recente, por meio de uma crítica da política burguesa.

Com a “minimização do Estado” diante do ajuste neoliberal e sua transferência de responsabilidade no trato com a questão social, as empresas e instituições corporativas assumem uma visibilidade e importância para além da produção de mercadorias e lucratividade. Nesse contexto, o fenômeno da RSE oriundo dos “aparelhos privados de hegemonia” da sociedade civil demonstra o poder social das empresas na dinâmica das relações sociais entre as classes no capitalismo contemporâneo. Por isso as *corporações orgânicas do capital* se revelam decisivas.

A fim de procurar desconstruir a noção de RSE sustentada pelas empresas capitalistas e formuladas por essas *corporações orgânicas do capital*, destacaremos algumas de suas contradições reais. Segundo uma pesquisadora crítica da RSE, “Na visão empresarial, a ‘responsabilidade social’ resulta na construção de uma imagem positiva de ‘empresa parceira’ e, conseqüentemente, na desconstrução da imagem negativa de ‘empresa que explora o trabalho e

depreda o meio ambiente””. (CESAR, 2008:283). Para isso, procuremos inserir as corporações capitalistas e as empresas em geral no lugar que ocupam no processo de produção.

A despeito do discurso ideológico, do apelo à solidariedade, à ética e à cidadania, observamos que as empresas capitalistas objetivam a reprodução ampliada do capital com base na exploração e intensificação da força de trabalho. Diante do que Lukács (1968) denominou por “decadência ideológica”, podemos situar algo semelhante no que se refere às ilusões pós-modernas que refutam o tema da exploração do trabalho e da desigualdade social, no intuito de formularem novos paradigmas para a sociedade em termos de especulação epistemológica. Trata-se do que, ainda muito jovem, num outro contexto, denominou certa vez Marx de “quietude do conhecer acadêmico”¹¹⁸. Essa ideologia, conforme vimos, é dominante no “terceiro setor”.

Nosso trabalho procurará, a seguir, demonstrar a contradição da RSE com o mundo do trabalho, procurando se focar na cadeia produtiva das empresas. Para tanto, utilizamos casos particulares de grandes grupos empresariais no país. A fim de ilustração, sintetizaremos alguns casos, a maioria associada às *corporações orgânicas do capital* aqui focalizadas, atentando para as fundações e institutos sociais das empresas.

Conforme nossa pesquisa, verificamos que todas as 15 maiores empresas por venda do Brasil¹¹⁹ possuem e investem em programas de RSE. A maioria delas possuem fundações próprias responsáveis pela atuação social de suas empresas. Curiosamente também encontramos ações e programas de RSE nos 15 maiores bancos privados do país. Ainda segundo nosso levantamento, também as 10 empresas mais admiradas pelos próprios grandes empresários do país se valem de “ações socialmente responsáveis”¹²⁰ em seu planejamento institucional.

O Bradesco, segundo maior banco privado do país, criou a Fundação Bradesco, a qual é reconhecida por assumir o discurso da RSE. Trata-se de uma gigantesca corporação associada do BISCComunitas, do Instituto ETHOS e do GIFE. Em 2010 recebeu o prêmio *Reader's Choice Awards 2010*, na categoria Relatório de Sustentabilidade mais Eficaz, promovido pelo Global Reporting Initiative (GRI). A fundação se destaca pelas ações sociais no campo da educação¹²¹.

¹¹⁸ Por “quietude do conhecer”, Marx entende a teoria especulativa desvinculada da práxis (MARX e ENGELS, 2003: 29-68).

¹¹⁹ Segundo a *Revista Exame*, as 15 maiores empresas por vendas do Brasil em 2010 são: Petrobrás; Br Distribuidora; Vale; Ipiranga Produtos, Volkswagen; Fiat; Ambev; Shell; Vivo; Braskem; Telefônica; General Motors; TIM; Telemar; e Pão de Açúcar.

¹²⁰ De acordo com a *Revista Carta Capital* (edição especial de nov.2011), as empresas mais admiradas são: Natura, Apple, Vale, Petrobrás, Nestlé, Itaú, AmBev, Google, Embraer e Gerdau.

¹²¹ Segundo dados da própria Fundação Bradesco, “nos últimos 10 anos, os recursos da Fundação Bradesco

Atualmente, a fundação Bradesco constitui a maior rede de ensino privado gratuito do país, sendo também um dos controladores acionistas das Organizações Bradesco.

Apenas no primeiro semestre de 2010, o Bradesco lucrou R\$ 4,5 bilhões, o segundo maior faturamento de todos os tempos dentre os bancos de capital aberto no país, além de ser o líder em previdência privada. Em 2009 o lucro do banco atingiu a faixa de R\$ 9 bilhões. Entretanto, apenas para destacarmos um exemplo de contraponto, em Cuiabá (MT) a fundação foi denunciada no Ministério Público do Trabalho por práticas antissindicaais, assédio moral e denúncia de professores contratados em regime eventual, sem registro em carteira de trabalho e sobrecarga de funções de trabalho¹²². Contudo Cuiabá não é um caso isolado de contradição da RSE da Fundação Bradesco. Toitio (2011) desenvolve um interessante trabalho sobre a ideologia dos programas educacionais de RSE da Fundação Bradesco desvelando a consonância de suas ações com os interesses patronais. Também o estudo de Segnini (1988) relativo ao final da década de 1980 já apontava para o investimento do Bradesco em ações educativas e o sistema de poder implantado no seu interior, objetivando a dominação e exploração do trabalhador, sobretudo aqueles com perfil mais dócil em relação às exigências do controle do capital.

Um dos maiores grupos empresariais no país, a empresa Souza Cruz, que atua na área de tabaco e produtos de fumo, por meio de seu próprio Instituto Souza Cruz, define três “princípios de negócios” envolvendo seu investimento em RSE: Benefício Mútuo, Gestão Responsável do Produto e Boa Conduta Empresarial. Trata-se de uma empresa signatária do Global Compact (tratado da ONU) e associada do GIFE. Segundo o Relatório Social (2007-2008), a empresa comercializou, em 2007, 78,8 bilhões de cigarros. No entanto, além de fazer parte da cadeia de causalidade de mais de 50 tipos de doenças, como as cardiovasculares, cânceres e doenças respiratórias, o tabaco é responsável por 21% de todas as mortes por câncer no mundo¹²³, dados não mencionados pela empresa. Contudo, trata-se de uma “empresacidadã”¹²⁴ e “contribui para a sustentabilidade do planeta” e com as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU.

aplicados em Educação foram da ordem de R\$ 1,814 bilhão, que atualizados até dezembro de 2010, pela taxa CDI/Selic, equivalem a R\$ 3,332 bilhões” (disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/InvestimentoseResultados/Investimentos/>).

¹²² “Fundação Bradesco é denunciada no Ministério Público”, (Folha do Trabalhador, 16/06/2010).

¹²³ OLIVERIA, A; VALENTE, J; LEITE, I. “Aspectos da mortalidade atribuível ao tabaco: revisão sistemática”. Revista de Saúde Pública, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz, n.42,2008.

¹²⁴ Vale lembrar que, apesar de algumas premiações de RSE não aceitarem a participação de empresas na área de cigarros, armas e bebidas, o Instituto Souza Cruz, fundado em 2000, é um dos associados do GIFE.

Já a transnacional Sadia é associada à BRF Brasil Foods (em 2009 houve uma fusão entre Sadia e Perdigão), terceira maior exportadora do país, exportando para cerca de 140 países. Em 2010 a Brasil Foods registrou o faturamento líquido de R\$ 23 bilhões. Opera com 61 fábricas no Brasil (distribuídas em 11 Estados) e 3 no exterior. Possui cerca de 115 mil funcionários no país¹²⁵. É associada da Comunitas e do Instituto Ethos, afirmando estar na “direção da sustentabilidade”, uma vez que está inserida no Pacto Global das Nações Unidas – plataforma que objetiva mobilizar as lideranças da comunidade empresarial internacional na promoção de valores nas áreas de direitos humanos, trabalhistas e meio ambiente. Para desenvolver suas ações sociais, possui o Instituto Sadia, o qual assumiu o Pacto Nacional contra a Erradicação do Trabalho Escravo.

No entanto, recentemente (em 2011), a mesma Sadia foi alvo de denúncia do Ministério Público do Trabalho (MPT). Verificou-se que os trabalhadores avicultores integrados a empresa vivem em condições de trabalho degradantes, submetidos a jornadas de trabalho ininterruptas, endividamento, condições insalubres no interior das incubadoras e utilização de trabalho escravo ou semi-escravo. Amontoados nos frigoríficos e matadouros, os trabalhadores dormem no próprio ambiente de trabalho, em meio ao cheiro forte e submetidos a variações de temperatura nos recintos. Cada unidade de produtores recebe em média de R\$ 0,10 a 0,29 (centavos) por ave criada, abatida, depenada e desossada. Conforme reportagem: “À noite, submetidos às diferenças de temperatura, é preciso levantar de duas em duas horas, para verificar as instalações dos frangos”. A reportagem segue: “Um trabalhador realiza por minuto de 80 a 120 movimentos para desossar frangos, sendo que um limite seguro seria de 30 movimentos (...). Um operário de frigorífico tem 743% mais de chances de desenvolver doenças nos nervos e músculos do braço que outro trabalhador”¹²⁶. Onde está a *responsabilidade social* desta empresa? Ainda assim, o Instituto Sadia, fundado em 2004, é juridicamente uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil com Interesse Público) e conta com programa próprio em investimento social. Trata-se do que a própria empresa chama de “marketing responsável”. Apenas no primeiro semestre de 2011 a marca Sadia faturou R\$ 3,9 bilhões.

A empresa Natura, líder no mercado de cosméticos no Brasil e reconhecida em ampla divulgação de preocupação ambiental e com o tema da sustentabilidade (ver Guia Exame de Boa

¹²⁵ www.brazilfoods.com.br

¹²⁶ “Prisão no próprio trabalho”, (*Brasil de Fato*, de 20 a 26 de outubro de 2011). Ver também o documentário “Carne e Osso”, produzido pela *Repórter Brasil* (janeiro de 2011).

Cidadania 2000 a 2003, Selo Empresa Cidadã 2001, Prêmio Balanço Social 2002) foi avaliada como a primeira empresa mais admirada no país no ano de 2011. É uma empresa associada do Instituto ETHOS. Conforme pesquisa *As empresas mais admiradas no Brasil 2011*, divulgada pela Carta Capital¹²⁷, não é apenas a empresa avaliada em 1º lugar entre os empresários, como lidera os indicadores de a) Responsabilidade Social; b) Respeito pelo consumidor; c) Compromisso com RH; d) Compromisso com o desenvolvimento sustentável; e) e Ética. A empresa registra a primeira colocação em todos os anos de 2004 a 2011, com exceção de 2008, que ficou em 2º lugar. Conforme a pesquisa “A Natura apresenta um diferencial muito forte naquilo que chamamos de “a face humana” da admiração. E talvez, esta seja a grande inovação produzida pela Natura, a empresa mais admirada no Brasil nos três últimos anos”. Nas últimas eleições presidenciais, o Copresidente do Conselho de Administração da Natura concorreu como vice-presidente da República na chapa de Marina Silva, pelo Partido Verde.

Contraditoriamente, recentemente, 30 trabalhadores lesionados (dentre eles 29 mulheres), vítimas de doença ocupacional, muitas vezes irreversível, diagnosticada como Lesão por Esforço Repetitivo (LER), foram demitidos¹²⁸. Alegou-se baixa produtividade desses trabalhadores na linha de produção. Cumpre notar que essas denúncias são recorrentes na empresa. O estudo de Abilio (2011), denominado *Make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*, contabiliza cerca de 1 milhão de revendedoras da Natura, a maioria sem nenhum vínculo empregatício ou direito trabalhista, com trabalho informal, portanto. Inseridas num Sistema de Vendas Diretas, a precarização e a informalização do trabalho são evidências marcantes desse contingente de trabalhadoras, as quais compram os produtos da empresa antes mesmo de vendê-los (ABILIO 2011).

Segundo o próprio diretor-presidente da corporação Natura, Alessandro Carlucci, o investimento principal não é apenas “nos produtos, mas no modo como eles chegam ao consumidor (...). Não imaginamos vender diretamente, mas vemos a possibilidade de nos aproximar dos consumidores, ao lado das consultoras”¹²⁹. Ou seja, a empresa transfere todo tipo de riscos à vendedora, a qual acaba sendo mais uma consumidora para a empresa do que propriamente uma vendedora, uma vez que para conseguir novos pedidos a revendedora precisa quitar sua dívida com a empresa - o índice de inadimplência é de 1%. Em relação ao discurso de

¹²⁷ Carta Capital Edição Especial de novembro de 2011.

¹²⁸ Ver: <http://www.sof.org.br/> (Sempre Organização Feminista).

¹²⁹ Entrevista concedida à Revista Carta Capital, opsit.

“empresa sustentável” amplamente sustentado pela “empresa cidadã n.1”, pode-se dizer que se trata de uma empresa “verde”, mas com trabalho “cinza”. A Natura também já foi multada pelo IBAMA por acessar irregularmente recursos da biodiversidade¹³⁰. Segundo dados do Brasil Econômico, “até setembro de 2010, sua receita líquida foi de 3,579 bilhões de reais, uma ampliação de 22,5% em relação ao mesmo período em 2009”. Mesmo assim, conforme o site da empresa, a Natura se orgulha de promover “atitudes que fazem diferença no planeta”.

Associada popularmente a doenças provocadas pelo hábito alimentar¹³¹, a rede McDonalds, maior rede de *fast food* do mundo, também associada do Instituto Ethos, possui no Brasil o Instituto Ronald McDonald, criado em 1999, em combate ao câncer infanto-juvenil. É mantida por arrecadação de empresas mantenedoras e pessoas físicas, com destaque para o dia McLanche Feliz. “Na 17ª versão do McDia Feliz, em 2005, foram arrecadados R\$ 8,6 milhões com a venda de mais de 1,2 milhão de sanduíches Big Mac”, menciona o superintendente do Instituto. Doa-se R\$0,03 (centavos) da refeição infantil mais vendida do país para o Instituto (há uma média de três milhões de unidades do lanche consumidas por mês). Só no Brasil, a rede possui mais de 600 lojas e emprega 34 mil funcionários, a maioria jovens de 16 a 24 anos. As bem estruturadas campanhas de marketing da empresa e seu mundo de criação de novas necessidades fetichizadas fora objeto de estudo de Fontenelle (2002). Contudo, a empresa é um dos principais alvos de denúncia sobre exploração do trabalho.

Em reportagem de fevereiro de 2011, o jornal Brasil de Fato revelou que a empresa de *fast food* foi condenada pela justiça a pagar multa de R\$ 13,2 milhões e se adequar aos direitos trabalhistas. Funcionários recebiam cerca de R\$ 2,50 por hora de trabalho¹³². A rede de franquias McDonalds impõe no contrato de trabalho um sistema de “jornada móvel e variável”. Em total arrepio às normas da legislação nacional, esse sistema (ilegal) permite que o jovem trabalhador fique a disposição da empresa. Quando o salão da lanchonete está vazio, o trabalhador fica na “sala de *break*” das lojas, com acesso à internet e ambiente de descanso. Contudo, o jovem funcionário não recebe nada durante o tempo que está nessa sala, apenas é remunerado pelo tempo que “efetivamente” lhe é demandado pela lanchonete, ou seja, apenas durante o tempo que

¹³⁰ “Ibama multa Natura em R\$21 milhões por uso ilegal da flora” (Folha.com, 13/11/2010).

¹³¹ Ver o filme: “Super size me: a dieta de um palhaço”.

¹³² Dentre inúmeras reportagens veiculadas pela mídia, ver: “McDonalds: maus tratos e superexploração”, (Brasil de Fato, 24/02/2011), além do vídeo do Sinthoresp “Uma jornada criminoso”, que retrata o modo como a rede transnacional aprisiona jovens a um trabalho ilegal e exploratório. Dentre os mais recentes, ver: “Denúncia contra o McDonalds será debatida em audiência na Câmara” (www.vermelho.org.br, 23/10/2011).

fica a disposição do McDonalds, pois enquanto não está atendendo clientes não é remunerado. Trata-se de eliminar a remuneração relativa aos tempos porosos de trabalho, o que faz com que a remuneração mensal, muitas vezes, não ultrapasse os R\$ 300,00, contribuindo, inclusive, menos para a Previdência Social.

Também a atuação da Nestlé no Brasil corresponde ao segundo maior mercado mundial da transnacional suíça, atrás apenas dos EUA. Por meio de sua própria fundação, a Fundação Nestlé, parceira do Instituto Ethos, investe em programas de RSE no Brasil, divulgando suas ações por meio de relatórios. Em 2010 e 2011 foi a 5ª empresa mais admirada no meio empresarial. Foi também premiada como “empresa cidadã” no Rio de Janeiro. Recentemente tem se expandido por um processo de descentralização da produção em diversas regiões do país. Contudo, dentre tantos outros casos, é acusada por crime ambiental por desmineralizar uma das águas mais minerais no país, de modo ilegal. Conforme reportagem, a empresa está em disputa judicial sobre esse caso, “enquanto isso, o processo vai se arrastando, enquanto ambientalistas tentam informar a população fazendo campanhas contra a companhia. Alegam que a mesma, ao contrário do que prega, não é tão comprometida com o social e com o meio ambiente”¹³³. A despeito disso, em 2007 teve o faturamento bruto de R\$ 12 bilhões¹³⁴.

A Gerdau, uma das maiores corporações brasileira de capital privado na produção e fornecimento de aço, obteve, em 2010, apenas no Brasil, o faturamento de R\$ 36,6 bilhões, investindo em R\$ 57,4 milhões em RSE. A empresa siderúrgica é associada do Instituto Ethos, do GIFE e do BISCComunitas, instituições que, como vimos, mobilizam e buscam parcerias entre diversas empresas em torno da RSE. Segundo seu principal executivo, André Gerdau, “pautamos nossa atuação em assegurar a competitividade dos negócios, alcançar rentabilidade e crescimento sustentável”¹³⁵.

No entanto, anos antes desse faturamento, uma importante instituição internacional em favor do meio ambiente revelava: “O Greenpeace denunciou hoje, em entrevista coletiva, que a empresa Gerdau Riograndense contamina o meio ambiente e a população com PCB, uma substância química altamente tóxica também conhecida como ascarel”¹³⁶. Trata-se de acusação

¹³³ Site Adital: Notícias da América Latina e Caribe, (24/08/2004, disponível em: www.adital.com.br).

¹³⁴ Dados disponíveis no “Relatório Responsabilidade Social Corporativa da Nestlé Brasil”, documento institucional da empresa.

¹³⁵ Entrevista a Revista Carta Capital, Edição Especial, nov. 2011.

¹³⁶ “Greenpeace denuncia: Gerdau envenena população e meio ambiente no RS” (03/01/2001), disponível em www.greenpeace.org.

de poluição altamente tóxica ao meio ambiente e a população local, o que caracterizaria ilegalidade. No site da empresa, além de assumir o discurso de que “respeita a diversidade e preserva os recursos ambientais”, encontramos o seguinte slogan: “Quando você opta por um produto ou serviço da Gerdau, não está apenas escolhendo um dos melhores do mercado. Está fazendo parte de um processo que gera valor para toda a sociedade”¹³⁷ e “contribui para um mundo melhor”.

A Rede Globo (ligada às Organizações Globo), empresa de comunicação midiática que atua no Brasil desde a década de 1960, é líder de audiência e abrange a cobertura de 98,4% do território nacional. Possui cinco emissoras próprias e 116 afiliadas (dados de 2007¹³⁸) e detém o maior centro de produção audiovisual da América Latina. Além de estar vinculada a uma série de programas sociais e parcerias (como o Instituto Ethos e o GIFE), possui a Fundação Roberto Marinho. Segundo o empresário e ex-proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho: “Uma empresa de meios de comunicação deve brindar a sociedade com ações responsáveis, independentemente das obrigações estabelecidas por lei”.

São bastante conhecidas as campanhas de “solidariedade” e “cidadania” da empresa por meio de inúmeros (e incontáveis) recursos de *merchandising social* e publicidade ao longo de sua programação. Os projetos de RSE da emissora são: Criança Esperança; Ação Global (em parceria com o Sesi); Amigos da Escola; Esporte e Cidadania. Uma das principais agências de comunicação do país, a *In Press Porter Novelli*, junto com a Central Globo de Comunicação, é a responsável pela divulgação da RSE da Globo. Em 2009, foi feito um investimento da ordem de R\$ 262 milhões em campanhas publicitárias próprias ou de parceiros que associavam a Rede Globo ao tema da RSE¹³⁹.

Uma das grandes campanhas da fundação, fonte de arrecadação financeira, é o *Criança Esperança*, que apenas em sua última campanha de 2011 arrecadou R\$ 18,5 milhões, por meio de um apelo ao telespectador e um programa especial formado por artistas vinculados à própria emissora. O programa é desenvolvido em parceria com a UNESCO. Em 26 anos de existência, arrecadou R\$ 334,1 milhões. Apenas esse programa social daria relevância para um estudo mais aprofundado, o que não faremos aqui. Somente no primeiro trimestre de 2006, a emissora de TV

¹³⁷ Conforme consta no site da Gerdau (www.gerdau.com.br).

¹³⁸ “Rede Globo: contenidos por el desarrollo” (AVINA, 2008).

¹³⁹ Os dados são fornecidos pelo próprio site da empresa In Press Porter Novelli, responsável pela RSE da Globo: <http://www.inpresspni.com.br/clientes-420-TV-GLOBO--RESPONSABILIDADE-SOCIAL.html>. (visitado em 30/10/2011).

(Globo) teve um faturamento líquido com publicidade de R\$ 957,4 milhões, conforme relatório da empresa para seus credores¹⁴⁰. Trata-se de um aumento de 17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, o Sindicato dos Jornalistas do RJ menciona que o patronato, liderado pela Globo, deu um mero reajuste salarial de 4,86% aos seus funcionários no mesmo período.

Apesar de a emissora afirmar que produz seu conteúdo com base em critérios sociais e educativos¹⁴¹, com o cuidado de transmitir ao expectador elementos de consciência social, o documentário britânico de 1993, *Beyond Citizen Kane* (Muito além do cidadão Kane), produzido pelo Chanell 4, revela uma parte da história da Globo e da sua influência na política brasileira, tratando das relações entre mídia e poder no Brasil, ocultas pela Globo, que segundo o documentário, era a televisão mais influente e poderosa do mundo no período. De acordo com o documentário e outras fontes, a TV Globo apoiou incondicionalmente o regime ditatorial militar no país. Revela ainda, dentre outros, a “manipulação” do debate eleitoral de 1989 em favor de um candidato alinhado aos interesses financeiros do proprietário da emissora, além das estratégias publicitárias enganosas. Entrevistados como Maria Rita Kehl, Chico Buarque de Holanda, além de ex-funcionários demitidos pela Globo compõem o filme. Não é a toa que a emissora proibiu judicialmente a exibição do documentário no Brasil desde a sua produção. Em 1994, quando seria exibido no Museu da Arte Moderna no RJ, a polícia militar, via ordem judicial, apreendeu cartazes e a cópia do filme um dia antes de sua estréia.

A Vale é uma importante empresa mineradora do país, a segunda maior do mundo (atua em 38 países). Trata-se da maior empresa privada da América Latina, obtendo o maior lucro do segmento no continente. Possui a Fundação Vale, associada do GIFE, do Comunitas e do Instituto Ethos. Avaliada como a 3ª empresa mais admirada no Brasil entre os grandes empresários, a segunda em RSE (também entre os empresários), emprega cerca de 120 mil trabalhadores. De acordo com a *Fortune*, em 2010, a Vale computou o quarto maior crescimento dentre as 500 empresas do ranking mundial, apresentando um faturamento da ordem de R\$ 30 bilhões no mesmo ano¹⁴². Criada em 1942 pelo governo brasileiro, foi privatizada em 1997, num

¹⁴⁰ Conforme consta na matéria “TV Globo: lucros altos, salários baixos”, disponível em www.consciencia.net/midia/redeglobo (visitado em 31/10/2011).

¹⁴¹ Para revelar o conteúdo ideológico e o apelo do marketing orientado ao universo infantil, ver o documentário “Criança, a alma do negócio” (2008).

¹⁴² “Vale registra lucro record de 30,1 bilhões de reais”, disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/vale-registra-lucro-recorde-de-30-1-bilhoes-de-reais> (consultado em

processo de ampla denúncia de irregularidade e mobilização nacional em favor da “Campanha Vale é Nossa” contra a privatização da empresa, ocorrendo inclusive um plebiscito popular, sem reconhecimento do Estado, promovido por movimentos sociais em favor da nulidade do leilão de privatização da companhia. Deixando as controvérsias de lado, o que nos importa é que a empresa assume o compromisso com o desenvolvimento sustentável, divulgando regularmente seu Relatório de Sustentabilidade.

Como sinaliza uma reportagem empresarial, “como maior consumidora de energia do país, mantém investimentos em usinas hidrelétricas e criou a Vale soluções em Energia para buscar alternativas eficientes, sustentáveis e inovadoras de abastecimento”. A empresa diz investir e colaborar na redução do impacto ambiental nas reservas. Seu principal executivo, Murilo Ferreira, destaca o financiamento de minério em Carajás como importante exemplo.

Não obstante, há amplas denúncias de destruição ambiental e impactos sociais de comunidades causados por ações dessa corporação de mineração, valendo destacar o mesmo caso citado por seu principal gestor, que é denunciado pelo Ministério Público Federal pelos danos ambientais decorrentes da duplicação dos pátios de cruzamento da Estrada de Ferro Carajás, maior mina de ferro a céu aberto do planeta. Segundo registra a petição “a Vale destruiu e ocupou irregularmente as APP, sem a devida autorização do IBAMA”, configurando infração ambiental. A empresa também foi condenada a pressionar empresas terceirizadas contratadas a fim de demitir ou impedir a contratação de trabalhadores que haviam ajuizado reclamações trabalhistas contra a empresa mineradora, criando uma “lista suja” de trabalhadores, o que fez com que a companhia fosse condenada pelo TRT por dano moral e indenização coletiva no valor de R\$ 800 mil, configurando conduta discriminatória empresarial¹⁴³. Com base no Tribunal Regional, foi “uma violência contra as normas protetivas do trabalho”. A resolução é de junho de 2011, mesmo ano em que a empresa atingiu o 3º lugar dentre as empresas mais admiradas pelo empresariado e também ocupou o mesmo lugar quanto à percepção dos mesmos acerca da preocupação com a RSE.

Mais recentemente, a Vale ficou entre os finalistas do *Public Eye Awards*, premiação concedida às piores empresas do mundo. “Entre os motivos citados para a indicação da

nov.2011).

¹⁴³ Conforme apuração do Guia Digital do Profissional de Direito (disponível em: adv.com) e confirmado no Acórdão judicial da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, datado de 8 de junho de 2011, assinado pelo Ministro Relator Emmanoel Pereira.

mineradora estão o histórico, no Brasil e em outros 39 países, de violações aos respeito dos trabalhadores, das comunidades e da natureza. Para os criadores do prêmio, organizado desde 2000, a Vale acumula 70 anos de repetidos desrespeitos”¹⁴⁴. Anunciado em 2011, o consórcio para a construção da hidrelétrica de Belo Monte (PA) forçará o deslocamento de 40 mil pessoas, além dos danos ambientais e degradação às comunidades indígenas e ribeirinhas. Tal caso tem mobilizado a resistência local e uma ampla campanha na internet. A *Public Eye Awards* divulgou inclusive um documentário indicando a Vale como um exemplo mundial de “comportamento corporativo irresponsável”¹⁴⁵.

Diante do recente escândalo veiculado pela mídia acerca da convivência da loja Zara Brasil com condições análogas à escravidão em suas fornecedoras terceirizadas de confecções de roupas (denúncia de agosto de 2011), após condenada pelo poder público, a empresa anunciou a contratação de gerente responsável pela RSE¹⁴⁶ e aderiu ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Há ainda, setores e frações da burguesia que podem ser considerados socialmente controversos no que se refere à RSE, mas que ainda divulgam o investimento em “ações responsáveis”, como empresas que atuam em atividades como extração de petróleo, siderurgia, mineração, produção de cigarros, bebidas e armamentos, grupos de empresas que atuam nos canais e no agronegócio. Apesar do profundo impacto ambiental e degradação dos recursos naturais, associadas, muitas vezes, ao trabalho análogo à escravidão, se denominam “empresas cidadãs”.

Também a Monsanto e a Aracruz, “reconhecidas como violadoras de direitos ambientais, assinam o Código de Ética do Instituto Ethos, comprometendo-se a defender a ecologia, entre outras práticas socialmente responsáveis” (GOUVEIA 2010). É curioso, ainda, que o próprio Banco Mundial financia investimentos privados em agricultura modernizada, a exemplo das corporações capitalistas do agronegócio. Assim, o Banco Mundial orienta “sete princípios para um agroinvestimento responsável”, tratando-se de uma verdadeira exploração fundiária e do financiamento de “monopólios responsáveis”, que segundo Lallau (2011:19), em artigo do *Le Monde Diplomatique*, “faz eco à velha ladainha que domina a economia mundial:

¹⁴⁴ “Brasileira Vale é indicada entre as piores empresas do mundo”, Rede Brasil Atual (08/01/2011).

¹⁴⁵ “Nominated for the Public Eye People’s Award 2012”, disponível em: www.publiceyw.ch (acessado em 16 de jan.2012).

¹⁴⁶ “Zara Brasil contrata gerente de Responsabilidade Social Corporativa”, anúncio de 24/10/2011 na www.vagas.com. O flagrante de trabalho escravo foi acompanhado pela reportagem “Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava” (Reporter Brasil, 16/08/2011).

juntos, o mercado livre, as tecnologias (aqui, biotecnologias) e o investimento privado (responsável, bem entendido) salvarão a humanidade da penúria alimentar que a ameaça”.

Em todo o país, de 1995 a 2011, em apenas 1.240 operações, mais de 40 mil pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão foram resgatadas de acordo com a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae). Apenas em 2011, num total de 158 operações, resgatou-se mais de 2.200 trabalhadores nessas condições. Isso apenas levando-se em consideração os casos registrados pelo governo. Em 2011 bateu-se o *record* de infratores na “lista suja” do trabalho escravo¹⁴⁷.

Por isso as “ações cidadãs” das corporações capitalistas devem ser relativizadas, e seu “potencial transformador” questionado. Identificando a RSE como reação às novas expressões do pauperismo e da questão social, Silva estuda as novas formas de trabalho e de gestão:

Com o novo trato dado à “questão social” – “terceiro setor”, cooperativas “autogestionárias”, empresas cidadãs -, a superexploração do trabalho avança em várias frentes. Recente artigo revela como empresas, diante da possibilidade dos baixos custos salariais, têm transferido para presídios suas linhas de montagens. Afirmam essas empresas que é uma excelente oportunidade de praticar uma ação social responsável, ou seja, a recuperação dos presos. A Bognar Metais, empresa cidadã, que montou uma metalúrgica no Presídio Adriano Marrey (Guarulhos), emprega 37 detentos que recebem R\$ 300,00 por mês; na fábrica o piso salarial mínimo é de R\$ 580,00. Uma das grandes vantagens para essas indústrias que abraçam essa “causa social”, além dos baixos custos, é o envolvimento dos operários-presos da redução da pena, tês dias trabalhados poderão significar um dia a menos no presídio (Estado de S.Paulo, 11/09/05). (SILVA, 2011:63-4).

O problema da RSE se reduz a própria racionalidade instrumental do capital. Basta colocar em evidência todas as etapas e procedimentos da cadeia produtiva para a produção de uma mercadoria (material ou imaterial, realização de produto ou serviço) no interior de uma unidade empresarial, não perdendo de mira as atividades independentes envolvidas antes de chegar ao produto acabado, como sua criação, produção, circulação, fornecimento, promoção, venda e entrega. Desde os fornecedores de matérias-primas, perpassando pelos meios adicionais disponíveis no mercado, como os produtos intermediários utilizados, tais quais as máquinas, ferramentas e demais equipamentos de capital fixo (que já são cristalização de “trabalho morto”), assim como a energia, transporte e infraestrutura física. Tal amplitude complexa de recursos constitui os meios de produção, necessários para a acumulação do capital.

¹⁴⁷ A “lista suja do trabalho escravo” é divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da portaria 540/2004. Disponível em: www.carep.mte.gov.br (acessado em 12 jan.2011).

Deve-se levar em consideração, simultaneamente, as inovações tecnológicas (resultantes da captura de dispêndio de energia física e mental de trabalhadores qualificados) que fluem na produção. Acrescente as inovações organizacionais no interior das unidades produtivas, também fruto de força de trabalho socialmente combinada, além da publicidade investida à marca. A coordenação de tais atividades é ainda exercida mediante a separação entre planejamento, controle e execução do processo de trabalho. A essa complexa divisão do trabalho corresponde à distinção entre gerência e execução do trabalho. Tal controle sistemático e reorganização do processo de trabalho cabem à gerência capitalista (BRAVERMAN, 1981). Cada uma dessas etapas do processo de trabalho têm como base a exploração do trabalho sob as relações capitalistas de produção. A seguir, a exposição se limitará a uma síntese dos avanços e reestruturações produtivas correspondentes às organizações capitalista, sobretudo a partir do foco nos sistemas modernos de organização do trabalho, a fim de que se relativize a ideia de que a RSE diz respeito a uma proposta ética, solidária e com base na responsabilidade junto a seus “colaboradores” e “parceiros”.

a) desde a “administração científica” taylorista, de planejamento e controle do tempo e do ritmo dos movimentos de trabalho cronometrados pela gerência (visando à eliminação do desperdício e dos “tempos porosos” na produção), a obtenção do maior rendimento de cada trabalhador mediante supervisão, a divisão do trabalho racionalizada, os incentivos e gratificações a fim de conferir maior produtividade ao capital;

b) combinando seu imbricamento com os mecanismos do sistema fordista de organização do trabalho, como suas operações padronizadas em larga escala, produção seriada, redução do tempo e dos custos de produção, parcelização, mecanicização e fragmentação do trabalho, produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada, medidas estimulantes (metas de produção) e educativas aos funcionários, especialização, inspeção e fiscalização, controle dos mecanismos de representação e negociação coletiva dos trabalhadores, estímulo ao consumo em massa (historicamente a vigência desse padrão se deu nos países centrais, num modelo de “compromisso” e “regulação”, por meio de um equilíbrio relativo do conflito capital x trabalho, mediado pelo Estado)¹⁴⁸;

¹⁴⁸ Tal relativa estabilidade ocorreu num contexto de uma “sociabilidade fundada no ‘compromisso’ que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. Além disso, esse ‘compromisso’ tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam

c) até as modernas técnicas do tipo toyotista¹⁴⁹, como reorganização do trabalho acrescido de transformações tecnológicas oriundas da microeletrônica e da comunicação via redes informacionais¹⁵⁰, automação, produção fluida e especialização flexível, produção vinculada à demanda e gestão dos estoques (sistemas *just in time* e *kanban*), aumento do ritmo de execução das tarefas, aumento das formas de vigilância e pressão sobre os trabalhadores, círculos de controle de qualidade (CQCs) controle de qualidade total, produção variada e heterogênea, pesquisa de mercado, transferência de plantas e unidades produtivas, descentralização, produção em equipes de trabalho integradas por projetos, trabalho individual polivalente (multivariada de funções e responsabilidades)¹⁵¹, redução da força de trabalho, “liofilização organizativa” – expressão de Castillo (1996) significando eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas -; aumento do ritmo de trabalho, trabalho e jornada flexível, instabilidade, novas formas de remuneração flexível (como esquemas de hora-extra e banco de horas), técnicas modernas de manipulação empresarial e gestão organizacional, *downsizing*, envolvimento subjetivo do “colaborador” com a empresa, do “participacionismo” às reuniões de avaliação de resultados, aumento do esforço e do trabalho cognitivo, maior autonomia para tomada de decisões, iniciativa descentralizada, incorporação do nexos psicofísico de concentrações e criatividade, pressão e tensão com base na iniciativa pessoal e na capacidade de eliminar desperdícios de recursos, sobrecarga de trabalho, competitividade, estresse, crises de adaptação, individualização, desmobilização, sofrimento, expansão do desgaste emocional e de

totalmente excluídos desse ‘compromisso’ social-democrata” (ANTUNES, 2000:38-9). No caso brasileiro, que apresenta diversas particularidades em relação às experiências dos países centrais, apesar de nunca ter havido um sistema de Estado de bem-estar social, o período desenvolvimentista, que vigorou, grosso modo, entre as décadas de 1930 a 1980, apresenta mecanismos assemelhados de “compromisso” e “regulação”, ainda que inteiramente distintos do sistema europeu, por exemplo. Para uma leitura mais apurada, conferir Faleiros (2008) e Mota (2008).

¹⁴⁹ Para uma reflexão mais apurada dos sistemas taylorista-fordista e toyotista, ver Gounet (1999); Bihr (1998); Antunes (2000;2005;2008); Alves (2007;2010); Rosso (2008); Wood (1997); Castillo (1996); Coriat (1992); Harvey (1992); Salerno (1985); Castells (1999) e Pinto (2007).

¹⁵⁰ “As novas tecnologias permitem a transformação das linhas de montagem típicas da grande empresa em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado (flexibilidade do produto) e das transformações tecnológicas (flexibilidade do processo)” (CASTELLS, 1999:176).

¹⁵¹ “A ofensiva da pressão do mercado sobre o posto do trabalho é uma outra característica fundamental dos modos atuais de organização. A retórica gerencial ‘o verdadeiro patrão é o cliente’, permite aos assalariados interiorizar as coerções da valorização do capital: se o prazo não é respitado, se a qualidade não é perfeita, se o preço é alto demais, o ‘cliente’ irá procurar em outro lugar o que precisa, e o emprego será ameaçado. Aqui novamente dispositivos muito concretos vêm materializar esta pressão do mercado (prazos justos, contratos clientes-fornecedores, benchmarking etc)” (COUTROT, 2005:35).

preocupações com o trabalho – o que muitas vezes acarreta, além dos adoecimentos, perda de controle sobre a própria vida (individual, familiar e afetiva) e medo do desemprego¹⁵².

As corporações capitalistas combinam esses modelos de organização do trabalho. É preciso insistir no fato de que, ao invés de romper com o taylorismo, as formas diferenciadas de acumulação flexível, do tipo toyotista, prolongaram-no, mobilizando e intensificando tanto os componentes do processo de trabalho físico como do intelectual, uma vez que “a apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade” (ANTUNES 2000)¹⁵³. No entanto, a adesão por parte de uma empresa ao investimento em RSE contribui com o velamento dessa lógica de exploração.

A nova arquitetura institucional das corporações capitalistas (SENNETT 2011) se baseia na organização flexível, que segundo a cultura gerencial, se baseia em três edificações institucionais: casualização, dessedimentação institucional e sequenciamento não linear. Trata-se de alterações na dinâmica externa e na estrutura interna da empresa. Em conjunto, esses três processos significam que o desenvolvimento linear da produção fixa em encadeamento de etapas produtivas dentro da empresa é substituída pela organização flexível que organiza a produção conforme a demanda e as necessidades casuais do mercado, num contexto em que “a organização incha e se retrai, empregados são atraídos ou descartados à medida que a empresa transita de uma tarefa a outra”, subempregando, contratação temporária, diminuindo custos sociais da empresa e encurtando o tempo operacional da organização em tarefas imediatas.

Além da flexibilização na prática dos contratos e processo de trabalho, as empresas incorporam toda a ideologia a ela associada. No atual contexto de reengenharia empresarial, a partir de importantes mudanças sociais como as estratégias de gerenciamento mencionadas, exige-se cada vez mais do trabalhador um trabalho polivalente e multifuncional (concentrando várias funções e responsabilidades)¹⁵⁴, portador de uma “predisposição mental” e psicofísica para

¹⁵² “Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. (...) A globalização do desemprego e da precarização, até o momento, não pode ser remediada sem a substituição radical do sistema capitalista” (MÉSZÁROS, 2006:31-2).

¹⁵³ Conferir, dentre outros, os resultados da extensa pesquisa *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil*, expostas em *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, organizado por Ricardo Antunes (2006).

¹⁵⁴ “Não é por acaso que as organizações flexíveis dão ênfase à ‘capacitação em relações humanas’, oferecendo treinamento ‘interpessoal’. Mesmo deixando de lado o fator psicológico, permanece uma necessidade

a organização flexível e a produção imediata de resultados (um mundo oscilante de trabalho de curto prazo por tarefas), marcado pela pressão imediata, ansiedade, instabilidade e muitas vezes pela informalidade – em contraste com o tipo de trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. Portanto, como demonstramos, a nova “mentalidade” exigida pelo mercado pressupõe responsabilidade de compromissos com a empresa por meio de mecanismos subjetivos de “interiorização” da lógica da empresa, enquanto envolvimento ideológico. Em nosso entendimento, também o engajamento do trabalhador nas ações de RSE da empresa é uma exigência incorporada pela racionalidade produtiva do capital.

Tudo isso num contexto de mundialização do capital (e globalização do mercado) e da era da informação, associado a um complexo de rede de empreendimentos subcontratados e terceirizados, apontando para a produtividade, flexibilização, precarização dos direitos sociais e intensificação do trabalho. Acrescente, por fim, superexploração do trabalho feminino, infantil, imigrante, desqualificado. Pode o capital oferecer “*responsabilidade social*” aos seus trabalhadores explorados?

Como observa Mészáros (2006:43), ao analisar o capital e a força de trabalho sobre seu controle: “o capital é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos”. Ainda assim, as *corporações orgânicas do capital* se valem de balanços sociais metodologicamente questionáveis, assumindo pretensos avanços sociais por parte da sustentabilidade das empresas associadas, realizam seminários, discutem a “terceirização positiva”, organizam o comportamento “socialmente responsável” de suas parceiras exploradoras, assessoram os seus gestores das maiores corporações empresariais de variados ramos de atividade e buscam fundos de investimento nos créditos e programas governamentais.

Procuramos, assim, desmontar a imagem falsificada do real que constitui o ideário e a pragmática do mito da “empresa moderna”. Entendemos a RSE como uma modalidade de intervenção política na realidade social por parte dos gestores do capital. Não podemos falar plenamente em democracia, num plano realista, sob a vigência de um contexto de soberania das empresas em detrimento de direitos sociais e participação coletiva nas decisões da vida pública. Para lembrar a feliz expressão de Márcia H. Bernardo (2009) o que vivenciamos é a vigência do “trabalho duro, discurso flexível”. Convergingo com o que ressalta Lampedusa, em seu belo *O*

imperativa: nesses ambientes, as pessoas precisam ser pró-ativas diante de circunstâncias ambíguas” (SENNETT, 2011:52).

Leopardo, “Se queremos que tudo continue como está, é necessário que tudo mude”. E a moderna sociedade produtora de mercadorias segue mudando com suas inovações organizacionais “enxutas” e com suas corporações assessoradas pelo “terceiro setor”.

Além de ocultar a exploração capitalista do mundo do trabalho, a RSE realiza-se na concentração e centralização do capital, com um pequeno número de acionistas e gestores do capital que, se por um lado se unificam enquanto classe, por outro lado, concorrem entre si enquanto fração de classe na busca de aumentar o quinhão na distribuição do lucro empresarial, conforme demonstramos¹⁵⁵.

No contexto da globalização no capitalismo contemporâneo, a gestão do capital assume particular importância, para além da gestão da empresa enquanto unidade particular capitalista¹⁵⁶, dada a integração global dos capitais, num contexto de governança corporativa e financeirização.

O tema da governança corporativa e do poder acionário sobre os empreendimentos e negócios capitalistas tem sido central na mundialização financeira. Como sinaliza Belluzzo:

As transformações financeiras foram acompanhadas de mudanças na estratégia da concorrência entre as empresas dominantes. Particularmente significativas são as implicações sobre a governança corporativa, os regimes de previdência, a natureza e a direção do investimento direto estrangeiro e a divisão internacional do trabalho. A dominância da “criação de valor” na esfera financeira expressa o poder do acionista, agora reforçado pela nova modalidade de remuneração dos administradores, efetivada mediante o exercício de opções de venda das ações da empresa.

Nessa nova fase do capitalismo novas tecnologias da informação passam progressivamente a serem incorporadas pelas grandes corporações transnacionais, constituindo, inclusive, em importante instrumento de produtividade e competitividade num mercado cada vez mais global (concorrência internacional). Às tecnologias de informação (geração de conhecimentos, processamento da informação e comunicação de símbolos), acrescentam-se inúmeros novos setores industriais, os quais vêm se transformando com o desenvolvimento da

¹⁵⁵ Embora não tenhamos problematizado em profundidade na presente exposição da pesquisa, parece haver uma maior concentração de poder entre os gestores do capital, em comparação aos donos da propriedade burguesa (TRAGTEMBERG 2005; BERNARDO 1987; 2009; PLIHON 2005).

¹⁵⁶ Bianchi lembra que empresário não é sinônimo proprietário (2001). O empresariado corresponde a uma categoria econômica de uma classe, está incluso entre os organizadores do capital, ao gerir e otimizar recursos. O que define os empresários enquanto capitalistas não é uma relação de propriedade jurídica, portanto, mas o posicionamento nas relações de produção. Os empresários, dessa forma, contribuem diretamente no processo de produção e reprodução ampliada do capital.

biotecnologia, robótica, microeletrônica, engenharia genética, nanotecnologia, com destaque para a informática (software e hardware), telecomunicações, internet, optoeletrônica e radiodifusão.

Contudo, o que se quer destacar nessa interpretação é a importância de analisar com cautela a ênfase teórica contemporânea segundo a qual a centralidade da esfera do trabalho foi substituída pela esfera comunicacional ou da intersubjetividade – recurso esse que permite a Habermas (1968) afirmar que a ciência e a técnica, não mais o trabalho, constituiriam as principais forças produtivas atualmente¹⁵⁷. O que ocorrera foi a interconexão de diversos setores industriais, tendo as tecnologias da informação ocupado um destaque no processo produtivo, sem precedentes. Apesar da correta identificação de Castells (1999) acerca da importância das tecnologias da informação na contemporaneidade, nos parece um tanto quanto controversa a conclusão que postula que as tecnologias da informação interconectaram a “sociedade em rede”. Não nos parece haver condições (inclusive materiais) para que todos possam se beneficiar do progresso tecnológico, concentrado pelo poder transnacional das empresas. A suposta superação do trabalho degradado pelos avanços comunicacionais não trouxe autonomia no trabalho, nem diluiu os constrangimentos entre operadores e gerência nas atividades de criação e conexão da nova economia de serviços tecnocientíficos, como postula Castells. A “sociedade pós-industrial”, marcada pelo que o autor denomina por “informacionalismo”, não apanha a imbricação entre trabalho material e imaterial (ANTUNES 2008), as novas modalidades de valor e de estranhamento no trabalho informacional e a nova morfologia do trabalho (ANTUNES e BRAGA 2009).

De tal modo que os gestores do capital assumem novas proporções para a reprodução do ciclo do capital. Dada a recente separação entre propriedade detida pelos acionistas e o controle exercido pelos gestores, os administradores das grandes empresas exercem grande poder na sociedade. “Como resultado final, temos uma sociedade de grandes corporações, cujo controle está nas mãos de uma oligarquia fechada que se autopromove e se autoreproduz” (TRAGTEMBERG, 2005:14). Trata-se do poder global das corporações empresariais, momento em que a burguesia parece assumir uma nova metamorfose em suas formas de intervenção social. Não é por acaso que o tema da governança corporativa é tema incorporado, como pressuposto, nos recentes debates acerca da RSE.

¹⁵⁷ Em relação à compreensão habermasiana que postula a prevalência da ciência como força produtiva, subordinando e reduzindo o papel do trabalho na tangibilidade do valor e na organização das relações sociais, ver a contundente crítica de Antunes (2000).

3.2: O mito da terceirização enquanto “modernização empresarial”

A chamada “boa terceirização” ou “terceirização positiva” apregoada pelos gestores busca difundir e consolidar a ideia de que atualmente as práticas de terceirização nas empresas são indispensáveis, quando não inevitáveis, à manutenção da competitividade das organizações, nos mais variados setores da economia. O que a RSE poderia interferir positivamente nesse quadro seria a geração de mais empregos e transparência nas transações, de acordo com essa visão dos negócios.

De fato, a contratação de serviços terceirizados vem se ampliando no Brasil. Na última década, um a cada três novos empregos gerados são oriundos desse processo, totalizando, em 2010, cerca de 7 milhões de trabalhadores terceirizados e 950 mil empresas prestadoras de serviço, segundo dados do IPEA. Apenas no Estado de São Paulo, o número de funcionários terceirizados duplicou de 2003 a 2010. Com base nos valores da RSE, as organizações empresariais assumem utilizar a terceirização de maneira responsável, trazendo ganhos para a sociedade e para o mercado. Como orienta um site empresarial, “o predicado é ser estratégico, e a gestão da terceirização não pode ser diferente”.

Essa visão entende que a terceirização é “positiva” uma vez que permite: a) aumentar a qualidade dos serviços finais; b) incentivar a contratação de profissionais especializados (prática moderna e de especialização); c) ampliação da rede de atuação e atendimento da empresa; d) redução dos custos operacionais – a subcontratação fica mais barata do que manter profissionais qualificados no quadro da empresa; e) transferir custos com direitos sociais; e) geração de maior quantidade de empregos.

Ocorre que a quantidade de “empregos gerados” implica o rebaixamento à condição de precarização social do trabalho. Precisando melhor, o que amplia são as modalidades precarizadas de trabalho, como os proletários das empresas que operam por subcontratação e por encomenda; trabalhadores em domicílio, trabalhadores informais, trabalhadores em tempo parcial, temporários, trabalhadores da “economia subterrânea” que tentam escapar do desemprego trabalhando “clandestinamente” ou entregando-se a pequena produção mercantil. Tais modalidades de trabalho são acompanhadas pela instabilidade, desregulamentação e individualização propiciada pelas formas de terceirização, conforme demonstra Bihr (1998) ao discutir a fragmentação do proletariado na nova ordem produtiva. Além disso, esses “novos empregos gerados” são muitas vezes oriundos de cortes ou demissões em massa no quadro das

empresas em relação ao quadro formal de funcionários (destruição de forças produtivas), cuja opção pela contratação terceirizada, ao se externalizar a contratação de trabalhadores, se revela compatível com a redução dos custos de manutenção ou contratação de força de trabalho regulamentada. Portanto a justificativa de “geração de mais empregos” se revela sem procedência. Igualmente sem procedência é a justificativa de “prática moderna e de especialização”, pois as empresas subcontratadas são dependentes e subordinadas às diretrizes impostas pelas contratantes. Por fim, conforme analisa Cavalcante (2011), a terceirização não respeita o instrumento legítimo de luta coletiva dos trabalhadores representado pelos sindicatos, pelo contrário, individualiza-os e os fragmenta.

A terceirização é um processo que pode se desenvolver por meio da desativação parcial ou total de setores produtivos ou, ainda, através da alocação de trabalhadores para execução de algum serviço na própria planta da empresa-mãe (DIEESE 1993). Se inicialmente a terceirização era um processo corrente em setores com pouca exigência de qualificação, como limpeza e segurança, atualmente essa modalidade de contratação de trabalho vem se expandindo, a exemplo da indústria têxtil e dos bancários. “Com a disseminação e amplitude dos processos de terceirização (...) todas as funções da fábrica, estão em tese, sujeitas a essa inovação organizacional” (GOMES e MEIRELLES, 1994:7). Na verdade, a contenção de custos e o aumento da produtividade, bem como os demais objetivos perseguidos pela terceirização, não se esgotam nas organizações empresariais, implicam diretamente na redução dos direitos sociais. Como sinalizam Melo, Almeida e Mattos (2010:202) “cláusulas contratuais neste contexto, são estratégicas para redução de custos, através da desresponsabilização da empresa-mãe com os custos da força de trabalho empregada pelas terceiras, com as matérias-primas, com o transporte, com a atualização/manutenção dos equipamentos”, e no limite, com a externalização de todas as etapas do processo de trabalho.

De acordo com Pochmann¹⁵⁸, os terceirizados continuam ganhando menos do que os trabalhadores formais e regulamentados. Nos serviços educacionais privados (incluindo as universidades e faculdades) e no meio de comunicação (incluindo o jornalismo) a recorrente terceirização se camufla em pejetismo (onde os profissionais, para serem remunerados sem regulamentação, são compelidos a abrirem firma – pessoa jurídica) ou em falsas cooperativas,

¹⁵⁸ Pesquisa Trajetórias da Terceirização. Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres) / IPEA.

fazendo com que os trabalhadores ganhem por hora, sem nenhuma regulamentação ou proteção social.

Os dados a seguir podem questionar o desenvolvimento sustentável das empresas, sobretudo em relação a seus funcionários. De acordo com a PNAD de 2002, os trabalhadores empregados sem carteira assinada correspondiam a 24,2%¹⁵⁹ da PEA (população economicamente ativa) e os empregados por conta própria somavam 22,3%. Aqueles que não tinham rendimento algum constituíam 11,7%. Segundo a mesma fonte, 27,1% dos trabalhadores no país apresentavam rendimentos inferiores ou iguais a um salário mínimo, 26,3% de um a dois salários mínimos, e 12,4% de dois a três salários mínimos. Ou seja, enquanto 38,7% dos trabalhadores ganhavam até três salários mínimos, apenas 1,3% superava os vinte salários mínimos.

A flexibilização, conforme Vasapollo (2006), pode ser entendida pela liberdade da empresa em: a) despedir parte de seus funcionários, sem penalidades, quando o mercado assim exigir; b) reduzir ou aumentar a jornada de trabalho, sem aviso prévio, em função das oscilações do mercado; c) pagar salários mais baixos mediante negociações salariais, tendo em vista a concorrência internacional; d) subdividir e parcelar, quando necessário, a jornada de trabalho conforme a sua conveniência (tempo parcial, trabalho por escala e por turno, horário flexível); e) transferir parte de suas atividades a empresas externas (terceirizar a produção); f) contratar trabalhadores temporários, subcontratados e não regulamentados (terceirizar e precarizar as formas de contratação), diminuindo seu quadro efetivo de pessoal contratado. Trata-se do que o autor denomina por “figuras emergentes do trabalho atípico” (VASOPOLLO, 2006:46), isto é, precarizado, flexibilizado e desregulamentado.

Resgatando dados anteriormente apresentados, de acordo com o IBASE (2008), o dado de trabalhadores terceirizados divulgado pelas empresas cresceu de 2000 a 2008.

Em 2005, os terceirizados representavam 42,8% do total de trabalhadores empregados nas grandes empresas que realizam o balanço social. De 2000 a 2005, o número de terceirizados representou um crescimento significativo desse regime de trabalho nas empresas registradas.

Segundo a visão empresarial, busca-se alteração em algumas características no processo de produção: produtividade, custos e qualidade. Ocorre que a lógica da empresa flexibilizada, passa a exigir a terceirização e a decorrente flexibilização dos direitos do trabalho, revelando

¹⁵⁹ Em 2008, o percentual de trabalho informal representou 33,1%, conforme o PNADE (www.ibge.gov.br).

traços que a pintam como aparentemente mais participativa, mas responsável pela corrosão dos direitos sociais do trabalho em escala global. Trata-se do ideário neoliberal de empresas enxutas e especializadas. Conforme lembra Ricardo Antunes, as portas de entrada a essas modalidades de degradação do trabalho (flexibilização, informalidade e precarização) advém das terceirizações. Trata-se de uma ótima opção para as empresas, mas e para os trabalhadores?

3.3: O poder global das corporações transnacionais sob o fenômeno da governança corporativa

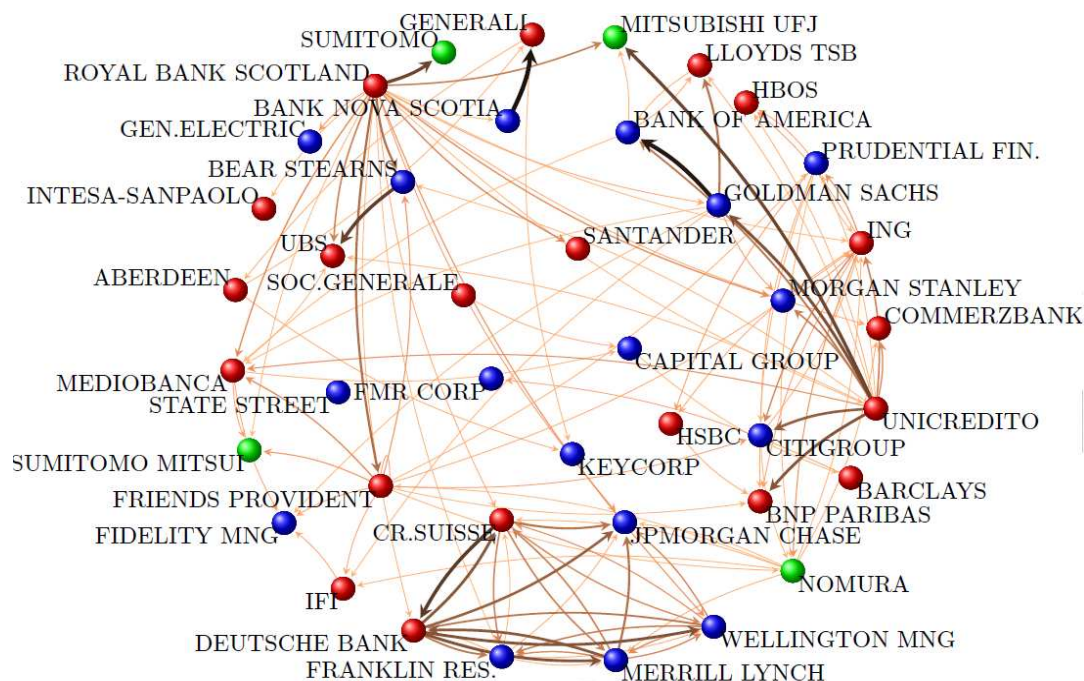
Segundo Castells (1999), o modelo corporativo das “modernas empresas horizontais” consiste em sete tendências: 1) organização em torno do processo, não da tarefa; 2) hierarquia horizontal; 3) gerenciamento em equipe; 4) medida do desempenho pela satisfação do cliente; 5) maximização dos contatos com fornecedores e clientes; 6) recompensa com base no desempenho da equipe; 7) informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis. Tal modelo “enxuto”, conforme indicamos, compreende a redução do número de funcionários (de custos com a força de trabalho) mediante automação e terceirização (contenção de custos sociais). Atuam, portanto, em rede, apoiando-se em três estratégias diferentes de internacionalização de suas atividades: a) empresas investem no exterior a partir de múltiplos mercados domésticos (investimento estrangeiro direto e tradicional); b) organiza diferentes funções da empresa, num mercado global, em localidades diferentes e articuladas; c) formação de redes internacionais interconectadas.

No quadro mundial, a influência social das corporações transnacionais revela-se um poder de intervenção global¹⁶⁰. Um recente estudo do ETH (Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica), publicado como *The Network of Global Corporate Control* (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON 2011), identificou a rede das organizações empresariais mais poderosas no planeta, em sua maioria bancos, empresas de seguros e grandes grupos industriais. O estudo parte da análise de 43 mil empresas transnacionais, apontando que 1.318 empresas formam o núcleo da economia mundial, que além de deter o controle de 60% do total de vendas realizadas em todo o planeta, concentram, em conjunto, a maioria das ações de empresas

¹⁶⁰ Sobre a organização das corporações empresariais e seu poder mundial, indicamos o documentário *The Corporation: the Pathological Pursuit of Profit and Power* (2004). Sobre o funcionamento corporativo do sistema financeiro em crise, há o documentário *Inside Job* (2010), cujo título em português foi publicado como Trabalho Interno.

espalhadas pelo mundo. Em termos metodológicos, “selecionaram 43 mil corporações no banco de dados Orbis 2007 de 30 milhões de empresas, e passaram a estudar como se relacionam: o peso econômico de cada entidade, a sua rede de conexões, os fluxos financeiros, e em que empresas têm participações que permitem controle indireto” (DOWBOR 2011).

Algumas maiores corporações operam um fluxo superior ao PIB de numerosos países: trata-se de um controle corporativo, evidenciado por uma estrutura de rede concentrativa de gigantes corporações transnacionais. Quando a referida pesquisa restringe a ligação entre os grandes grupos empresariais, “Em geral, nas principais cadeias produtivas, a corrida [concorrência] termina quando sobram poucas empresas, que em vez de guerrear, descobrem que é mais conveniente se articularem e trabalharem juntas, para o bem delas e dos seus acionistas. Não necessariamente, como é óbvio, para o bem da sociedade” (DOWBOR 2011). Assim, a pesquisa revela que as grandes corporações detêm um poder mundial, conforme revela a concentração corporativa no quadro a seguir:



Exemplo de algumas conexões financeiras internacionais. Em vermelho, grupos europeus, em azul norte-americanos, outros países em verde. A dominância dos dois primeiros é evidente, e muito ligada à crise financeira atual. Fonte Vitali, Glattfelder e Fattiston (2011), <http://i-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>

O quadro revela ampla concentração de uma rede corporativa transnacional de grupos norte-americanos e europeus, respectivamente. A participação do poder econômico nas ações das empresas imprime a capacidade de fazer prevalecer o poder acionário nas estratégias dos negócios empresariais. Segundo aponta o estudo, as organizações mais conectadas à rede concentram maior participação acionária, isto é, revela a concentração do poder e controle acionário. Como demonstra o comentário e a passagem citada por Dowbor:

O cálculo consistiu em identificar qual a fração de atores no topo que detém mais de 80% do controle de toda a rede. Os resultados são fortes: “Encontramos que apenas 737 dos principais atores (*top-holders*) acumulam 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais (ETN)... Isto significa que o controle em rede (*network control*) é distribuído de maneira muito mais desigual do que a riqueza. Em particular, os atores no topo detêm um controle dez vezes maior do que o que poderia se esperar baseado na sua riqueza.”(DOWBOR 2011).

Ainda comentando tal estudo, Dowbor ressalta: “Quando os cientistas desfizeram o emaranhado dessa rede de propriedades cruzadas, eles identificaram uma ‘super-entidade’ de 147 empresas intimamente inter-relacionadas que controla 40% da riqueza total daquele primeiro núcleo central de 1.318 empresas”, (DOWBOR 2011) aonde menos de 1% das companhias controla 40% da rede inteira. Dessas “super-entidades”, 50 estão interligadas umas as outras, em rede, principalmente instituições financeiras¹⁶¹, as quais constituem cerca de ¾ do total desse seletivo grupo. Trata-se de uma concentração de poder jamais vista na história, num momento em que o capital nunca esteve tão mundializado. Segundo um dos pesquisadores responsáveis, “Com efeito, menos de 1% das empresas consegue controlar 40% de toda a rede” (Glattfelder apud Dowbor 2011). Tais evidências reforçam nossa análise acerca da importância dos gestores anunciada na próxima seção de nosso trabalho, uma vez que no capitalismo contemporâneo, os gestores controlam a aplicação de gigantescos recursos (muito além de qualquer capacidade racional de gestão) a partir dos grandes grupos transnacionais interconectados.

Conforme observava Boron, com base em outros dados no início deste século:

A retórica dos ideólogos da globalização neoliberal não consegue dissimular o fato de que 96% dessas duzentas empresas globais e transnacionais têm suas casas matrizes em oito países, estão legalmente inscritas nos registros de sociedades anônimas de oito países, e suas diretorias têm sua sede em oito países

¹⁶¹ As principais são Barclay, JP Morgan, Merrill Lynch, Goldman Sachs, Morgan Stanley e companhias de seguros e bancos franceses como Axa, Natixis, Société générale, el grupo Banque populaire-Caisse d'épargne o BNP-Paribas.

do capitalismo metropolitano (...) Seu alcance é global, mas sua propriedade e seus proprietários têm uma clara base nacional. (BORON, 2002:50).

O valores financeiros e especulativos chegam a atingir a faixa de 14 vezes o PIB mundial (DOWBOR 2011). O contexto expansivo de liberação de fluxos financeiros e de bens e serviços entre os países, acompanhado pelo avanço comunicacional e desenvolvimento tecnológico em escala global, contribui para o engrandecimento das grandes corporações transnacionais (POCHMANN 2011). Com a intensificação do movimento de concentração e centralização do capital forjado no neoliberalismo, reforça-se o poder privado, sobretudo pós Consenso de Washington e do primado do Banco Mundial e do FMI. Contudo, no arranjo de crise internacional de 2007-2008, o centro dinâmico do capitalismo passa a ser redesenhado numa disputa intercapitalista (HARVEY 2011).

Conforme indaga o economista da Unicamp/Ipea, trata-se de um processo de hipermonopolização do capital sem precedentes.

O que se poderia esperar quando cerca de metade da riqueza do mundo e quatro quintos dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico são de responsabilidade das quinhentas maiores corporações transnacionais? Elas governam o mundo, pois se tornaram tão grandes que não podem mais nem sequer quebrar. Além disso, corporações são cada vez mais dependentes da associação com o Estado Nacional, sugando, como carrapatos, parcela crescente do orçamento público (POCHMANN, 2011:7).

Convergindo com esse diagnóstico, a super concentração do poder financeiro mundial pode ser indicada pela estimativa de que apenas quatro dos maiores bancos norte-americanos (JP Morgan, Citibank, Bank of America e Goldman Sachs) controlam 94,4% dos derivativos financeiros. Segundo relatório trimestral do *Office of the Currency Controlle*, dos 25 maiores bancos comerciais, 4 bancos detêm 94.4%¹⁶² (250 trilhões de dólares) do valor nominal bruto em contratos derivativos. “Os 2% adultos mais ricos do mundo possuem a metade da riqueza global, enquanto a parcela correspondente a apenas 1% da população adulta detém 40% dos ativos mundiais. Em contrapartida, a metade mais pobre da população adulta só possui 1% da riqueza global” (COSTA, 2008:109).

Conforme divulgação de pesquisa, apenas 2,4% das famílias detém 33% da riqueza no Brasil (Folha de São Paulo, 02/04/2004) e 218 milhões de crianças são aliciadas pelo trabalho infantil (ALVES 2010). De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho

162 Disponível em: www.zerohedge.com/news/five-banks-account-96-250-trillion-outstanding-derivative-exposure-morgan-stanley-sitting-fx-de (consultado em out.2011).

(OIT), 1/3 da força humana mundial disponível ao trabalho exerce trabalhos parciais, precários, temporários ou vivencia o desemprego. Só nos países industriais desenvolvidos, 40 milhões estão desempregados (ALVES 2010). Se focalizarmos os indicadores relativos ao denominado “países do terceiro mundo”, representativos de 2/3 dos trabalhadores mundiais, a situação se agrava. Contraditoriamente, o sistema mundial remunera mais os especuladores do que os produtores (DOWBOR 2009).

O relatório Unctad¹⁶³ 1997 destaca aumento da concentração de renda no planeta nas últimas três décadas. Já a Unctad-98 ressaltou temas de parcerias para o desenvolvimento, reunindo governos, empresas e organizações da sociedade civil na busca de novas articulações. Curiosamente, apenas no Brasil, de 1996-2005 houve um crescimento em 215,1% de fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Tal crescimento, conforme indicamos, corresponde ao contexto de expansão dos organismos de RSE e das *corporações orgânicas do capital* compreendidas em nossa investigação.

Além de controlarem diversos setores da economia mundial, as corporações empresariais influenciam fortemente as políticas governamentais. “Somente a General Motors tem um volume de negócios anual maior que os 48 países menos avançados” (Toussaint apud COSTA, 2008:116). Apenas as seis maiores empresas transnacionais não financeiras, no ano de 2000, detinham um volume de negócios superior ao PIB brasileiro. De acordo com a mesma fonte, as corporações transnacionais controlam ainda cerca de 70% do comércio mundial.

Trata-se de um processo que Costa (1993; 2008) identificou por “quadro de remonopolização global da burguesia” hierarquizada a partir de seu pólo hegemônico financeiro, processo iniciado pelo desenvolvimento acelerado de fusões e aquisições empresariais na economia mundializada. De tal forma que as corporações transnacionais capitalistas passam a atuar a partir de padrões mundiais de planejamento, organização da produção, sistema de recursos humanos e normas administrativas. Assim, as diferentes frações da burguesia buscam redefinir os seus pesos no mercado mundial, mediante a concorrência intercapitalista¹⁶⁴, que ganha novos contornos.

163 United Nations Conference on Trade and Development, órgão internacional que tem por objetivo promover a integração favorável ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento na economia mundial, por meio de fóruns intergovernamentais, divulgação de dados internacionais e cooperação com diferentes organizações e países.

164 Em Esboço de uma crítica da Economia Política, texto que influenciaria (certamente com reparos) a leitura da economia política de Marx, o jovem Engels já expressara que “O confronto de capital contra capital, de trabalho

Enfatizando a competição mundial entre os capitais e a intensificação da exploração do trabalho:

no plano econômico, a réplica capitalista à luta do proletariado contra sua exploração tem sido sempre de aumentar a intensidade e mais ainda a produtividade do trabalho, desenvolvendo os meios de produção com o objetivo de aumentar a mais-valia relativa. E é pelo mesmo caminho que o conduz à concorrência entre os capitais particulares, única possibilidade, para determinado capital, de realizar uma taxa de lucro superior à taxa média, que é em última análise de aumentar, ainda neste caso, a produtividade do trabalho (BIHR, 1998:127).

Nessa nova fase do imperialismo, “com a internacionalização da produção e a mundialização da economia, as corporações transnacionais conseguiram unificar globalmente o ciclo do capital: produzem internacionalmente, financiam-se internacionalmente e realizam a produção também internacionalmente” (COSTA, 2008:95), além de deslocar para os países periféricos grande parte da criação do valor, como aponta Michalet (1984). Tudo isso no bojo de um processo de desconcentração das fábricas, que dada a transnacionalização do capital e as novas tecnologias da informação e a microeletrônica, requer “aumento das atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas” (ANTUNES, 2005:80).

O quadro brasileiro, amplamente inserido no processo de transnacionalização, delineia-se permeado por contradições e caminhos não lineares. A última década pode ser registrada como expansão capitalista brasileira. No entanto, é marcante a sua inserção subordinada ao mercado global (dependência estrutural da economia brasileira). Os recentes esforços governistas de atenção à burguesia industrial, a exemplo de estímulos ao setor como redução de impostos, programa PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e difusão de crédito contribuem para o mercado interno, ao mesmo tempo em que estimula a transnacionalização de capitais no país (FONTES 2010). Trata-se de um movimento de expansão do capital. Em relação à exportação de capital como investimento estrangeiro direto (IED), “em 2006, pela primeira vez, os fluxos externos de IED ultrapassaram os influxos de IED, sinal de que as empresas brasileiras estão aprofundando seu compromisso para se tornar empresas globais” (RAMSEY e ALMEIDA, 2009:15).

contra trabalho, de propriedade contra propriedade, lança a produção num ardor febril que subverte completamente todas as relações naturais e razoáveis. Nenhum capital pode enfrentar a concorrência de outro se não se elevar a seu mais alto nível de atividade (ENGELS, 1981:72).

Apesar dos laços de dependência e subordinação internacionais, a última década demonstra maior diversificação das relações comerciais e diplomáticas (política externa) no país. Quanto aos arranjos do bloco no poder podemos indicar, apesar dos limites do presente trabalho, a influência do capital financeiro, do agronegócio, das transnacionais (de diversos setores, a despeito se nacional ou estrangeira) e dos Fundos de Pensão. Apenas em 2010, o BNDES concedeu créditos no volume de US\$ 96,32 bilhões, o que corresponde a 3,3 vezes mais que o valor concedido pelo Banco Mundial no mesmo período¹⁶⁵. Segundo a mesma fonte, 13 empresas do Brasil agregam a relação de “global challengers”: Camargo Corrêa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Magnesita, Vororantim e WEG (é notável, nessa lista, a presença de corporações parceiras da Comunitas e do GIFE). Apenas a China e a Índia estão à frente do Brasil, com 33 e 20 empresas, respectivamente. Conforme reportagem:

os bancos e entidades financeiras também têm se expandido para fora. Em 2010, o Banco do Brasil comprou o controle acionário do Banco Patagonia, o sexto maior da Argentina, por 479,6 milhões de dólares. Além disso, Bradesco e BB assinaram um memorando de entendimentos com o português Banco Espírito Santo para iniciar atividades no continente africano. (...) segundo o último censo do Banco Central, o estoque total de ativos no exterior foi de 274,6 bilhões de dólares em 2010 (23% a mais que em 2009), e o total de investimentos brasileiros diretos no exterior (IBD) atingiram 189,2 bilhões (mais que o triplo levantado em 2001, que totalizava 49,7 bilhões)¹⁶⁶.

O fato é que os quadros gerenciais da gestão administrativa das transnacionais não se esquecem do investimento em RSE, vale lembrar. Trata-se de um processo de visão mundial dos negócios da empresa. A RSE é uma lógica do mundo dos negócios capitalista, que além de intervir na questão social conforme seus próprios interesses, de articular o empresariado e organizar o conjunto da sociedade com a orientação segundo a qual o setor privado é capaz de gerir os serviços sociais de modo mais eficiente do que o Estado, trata-se de uma própria forma das empresas gerirem seus negócios, uma vez que, em contexto de crise, o investimento no setor produtivo não traz um retorno do investimento a curto prazo.

Em entrevista com um gestor de uma organização social do “terceiro setor”, que procura alianças intersetoriais no campo da RSE, soubemos que “o principal desafio em convencer as empresas a investir em programas sociais, ainda que seja para captar recursos, é que a visão do

¹⁶⁵ Os dados estão disponíveis na matéria “Ampliação do capital orienta a política externa” (Eduardo Sales de Lima), do jornal Brasil de Fato, ano 9, n.462, 5 a 11 de janeiro de 2012, p.6.

¹⁶⁶ Idem.

lucro ainda entra em conflito com a RSE, mas quando descobrem o retorno que podem ter, já ganhamos o empreendimento, entende? Tem que ter visão de negócios”¹⁶⁷.

Contudo, estamos tratando de um processo histórico em curso, por isso procuramos evidenciar apenas alguns traços centrais do diagnóstico mundial do poder social das corporações empresariais transnacionais, o qual conforma a inserção subordinada (apesar da expansão do capitalismo brasileiro) do quadro nacional. Uma avaliação mais extensa nesse aspecto está fora do escopo deste trabalho. A seguir, procuraremos traçar a importância e centralidade adquirida pelos gestores empresariais do capital na mundialização financeira. Tal quadro conforma os investimentos, planejamento e inovações no campo da RSE, numa lógica de reprodução ampliada das relações capitalistas para a esfera social.

3.4: Nota introdutória sobre um dos novos traços morfológicos da burguesia brasileira: os gestores empresariais do capital e a controversa tese de uma burguesia mundial unificada e homogênea

Não pretendemos desenvolver o emergente papel dos gestores de fundos de pensão ou aqueles constitutivos da burocracia de Estado na dinâmica da financeirização do capital em escala global. Nesse sentido, importantes contribuições têm sido fornecidas por pesquisadores nessa temática (BERNARDO e PERERIRA 2008; BERNARDO 1987; 2008; 2009; SAUVIAT 2005; OLIVEIRA 2003; TRAGTENBERG 2005; AKTOUF 2005; CLARK 2000). Neste momento do trabalho, pretende-se esboçar, ainda que de maneira introdutória, o papel desempenhado pelo o que denominamos por gestores do capital a fim de que compreendamos um dos traços morfológicos constitutivos da burguesia brasileira.

Conforme indicamos na apresentação do trabalho em questão, no item “elementos teóricos para o enfoque relacional da burguesia e suas frações”, empresário não é sinônimo de proprietário (BIANCHI, 2001), tampouco constitui uma classe social em si. Trata-se de uma categoria econômica das classes dominantes, inclui-se entre os organizadores do capital, ao gerir e otimizar recursos. Assim, o que define os empresários enquanto capitalistas não é uma relação de propriedade jurídica, portanto, mas o posicionamento nas relações de produção. Os empresários, pelo menos aquela parcela constitutiva dos grandes gestores do capital, contribuem

167 Entrevista concedida ao autor, set. 2011.

diretamente no processo de produção e reprodução ampliada do capital. Isso é o que os define enquanto capitalistas, constitutivos da burguesia.

Em nossa compreensão, os gestores do capital (a parcela constitutiva do grande empresariado) se distinguem dos gerentes das empresas. Estes gerenciam os trabalhadores no interior da unidade particular capitalista, delegam funções a outros trabalhadores subalternos, ou seja, têm a responsabilidade de controlar a força de trabalho, ao gerir o processo de trabalho realizado pelos funcionários, submetidos à disciplina do capital. Em diversos casos, inclusive, estão inseridos em uma empresa de um patrão burguês particular. Diferentemente, os gestores administram os negócios capitalistas e as grandes empresas integradas a um sistema global do capital, cujas empresas estão conectadas a grandes corporações. O gestor direciona e capta recursos, decide sobre aplicação de investimentos, contribui na valorização do capital a partir do trabalho realizado pelos trabalhadores no interior das empresas (ou subcontratadas), ou seja, orienta o desempenho da empresa no mercado. Enquanto gestores, estão ligados aos centros mundiais de concentração do capital. Com a globalização em escala mundial, prevalecem os títulos coletivos de propriedade do capital, e não os títulos particulares. Com as transformações nas estruturas de poder, a coordenação da atividade de várias unidades econômicas e grupos capitalistas, como empresas e blocos econômicos (BERNARDO, 1987), passam a seu gerenciamento, ampliando seu poder político no estado amplo num contexto de concentração das empresas – o político deixa de ser exterior as unidades econômicas, isto é o político e o econômico encontram-se fundidos a partir da unificação política de grandes conjuntos capitalistas, com poder social. “Os gestores são elementos ativos desse processo” – de totalidade social dos exploradores -, uma vez que “a propriedade capitalista dos gestores (diferente da burguesia [proprietária]) não é particularizada individualmente, mas unificada por vastos grupos gestoriais, que detém coletivamente” (BERNARDO, 1987). Participam, portanto, do processo global da produção numa perspectiva interdependente.

No contexto da globalização, fase de financeirização do capital, presencia-se o fenômeno de expansão da importância dos gestores. “A questão principal, na verdade, a única, é a de que o operador financeiro deve ser capaz de fazer o máximo de dinheiro possível e o mais rapidamente possível. É assim, pois, que a própria economia tornou-se um discurso financeiro, e a arte do gerente, a de maximizar os indicadores financeiros, quaisquer que sejam eles” (AKTOUF, 2005:26).

Conforme tais esclarecimentos, compreendemos os gestores do capital enquanto a parte constitutiva mais dinâmica do empresariado, que não se resume aos proprietários tradicionais, ainda que os possa contemplar. Dado o caráter transnacional do capital, os gestores, enquanto manifestação de personificação do capital, são expressão de novos traços morfológicos constitutivos da burguesia brasileira, cuja agenda social encontra-se orientada e integrada a determinadas *corporações orgânicas*. Nos termos de Gramsci, os gestores empresariais concentram uma capacidade dirigente e técnica. De tal modo que, “o empresário capitalista criou diversas categorias de intelectuais responsáveis pela administração de seus negócios, bem como pela economia política, pelo direito, e pela cultura sob as quais se apresenta sua dominação” (BIANCHI, 2001:28). O *locus* institucional sob o qual essa capacidade dirigente e técnica é exercida no campo social são as *corporações orgânicas do capital*, conforme nos esforçamos em demonstrar.

Uma vez que tenhamos ressaltado o modo como compreendemos os gestores do capital e sua relação com os investimentos (intervenção) em RSE, é relevante trazer a tona alguns desdobramentos de nossa análise acerca de certos traços morfológicos da burguesia no Brasil, sem a pretensão de esgotarmos o assunto, naturalmente.

De acordo com nossa pesquisa, a RSE e a associatividade empresarial no meio social remetem à lógica da dominação burguesa e à forma assumida pelo Estado no capitalismo brasileiro contemporâneo. Evitando qualquer análise geral do capitalismo e nela inserir a RSE e o grande empresariado brasileiro, procuramos contextualizar, num plano sintético, a formação social do capitalismo no Brasil e de suas classes dominantes, privilegiando (e com isso desconsiderando propositalmente uma série de outros elementos vitais da burguesia) suas formas de intervenção social enquanto fio condutor analítico.

As formas de associativismo do empresariado estiveram presentes desde o início da formação capitalista no país, desempenhando papel importante no processo de industrialização, na preparação do golpe civil-militar (DREUFUSS, 1986;1987), no período de democratização, na Constituinte, na preparação da desertificação neoliberal, na queda e eleição de governos, nos rumos das políticas macroeconômicas do Estado, na mídia e no sistema educacional. Procuramos oferecer uma pequena contribuição ao demonstrarmos que as *corporações orgânicas do capital* também delineiam o padrão de intervenção social e o arranjo das políticas sociais.

Como sugere a hipótese de Virgínia Fontes, no Brasil consolidou-se uma “burguesia brasileira, integrada de maneira heterogênea, sobretudo por nativos, mas também por fortíssimos interesses originados em outros países, em especial nos Estados Unidos, aqui implantados. Essa burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições” (FONTES, 2010:312). Não nos esqueçamos também do desenvolvimento desigual e autocrático de nossas classes dominantes subordinadas ao imperialismo, como demonstrou Florestan Fernandes (1976) e ao capital transnacional, o que Fontes denomina por “capital-imperialismo”. Portanto, não faz sentido falarmos numa burguesia nacional, mas brasileira (que é também transnacional ou subordinada financeiramente).

Contudo não convergimos com as indicações de Sklair (2001), segundo o qual haveria na dinâmica do capitalismo contemporâneo (que o autor denomina por “sistema mundo”) a formação de uma classe capitalista transnacional que assimilou valores e aspectos simbólicos da burguesia global, projetando-se como cidadãos do mundo no cenário global. Tal análise, por exemplo, não leva em consideração o papel do Estado¹⁶⁸ e suas diretrizes políticas e econômicas, tampouco a realidade material e a heterogeneidade dos atores em disputa, conforme observa Martuschelli (2009). Também parece insuficiente a tese de que a unificação da burguesia compeliu a perda de seu caráter setorial ou de frações do capital, com o advento de “capitalistas multisetoriais” subsumidos à financeirização e sua internacionalização unificada enquanto classe (MIGLIOLI 1996; 2006).

Distintamente das teses da burguesia mundial homogênea, a política estatal desempenha um papel importante na constituição da configuração associativa do empresariado e sua ação política, a exemplo das *corporações orgânicas do capital* e de sua agenda social no caso brasileiro. Apesar da unidade burguesa construída, uma análise conjuntural, que requer a aferição das relações de força, indica que os interesses de determinadas frações sobrepostos sobre outras caracteriza a importância do Estado e das frações de classe em disputa no interior do “bloco no poder”, uma vez que não há qualquer repartição igualitária de mais-valia global, antes disso, a concorrência e o conflito são marcas das relações intraclasses burguesas.

Apesar do processo global que veio a dar forma à intervenção social da burguesia no país, contudo, nem todo o processo estava previsto e arquitetado pelos intelectuais orgânicos do

¹⁶⁸ Hardt e Negri (2003:330), por exemplo, afirmam que o poder global no período contemporâneo representa a “vitória das empresas capitalistas sobre o Estado”.

capital ou por qualquer outro ator individual. É bastante conhecida a passagem de Marx segundo a qual os homens não fazem sua própria história em total conformidade com sua consciência e vontade: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997:21). Trata-se de um conjunto complexo de ações e reações recíprocas, que resultam num resultado histórico não previsto ou planejado pelos atores em disputa. A própria conformação real que assumem os diferentes projetos políticos em disputa não é a simples implantação de um modelo teórico. Nem o liberalismo se consolidou dessa forma¹⁶⁹. Lutas entre as frações de classe, disputas, tensões com o Estado e resistência com demais classes subalternas e projetos ideopolíticos são sobredeterminações desse processo. A hegemonia não é algo dado ou conquistado, é a construção, em disputa e permeada por antagonismos, de um processo histórico.

Diante do exposto, conclui-se que a tese de que a agenda social do empresariado e do investimento social privado enquanto pretensos agentes de transformação social, por serem impulsionados por uma suposta lógica mais participativa e de cunho mais democrática da sociedade civil, é imprecisa e advém da ideologia da globalização e dos interesses do capital organizado.

A implementação neoliberal no Brasil se configurou por meio de reformas de desmonte das políticas governamentais (não apenas as medidas econômicas) anteriores, desmantelando o protecionismo desenvolvimentista e a rede de direitos sociais herdada de períodos de lutas sociais. Ou seja, políticas de desregulamentação, privatização, abertura do mercado (especialmente ao capital internacional) e desmonte de direitos conquistados. Tais políticas, somadas as especificidades conjunturais da realidade brasileira, implicou uma mudança no padrão de intervenção do Estado, “mas não necessariamente – ao contrário do que se poderia apressadamente pensar – a retração radical de toda espécie de atividade estatal ou a redução drástica do volume global do gasto público” (SAES, 2001:82).

¹⁶⁹ As primeiras formulações teóricas do neoliberalismo advém da década de 1940, quando sua implantação, com arranjos em relação à teoria e diferenciações locais, ocorre somente a partir da década de 1970, incorporando-se às necessidades históricas. O livro de Hayek, *O caminho da servidão*, forte crítica ao estado interventor, é de 1944. Em 1947, na Suíça, inaugurou-se a associação internacional Mont Pèlerin Society, na qual se estabeleceu as bases teóricas do neoliberalismo. A primeira experiência política neoliberal se deu no Chile, na década de 1970, assumindo maiores proporções na Inglaterra de Margareth Thatcher. Ver a caracterização de Anderson (1995).

Os anos 1990 formam marcados pela crescente divisão da burguesia brasileira em associações corporativas distintas e com objetivos variados. Conforme demonstramos, expandiram-se organizações empresariais e do “terceiro setor” no campo da RSE. Expandiu, também, a chamada “nova burguesia de serviços”, que, heterogênea, se expande com a exploração de serviços sociais tradicionalmente oferecidos pelo Estado (como as empresas nos ramos de saúde privada, ensino privado e previdência privada). A passagem do período FHC² para Lula¹, segundo as análises de Boito Jr (2006; 2007), configuram uma nova etapa assumida pelo neoliberalismo no país. Durante o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula (1999 a 2006) se configurou uma maior moderação dos conflitos internos à burguesia (o que equivale a dizer que houve uma maior unidade de classe, e não homogeneidade), apesar da tensão constitutiva e competitividade interna à própria classe¹⁷⁰.

Com a impressão de termos explorado suficientemente o tema dentro dos limites a que nos propomos, cabe retomarmos aspectos fundamentais acerca do neoliberalismo no Brasil e sua dinâmica de classes, com interesse especial para a lógica de intervenção social burguesa.

Boito Jr. (2006) destaca alguns desdobramentos da implantação do modelo neoliberal no Brasil: a) desmontagem do protecionismo do período desenvolvimentista, com redução da rede de direitos sociais herdada do populismo; b) abertura comercial e financeira, com processo de privatizações, desregulamentação social do mercado e redução de direitos sociais; c) influência ideológica com aspectos políticos, em decorrência do ajuste fiscal e da ideologia de “Estado mínimo”.

Com a expansão das empresas transnacionais, os anos 1990 e 2000 se caracterizam, dentre tantos aspectos estruturantes, além do conflito de classes (capital e trabalho assalariado), pela disputa de diferentes frações do capital. O período que abrange as duas últimas décadas parece se tratar de um novo recorte de configuração do capitalismo no país. Nesses termos, o mundo empresarial, apesar da incorporação e difusão de padrões organizacionais e produtivos inovadores, participação de fundos de investimento e financeirização do capital, está fundamentalmente dependente da exploração, penalização e intensificação da força de trabalho. Uma investigação do mundo empresarial a partir da ótica de sua intervenção social e do mundo

¹⁷⁰ Vide como exemplo a relativa diminuição do poder econômicos e da influência política da burguesia industrial interna.

do trabalho pode clarear o fato de que a dominação do capital necessita e requer a precarização da força de trabalho. Trata-se do que Linhart (2007) chamou de “desmedida do capital”.

Não obstante, identifica-se uma unidade a despeito da diversidade (conflitos corporativos) dos interesses burgueses. Os principais traços de tal unidade, conforme revelamos, pode ser identificado na agenda social do grande empresariado, que encontrou nas *corporações orgânicas do capital* um ponto de apoio e direção. Contudo a burguesia não é um todo homogêneo sem fissuras e unificado, como sugerem interpretações apressadas, como Miglioli (1996; 2006). Segundo as análises de Boito Jr. (2006) cada setor da burguesia manifesta relações múltiplas e contraditórias com os diferentes aspectos da política neoliberal. Contudo, o presente estudo procurou oferecer a contribuição de que o empresariado (a despeito da fração do capital de que representa) parece se unificar em torno de uma agenda social orientada por *corporações* como o GIFE e a Comunitas. O fortalecimento dos modernos valores empresariais, na tentativa de construção hegemônica na sociedade, reforçam a “necessária” contribuição das empresas nos problemas sociais. O modelo econômico não é identificado como causa dos problemas sociais, o que permite a estabilidade dos padrões de acumulação e dominação burguesa, ao mesmo tempo em que permite a intervenção burguesa na questão social como solução dos problemas sociais.

Portanto, na seção a seguir, procuraremos desmistificar as principais orientações ideológicas em torno da RSE.

3.5: Orientações ideológicas da RSE: o mito da Solidariedade, da Participação e do Voluntariado

Uma vez que no início deste capítulo acompanhamos as contradições da RSE canalizadas nos mecanismos de exploração do trabalho e degradação ambiental, muitas vezes realizada inclusive de modo ilegal, tivemos a oportunidade de desmistificar a orientação patronal segundo a qual a terceirização é uma prática inevitável no âmbito da modernização da reengenharia empresarial. Examinamos o fenômeno da terceirização à luz da precarização do trabalho social, bem como delineamos alguns apontamentos acerca da burguesia e de seu poder corporativo global (que no caso brasileiro, conforme vimos, revela-se subalterno). Nessa parte do trabalho, o decurso analítico empreendido sugere uma visão crítica acerca das orientações ideológicas do mundo empresarial (e do “terceiro setor”) que permeiam a RSE, sobretudo no que se refere à solidariedade, participação e voluntariado.

Inicialmente vamos indicar a maneira que compreendemos cada um desses termos no atual ordenamento do capital. Um olhar superficial pode sugerir que a RSE é realizada como se os empresários estivessem “fora da relação social de produção capitalista”, como indica Frigotto (1995). No âmbito empresarial, entendemos a solidariedade como uma prática infundada na ordem do capital. Não se trata de solidariedade com o mundo ou com o enfrentamento dos problemas sociais. Na verdade, a “solidariedade”, apesar de ser compreendida limitadamente como prática de caridade e ajuda, deve ser entendida enquanto princípio de associação por meio do qual a rede de parcerias do empresariado e do “terceiro setor” se associam no investimento social, na intervenção social e na forma de relacionamento com as políticas governamentais. Solidariedade social é definida enquanto um mecanismo de integração social das corporações empresariais e seus gestores se inserirem na agenda social da burguesia “socialmente orientada”. Ou seja, as empresas são solidárias, em termos corporativos, em formular uma agenda social e em comandar a força de trabalho “livre” sob os ditames do capital. Trata-se das formas de coesão interna a rede associativa da RSE. Essa iniciativa do capital é centrada em mecanismos de integração de engajamento “solidário” às redes associativas de investimento social, ao mesmo tempo em que cumpre função de controle sobre as formas de intervenção social que devem estar alinhadas com o “espírito capitalista”.

Por “participação” leia-se os mecanismos “participativos” e “colaboracionistas” oriundos das técnicas de organização do trabalho da era da acumulação flexível, as quais visam ao engajamento subjetivo cooptado pelo “espírito de empresa”. João Bernardo conta que a *Fortune* de 2 de junho de 1980 já atentava para a tática empresarial de que “um dos ‘segredos’ dos japoneses consiste no fato de os gestores ouvirem os operários e lhes aceitarem as opiniões (...) quanto ao modo de melhorar as taxas de produção e de qualidade” (BERNARDO, 2004:90). As corporações mobilizam, assim, métodos de incorporação das idéias dos trabalhadores, de equipes de trabalho, reuniões de avaliação e conversação com sindicatos (sindicatos de empresa) para resolução de conflitos¹⁷¹, persuadindo os trabalhadores de que eles são o fator decisivo para o êxito da empresa. Como informou o brasileiro Carlos Ghoson, presidente da Nissan,:

¹⁷¹ “No sistema toyotista os chefes de empresa podem recorrer à ajuda de sindicatos para estimular e agrupar os trabalhadores. Por exemplo, depois de derrotada a grande onda de greves ocorrida no Japão durante os primeiros anos da década de 1950, a administração da Toyota criou um sindicato de empresa, inteiramente subordinado aos seus objetivos, que lhe permitiu prosseguir a repressão dos operários mais combativos e ao mesmo tempo recuperar em benefício próprio alguns temas da luta” (BERNARDO, 2004:98).

Os operários japoneses (...) essas pessoas que realmente fazem a economia são de uma lealdade impressionante à empresa. (...) A força no Japão, sem nenhuma dúvida, é na base japonesa, é essa força organizacional, é essa motivação, é essa lealdade. Não é o patrão de um lado e o empregado de outro lado. Todo mundo junto em torno da empresa, e especialmente quando a empresa se encontra em dificuldade¹⁷².

Distintamente do discurso empresarial segundo o qual as modalidades de “participação” no ambiente de trabalho contemplam os interesses daqueles que vivem do trabalho ou que configurariam maior tendência a democratização das empresas, trata-se de uma nova demanda do capital no regime de acumulação flexível. Assim, os dispositivos organizacionais da reestruturação produtiva recente procuram a “captura” da subjetividade do trabalho (polivalente) indispensável para o funcionamento e sustentação da grande empresa capitalista.

No campo da RSE, muito se enfatiza o “protagonismo” local da comunidade. No intuito de formatar o perfil juvenil polivalente, funcional e pró-ativo segundo os interesses da empresa, um influente site de RSE destaca: “o protagonismo juvenil, pode-se assim dizer, é o empreendedorismo social jovem. É a ação criativa e construtiva na sua comunidade ou sociedade; implica uma postura pró-ativa frente a problemas sociais; um posicionamento mais enérgico e em busca de resultados”¹⁷³.

O incentivo a “participação” constitui uma dualidade pedagógica: integração e controle dos operários.

O capital precisa do envolvimento do trabalhador nas tarefas da produção em equipe ou nos jogos de palpites para aprimorar os procedimentos da produção. A organização toyotista do trabalho capitalista possui maior densidade manipulatória do que a organização fordista-taylorista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual-afetiva que é mobilizada para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, por exemplo, no plano sindical, as estratégias neocorporativas de cariz propositivo) (ALVES, 2007:185-6).

Ao contrario do que se supõem, as políticas de “participação” do trabalhador no interior da empresa reforçam o controle do processo de trabalho nas mãos da administração gerencial¹⁷⁴. Como sugere Thompson, “precisamente porque o capital tem que continuamente revolucionar a

¹⁷² Folha de S. Paulo, 6/1/2002 p; B6 (apud ANTUNES 2004:49-50).

¹⁷³ “Estratégias empreendedoras de participação e atuação social do jovem” (20/06/2003), disponível em www.responsabilidadesocial.com

¹⁷⁴ Novaes (2007; 2011) contrapõe, por exemplo, à concepção de participação das empresas capitalistas a participação para os adeptos da autogestão.

produção e dentro dela o papel do trabalho, ele não pode confiar apenas no controle e na coerção. Em algum nível, a cooperação dos trabalhadores, seus poderes criativos e produtivos, e seu consentimento precisam ser utilizados” (THOMPSON, 1983:101). Trata-se da combinação entre controle, consenso e negociação.

Justamente por isso, a vigilância se estende aos próprios trabalhadores e equipes ou células de trabalho. Essa pretensa “horizontalização” do comando hierárquico no interior das equipes de trabalho leva ao que Marx já denominava como a tendência do trabalhador se converter num “déspota de si mesmo”, como lembra Ricardo Antunes.

Um fato que acirra ainda mais esta autoexploração é que a avaliação patronal dos trabalhadores sobre esse método não se faz por critérios individuais (sobre cada funcionário), mas através da avaliação da equipe como um todo, de modo que a manifestação de qualquer desinteresse, fadiga ou revolta por parte de um dos seus membros é imediatamente constatada como ameaça ao restante do grupo, que passará (por força de circunstâncias como a estabilidade no próprio emprego) a coagi-lo, pessoalmente, em nome da empresa. (PINTO, 2007:68)

Nesse sentido, certa vez, em nome da empresa, vimos um “companheiro de equipe” coagir um colega que manifestava seu descontentamento e estresse motivado pelo trabalho: “você está imprimindo estresse no grupo”, o que gerou sua demissão¹⁷⁵.

Também o voluntariado constitui uma modalidade de trabalho não remunerado extremamente funcional para as corporações empresariais. Os trabalhadores voluntários, além de não sindicalizados e sem quaisquer direitos sociais, são mais flexíveis no âmbito interno à empresa ou nas ações externas (por exemplo, em programas sociais) das empresas de perfil mais “comunitário” e que incorporam com mais frequência essa modalidade de trabalho. De acordo com Antunes (2005:79), no “terceiro setor”, em geral, as formas de trabalho voluntário “abarcam um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado”. O autor entende que o trabalho voluntário incorporado ao “terceiro setor” constitui, “entretanto, uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista” (ibidem). E, prossegue o autor, o trabalho voluntário, que incorpora de modo precário desempregados, pode até ser orientado para a “realização de atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao

175 Conforme apuramos em entrevista com uma assistente social (entrevista concedida em out.2011).

sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados” (ibidem).

Aliás, o apelo ao “voluntariado” oculta a funcionalidade dessa modalidade de trabalho no interior das empresas ou nas ações de RSE, uma vez que a expropriação do tempo livre pode ser compreendida como um movimento de engajamento cooptado do trabalhador, na captura de sua subjetividade, mediante a intensificação da colaboração do trabalhador com a empresa, como demonstra Cunha (2007), além de servir como estratégia moderna de envolvimento e “subsunção do trabalho vivo”, nos termos de Marx. Atualmente o voluntariado, muitas vezes é caracterizado por um trabalho compulsório¹⁷⁶, diga-se de passagem, precisa ser um “colaborador” da empresa moderna, enxuta e flexível. Assim, o recrutamento do trabalho voluntário do “terceiro setor” corresponde à estratégia e interesses de classe. Apesar da dificuldade de se contabilizar, sabe-se que só no Brasil, substitui milhões de trabalhadores assalariados (Antunes 2005)¹⁷⁷.

Segundo o FIDES, instituto de consultoria e facilitação em voluntariado, 53% do trabalho voluntário no país é exercido por mulheres (53%). Também se destacam voluntários com alto nível de escolaridade (23% têm pós-graduação e 20% possuem título de graduação), sendo que 31% tem entre 18 e 34 anos¹⁷⁸. De acordo com a pesquisa IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) de 2004¹⁷⁹, realizada com 108 das 500 maiores empresas (destacas pelo Guia Melhores e Maiores da Revista Exame), 67% das corporações incentivam o trabalho voluntário fora do expediente, e 52% permitem que essa atividade seja realizada durante horário de trabalho.

É preciso distinguir o trabalho voluntário realizado dentro da empresa (muitas vezes realizado por jovens que almejam ingressar no quadro de funcionários efetivos) e o trabalho voluntário em programas sociais do tipo “terceiro setor”. Também é preciso distinguir a atividade voluntária (aqui sim solidária) daqueles que individualmente ou em nome de um pequeno coletivo prestam serviços assistenciais ou recreativos a quem necessita (população pobre,

176 Além de substituir força de trabalho contratada, o “voluntário” tende a se tornar algo compulsório na ação do trabalhador, principalmente jovens e desempregados, para aceitação na empresa ou valorização do primeiro emprego (é o que indica entrevista que realizamos com algumas profissionais do quadro de recursos humanos, responsáveis pela análise de *curriculum vitae* e contratação de funcionários das empresas).

177 Virginia Fontes reforça esse dado, lembrando “o crescimento do voluntariado, que atingiria em 2000 a cifra de 19,7 milhões de pessoas”, “configurando um exército de trabalhadores” (FONTES, 2010:292). Os dados são confirmados pela pesquisa BRASIL (2003).

178 Segundo o FIDES, os dados são Portal do Voluntário.

179 Resultados da Pesquisa IDIS de Investimento Social Comunitário 2004.

moradores em situação de rua, doentes em estado terminal, crianças carentes, idosos sem assistência, portadores de necessidades especiais etc.), isto é, para alguma causa de interesse social ou comunitário. Esta última modalidade, também denominada por ativismo, pode se distinguir, ainda, da prática de militância.

Os apelos ideológicos à ética, participação e solidariedade não alteram em nada os mecanismos fundamentais da exploração do trabalho nas unidades empresariais capitalistas. No próprio reconhecimento de um empresário: “não tenho ilusões. A lógica empresarial é o lucro e não a solidariedade. Mas de repente há a percepção que lucro depende de posturas mais éticas e solidárias. Esta é uma conquista da sociedade civil, e as empresas estão tendo que se adaptar” (apud PAOLI, 2002:393).

Diante desse enfoque, Soares (2004), com base em Dejours (2000) e Faria e Meneghetti (2001) menciona que a ética no capitalismo é conflitante com a lógica da solidariedade, pois o capitalismo institui ideologias pseudo-éticas que pautam as regras de condutas de acordo com os interesses de reprodução do capital. A autora revela ainda que as ações sociais oriundas dos interesses privados propõem solucionar problemas que, na realidade, são contradições próprias ao sistema do capital, ou seja, tais ações no máximo acabam minimizando efeitos, não combatendo suas causas reais, uma vez que isto comprometeria a base de sustentação do capital. Portanto, é possível afirmar que na conjuntura em que se processam as práticas de RSE as noções de “cidadania” e de “solidariedade” são deslocadas para o âmbito da racionalidade instrumental (empresarial), sob a lógica dos princípios gerenciais.

Nas páginas precedentes, procurou-se desmontar a imagem falsificada do real que constitui o ideário e a pragmática do mito da “empresa moderna”, de produção “fluída e enxuta”, típica da organização flexível. A busca por resultados rápidos, pressão e ansiedade, instabilidade do emprego, polivalência e versatilidade acarreta competição acirrada entre colegas e equipes de trabalho, cujos laços de afetividade, solidariedade de classe e companheirismo corporativo são substituídos pelos valores do mercado. Desmistificando o mito de democratização das empresas, Sennett identifica:

numa organização flexível, o poder fica concentrado no centro; a unidade central de processamento da instituição estabelece as tarefas, avalia os resultados, promove a expansão ou o encolhimento da empresa. (...) Para obter resultados rápidos e flexíveis, os grupos de trabalho precisam de certa medida de autonomia. De fato, a empresa tentará motivar a autonomia através dos mercados internos; o centro estabelece os termos da competição entre as equipes

no estabelecimento de um código de computação, no levantamento de fundos ou na cocepção de um produto, e quatro ou cinco equipes passam a competir nessa direção. (...) O sistema geral alto nível de estresse e ansiedade entre os trabalhadores (...). Os mercados internos também mantêm altos os níveis de ansiedade, pois a delimitação entre concorrentes e colegas já não é tão clara (SENNETT, 2011:52-3).

O fato é que não há espaço para a solidariedade de classe¹⁸⁰ no ambiente da organização flexível. Ao focalizarmos a flexibilização e incorporação de um novo sistema de organização empresarial do trabalho, procurou-se desmistificar que os gestores do capital argumentam que as empresas se solidarizam com o trabalhador, o qual não mais é identificado como empregado, vendedor de força de trabalho, mas “colaborar”, “parceiro” e “associado”. Vale lembrar que a lógica do capital não se restringe ao ambiente empresarial, pois se trata de um sistema de controle do metabolismo social que perpassa por todas as esferas da vida social. “Enfim, o discurso das empresas torna-se não apenas um discurso para o local de trabalho, mas um discurso para a vida. É o princípio das inovações sócio-metabólicas” (ALVES, 2007:206).

A ideia de solidariedade infundada na ordem do capital aqui sustentada requer que compreendamos a busca pela Qualidade Total¹⁸¹, a subjetividade engajada, a intensificação do trabalho e a instabilidade como marcas do “novo capitalismo” (SENNETT 2003). Baseia-se numa produção destrutiva (vide a questão ambiental) e geradora do descartável e do supérfluo, típico da lógica expansionista do capital.

Trata-se, portanto, de uma sustentabilidade numa ordem excludente. Em junho de 2012 a cidade do Rio de Janeiro irá sediar a Rio+20, que procurará “renovar o compromisso político rumo ao desenvolvimento sustentável”, de acordo com a ONU. Num plano concreto e realista, não temos nenhum motivo para depositar alguma esperança de “humanização” das relações capitalistas de produção a partir de tal evento.

¹⁸⁰ Solidariedade de classe, identidade de classe e consciência de classe são termos assemelhados, mas distintos. A consciência de classe, por exemplo, não é uma questão meramente do plano da consciência individual e das intenções, isto é, não se limita a dimensão psicológica do fenômeno da consciência; manifesta-se na luta política, no enfrentamento cotidiano, coletivamente, no terreno concreto das mediações. A consciência de classe se desenvolve dentro de um quadro complexo de relações sociais, num fluxo de mediações que constituem o ser social, podendo se manifestar, num primeiro momento, no movimento da particularidade rumo à expressão do grupo, para vir se configurar como classe (caráter de universalidade), como define Iasi (2006).

¹⁸¹ “... na presente fase de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, a falácia da qualidade torna-se evidente: quanto mais ‘qualidade total’ os produtos alegam ter, menor é o seu tempo útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital (...) os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. (...) Desperdício, superfluidade e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes” (ANTUNES, 2005:44).

O “novo espírito do capitalismo triunfante”, como denomina Zizek (2011), se propõe, retoricamente, um projeto igualitário, anti-hierárquico e participativo, usurpando slogans e bandeiras de lutas sociais de setores combativos da esquerda de outrora. Trata-se, naturalmente, de uma construção ideológica. As recentes mudanças operadas no mundo dos negócios e no meio empresarial, como as denominadas por RSE (recorrentemente reduzidas a termos como investimento social privado, sustentabilidade, cidadania empresarial ou corporativa etc.), devem ser compreendidas em sua totalidade dinâmica e contraditória.

Por fim, cabe um último apontamento pertinente ao presente item. Trata-se do necessário confronto da solidariedade de classe com a solidariedade do capital, ou seja, diante do exposto, é preciso se confrontar a solidariedade do “terceiro setor” (e do capital) com a solidariedade de classe dos trabalhadores. As organizações do “terceiro setor”, a exemplo das ONGs e dos institutos empresariais aqui analisados, são hierárquicas, apesar da retórica “de base” ou de democrática. Em geral, o diretor tem controle total dos projetos, além de dispor da decisão de contratar e demitir. A direção delega quem da coordenação viaja e a representa internacionalmente. Nenhuma decisão é realizada em assembléia. Os patrocinadores e financiadores (por exemplo, as empresas) exercem forte pressão nos resultados dos projetos, mediante “contrapartida” ao financiamento, prevista nos contratos. Na maioria dos casos, “sequer são organizações compostas de sócios mas uma elite auto-indicada que, pretendendo ser ‘pessoas de recursos’ para os movimentos populares, de fato compete com eles e os mina” (PETRAS e VELTMAYER 2000:185).

A despeito do planejamento, monitoramento e avaliação de alguns programas do terceiro setor, “Os projetos são ideados com base em diretrizes e prioridades dos centros imperiais e suas instituições. Então são ‘vendidos’ às comunidades. As avaliações são feitas por e para as instituições imperiais” (ibidem).

Ora visto como expansão democrática e realização da esfera de um novo espaço público (CARDOSO, 1999) ora como alternativa ao desemprego (RIFKIN, 1995), é preciso também se visualizar o alinhamento do ideário do “terceiro setor” com os interesses em consonância com a lógica de reprodução do capital. Em certa medida, efetivamente, boa parte das ações socialmente orientadas do empresariado mais engajado podem até melhorar as condições de vida de comunidades pobres, crianças carentes, idosos, portadores de necessidades especiais, algumas famílias ou trabalhadores. Pode contribuir para a preservação de determinadas áreas florestais,

pode ainda contribuir com geração de renda e estimular práticas de empreendedorismo e cooperativismo (orientadas ao mercado), monitorar e sistematizar seus projetos sociais, promover ensino profissionalizante e alfabetização, desenvolver gincanas ou incorporar um cardápio nutritivo para seus funcionários, doar equipamentos de informação para regiões periféricas e escolas, recorrer a mecanismos mais “participativos” para enfrentamentos criativos de decisões em seus negócios, publicar o balanço social com as informações internas de sua unidade empresarial, primar pela ética na relação com seus parceiros e investidores, financiar projetos culturais e a produção artística, contribuir com programas sociais ou investir na saúde preventiva, inclusão digital ou educação ambiental. Contudo, as corporações capitalistas e os grupos empresariais, ou mesmo as empresas mais sérias e menos predatórias dos recursos da natureza e atentas para os direitos sociais, operam pela lógica do capital. Segundo a visão empresarial, o sucesso da RSE atribui-se a qualidade ética e comprometimento de seus gestores (MURARO e LIMA, 2003). É o próprio gestor Oded Grajew, sob a batuta do Instituto ETHOS que reconhece uma das dimensões a que veio a RSE: “o futuro está em nossas mãos. Enquanto não formos socialmente responsáveis, não vamos enriquecer”.

A partir de uma visão crítica ao tema da RSE, Toitio (2011) e Cunha (2007) procuraram analisar programas específicos de RSE, no intuito de desvelar o conteúdo ideológico de tais programas. Toitio investiga as ações de educação profissional desenvolvidos pela Fundação Bradesco, orientado para a formação psico-física e técnica do trabalhador. Cunha (2007) desenvolve uma importante reflexão acerca do tema do voluntariado no programa de RSE do Consórcio de Alumínio do Maranhão, compreendendo-o enquanto uma estratégia de expropriação do tempo livre do trabalhador em um envolvimento cooptado do trabalhador ao capital “solidário”. Também Simionatto e Pfeifer (2006), em importante ensaio crítico sobre RSE, analisam 14 balanços sociais (apesar desse elemento empírico não ser evidenciado diretamente em nenhum momento do texto) de empresas de grande porte e que atuam no Estado de Santa Catarina, concluindo que a RSE é uma estratégia de formação de consensos, ainda que por meio de uma abordagem um tanto geral e abstrata, chegando ao deslize e imprecisão de denominar “classe empresarial”¹⁸², apontando, ainda, que a “burguesia industrial financeira” exerce hegemonia no campo da RSE, fato questionável empiricamente, conforme demonstramos.

¹⁸² A mesma imprecisão conceitual é recorrente na obra de Cesar (2008), que apesar disso, se trata de uma das análises, em formato de livro, mais críticas no campo da RSE (as outras reflexões de conteúdo mais crítico são teses ou artigos acadêmicos). Ver nota 52.

O artigo das autoras também recai num excesso de projeção do neoliberalismo no campo da RSE, sobrevalorizando acriticamente a “cidadania política” ou a “cidadania social” conferida pelo Estado a partir das pressões dos movimentos sociais. Nessa acepção, o problema se resumiria ao “estágio” assumido pelo capitalismo no Brasil, o que inviabilizaria o projeto ético-político do profissional do serviço social, debate a que as autoras se propõem.

3.6: Construção de hegemonia e a “Cidadania do Capital” em questão

Até o presente momento, as páginas precedentes procuraram evidenciar como as corporações empresariais não podem ser “*socialmente responsáveis*” visto a totalidade das relações que as permeiam, pois estão condicionadas pelo modo de inserção nas relações sociais, principalmente no âmbito da produção e da intensificação e exploração da força de trabalho, se valendo de novas modalidades de estranhamento (MARX [1844] 2009; RANIERI 2007; ANTUNES 2008; ROSSO 2008) - sob o predomínio do sistema de organização toyotista do trabalho, mas combinado com elementos tayloristas e fordistas (ALVES 2007; BERNARDO 2004). Assim, entendemos que as frações e setores da burguesia não podem objetivamente promover qualquer *responsabilidade social* no sentido dos interesses dos trabalhadores, ainda que bem intencionados filantropicamente. Trata-se de uma classe que, num plano relacional (tanto os proprietários quanto os gestores capitalistas), necessariamente vive da exploração (quando não da superexploração) do trabalho.

Nesse sentido, são pertinentes as perguntas: mas a RSE deve ser extinta? Ela interessa ao conjunto dos trabalhadores? Em que medida as campanhas sociais em favor da cidadania revelam-se limitadas? Para conduzir a caminhos eficazes a fim de enfrentar tais pertinentes inquietações, recorreremos aos limites da política e à crítica dos direitos liberais presente em Marx, bem como à crítica da cidadania contemporânea e da garantia de direitos enquanto fins a serem perseguidos por ações sociais. Para tanto, em virtude do pouco espaço que temos para desenvolver o tema, será necessário, enquanto recurso expositivo, um breve desvio do fio condutor de nosso objeto, a RSE, para que o cerquemos em uma de seus condicionamentos mais amplos, a ideia de cidadania.

Atualmente a cidadania parece ter se tornado, ao lado dos direitos humanos, um valor universal da humanidade¹⁸³. Como afirma Décio Saes (2000):

Dentre os temas que, na atual conjuntura intelectual, mobilizam os espíritos sobressaem-se o da globalização e o da cidadania. E ambos os temas funcionam, no atual processo ideológico - cada um à sua moda -, como “mitos”; isto é, como idéias dotadas de um tal impacto emocional que chegam ao ponto de provocar a paralisia do pensamento.

A liberdade, quando não associada aos limites do mercado, da propriedade privada e da livre iniciativa, reduz-se ao “frágil esqueleto do direito democrático do voto”, como nos lembra Mészáros (2007), a despeito da crescente desigualdade social construída ao longo do século XX. Tal contraste Rousseau (1978) já evidenciara, no século XVIII, ao afirmar categoricamente que “a liberdade não pode existir sem a igualdade”. Ao estabelecer uma diferenciação fundamental entre “emancipação política” e “emancipação humana”, Marx oferece uma contribuição decisiva a esse debate, desmistificando a ideia de “direitos inalienáveis”, “direitos naturais ou inatos”, apregoados pelos liberais. Marx afirma:

A ideia dos direitos humanos (...) não é inerente ao homem, sendo antes, conquistada na luta contra as tradições históricas em que o homem vem sendo educado até agora (...) o prêmio da luta contra o caráter fortuito do nascimento e contra os privilégios que a história legou de geração em geração até o presente momento (Marx, 2010a:46)

Os direitos associados à cidadania constituem uma criação histórica – não uma categoria universal de validade pretensamente atemporal. Demonstrando a historicidade dos direitos, Marx procede afirmando que “ninguém deve iludir-se quanto aos limites da emancipação política”. Em *A questão judaica* (MARX, 2010a) e *Glossas críticas* (MARX, 2010c), o autor fornece um quadro rico e articulado da contraditoriedade íntima da sociedade civil-burguesa nos limites do capitalismo, bem como as insuficientes soluções ao pauperismo oferecidas pela política burguesa¹⁸⁴. Quais as afinidades entre direitos humanos e direitos liberais? Segundo os liberais,

183 Contudo, no centro dessa intervenção, é necessária uma análise crítica da política em geral, e da cidadania, em particular. Na obra de Marx há uma crítica contundente aos direitos do homem (associada a sua crítica à política) e uma necessidade de revolução social, de tal modo que o autor sugere que a construção da liberdade humana deve ser compreendida para além dos limites da política, sobretudo em *A Questão Judaica* [1843] e *Glossas Críticas* marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano [1844].

184 “Além disso, o ‘prussiano’ atribui à condição *apolítica* da Alemanha o fato de o rei da Prússia identificar a razão do pauperismo numa falha de administração e de beneficência e, em consequência, valer-se de medidas administrativas e beneficentes como meio para sanar o pauperismo. (...) Foi assim que surgiu o regime das *workhouses*, isto é, dos asilos de pobres, cuja organização interna dissuade os miseráveis de buscar nelas refúgio para não morrerem de fome. Nas *workhouses*, a beneficência está engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o miserável que apela à sua beneficência” (MARX, 2010c: 32-4). O referido texto prossegue

os “direitos naturais”, inalienáveis e imprescritíveis são: igualdade, liberdade, segurança e propriedade. O primeiro termo pressupõe a liberdade de propriedade privada (particular, independente do restante da sociedade). Trata-se do “direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo”. Assim, “a aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. Faz com que homem veja no outro homem não a sua realização, mas a restrição de sua liberdade” (MARX 2010). Remete a ênfase no individualismo. O direito a igualdade restringe-se à igualdade de direitos individuais (igualdade jurídica), necessários a instauração da sociedade burguesa. O direito à segurança, conceito supremo da sociedade burguesa, refere-se à garantia a cada um dos membros da sociedade a conservação individual (a vida), os direitos liberais e a proteção à propriedade.

Marx lembra que os direitos relativos à emancipação política foram necessários para a instauração da ordem burguesa e de uma sociedade civil compactuante com os imperativos da burguesia enquanto classe dominante, apesar de que esta ainda fosse uma classe em ascensão, antes do advento das revoluções liberais.

Tradicionalmente a sociedade civil é compreendida como a esfera cujos problemas, demandas e conflitos devem ser resolvidos pelo Estado, pela mediação ou pelo monopólio legítimo da coerção. Desde os contratualistas, o Estado surge enquanto justificativa e legitimação política, seja da ordem liberal ou absolutista. É bastante conhecido o modo pelo qual Thomas Hobbes justifica o estado absolutista como a instituição de poder soberano (absoluto) e indivisível, compreendendo a origem do Estado a partir do contrato social, no qual a comunidade renuncia seu “estado de natureza” caracterizado pela generalização da instabilidade e insegurança, em garantia da conservação da ordem e defesa de todos (paz e segurança) pelo Estado¹⁸⁵, visto como “homem artificial”.

Também se encontra em John Locke o esforço em legitimar o Estado como garantidor da proteção (segurança) à propriedade privada, à liberdade e à vida, enquanto “direitos naturais”. No constructo lockeano, a fonte do poder político legítimo está no consentimento dos cidadãos.

mencionando que o Estado “está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor” (idem, p.39).

185 “E contra essa desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaça-lo”. (Hobbes, 1988:74)

Nota-se a construção do individualismo liberal e do controle do governo pela sociedade, a partir da não violação do contrato social. Locke opera, portanto, por meio da crítica a legitimidade do governo absoluto, uma vez que o governo civil deve provir do consentimento dos homens¹⁸⁶. Ora, seja pelo pacto de submissão (hobbesiano) ou de consentimento (lockeano), o Estado é detentor de um poder político legítimo, ainda que, no caso de Locke, tenha que cumprir os procedimentos legais oriundos da teoria contratualista (proteger os “direitos naturais”), restando à sociedade o “direito a resistência contra o Estado tirânico” quando rompido o pacto liberal.

Distintamente dos liberais, Marx submete a categoria sociedade civil à historicidade, que no capitalismo, vincula-se à sociedade burguesa. É mister retomar o que José Paulo Netto, em nota da nova edição do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado por Engels em 1845, observa sobre o termo *bürgerliche Gesellschaft*: “Marx e Engels utilizaram a expressão tanto para denotar a sociedade burguesa como para indicar o que Hegel, na esteira dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendeu como sociedade civil, ou seja, a sociedade tomada em suas relações puramente econômico-civis e, portanto, distinta do Estado, condensação das relações políticas”. Portanto, sociedade civil coincide com sociedade burguesa¹⁸⁷. Trata-se, conforme Marx, do “palco da história” e da expressão do conflito de classes. Contudo, foge aos objetivos do presente texto uma investigação mais apurada acerca do conceito de sociedade civil em Marx, posto que isso nos afastaria demasiado do nosso objeto. O que é decisivo para este trabalho diz respeito a sua contundente crítica à cidadania, que na conjuntura da RSE, se restringe à vaga noção de cidadania empresarial. Ainda assim, cabe nos referenciarmos na reflexão crítica de Marx a fim de que realizemos esse empreendimento.

A cidadania emerge como simples meio para preservação dos direitos humanos da sociedade burguesa. A emancipação política, aos moldes da democracia liberal, transformou a particularidade burguesa em situação universal ao dissolver a sociedade antiga (os resquícios feudais e o antigo regime). Assim:

Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que se

186 “É evidente que a monarquia absoluta, que alguns consideram o único governo no mundo, é, de fato, incompatível com a sociedade civil (...) porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza (...)”. (Locke apud Mello, 2003:96).

187 “Jamais será suficientemente sublinhado que devemos o uso de ‘sociedade civil’ no significado de esferas das relações sociais distintas da esfera das relações políticas a escritores alemães (em particular a Hegel e Marx), escritores que escrevem numa língua onde *bürgerliche Gesellschaft* significa ao mesmo tempo sociedade civil e sociedade burguesa”. (BOBBIO, 1987:34).

associe e misture com a sociedade em liberdade, se identifique com ela e seja sentida e reconhecida como representante geral da referida sociedade (MARX, 2005:154).

A burguesia impôs seu mundo, suas instituições e sua lógica de produção, integrando-se internacionalmente. Construiu “um mundo a sua imagem e semelhança”, destruindo as formas anteriores de produção e sociedade, “desempenhando um papel eminentemente revolucionário” (MARX e ENGELS 2010).

Contudo, após demonstrar o caráter “universal” da burguesia, quando de seu período revolucionário¹⁸⁸, Marx (2010) também desvela os limites das liberdades liberais. “A derrubada do jugo político foi” em relação ao antigo regime, “ao mesmo tempo, a derrubada dos entraves que limitavam o espírito egoísta da sociedade civil-burguesa”. Por isso o homem “não foi libertado da religião: recebeu liberdade religiosa. Não foi libertado da propriedade: recebeu liberdade de ser proprietário”. A derrubada do poder social da nobreza e das corporações transferiu poder político à burguesia em ascensão, até tornar-se classe dominante. Ao refletir sobre o significado da base da cidadania burguesa, Engels afirma: “do mesmo modo em que se instaurou na sociedade como classe dominante, proclama-se agora como dominante no terreno político” (ENGELS, 1966:154).

O fato objetivo é que a emancipação política liberal-burguesa transformou a particularidade burguesa em situação universal ao dissolver a sociedade antiga (trata-se de uma revolução política). É apenas um progresso no interior “do atual ordenamento do mundo”. É imprescindível compreender aqui as contradições internas da sociedade burguesa e sua emancipação política. A cidadania e a democracia liberal encontram-se reduzidas ao Estado político da realização do materialismo da sociedade civil-burguesa, incapaz de realizar a emancipação humana. Esta, apenas

estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem estiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010:54)

¹⁸⁸ A despeito do que, erroneamente, apregoa o senso comum (bem como as projeções hegelianas ao autor, da identificação de uma suposta teleologia do aspecto “intrinsecamente revolucionário” do proletariado), Marx ressaltou em mais de uma obra o caráter revolucionário da burguesia. Como observa Dias (2011:131), “é importante ressaltar que o conceito de revolucionário nada tem de meta-histórico e sequer é positivo por definição”. Trata-se de uma análise eminentemente histórica.

De tal modo que a emancipação política, nos termos de Marx, distintamente da emancipação humana, é uma fase limitada e transitória do processo de construção da liberdade humana.

A contradição entre a cidadania, a exploração do trabalho, o controle e a propriedade privada dos meios de produção apenas pode ser examinada pelo terreno da prática social onde tem origem essa contradição. Os ideais abstratos (como a solução da questão social apresentada pela burguesia) apenas revelam a lógica do sistema metabólico do capital em que permeia as soluções pífias encontradas pela burguesia para a questão social.

Portanto, a noção de cidadania não é universal, antes disso variou historicamente, perpassando por distintos significados. Desde *status* de pertencimento a comunidade¹⁸⁹ à conquista de proteção social básica, passando pelos direitos individuais básicos. Uma vez que apresentamos a crítica da cidadania enquanto emancipação política burguesa, orientemo-nos a uma breve reflexão crítica da cidadania do capital.

É bastante conhecida a clássica divisão operada por Marshall (1967) para definir os direitos que compõem a noção moderna de cidadania, a saber, o elemento civil, político e social. Cada elemento constitutivo da cidadania corresponderia a um estágio distinto do desenvolvimento da sociedade moderna. A cidadania, propulsora da igualdade, se contrapor-se-ia à desigualdade da classe social. Ainda que limitada ao modelo inglês, trata-se de uma visão um tanto estreita das conquistas sociais¹⁹⁰, consistindo numa espécie de contraponto a luta de classes. A burguesia européia, na verdade, teve que arranjar o Estado para que se concedesse, sobretudo após a II Guerra, os novos elementos que passaram a compor a “cidadania social”, típica do séc.XX, num momento em que se requeria a intervenção do Estado (Welfare State do tipo burguês), ainda que dentro dos limites do ordenamento capitalista e do mercado.

O Estado de bem estar social, em cuja base está a noção de cidadania social, foi, portanto, resposta que muitos países encontraram para administrar a tensão entre estas duas lógicas, a do social e a do mercado. (...) um equilíbrio que fosse capaz de proteger a sociedade dos efeitos destruidores do mercado e, ao mesmo tempo,

¹⁸⁹ A cidadania política moderna é herdeira da concepção grega associada ao modelo republicano de democracia antiga.

¹⁹⁰ Conforme aponta Bryan S. Turner, em *Contemporary Problems in the Theory of Citizenship*, citado por Silva (2008), a visão de Marshall “é uma mera descrição histórica da evolução dos direitos sociais na Inglaterra”, que faz pouca referência ao papel das classes e dos movimentos sociais na luta para promover os direitos da cidadania. Ou seja, é um ‘modelo evolucionário que sugere uma transição pacífica ou gradual em direção à cidadania, mas que não dá conta da ambigüidade no caráter da cidadania’ (SILVA, 2008:61-2).

de conter o ímpeto socializante das reivindicações dos trabalhadores (SILVA 2008).

Trata-se de uma espécie de adaptação da cidadania burguesa clássica a nova conjuntura do pós-guerra, com concessão de direitos sociais para que se estabilizar os regimes políticos. Assim, a cidadania obedece a uma determinação nacional, variando conforme as especificidades dos países, a fim de que diminua as desigualdades. Embora não tenhamos espaço para maiores problematizações, vale indicar que, distintamente da visão evolucionista (e funcionalista) da tipologia de Marshall, o caso brasileiro, por exemplo, é bastante distinto (CARVALHO 2001; WELMOWICKI 2004; TELLES, 2001).

Ou seja, a luta pela cidadania se converte no enfrentamento da desigualdade social mediante o acesso a direitos e a busca por reconhecimento pelo Estado. Conforme aponta Welmowicki (2004:33):

a distribuição dos recursos e das riquezas, orientada segundo o critério da cidadania social universalmente reconhecida, exigiria contrariar os movimentos individuais do capital e, portanto, forte intervenção estatal planejada; teria fatalmente que invadir a seara do lucro privada, o que os empresários e os banqueiros não estão dispostos a admitir. (...) Ou seja, a universalização dos direitos sociais estendidos até a erradicação da miséria exigiria política econômica radical que afetaria os interesses privados capitalistas.

O uso polimorfo do conceito de cidadania se converte no abandono da política de classe (WELMOWICKI 2004). No contexto neoliberal, em que a cidadania parece se restringir aos limites do mercado, a validade da crítica a cidadania se torna vital. Reivindica-se, inclusive o termo “cidadania empresarial”, com, inclusive, a atuação de um Instituto de Cidadania Empresarial no Brasil que se esforça em essa compreensão no meio empresarial. Em nossa compreensão, a despeito do que o empresariado e as teorias do “terceiro setor” rezam nesse sentido, o propósito das reformas neoliberais em que se situa essa concepção restrita de cidadania (GRACIOLLI 2006), é o de “mudar a estruturação do sistema de bem-estar social com a diminuição do papel do Estado e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado” (FALEIROS, 2008:187). A “cidadania empresarial” se reforça num contexto marcado pela ação ofensiva do capital (na área social) posição defensiva do movimento dos trabalhadores (MOTA 2008).

É importante destacarmos que compreendemos por crítica, não a mera refutação ou indicação de aspectos negativos de uma dada realidade que se quer criticar. Análise crítica, na

acepção aqui empregada, diz respeito a um real entendimento da totalidade de determinações que cerca uma dada questão, sua historicidade e os mecanismos de seu funcionamento e desenvolvimento complexo, demonstrando seus limites e oferecendo contribuições a sua superação. “Ser radical é agarrar as coisas pela raiz”, afirma o jovem Marx (2005). Trata-se de um procedimento que opera pela inversão da compreensão ideológica (posto a consciência invertida do mundo¹⁹¹) sobre uma dada realidade concreta, apenas realizável por meio de um estudo crítico. Simultaneamente, a crítica deve apontar para formulações propositivas de intervenção no real. De tal modo que “a crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política”, uma vez que “na luta contra esta situação, a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é uma lanceta anatômica, mas uma arma. O seu alvo é um inimigo que ela procura, não refutar, mas destruir” (MARX, 2005:146-7). É reivindicada por meio da indignação e da renúncia, afirma Marx. A crítica não se restringe ao plano teórico e especulativo (que é fundamental), mas implica “mover-se para uma prática implacável”, ou seja, se dirige a uma atividade prática.

Uma crítica da cidadania do capital não requer, portanto, a rejeição dos direitos associados à cidadania como um todo neste momento da história, mas apresentar as contradições entre tais direitos e a realidade da sociedade capitalista constituída com base na desigualdade e na dominação. Uma luta pelas conquistas sociais da cidadania não está dissociada de uma crítica a cidadania. Dito de outro modo, o reconhecimento dos direitos associados à cidadania é fundamental, porém insuficiente. Apesar da crítica, “O autêntico exercício dos direitos humanos deve estar no horizonte presente das lutas para o socialismo e não a sua negação em si” (MÉSZÁROS 2008). Requer, como lembra o mesmo autor, questionar o direito de propriedade privada sobre todos os outros direitos. Entendemos, dessa forma, que para se combater a desigualdade social, não bastam ações paliativas sobre os efeitos da desigualdade e pobreza, mas um enfrentamento sobre as condições sociais produtoras das formas de desigualdade.

Os direitos de cidadania estão restritos a uma ordem excludente. Devem, antes disso, assumir “uma direção emancipatória positiva” no horizonte da emancipação humana aqui esboçada. Como sugere Mézáros, “O êxito exigirá a constituição de uma cultura de igualdade

¹⁹¹ “O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões”. Ver: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. (MARX 2005:145).

substantiva, com o envolvimento ativo de todos e a consciência da parcela de responsabilidade de cada um implícita na operação de um processo como esse – não conflitual/adverso – de decisão” (MESZÁROS, 2007:191). A construção da liberdade e emancipação humanas deve ser compreendida para além dos estreitos limites da política burguesa, na qual se insere a RSE.

Quem poderá conquistar tais condições sociais à humanidade senão o conjunto da classe trabalhadora livremente associada? Procurou-se demonstrar no presente trabalho que os gestores do capital, e o empresariado em geral, não oferecem nenhuma direção emancipatória positiva para seus trabalhadores. A RSE não contribui para a consciência de condição de classe explorada junto aos setores populares a que se dirige. A cidadania do capital, seja no contexto liberal, social-democrata ou neoliberal, não é um mecanismo transformador da realidade social. Tanto o liberalismo, como o keynesianismo ou o neoliberalismo, apesar de projetos distintos, representam e perseguem os mesmos objetivos de classe: a ampliação da acumulação capitalista. Sendo assim, conforme as páginas precedentes, a intervenção social do empresariado, por meio da RSE, não constitui alternativa para os constrangimentos sociais enfrentados pelos trabalhadores. Como lembra a longa passagem de João Bernardo:

Precisamos traçar com rigor a linha que divide os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas, e esta é uma tarefa tanto mais difícil quando não se trata de uma demarcação regular e estável, mas, pelo contrário, de uma linha sinuosa e oscilante, reconstruída em cada momento. Os apelos ao coração e à ética só confundem onde seria necessário esclarecer. A administração de uma empresa pode, evidentemente, patrocinar a arte e as boas causas, aplicar os princípios da nutrição racional no refeitório dos trabalhadores, por exemplo, e dirigir recursos humanistas aos seus assalariados, assim como pode não praticar a corrupção e não recorrer a fraudes. Mas este uso dos sentimentos e este procedimento ético em nada alteram os mecanismos fundamentais da exploração (BERNARDO, 2000:8).

Assim, estendendo a linha sinuosa e oscilante entre os interesses sociais e os interesses patronais, e para que perdue seu poder social enquanto classe, “o burguês deve provar que não busca senão a harmonia da produção social e que não se preocupa senão com a organização da sociedade”¹⁹². E no contexto do capitalismo contemporâneo, a “preocupação social” com a organização da sociedade “sustentável” se revela no campo da RSE. Por isso que a burguesia deve colocar-se na perspectiva do universal. Para tanto, o GIFE e a Comunitas organizam a agenda social do empresariado com a preocupação de um discurso que contemple

¹⁹² MARX, Karl. Critique de l’Économie nationale (apud DIAS, 2011:125).

ideologicamente o universal. Produz-se um discurso único com a pretensão de ser plural no campo da intervenção social. Destarte, “a ordem burguesa não pode contemplar senão marginalmente as necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, privilegiar a sua acumulação e seu poder político. Esse campo de contradições é determinante nas suas opções político-ideológicas” (DIAS, 2011:291, nota 237).

Conforme abordamos, a compreensão da cidadania implica correlação de forças e reflete um projeto dominante, é redefinida e apropriada conforme os interesses em disputa. No caso de seu desenvolvimento a partir da modernidade, sua concepção variou de uma perspectiva liberal, perpassando pelo período de regulação keynesiano até seu desdobramento restritivo e minimalista neoliberal. Além disso, sua conformação variou conforme as especificidades locais, conforme o redesenho das classes e da gestão da política, a exemplo do caso brasileiro. Contudo, em todas essas formas identificadas, a cidadania esteve confinada ao ordenamento do capital, primando por mecanismos de proteção e reconhecimento de direitos pelo Estado capitalista, implicando o compromisso dos cidadãos com a ordem legal vigente (inclusão dos “excluídos”).

O apelo ideológico aos compromissos da cidadania pressupõe que a sociedade é composta por cidadãos, não por classes sociais que compõem indivíduos em condições materiais desiguais. Isto é, a noção de cidadania se opõe à identidade de classe, numa espécie de separação entre as esferas econômica e política, configurando, assim, uma esfera abstrata. Por mais direitos que a cidadania possa garantir em uma sociedade, como nos países capitalistas avançados, supõe a colaboração, negociação e diálogo entre setores sociais e promoção de políticas públicas capitalistas, e não a superação da ordem excludente e as suas intrínsecas determinações do modo de produção, ocultando os conflitos de classe.

3.7: Da miséria ideológica à cidadania do capital.

O subtítulo mais correto para essa parte do trabalho teria de ser: “da decadência ideológica à miséria ideológica, mediada pela cidadania do capital”. Em outras palavras, chamamos atenção para o fato de que a decadência ideológica burguesa produziu ideologias apologéticas capazes de orientar a realidade empresarial (que não se limita ao ambiente dos negócios, por suposto) no bojo de um processo de redução da “cidadania social”, fruto das lutas sociais demarcadas no contexto de redemocratização no Brasil, para sua conversão a “cidadania empresarial”, o que, no limite, configura a miséria ideológica do capital. Ou seja, assim como na

esfera da realidade material da sociedade, no plano ideológico a decadência é uma mediação para a miséria.

As transformações ocorridas no capitalismo brasileiro recente, sobretudo as advindas da reestruturação produtiva do capital, intensificadas a partir da década de 1990¹⁹³, imprimiram profundas transformações no mundo do trabalho, sobretudo no meio empresarial. Assim, vem se redesenhando as relações capital-trabalho e as direções assumidas pelo empresariado no capitalismo contemporâneo.

A Comunitas se propõe a ser protagonista “na articulação e mobilização de líderes empresariais para fomentar o investimento privado em prol da diminuição da desigualdade social brasileira”¹⁹⁴. Contudo, os programas de RSE, quando bem conduzidos, se dirigem de modo restrito a atenção imediata do cotidiano, não às causas estruturais da desigualdade social em suas transversalidades. A RSE assume, assim, o enfeixamento de uma das formas das “representações ilusórias do ‘dever ser’ do capital neoliberal”, como enfatiza Mészáros. Comentando um programa de RSE da Fundação Bradesco, orientado para o “desenvolvimento comunitário e do planeta”, Toitio nota que:

O mero foco no fortalecimento de comunidades – conceito que, dessa maneira utilizado, homogeneiza as diferenças e apaga os conflitos –, por meio do investimento privado, pode constituir aparentemente uma concepção eficaz e inocente de mudança social, mas que esconde processos e determinações que impedem qualquer transformação substantiva da situação da clientela atendida, isto é, as camadas populares. (TOITIO, 2011:134).

Também nesse sentido de “soluções parciais” mobilizadas pelo capital ao enfrentamento da questão social, Mészáros recorre à análise de totalidade para indicar o caráter destrutivo das relações de produção capitalistas, as quais oferecem tais “soluções”, como exemplificamos no campo da RSE:

As soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos, até porque é a primeira vez na história que a dinâmica, e em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico auto-expansivo do sistema expele, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho. Esse é o sentido profundamente perturbador da globalização. (MÉSZÁROS, 2006:32).

¹⁹³ Giovanni Alves (2010) demonstra as formas de reestruturação produtiva no Brasil incorporadas desde os anos 1980, a exemplo do “toyotismo restrito”, mas que apenas viriam a ser intensificadas na década de 1990, num novo complexo de relações.

¹⁹⁴ Site da Comunitas: www.comunitas.org.br

As *corporações orgânicas do capital* recorrem às teorias da “pós-modernidade” para encontrar legitimação da intervenção social do “terceiro setor”, por justamente prescindirem de uma perspectiva de classe (parcerias da “sociedade civil”, ONGs, “novos movimentos sociais”), numa espécie de reatualização da decadência ideológica (LUKÁCS 1968; TOITIO 2011; PINASSI 2009), a partir do contexto de reengenharia empresarial e crise do capital. A RSE e toda terminologia associada a esse conceito empresarial, na realidade, ocultam (não evidenciam no plano da percepção consciente) as contradições da sociedade capitalista e da dominação de classe a que o empresariado, devido ao seu posicionamento nas relações de produção, é uma personificação de determinadas frações, exercendo papel privilegiado no controle do trabalho, de apropriação privada de parcelas da riqueza coletivamente construída, além de influenciar o poder político governamental. Assim, o empresariado e os gestores do capital assumem novas proporções para a reprodução do ciclo do capital.

A ideia de decadência ideológica ganha relevância quando consultamos o discurso empresarial e o do “terceiro setor”, imbricado às teorias acadêmicas “pós-modernas”, os quais dão substrato ideológico à RSE – o que na verdade correspondem aos próprios efeitos ideológicos da estrutura capitalista global em período de crise. As propostas de cidadania empresarial ganham força nesse contexto, sobretudo quando as alternativas classistas que projetam mediações para uma sociedade “para além do capital” se vêm obstaculizadas e cercadas por todos os lados. Conforme identificamos, o apelo a “participação” de organizações da sociedade civil, supostamente marcada por um contexto de democratização das relações de poder, encontra legitimidade em abstrações especulativas da teoria eurocêntrica que procura descaracterizar a centralidade do trabalho e a determinação das classes sociais. As teses do “terceiro setor” e da RSE dominantes encontram no presente trabalho um evidente questionamento. O apelo do capital às teorias do “terceiro setor” e da RSE configuram o que Mészáros (2007) denominou por expansão do arsenal mistificador da ideologia.

A partir de uma perspectiva crítica a Habermas, o qual supõe a pacificação dos conflitos de classe no capitalismo tardio, como expõe Montañó, “É mister, nestas conclusões, considerar a vida cotidiana na sociedade civil como espaço de interação social, onde rebatem determinantes econômicas, políticas, culturais, ideológicas, e onde se processam determinadas manifestações de lutas sociais” (MONTAÑO, 2010:260). Portanto, para Habermas (1987) e seu legado teórico, bem como seus representantes, a contemporaneidade pacifica os conflitos de classe, restando,

portanto, ao agir comunicativo as possibilidades de emancipação da sociedade. Eis um dos principais limites dessas teses.

Como aponta um lúcido teórico do universo sindical e empresarial:

Numa época em que uma parte muito considerável, se não mesmo a maior parte, daqueles que se situam na esquerda acreditam que já não existem classes sociais e que a luta entre as classes não constitui o motor da história, o renovado exercício de soberania pelas empresas mostra que os gestores capitalistas se comportam conscientemente como uma classe social e que na resposta que têm dado a partir da década de 1980 às lutas dos trabalhadores conseguiram sem qualquer dúvida mudar a história. (...) Uma classe detém a hegemonia quando reforça a sua coesão e desorganiza a classe contrária. Ao reduzirem a classe trabalhadora a uma entidade econômica desprovida de consciência sociológica própria, os administradores e chefes de empresa estão precisamente a afirmar a sua supremacia. (BERNARDO, 2004:15-6).

No âmbito da luta de classes, dinâmica e conflitiva, a RSE representa um novo padrão de acumulação associado ao novo padrão de intervenção social e investimento (investimento não-interno às empresas, na produtividade, mas na elevação da imagem institucional ordenada por um projeto de despolitização da questão social – sobretudo da desigualdade social), de minimização do Estado e preponderância do poder social das corporações capitalistas, cujo projeto político despolitiza a questão social, convertendo-a para a gestão e administração técnica do mercado.

Programas de Qualidade Total e sistemas de *just in time* e *kanban*, associados a mecanismos de participação nos lucros e resultados (formas de remuneração variável), os quais estimulam o engajamento subjetivo dos trabalhadores¹⁹⁵, foram incorporados no processo produtivo no país especialmente no contexto neoliberal, numa fase de enxugamento empresarial e flexibilização. Novas tecnologias de base microeletrônica acompanharam as reestruturações organizacionais, num ideário em que os trabalhadores se tornam “parceiros”, “sócios” e “colaboradores” das empresas.

Além de incorporarem as inovações organizacionais e produtivas oriundas desse processo, nos esforçamos em demonstrar que as corporações capitalistas investem na área social

¹⁹⁵ O *Manual de integração* da Volkswagen pode ser considerado emblemático enquanto expressão desse processo. Intitulado *Coração Valente*, é evidência caricatural da busca pelo aumento de produtividade almejado pelas empresas (ANTUNES 2011). Também enredado pelo discurso de que “a empresa somos nós”, em 2004, “quando a AmBev e a belga Interbrew anunciaram uma aliança operacional, os administradores da AmBev, no dia da transação, enviaram uma mensagem pelo telão para os funcionários, convencendo-os de que aquela transação não era a desnacionalização ou a venda da companhia, e sim uma fusão para que ela se tornasse a primeira ‘multinacional verde-e-amarela’ e a maior cervejaria do mundo em volume de produção. Chamavam os funcionários a ter confiança na transação e a comemorar aquela vitória, já que eles estavam desconfiados e inseguros diante daquela situação” (COSTA, 2010:42-43).

por meio de programas voltados para a comunidade (educação, assistência à pobreza, inclusão social, geração de renda e cidadania etc.), para seus funcionários e para o que denominam por sustentabilidade do planeta, a exemplo da preocupação com o meio ambiente. Acrescido de tais “preocupações sociais”, os modernos gestores se preocupam em gerenciar de modo ético e transparente, portanto responsável, o mundo dos negócios, preocupando-se ainda com seus acionistas, investidores e colaboradores. Para angariar tais investimentos “socialmente responsáveis”, criam-se institutos e fundações empresariais, aparelhados pela assessoria e consultoria especializada de *corporações orgânicas do capital*, as quais organizam e difundem valores, princípios e, sobretudo, técnicas e modelos de lidar com a RSE. Tais organizações correspondem a verdadeiros articuladores do capital, tomando a dianteira nesse empreendimento das “empresas cidadãs”.

Contudo, o que verificamos sugere que a “responsabilidade social” das empresas é uma falácia (na realidade o que se verifica empiricamente são as obrigações legais e as determinações jurídicas acerca da função social da propriedade privada). O que existe é a “responsabilidade social empresarial”, cujas diretrizes são forjadas pelo próprio capital, ou precisando melhor, pelas *corporações orgânicas do capital*, como o GIFE e a Comunitas focalizadas pelo presente estudo.

Para contextualizar a empresa no cenário jurídico nacional, contrapondo a função social da propriedade com a ideia de RSE, a Teoria Geral do Direito Empresarial entende por empresa o ente organizado cuja atividade exerce uma série de atos coordenados com fins econômicos e que visa à produção ou circulação de bens ou serviços. São necessários quatro fatores de produção: capital, trabalho, matéria-prima e tecnologia – além da regulamentação jurídica e da direção do negócio. Assim, Asquini (1996) indica que a empresa deve ser entendida como empresário, como estabelecimento e como instituição. De acordo com Hentz (2000:47), “A definição jurídica de empresa se vale do seu conceito econômico, de forma a se considerar distintas as figuras da empresa, do estabelecimento e do empresário”. Deste modo, a propriedade da empresa deve cumprir sua finalidade econômico-jurídica (COMPARATO 1976). Essa é a sua finalidade, a rentabilidade própria do capitalismo. Deve, assim, produzir lucros e valores hedônios, isto é, “valores utilitaristas, que proporcionam bem-estar, despertam o interesse de consumo, criam-se necessidades além de outros do mesmo jaez” (ZANOTI 2006:17).

A Constituição Federal, bem como toda normatização do mundo capitalista, prevê o direito à propriedade, não sobre a propriedade¹⁹⁶. Conforme a normatização jurídica, a função social da empresa é eminentemente legalista. A RSE, portanto, não pode ser confundida com o que o direito determina por função social. Isso posto, consideremos a diferenciação entre função social da propriedade e a RSE. A responsabilidade social “se inicia justamente a partir desse marco. Ou seja, uma empresa pode ser considerada socialmente responsável quando, além de cumprir rigorosamente todas as obrigações legais junto aos seus stakeholders, proporcionar um plus, um adicional, e oferecer uma cesta variada de benefícios sociais para esse mesmo público, que ultrapassa as fronteiras do direito positivado” (ZANOTI, 2006:99). Portanto, apesar da visão acrítica do autor, fica clara a distinção entre o que o discurso do empresariado compreende por RSE e o que é a função social da empresa nos termos jurídicos.

Conforme prossegue o autor, “Tanto a função social, quanto a responsabilidade social corporativa diferem, portanto, da filantropia empresarial, pois esta se limita a auxílios esparsos, acidentais, descompromissados e voluntários, invariavelmente movida por sentimentos religiosos ou de marketing institucional” (ZANOTI, 2006:99). O fato é que a RSE das empresas brasileiras e seus institutos e fundações não pode ser compreendida apenas no âmbito organizacional ou no plano das intencionalidades e da consciência empresarial socialmente orientada. Também é insuficiente o entendimento dessas ações pela orientação com base na redução dos impostos, nas aplicações sociais obrigatórias ou no retorno financeiro e reputacional das organizações, conforme demonstramos. Tampouco se trata de um suposto contexto participativo e de empoderamento da sociedade civil devido à insuficiência do Estado nos serviços sociais.

Não perdamos de vista que o “investimento social” das corporações capitalistas consiste numa estratégica modalidade de intervenção social por parte da burguesia organizada, com vistas à construção hegemônica, organizando o empresariado em um padrão ideologicamente articulado pelos gestores orgânicos do capital, por meio de suas corporações associativas, ao mesmo tempo em que desarticula qualquer projeto subalterno de transformação social e de enfrentamento classista quanto à “questão social”. Num momento em que a sociedade civil é reduzida à

¹⁹⁶ A defesa liberal ao direito de propriedade refere-se à proteção e segurança da propriedade privada, não o direito sobre a propriedade. Locke, clássico do liberalismo político (individualismo liberal), enfatiza como direitos inalienáveis a vida, a liberdade, a propriedade e a segurança. Em *A questão Judaica*, Marx ([1843]2010) demonstra as afinidades entre os direitos humanos e os direitos liberais (burgueses), ao desmistificar o conteúdo ideológico das normatizações liberais e seu conteúdo burguês de classe.

ideológica esfera do “terceiro setor”, impulsionado pelas pós-reformas neoliberais orientadas para o mercado, o poder social das corporações empresariais se revela decisivo.

A despeito do que impera na produção sobre a RSE, a perspectiva de nosso trabalho traz consigo uma visão pouco otimista. Assiste-se hoje ao curso de uma tentativa organizada de alegar um papel de protagonista transformador da questão social por parte do empresariado. Prevalece, na literatura dominante, a percepção de que a colaboração do setor privado e do “terceiro setor”, aprendido como autônomo e desacoplado dos interesses de classe, contribuem para o fortalecimento da sociedade civil e para a participação democrática. Não obstante, o que verificamos aponta justamente para o contrário. O mercado se assenta no acirramento da competição intercapitalista que generaliza a forma mercadoria e o rebaixamento das condições sociais de trabalho. A RSE consiste mais numa prática de ação hegemônica contra-participativa (PAOLI 2002).

Apesar da ambigüidade do tema, a indagação objetiva sobre as determinações gerais da intervenção social do empresariado, enquadrando-a num contexto de reestruturação produtiva, reengenharia empresarial e ascensão das políticas neoliberais, permitiu-nos o questionamento do seu conceito mais central: a RSE.

O termo cidadania empresarial vem sendo progressivamente incorporado à RSE (MARTINELLI 1997), fruto de “bom trabalho” de disseminação e orientação especializada das *corporações orgânicas do capital* junto as suas parceiras e a sociedade em geral. Evidência disso pode ser verificada nos eventos recentes promovidos pela Comunitas e pelo GIFE. Na acepção dessas organizações, o conceito de “cidadania empresarial” precisa ser desenvolvido num aspecto amplo, “incorporando a performance social corporativa e tendo como pano de fundo o desenvolvimento sustentável. Já o conceito de responsabilidade social corporativa requer, para sua construção teórica e aplicação prática, a sua incorporação à orientação estratégica da empresa refletida em desafios éticos para as diferentes dimensões do negócio” (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).

Segundo Rohden (1996) a cidadania empresarial diz respeito à percepção de coresponsabilidade da empresa pelos problemas da sociedade, contribuindo para melhorar a vida das pessoas. O termo cidadania empresarial não é restrito ao meio empresarial; vem sendo, inclusive, amplamente disseminado pela mídia e no linguajar de renomados políticos: “Em 1996, o Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, promoveu uma conferência reunindo

empresários, líderes trabalhistas e estudantes para discutir, disseminar e incentivar práticas de cidadania empresarial” (ibidem). No Brasil, o prêmio ECO (Empresa e Comunidade), promovido pela Câmara Americana de Comércio é uma forma de incentivar o empresariado a investir na chamada “cidadania empresarial”.

As ações em RSE limitam-se, em geral, a reprodução de um discurso prescrito, sobretudo quando levado em consideração o balanço social das empresas. A difusão de valores de comportamentos associados à RSE, que apesar da alcunha “solidária” se revelam individualistas e focalistas, conforma significativas mudanças no terreno da participação política dos trabalhadores e suas condições de vidas. Como assinala Harvey (1992), os padrões de comportamento individualistas se traduzem pelo “empreendimentismo” que caracteriza não somente a ação dos negócios, mas “domínios da vida”. De sujeitos partícipes e com potencial coletivo transformador, são levados à condição de cidadãos-clientes assistidos por demandas imediatas, soluções do capital que não corrigem as causas estruturais de suas desigualdades. Assim, a “cidadania empresarial”, procura substituir a “cidadania ampliada” (DAGNINO 2004) oriunda da participação dos movimentos sociais, sindicais e populares, do contexto de redemocratização no Brasil.

O associativismo das redes de solidariedade do capital, fortalecidas por suas *corporações orgânicas*, configuram uma “amplíssima rede de convencimento no âmbito da sociedade civil, convertida em política de Estado” (idem:314).

Ao longo do trabalho desenvolvemos a hipótese de que as *corporações orgânicas do capital* codificam o “bom comportamento” para as empresas, bem como as diretrizes acerca do bom desempenho nos negócios “sustentáveis”, conferindo certificações à “empresa cidadã” que se alinha ao seu programa ideológico. Nossa análise da RSE nos revela que as estratégias empresariais se reuniram numa nova modalidade de intervenção social. Entendemos que a ação social das empresas não é mero investimento social, nem captação de valor agregado por meio do marketing social, tampouco uma tomada de consciência social por parte das classes exploradoras. Trata-se de uma tentativa de construção hegemônica e de visibilidade num mercado de concorrência intercapitalista articulada e difundida pela própria lógica organizacional do capital, cujas *corporações orgânicas* disseminam e organizam as bases ideacionais para ações institucionalizadas no campo da RSE procurando espaço nas políticas governamentais.

Conforme apontou o presente estudo, as ações de RSE transcendem o campo corporativo-econômico e visam influenciar políticas públicas. Portanto, a intervenção empresarial não se propõe, como postula boa parte da teoria crítica, substituir o Estado numa perspectiva neoliberal, mas a atuar em “parceria” e “colaboração” nessa área, fazendo valer seus interesses ideológicos. Nas *corporações orgânicas do capital* verificadas, a ação econômica não se sobrepõe à política (aliás, no campo da RSE não há disjuntiva entre as duas esferas), ainda que muitas empresas tenham a RSE como exclusivamente uma estratégia econômica (intencionalidade claramente identificável em discursos empresariais).

Entretanto, as alianças corporativas estratégicas no campo da RSE não ocorrem em relação a mercados, investimentos ou capitais. As unidades empresariais parceiras e colaboradoras das corporações orgânicas do capital, aqui analisadas, se integram em relação ao padrão de intervenção social representado pelo investimento na RSE ditado por essas corporações. No plano do mercado, as empresas competem entre si. Assim, as grandes corporações capitalistas atuam num plano de interrelações. Se cooperam no campo da RSE, concorrem no plano corporativo e econômico. É importante lembrar, ainda: as transformações organizacionais recentes não se destinam apenas aos processos de trabalho, ao ambiente tecnológico, ao âmbito da produção ou ao próprio estatuto de propriedade da empresa. Interferem diretamente na forma de intervir na questão social. Trata-se de uma batalha ideológica, portanto política. Essa é a contribuição da presente pesquisa.

CONCLUSÃO

Esforçamo-nos, no decorrer da nossa exposição, em compreender a atual prática de intervenção social do empresariado, sob a roupagem de RSE, enquanto modalidade constitutiva do arranjo de classes pós-reestruturação produtiva e reformas do Estado orientadas para o mercado. Conforme entendemos (hipótese a qual procuramos inferir ao longo de nosso trabalho), o poder social das empresas se revela ainda mais imponente no contexto neoliberal do que em qualquer período precedente (BERNARDO 2004; LINHART 2007). As formas de gestão atual visam, sobretudo: a) ao controle e exploração do trabalho (no ambiente interno da empresa), que a RSE procura velar; b) à expansão do seu poder social do interior das empresas para a sociedade em geral, empreendimento em que se destacam as *corporações orgânicas do capital*; c) assumir relativa autonomia na pressão do mercado capitalista (privado) sobre o Estado burguês – contexto de expansão da lógica do “terceiro setor”. Poder político, direção ideológica e exploração econômica parecem constituir o tripé sobre o qual as corporações empresariais procuram afirmar entre si, numa incessante concorrência e disputa intercapitalista, o primado do sistema do capital sobre o conjunto dos trabalhadores.

Dado o aprisionamento à lógica financeira das corporações capitalistas e à conjuntura especulativa e dos acionistas ligados ao capital especulativo, as empresas foram forçadas a se envolverem crescentemente com os negócios de que não faziam parte de suas atividades originais, dado a reengenharia do planejamento empresarial e a gestão por critérios financeiros (CHESNAIS 1996; SERFATI 1998; PLIHON 2005; COSTA 2008), incluindo os grupos predominantemente industriais. No caso brasileiro, as corporações tiveram igualmente que gerir seus negócios orientados com a RSE¹⁹⁷, movimento que, conforme demonstramos, vem crescendo progressivamente na última década.

Ao procurarmos investigar as contradições dessas ações sociais do capital durante os últimos anos, sugere-se que o título aqui cunhado por “Cidadania do capital” consiste num esforço em desconstruir a idéia de “cidadania empresarial” - apregoada pelo discurso de *management* -, ou mesmo a cidadania liberal, como produtora da igualdade.

Para oferecer uma contribuição introdutória ao tema da RSE no Brasil, procurou-se, no decurso do presente trabalho, oferecer ao leitor uma leitura crítica sobre a intervenção social das

197 Embora a gestão da RSE não seja um aprisionamento ao qual as corporações capitalistas estejam dependentes, como a lógica financeira, trata-se de um alinhamento estratégico por parte dos gestores empresariais.

empresas, mediante a construção do argumento a partir dos defensores de uma visão adversa dos resultados a que chegamos, ou seja, a opinião (representação simbólica) dos empresários, perpassando pelos dados existentes, pela literatura disponível, até nos restringirmos às condições de trabalho reais e o ideário dominante no interior das corporações capitalistas. A explosão recente do tema da RSE advém de um conjunto de mudanças no capitalismo contemporâneo, cujo entendimento a sociologia do trabalho pode contribuir. Num primeiro momento, identificamos a RSE como um fenômeno global e fator de competitividade intercapitalista. O fato é que nenhuma grande corporação empresarial pode se furtar a essa dinâmica de investimento social. A associação da RSE à marca das empresas revela que o investimento em RSE, a partir de discursos genéricos, induz à percepção segundo a qual melhores serviços são oferecidos à sociedade e ao mundo (ética, meio ambiente, direitos humanos, sustentabilidade e comunidades) pelas “empresas cidadãs”. Procuramos, ainda, demonstrar a existência de uma “rede de solidariedade” em que há coordenação entre as corporações e afinidades ideológicas alinhadas ao discurso de determinadas *corporações orgânicas do capital*, que constituem aglomerações do grande empresariado. Trata-se de uma rede de empresas integradas à RSE, cujas diretrizes são arquitetadas por centros hegemônicos corporativos. Por fim, trata-se de uma intervenção de novo tipo na questão social, despolitizando-a e reorganizando inclusive o seu tratamento por setores populares influenciados pelo “terceiro setor”.

Contudo, as práticas das “empresas cidadãs” estão atreladas a sua capacidade competitiva de explorar a força de trabalho global para extração de maiores taxas de mais-valia, ao mesmo tempo em que expressa uma modalidade nova (com traços arcaicos) de intervenção na questão social, desarticulando as alternativas classistas para o enfrentamento da desigualdade social e de demais problemas oriundos da produção destrutiva da sociedade produtora de mercadorias, sobretudo quaisquer práticas autônomas oriundas dos trabalhadores associados. Basta contrastarmos com os recentes exemplos de práticas autoritárias da burguesia diante das chamadas “fábricas recuperadas” (NOVAES e FARIA 2011) e geridas pelos próprios trabalhadores¹⁹⁸, no Brasil e na América Latina.

Cumpramos afastar as ilusões de que a autogestão operária esteja no horizonte da RSE, a partir do que denominam por incentivo ao cooperativismo. No limite, o que se observa em alguns

198 Há um interessante documentário sobre a intervenção da polícia-exército, via Governo Federal, em 2007, em benefício patronal, após 5 anos de ocupação da Cipla e Interfibra pelos trabalhadores. Ver: “Intervenção na Cipla: fábricas ocupadas, o governo Lula e os capitalistas”.

programas financiados pela RSE são formas empreendedoras voltadas para o mercado, especialmente no ambiente externo à empresa (comunidades). Em recente *Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2011*, fomentador de “práticas de tecnologia social para superar a pobreza”, destacaram-se redes de produção agroecológica e solidária, projetos de jovens empreendedores, turismo comunitário, modelos de acesso ao crédito do terceiro setor, produção de horta comunitária, geração de renda para mulheres, dentre outros similares¹⁹⁹ e dependentes da lógica do mercado.

Procurou-se abordar as formas de organização da dominação burguesa no que se refere ao trato da questão social, em particular seu investimento social na forma de RSE. Conforme pudemos ver, a rede de organização burguesa no campo social é complexa e bem articulada, orientada por *corporações orgânicas do capital*, a Comunitas e o GIFE. Se inicialmente sua forma de intervenção social, verificada historicamente, esteve atrelada às corporações da produção industrial, empenhadas no preparo de uma sociabilidade adequada ao capital, atualmente pode-se dizer que se expandiu para todos os setores da economia, a exemplo do setor de serviços e das instituições financeiras – vide o crescimento de institutos e fundações empresariais dos bancos privados nacionais e transnacionais no país. Apenas na Comunitas, mais de 30% das associadas consistem em grupos empresariais exclusivamente bancários e financeiros, sem contar que uma boa parte dentre as restantes atuam também imbricadas com a esfera financeira²⁰⁰.

“A sensação que fica é que o sistema financeiro é fundamental, mas tem que estar conectado as necessidade da sociedade”, afirma Fábio Barbosa, presidente do Grupo Abril, ex-presidente do ABN Amro Real, do Santander e da FEBRABAN, também conhecido por

199 “Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2011”, Suplemento especial do LeMonde Diplomatique Brasil, ano 5, n.54, janeiro de 2012.

200 Cabe lembrar que o capital financeiro não elimina as outras frações do capital, mas requer seu imbricamento. Destacando a crescente associação entre o capital bancário e o industrial (o que dá origem ao capital financeiro no contexto do imperialismo), Hilferding e Lenin analisam o capital imperialista: “Chamo de capital financeiro o capital bancário, isto é, o capital em forma monetária que se transformou em capital industrial (...) Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. (...) Este capital bancário, capital sob a forma de dinheiro, que por este processo se transforma de fato em capital industrial, é o que chamo ‘capital financeiro’” (HILFERDING 1985). Ou ainda, “Sobre a estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta talvez mais evidente do que em qualquer outra, o novo papel dos bancos (...) o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco. (...) Simultaneamente, se desenvolve a “união pessoal” dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse de coes, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa” (LENIN 1984).

“banqueiro verde”. Principal gestor do Itaú, Roberto Setubal também assegura: “O papel de um banco é acompanhar de forma dinâmica as mudanças do mundo (...). Estamos dispostos a nos reinventar e nos adaptar às necessidades dos nossos clientes todos os dias”. “Entendo que esse novo mundo que precisamos construir requer uma sociedade ativa e articulada, de empresas inovadoras e comprometidas”²⁰¹ destaca Guilherme Leal, fundador e copresidente do Conselho de Administração da Natura - candidatou-se a vice-presidência da República em 2010 pelo PV. Porém, procurou-se deixar claro que a forma de intervenção social recente tem se canalizado nos investimentos de RSE, diferentemente do que ocorrera até os anos 1980.

O debate centrado na RSE surge como manifestação de sua expressão fenomênica, sob a aparência de uma tomada de consciência do empresariado e um ativismo transformador da realidade social. Contudo, a RSE é expressão da expansão da forma assumida pelo capitalismo e pelas relações de classe na atualidade (lembrando que a mercadoria é uma forma, segundo Marx, não simplesmente um produto) em seu pleno processo histórico de esgotamento sociometabólico. Se tem procedência a linha investigativa que estamos explorando, trata-se de um processo gerado (novo, mas que atualiza as formas tradicionais de intervenção social) e promovido pelas novas dinâmicas e contradições do capital.

Para perdurar sua lógica de dominação para além da produção, a agenda social do empresariado deve se impor ao conjunto da sociedade, inclusive conformando as políticas governamentais na área social, cujo discurso pretende-se universal. As *corporações orgânicas do capital* contribuem nesse aparelhamento ideológico, ou seja, a burguesia deve colocar-se na perspectiva universal, apresentando-se como protagonista socialmente orientado, mas produtor de uma concepção única de mundo baseada em princípios éticos de solidariedade e sustentabilidade – trata-se do protagonismo ou ativismo social empresarial. Tal discurso legitima e qualifica a intervenção social do empresariado, por meio de seus institutos e fundações, desqualificando e subordinando os demais discursos não alinhados à agenda social do empresariado e tidos como ultrapassados, militantes ou ineficientes. Lembrando o fio condutor que orientou a presente pesquisa, Gramsci:

Hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça

201 As entrevistas dos empresários Fábio Barbosa, Roberto Setubal e Guilherme Leal foram concedidas à Carta Capital nov.dez/2011.

sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política, também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1988:33).

No intuito de intervir no entendimento da questão social junto aos setores organizados dos trabalhadores (visando cooptá-los e desarticulá-los), como os movimentos sociais, a Fíbria, recente fusão entre Aracruz e Votorantim, anunciou um projeto de investimento social em assentamento junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)²⁰², conforme divulgação em evento de parceria do Valor com a Câmara Americana de Comércio (Amcham). Segundo a empresa, busca-se o “lucro admirável”, uma espécie de reconhecimento social das ações empresariais. A mesma Aracruz fora alvo de protestos e ocupações de terra pela Via Campesina e pelo MST acerca da monocultura de eucalipto, modelo de degradação ambiental²⁰³.

É justamente esse sacrifício econômico-corporativo das frações de classe que permitem a unidade (não confundir com homogeneidade) burguesa em torno da intervenção social na agenda do empresariado brasileiro, expressa muitas vezes sob a denominação de RSE.

A reengenharia empresarial e organizacional encampada a partir da reestruturação produtiva é, na verdade, expressão da “desmedida do capital”²⁰⁴, de onde advém as propostas de RSE. Portanto, é preciso lembrar a tríplice dimensão do complexo da reestruturação produtiva (ALVES 2007): inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas. Trata-se de um complexo de dominação do capital sobre o trabalho. Para sua maior compreensão, o foco se orientou, assim, às novas transformações e múltiplos sentidos do trabalho na contemporaneidade, dentro das quais as transformações tecnológicas e as inovações organizacionais, como a RSE, se inserem.

²⁰² “O parceiro nessa empreitada é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o mesmo que há três anos destruiu o centro de melhoramento genético da Aracruz em Guaíba (RS)”, revela o site Índice de Sustentabilidade Empresarial da FGV (05/12/2011).

²⁰³ “Na época, a Aracruz Celulose era uma das maiores produtoras de pasta de celulose do mundo. Em 2006, no Rio Grande do Sul, a multinacional possuía 300 mil hectares de terra para plantar eucalipto, planta da qual se extrai a celulose. A intenção da empresa na época era chegar em 2015 com 1 milhão de hectares de terra plantadas no estado. Mais de 95% da celulose é para exportação. (...) Além de denunciar o êxodo rural provocado pela expansão das áreas de plantio da monocultura do eucalipto, a expulsão de pequenos agricultores de áreas próximas em função da escassez de água e também as péssimas condições dos trabalhadores que são contratados sem direitos trabalhistas pelas empresas do setor, a ação teve forte repercussão dentro dos movimentos sociais, da esquerda em geral e na sociedade”, conforme a matéria *Protesto de mulheres em Aracruz completa cinco anos* (04/03/2011), disponível em www.mst.org.br.

²⁰⁴ Trata-se de uma feliz expressão de Linhardt (2007), na linha do que Antunes (2005), destacando outros aspectos morfológicos e ontológicos da sociedade capitalista, já denominava por “desmedida empresarial”.

Um último reparo nessas notas de conclusão. Lembrando José Carlos Mariátegui “voltarei a estes temas tantas vezes quanto o indicar o curso da minha investigação e da minha polêmica. Talvez exista em cada um destes ensaios o esquema, a intenção de um livro autônomo. Nenhum deles está acabado e não o estará enquanto eu viver e pensar e tiver algo a acrescentar ao que escrevi, vivi e pensei. (...) Novamente repito que não sou um crítico imparcial (...). Meus juízos se nutrem de meus ideais, de meus sentimentos, de minhas paixões”. Quisemos, sobretudo, realizar um empreendimento crítico no campo da intervenção social burguesa. De fato, as conclusões a que chegamos não nos permitem modificar a formulação de Marx segundo a qual a ideologia da classe dominante prevalece como a ideologia dominante. Partimos do entendimento, verificado por meio de análise, que o mundo empresarial compreende, numa mesma perspectiva, o mundo do trabalho²⁰⁵. Não sabemos se a quimera da RSE e do “terceiro setor” foi desvendada, apesar dos esforços empenhados, mas esperamos que seu espectro não ronde o universo proletário com a mesma força de antes. De fato, os ventos da RSE sopram mais forte do que imaginamos²⁰⁶.

²⁰⁵ Não é gratuito o fato de que o empresariado em geral e os eventos organizados pelas elites empresariais, bem como a literatura dominante sobre o tema, operem uma disjuntiva entre universo do trabalho (custos de produção) e universo empresarial (gestão dos negócios).

²⁰⁶ Devemos essa última oração da frase à oportuna observação do Prof.Dr. Henrique T. Novaes, quando do exame de qualificação da presente dissertação de mestrado.

BIBLIOGRAFIA:

- ABILIO, Ludmila Costhek. **O make up do trabalho : uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos**. Tese de doutorado (ciências sociais), Unicamp, 2011.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ªed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 2ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2010.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, Érica T. Vieira de. **Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”**. Serviço Social & Sociedade. Ano25,n.80, nov. 2004.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Balanco do governo Lula: os programas da área social**. Revista Digital Domtotal.com. 26/05/2011. (acessado em dez.2011)
- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER e GENTILI (orgs.). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13ªed, São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Um pensamento insubmisso**. In: FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, 4ªed. São Paulo: Global, 2009.
- _____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. **A revolução que nos espera: limites da estratégia das ONGs e das promessas do terceiro setor**. Revista Marxismo Revolucionário Atual, 2009. Disponível em: <http://www.mra.org.br>. (2009).
- _____. **Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.
- ASHLEY, Patrícia Almeida; COUTINHO, Renata B. G; TOMEI, Patrícia A. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa**. ENANPD (Área: Organizações), 2000.
- ASHLEY, Patricia Almeida (org). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

- ASQUINI, Alberto. **Perfis da empresa**. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, vol.35, n.104, São Paulo:RT, out./dez 1996.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. **Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social**. *Sociedade e Cultura*. Goiânia. v.9, n.1, jan/jun 2006.
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.
- BERNARDO, João. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- _____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção. A trajetória do pensamento Nacional das Bases Empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. **Crise, política e economia no pensamento gramsciano**. Novos Rumos, n.36, 2002.
- _____. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLECHER, N; MARTINS, J.R. **O império das marcas: como alavancar o maior patrimônio da economia global**. São Paulo: Negócio Editora, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BOITO JR. Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Revista Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- _____. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. En publicacion: Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Caetano, Gerardo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.
- BOITO Jr. Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**. OSAL (Buenos Aires: CLACSO), Año 20, n.26, oct. 2009.
- BORGER, F. **Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. Tese de doutoramento. USP/FEA, 2001.
- BORÓN, Atílio. **Império & imperialismo : uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. Buenos Aires, Clacso, 2002.
- BOSCHI, R.R. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCH, R & GAITAN, Flavio. **Capacidades e estratégias de desenvolvimento na Argentina, no Brasil e no Chile**. In: IGLECIAS, Wagner. Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.
- BOTTOMORE, T. B. **As classes na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.
- BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. **Brazil: the Lula government and financial globalization**. Social Forces, Chapel Hill, vo.83, n.4, 2005.

- BRAGA, Ruy. **Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia**. In: Katz; Braga; Coggiola (orgs). *Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. **O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social**. In: Braga, Ruy; Burawoy, Michel (org.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O colapso de uma aliança de classes**. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- _____. **Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo, Editora 34, 1998.
- _____. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURNHAM, James. **The Managerial Revolution: What is Happening in the World**. New York: John Day Co., 1941.
- CARCANHOLO, Reginaldo (org). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira**. In: Furtado, C. (org). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 26(I), 1983.
- _____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1992.
- CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da sociedade civil**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.
- _____. **O Desafio da Responsabilidade: cidadania empresarial no Brasil e nos USA** in: http://www.comunitas.org.br/docs/O_desafio_da_respons.pdf (2004).
- _____. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21**. In: CARDOSO, Ruth (org.) *Sociedade civil, democracia e desenvolvimento: idéias e experiências em debate*. Projeto Nova Visão de Desenvolvimento, São Paulo: Editora Marca D'água Comunitas, 2006.
- CARROL, A. C. **Corporate social responsibility**. Business and Society, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO, Juan J. **Sociologia del trabajo**. CIS, Madri, 1996.
- CAVALCANTE. Sávio. **A terceirização no setor de telecomunicações: precarização do trabalho e desafios aos sindicatos**. Out. 2011. www.cut.org.br.
- CESAR, Monica de Jesus. **Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2008.

- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (org) **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.
- CLARK, G. L. **Pension fund capitalism**. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- COMPARATO, Fábio Konder. **O poder de controle na sociedade anônima**. Rio de Janeiro: RT, 1976.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar al revés: trabajo y organización em La empresa japonesa**. Siglo XXI, México / Madri, 1992.
- COSTA, Claudia. **Comunicação Empresarial**. In: Comunicação sindical no Brasil: breves resgates e desafios. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.
- COSTA, Edimilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- COSTA, Maria Alice Nunes. **Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial**. Revista Oficina do CES, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política**. In: OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK (orgs.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTROT, Thomas. Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência européia. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.12, 2005).
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.
- CUNHA, Núbia Maria Dias da. **O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial: a expropriação do tempo livre como uma estratégia do envolvimento cooptado do trabalhador**. Dissertação de mestrado (políticas públicas), São Luís – UFMA, 2007.
- DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. In Daniel Mato (coord) **Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira**. s/d.
- DAUMARD, Adeline. **Os burgueses e a burguesia na França**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- _____. **Revolução e História: das Teses ao Manifesto**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.
- DINIZ, Eli. **O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e temor do futuro**. Iuperj – Cadernos de Conjuntura. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. **Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. N. 20. São Paulo, 1992.

- _____. **Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985.** In: SOARES, G.A.D; D'ARAÚJO, M.C. (orgs.). 21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- _____. **A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado.** Dossiê Estado e Política Econômica na América Latina. Revista de Sociologia e Política 14, Curitiba, jun.2000.
- _____. **Empresários e governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006.** V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. O mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre, PUCRS, maio de 2006.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- _____. **Empresários e constituintes: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil.** Cadernos de Conjuntura, n.11. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- _____. **As eleições de 2004 na FIESP: a politização recente das relações empresário-Estado.** Seminário Temático “Instituições, Ideias e Desenvolvimento”, XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS, MG, out.2004.
- DAWBOR, Ladislau. **Gestão do Social e transformação da sociedade.** Disponível em: http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp 1999.
- _____. **Hora de redirecionar os recursos.** Le Monde Diplomatique. Ano 2, n.22, maio 2009.
- _____. **A rede do poder corporativo mundial.** 2011 (Disponível em: www.dowbor.org).
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DRAIBE, Sônia E. **As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pela experiência latino-americanas.** Revista da USP, 1995.
- DREIFUSS, Rene. **O jogo da direita.** Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986).** Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- _____. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- DONADONE, J.C; GRÜN, R. **Participação é necessária! mas como?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16, out. 2001.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais – a construção da cidadania.** Novos Estudos Cebrap.n.4, 1984.
- DURIGUETO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil, Esfera Pública, Terceiro Setor: a dança dos conceitos.** Revista Serviço Social e Sociedade. Vol.1, 2005.
- ELKINGTON, Jonh. **Petroleum in the 21^o century: the triple bottom line: implications for the oil industry.** Oil & Gas, vol.97, n.50, dez. 1999.
- ENGELS, Friedrich. **Princípios del Comunismo.** In: Karl Marx e Friedrich Engels, Escritos econômicos vários, Grijalbo, México, 1966.
- _____. **Esboço de uma crítica da Economia Política.** In: NETTO, José Paulo (org.) Engels: Política. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. **Carta a Joseph Bloch 21-22 setembro de 1890.** In: Obras Escolhidas em três tomos. Tomo III. Lisboa: Editorial Avante, 1982.
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

- EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (eds.) **Bringing the Satate Back** In. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- EVERS, Tilman. **Identidade – a face oculta dos movimentos sociais**. Novos Estudos Cebap, n.4, 1984.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 11ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FARIA, J. H; MENEGHETTI, F.K. **Discursos Organizacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26, Campinas: ENANPAD, 2001.
- FERNANDES NETO, Edgar. **O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira**. In: COSTA; FERNANDES NETO; SOUZA (orgs.) **A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público. O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**, 4ªed. São Paulo: Global, 2009.
- FISCHER, Rosa Maria. **Empreendedorismo social: apontamentos para um debate**. In: Centro Ruth Cardoso (org.). **Políticas sociais: idéias e práticas**. São Paulo: Moderna, 2011.
- FIORI, José Luís. **Sobre o poder global**. Novos estudos CEBRAP, n.73, São Paulo, nov.2005.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRANCO, Augusto de. **A reforma do Estado e o Terceiro Setor**. Paper Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, Brasília, março de 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREEMAN, R. E. **Teorias do público interessado**. In: COOPER; ARGYRIS (Orgs.). **Dicionário enciclopédico de administração** (pp. 1335-1341). (A. Z. Sanvicente, Trad.). São Paulo: Atlas. 2003 (Obra original publicada em 1998).
- FRIEDMAN, Milton. **The social responsibility of business to increase its profits**. New York Times Magazine, 13 set. 1970.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil**. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1965.
- GENOINO, José. **Um projeto socialista ainda em construção**. In: GADOTI, Moacir (org.) **Pra que PT?** São Paulo: Cortez, 1989.
- GENRO, Tarso. **O novo espaço público**. Folha de São Paulo, 9/6/1996.
- _____. **Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania**. São Paulo: Pólis, 1999.
- GENRO, Tarso; GENOÍNO, José. **O controle público do Estado**. Folha de São Paulo, 22/03/1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

- GÓIS, J.B. **Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.78, p.82-110, jul.2004.
- GOMES, José Orlando; MEIRELLES, Luiz Antônio. **Terceirização: notas sobre o estado da arte**. In: Anais do XIV ENEGEP, Paraíba, 1994.
- GOMES, A., & MORETTI, S. L. A. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva. 2007.
- GOMES, Eduardo Rodrigues. **Além do mercado: origens, trajetória e características da responsabilidade social das empresas**. In: GOMES, Angela de Castro. Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil**. 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GOUVEIA, Taciana. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil – acesso a recursos privados**. Rio de Janeiro: ABONG – Associação Brasileira de Ongs, 2010.
- GRACIOLLI, Edilson José. **Responsabilidade social empresarial: “terceiro setor” ou aparelho de hegemonia?** 4º colóquio Marx e Engels. Grupo temático Economia e sociedade no capitalismo contemporâneo. Cemarx Unicam, 2005.
- _____. **Responsabilidade social empresarial: possibilidades, limites e significados**. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: o mundo empresarial e a questão social. PUCRS, Porto Alegre, maio 2006.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **O Risorgimento: notas sobre a história da Itália**. Cadernos do Cárcere, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GROPPO, L.A. **Responsabilidade social e a mercantilização da solidariedade**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, no.91, p.143-62, set. 2007.
- GRÜN, Roberto. **Em busca da nova pequena burguesia brasileira**. Dados, vol. 43, n.2, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- GUIOT, A.P. **Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: PSDB (1988-2002)**. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. **Trabalho e interação**. in: Técnica e Ciência como Ideologia. Lisboa: edições 70, 1968.
- _____. **Theorie de l’agir communicationnel**. Tome 1: Rationalité de l’agir et rationalisation de la société. Tome 2: Pour une critique de la raison fonctionnaliste. Paris, Fayard, 1987.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HENTZ, Luiz Antônio Soares. **Direito Comercial Atual**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2000.

- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Parte III, cap.XI, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1998.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1984.
- _____. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª edi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IGLECIAS, Wagner. **Entre ganhadores e perdedores: o novo terciário brasileiro que emerge no pós-reformas**. in: MANCUSO, Wagner Pralon; LEOPOLDI, M.A. Parahiba; IGLECIAS, Wagner. Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.
- JENSEN, M.C. **Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function**. Business Ethics Quarterly, vol.12, n.2, 2002.
- KAMEYAMA, Nabuco. **Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4, Brasília, UnB/CEAD, 2000.
- KIRSCHINER, Ana Maria; GOMES, Eduardo Rodrigues. **As empresas e as ciências sociais na crise da modernidade**. Revista de Sociologia e Política, vol.16, n.31, nov.2008.
- LALLAU, Benoit. **O Banco Mundial no comando da invasão de terras**. Le Monde Diplomatique Brasil, ano 5, n.50, set. 2011.
- LANDIM, Leilah (org). **Notas em torno do terceiro setor e outra expressões estratégicas**. O Social em Questão, n.4. Enfrentamentos da questão social. Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 1999.
- LEAL, R.M.; NEVES, R.O. **Responsabilidade Social das Empresas no Brasil: um panorama dos investimentos sociais de empresas na comunidade**. BNDES Setorial, n.31, 2010.
- LEITE, Antônio Eleilson. **Responsabilidade social empresarial ou investimento social privado?** In: GOUVEIA, T. Sustentabilidade das ONGs no Brasil – acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: ABONG, 2010.
- LENIN, V. I. **O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Tomo 2, Obras Escolhidas. Lisboa-Moscovo, 1984.
- _____. **Obras escolhidas em seis tomos**. Tomo6. Lisboa-Moscou: Avante!-Progresso, 1989.
- LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LESSA, Ricardo. **Marketing social melhora a imagem e aumenta o lucro**. O futuro da Comunicação. Relatório Gazeta Mercantil, SP, 07/02/2002.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUKÁCS, Geoge. **Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Calor Nelson Coutinho. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- _____. **Marx e o problema da decadência ideológica.** in: COUTINHO, C. N. (org). *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MACHADO FILHO, C.A; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Capital reputacional e responsabilidade social: considerações teóricas.** Caderno de Pesquisas em Administração, vol.11,n 2, abril/jun 2004.
- MACHADO, Graziela Scheffer. **O Serviço social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.102, p.69-88, abr/jun 2010.
- MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** Dados, Rio de Janeiro, vol.47, n.3, 2004.
- _____. **O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa.** Revista Sociologia e Política. Curitiba, n.28, jun.2007.
- MARGOLIS, J.D., WALSH, J.P. **Misery loves companies: rethinking social initiatives by business.** Administrative Science Quarterly, 2003.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O governo Lula e a contra-reforma previdenciária.** São Paulo em Perspectiva, vol.18, n.3, São Paulo, jun/jul. 2004.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINELLI, Antônio Carlos. **Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora.** In: IOSCHPE, Evelyn B. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1997.
- MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A burguesia mundial em questão.** VI Colóquio Marx e Engels, GT5: Relações de Classe no Capitalismo Contemporâneo. Campinas, CEMARX, 2009.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** Col. Os Pensadores, vol. XXXV, São Paulo: Abril, 1974.
- _____. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon.** São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** In: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010(a).
- _____. **Trabalho Assalariado e Capital.** In: Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010(b).
- _____. **Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”.** in: Luta de classes na Alemanha. Tradução Nélcio Scheider. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2010(c).

- _____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATTOS, H.J.G. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional.** São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.
- MELO, F. P., Neto; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro: da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- _____. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- MELO, A.I.S.; ALMEIDA, G.E.S.; MATTOS, U.A.O. **Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social.* 5ªed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais.** Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.
- MENDONÇA, S.R; **Agronomia e poder no Brasil.** Niterói: Vicio de Leitura, 1998.
- MENDONÇA, E. L. de. **A pobreza no Brasil: medidas e sentidos.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- MENEZES, Franciane Cristina de. **O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS.** Revista de Serviço Social & Sociedade, n.103, São Paulo, jul.set. 2010.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.
- MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2006b.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Marxismo e Direitos Humanos.** In: *Filosofia, ideologia e ciência social.* São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- MICHALET, Charles-Albert. **Capitalismo mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MIFANO, G. **A crise mundial de confiança nas empresas: uma questão de Responsabilidade Social.** Disponível: [HTTP://www.ethos.org.br/docs/conceitopraticas/publicacoes/debates/acrisemundial.ppt](http://www.ethos.org.br/docs/conceitopraticas/publicacoes/debates/acrisemundial.ppt) 2002.
- MIGLIOLI, Jorge. **Globalização: uma nova fase do capitalismo?** In: *Crítica Marxista*, n. 3, p. 140-142, 1996.

- _____. **Dominação burguesa nas sociedades modernas.** In: Crítica Marxista, n. 22, 2006.
- MONTAÑO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “Terceiro Setor” em Questão.** Revista Serviço Social & Debate – Espaço Público, cidadania e terceiro setor.n.59, ano XX, março, 1999.
- _____. **Entrevista Contraponto,** 2007. Disponível em: http://www.uerj.br/arq_comuns/Contraponto_2007.1.pdf
- _____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2010.
- MORETTI, S. L. do A.; CAMPANARIO, M. de A. **A produção intelectual brasileira em responsabilidade social empresarial - RSE sob a ótica da bibliometria.** Rev. Adm. Contemp., Curitiba, v. 13, Junho, 2009.
- MORETTI, S.L.A., FIGUEIREDO, J.C. **Análise bibliométrica da produção sobre responsabilidade social das empresas noEnANPAD: evidências de um discurso monológico.** Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, set. 2007.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 5ªedição. São Paulo: Cortez, 2008.
- MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. **Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações.** Revista da FAE, Curitiba, vol.6, n.1,jan/abril 2003.
- NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, Ivo (org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Didadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 14ªed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil.** São Paulo: Cortez, 2004.
- NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NOVAES, Henrique Tahan; FARIA, Maurício Sardá de. **Para onde vão as Fábricas Recuperadas?** In: NOVAES, H.T.(org). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOVAES, H.T; DAGNINO. **A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias.** In: NOVAES, H.T.(org). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OFFE, Claus; BERGER, Johannes. **A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços.** Trabalho & Sociedade, vol.II, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991.
- _____. **Partidos políticos e nuevos movimientos sociales.** Madri: Sistema, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Hegemonia às avessas.** In: BRAGA; RIZEK (orgs.) Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

- OLIVEIRA, A.J.S.N. **O papel da coalizão empresarial brasileira e as negociações da ALCA**. São Paulo. Tese (doutorado ciência política). Universidade de São Paulo, 2003.
- OSTERGARD, Paul, M; **Promoting Corporate Citizenchip**. UN Chronicle, vol.36, n.4, 1999.
- PAOLI, Maria Célia. **Empresas e Responsabilidade Social: Os Enredamentos da Cidadania no Brasil** In: Santos, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- PELIANO, Anna Maria (coord.) **Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil – IPEA/DISOC**. Brasília, 2000. Tabulação especial para as 100 maiores empresas do país segundo a classificação da Revista Exame, 2000.
- _____. **Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam no social**. Brasília. IPEA, 2001.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PILONI, Thiago. **A intervenção social do terceiro setor no contexto do neoliberalismo: o fetiche da participação democrática e da solidariedade voluntária**. Dissertação de Mestrado – UFES, 2010.
- PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINTO, Augusto Geraldo. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PLIHON, Dominique. **As grandes empresas fragilizadas pela finança**. In: CHESNAIS, F.(org). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequência. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRAHALAD, C.K. **The Fortune at the Bottom of Pyramid: Eradicating Poverty through Profits**. U. Saddle River, N.J. Wharton School Publishing, 2005.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **Transformação do capitalismo**. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 5, N.51, Outubro 2011.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. vol. II, Porto: Portulalense Editora, 1971.
- _____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- RAMSEY, J.; ALMEIDA, A. (orgs.) **A ascensão das multinacionais brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier-Fundação Dom Cabral, 2009.
- REFICCO, Ezequiel. **As empresas na sociedade: os limites das boas intenções**. In: Centro Ruth Cardoso (org.). Políticas sociais: idéias e práticas. São Paulo: Moderna, 2011.
- RICO, E. M. **O empresariado, a filantropia e a questão social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n..58, p.24-40, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ªedic. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. Makron Books, São Paulo, 1995.

- RIVERA, Alberto J. Olvera. **El concepto de sociedade civil em uma perspectiva habermasiana: hacia um nuevo projecto de democratización**. In: Sociedad Civil, n.1, vol.1. México, 1996.
- ROHDEN, Fabíola. **Filantropia empresarial: a emergência de novos conceitos e práticas**. Anais do Seminário Empresa Social. São Paulo, set. 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. **La nueva cuestión social. Repensar el Estado providencia**. Buenos Aires, Manantial, 1995.
- ROSSO, Sadi Del. **Mais Trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ROUERE, M.; PADUA, S.M. **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura Associados, 2001.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. 2ª edição - São Paulo: Abril Cultural, 1978,
- SAES, Decio. **A República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica**. Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, Caderno n.8, abril, 2000.
- SALERNO, Mario Sérgio. **Produção, trabalho e participação: CCQ e kan-ban numa nova imigração japonesa**. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (orgs.) Processo de trabalho e relações de trabalho no Brasil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1979.
- SANTOS, Patrícia Gomes dos. **O discurso da responsabilidade social na Petrobras**. Dissertação de mestrado em ciências da linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.
- SARTORE, M.S; PURINI, Marcela. **Responsabilidade Social Empresarial ou Finanças Sustentáveis? As mudanças na dinâmica do campo da Responsabilidade Social no Brasil**. São Carlos, Ufscar, 2009
- SAUVIAT, Catherine. **Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário**. In: Chesnais, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB/São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.
- SEGNINI, Liliana. **A liturgia do poder: trabalho e disciplina**. São Paulo: EDUC, 1988.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. **A cultura do novo capitalismo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SERFATI, Claude. **O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia**. In: CHESNAIS, F.(org). A mundialização financeira. São Paulo: Xamã, 1998.
- SERPA, Daniela Abrantes F; FOURNEAU, Lecelena Ferreira. **Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor**. Revista de Administração Contemporânea. Vol.11, n.3, Curitiba, jul/set. 2007.
- SILVA, Josué Pereira da. **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

- SILVA, Felipe Luiz Gomes. **Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios**. In: BENINI; FARIA; NOVAES; DAGNINO (orgs.) *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SILVEIRA, Sandra da Silva. **Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.103, p.532-53, jul/set 2010.
- SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania**. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n.5, nov. 2006.
- SKLAIR, Leslie. **The Transnational Capitalist Class**. Oxford, Blackwell Publisherss, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O problema da burguesia**. In: *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.
- _____. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.
- _____. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SORJ, B.; TAVARES DE ALMEIDA, M.H.(orgs) **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SOUZA, Herbert de. (Betinho). **As ONGs na década de 1990**. *Comunicações do ISER*, n. 41, ano 10, 1991.
- TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA - a arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- THOMPSON, Paul. **The nature of work**. Londeon: Macmillan, 1983.
- TOITIO, Rafael Dias. **Responsabilidade e Governança corporativas: hegemonia e apassivamento**. GEPAL: Anais do IV Simpósio de Lutas Sociais na América Latina, 2010.
- _____. **Educação profissional e a “responsabilidade” das empresas: um estudo da ideologia da Fundação Bradesco**. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005.
- VASOPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista**. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo, Global Editora, 1986.
- VENTURA, E. C.F. **Responsabilidade social das empresas sob a ótica do “novo espírito do capitalismo”**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Campinas, set. 2003.
- VIDIGAL FILHO, Luís E. B; **O papel político do empresariado**. *Indústria e Desenvolvimento*, vol.XX, n.9. São Paulo, set.1986.
- VITALI, S; GLATTFELDER, J.B; BATTISTON, S. **The network of global corporate control**. Vol.6, issue 10, Plos One, Oct. 2011. (disponível em www.plosone.org).

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

_____. **Cidadania como negação das classes**. In: WILLIAM. F. (org). As classes sociais no capitalismo. 2ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

WOOD, D. J. **Corporate social performance**. Academy of Management Review, 1991.

WOOD, Ellen. **Modernity, Posmodernity or Capitalism?** In: Review of International Political Economy, vol.4, n.3, outono. Routledge, Universidad of Sussex, Brighton, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social**. CADERNOS ABONG, n.19, 1997.

YOUNG, Ricardo. **Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: www.uniethos.org.br. s/d.(acessado em dez.2011).

ZANOTI, Luis Antônio Ramalho. **A função social da empresa como forma de valorização da pessoa humana**. Dissertação de mestrado (Direito). Universidade de Marília, SP, 2006.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA:

AKATU & INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade Social das Empresas: percepção do consumidor brasileiro. São Paulo, 2010.

Aliança grupo Capoava, Ashoka, Fundação AVINA, GIFE, Instituto Ethos. Responsabilidade Social Empresarial: por que o guarda-chuva ficou pequeno?, 2010.

BiscComunitas. Beanchmarking em Investimento Social Corporativo. Relatório 2008: primeiros números e achados. São Paulo: Marca d'água, 2008.

BiscComunitas. Beanchmarking em Investimento Social Corporativo. Relatório 2009: Indicadores e tendências. São Paulo: Marca d'água, 2009.

BiscComunitas. Beanchmarking em Investimento Social Corporativo. Relatório 2010. São Paulo: Marca d'água, 2010.

BiscComunitas. Beanchmarking em Investimento Social Corporativo. Relatório 2011. São Paulo: Marca d'água, 2011.

BRASIL. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: IBGE, IPEA, GIFE, ABONG. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

CEPAL. Panorama Social da América Latina e Caribe, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe documento informativo, 2010.

DIEESE. Responsabilidade Social nos Bancos: distribuição de valor adicionado. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos. São Paulo, 2004.

DIEESE. Os trabalhadores frente à terceirização. Relatório de pesquisa. São Paulo, DIEESE, 1993.

FORUM EMPRESA. El Responsabilidad Social Empresarial bajo La mirada de ejecutivos de empresas de Latinoamérica. Santiago do Chile, 2009.

Fundação AVINA e Mercedes Korin. Em busca da sustentabilidade: o caminho da Responsabilidade Social Empresarial na América Latina e a contribuição da Fundação Avina, Buenos Aires, mar. 2011.

Fundação AVINA, Fundación Carolina e Pontificia Universidad Javeriana. La otra cara de la libertad.

La responsabilidad social empresarial en medios de comunicación de América Latina. Bogotá, 2008.

GIFE. CENSO 2009-2010. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. São Paulo, 2010.

GIFE. Perspectivas para o marco legal do Terceiro Setor. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. São Paulo, 2009.

GIFE / IBGC. Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 2009

IBASE. Balanço Social dez anos. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2008.

IBGC. Códigos das melhores práticas de governança corporativa. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 2011.

IBGE / IPEA. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005. Estudos e Pesquisa Informação Econômica, Rio de Janeiro, 2008.

ICE – Instituto de Cidadania Empresarial. Relatório de Atividades 2010, jun. 2011.

IDIS. Resultados da Pesquisa IDIS de Investimento Social Comunitário 2004.

IDIS. Roteiro para criação e implantação de programas de Voluntariado Empresarial. 2006.

INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial versão 2011.

IPEA. A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Sudeste Brasileiro. Brasília: Ipea, mar.2000.

IPEA. Pesquisa da ação social das empresas. Brasília, 2004.

IPEA. A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas nas regiões Sudeste e Nordeste. Brasília: Ipea, jun. 2005.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Responsabilidade Social e Negociação Coletiva na BASF Brasil. Coord.: Hélio da Costa, São Paulo: CUT, DIEESE, Unitrabalho, CEDEC, maio de 2011.

SINDEEPRESS. Trajetórias da Terceirização. Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres) / IPEA.

www.responsabilidadesocial.com

www.balancosocial.org.br

www.comunitas.org (Comunitas)

www.ethos.org.br (Instituto Ethos de responsabilidade social)

www.abong.org.br (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais)

www.gife.org.br (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)

www.fundabring.org.br (Fundação Abrinq)

www.idis.org.br (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social)

www.ibgc.org.br (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)

www.fiesp.com.br (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

www.ibase.br (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

www.pnbe.org.br (Pensamento Nacional das Bases Empresariais)

www.bovespasocial.com.br (Bolsa de Valores Sociais & Ambientais)

www.corporatephilanthropy.org (CECP – Committee Encouraging Corporate Philanthropy)

www.revistafilantropia.net.br (Revista de Filantropia & Gestão Social)

www.globalreportin.org (GRI – Global Reporting Initiative)

www.bisc.org (Beanchmarking Investimento Social Corporativo)

www.alshoka.org.br (Alshoka Brasil – Organização Internacional de apoio ao empreendedorismo social)

www.ibco.org.br (Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização)

www.brs.org (Business for Social Responsibility)

FILMOGRAFIA:

A Vale é nossa. Documentário. Brasil. Direção: Plebiscito Popular a Vale é Nossa. 21min. 2007.

Beyond Citizen Kane (“Muito Além do Cidadão Kane”). Documentário, Inglaterra. Chanell 4, 1994.

Carne e Osso. Documentário. Brasil. Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, Repórter Brasil. 65 min. 2011.

Cidadão Boilesen. Documentário. Brasil. Direção: Cham Litewski. 92min. 2009.

Criança, a alma do negócio. Documentário. Brasil. Direção: Estela Renner. Instituto Alana. 49min. 2008.

Inside Job (“Trabalho Interno”). Documentário. EUA. Direção: Charles Ferguson. Sony Pictures. 120min. 2010.

Intervenção na Cipla: fábricas ocupadas, o governo Lula e os capitalistas. Documentário. Brasil. Direção: Flávia Damiani. GET Fábricas Ocupadas. 65 min.

Quanto vale ou é por quilo? Filme. Brasil. Direção: Sergio Bianchi. 104 min. 2005.

O veneno está na mesa. Documentário. Brasil. Direção: Silvio Tendler. 50 min. 2011.

Super Size Me (“A dieta do palhaço”). Documentário. EUA. Direção: Morgan Spurlock. 100 min. 2004.

The Corporation: the Pathological Pursuit of Profit and Power (“A corporação: a busca patológica por lucro e poder”). Documentário. Canadá. Direção: Jennifer Abbott e Mark Achbar, 144min. 2004.

Uma jornada criminoso. Documentário. Brasil. Direção: Sinthoresp. 21min. 2011.

ANEXOS:

ANEXO 1:

A Rede GIFE de Investimento Social Privado é composta pelos seguintes parceiros:

141 Soho Square; ACES Ação Comunitária; Aldeias Infantis SOS; Bahia Mineração; Banco Bradesco; BASF; BG Brasil; Brazil Foundation; BRF; Carrefour; CCR; Childhood Brasil; Comgás; Editora FTD; Fersol; Fundação ABRINQ; Fundação Alphaville; Fundação Amazonas Sustentável; Fundação Aperam Acesita; Fundação Acerlormittal Brasil; Fundação AVINA; Fundação Banco do Brasil; Fundação Bradesco; Fundação Bunge; Fundação Cargill; Fundação Carlos Chagas; Fundação CSN (Companhia Siderúrgica Nacional); Fundação Cultural Oboé; Fundação Demócrito Rocha; Fundação Educar DPaschoal; Fundação FEAC; Fundação Ford; Fundação Grupo Boticário; Fundação Iochpe; Fundação Israel Pinheiro; Fundação Itau Social; Fundação John Deere; Fundação José Carvalho; Fundação José Silveira; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho; Fundação Nestlé Brasil; Fundação Odebrecht; Fundação Orsa; Fundação Otacílio Coser; Fundação Ponto Frio; Fundação Projeto Pescar; Fundação Roberto Marinho; Fundação Romi; Fundação Santillana; Fundação Semear; Fundação Telefônica; Fundação Tide Setubal; Fundação Vale; Gerdau; Goodyer do Brasil; Grupo ABC de Comunicação; Grupo BrasilCred; IAMAR; IBM Brasil; IMPAES; Instituto 3M; Instituto ABCD; Instituto Alana; Instituto Algar; Instituto Arcor Brasil; Instituto Asas Red Bul; Instituto Avon; Instituto Ayrton Senna; Instituto Azzi; Instituto BM&FBovespa; Instituto C&A; Instituto Camargo Corrêa; Instituto Ceagro; Instituto Claro; Instituto Coca Cola Brasil; Instituto Consulado da Mulher; Instituto Criança é Vida; Instituto Cyrela; Instituto de Cidadania Empresarial; Instituto Desiderata; Instituto Ecofuturo; Instituto Elisabetha Randon; Instituto Embraer; Instituto Estre; Instituto Eurofarmer; Instituto Grupo Pão de Açúcar; Instituto Hedging-Griffo; Instituto Holsim; Instituto HSBC Solidariedade; Instituto Invepar; Instituto Itaú Cultural; Instituto Lina Galvani; Instituto Lojas Renner; Instituto Marquês de Salamanca; Instituto Natura; Instituto Nextel; Instituto O Boticário; Instituto Paulo Montenegro; Instituto Razão Social; Instituto Ressoar; Instituto Robert Bosch; Instituto Rogério Steinberg; Instituto Ronald McDonald; Instituto Sabin; Instituto Sangari; Instituto Social Sotreg; Instituto Société Generale; Instituto Souza Cruz; Instituto Synthesis; Instituto Unibanco; Instituto Vonpar; Instituto Votorantim; Instituto Wal-Mart; Intel; Ismart; Microsoft; NET; Oi Futuro;

Parceiros da Educação; Petrobras; Pinheiro Neto Advogados; Promon; Santander; SAP Brasil; Serasa Experian; TIM Brasil; TNT; TV Globo; United Way Brasil.

ANEXO 2:

Empresas parceiras da Comunitas no Relatório Bisc 2008 (fundadores):

Alcoa; Banco Itaú; Banco Real; Bradesco; Citibank; COSAN, CPFL energia; Deutsche Bank; Gerdau; Holcim Brasil; IBM; Instituto Camargo Corrêa; Santander; Suzano; Unibanco; Vale e Votorantim.

Empresas parceiras da Comuntas no Relatório Bisc 2009:

Alcoa; Itaú; Unibanco; Grupo Santander Brasil; Bradesco; Citibank; COSAN; CPFL Energia; Embraer; Deutsche Bank; Gerdau; Holcim Brasil; IBM; Suzano; Vale; Votorantim; Telefônica; Light; Instituto Camargo Corrêa; Instituto Rukha; Fundação Brava e Instituto de Cidadania Empresarial.

Empresas parceiras da Comuntas no Relatório Bisc 2010:

AES Brasil; Alcoa; BM&F Bovespa; Bradesco; Camargo Corrêa; Citibank; COSAN; CPFL Energia; Embraer; Gerdau; Instituto Hedging Griffó; Holcim, IBM; Instituto de Cidadania Empresarial; Instituto Rukha, Itaú, Light; Banco Safra; Grupo Santander Brasil; Suzano; Vale; Votorantim.

Empresas parceiras da Comuntas no Relatório Bisc 2011:

AES Brasil, Alcoa, BM&F Bovespa, Bradesco, BRF Brasil Foods, Camargo Corrêa, Chevron, Vale, CPFL Energia, Cyrela, Embraer, Gerdau, Votorantim, IBM, ICE, Instituto Hedging Griffó, Itaú-Unibanco, JPMorgan, Suzano, Odebrecht, Banco Safra, Samarco, Santander e Citi.